

ELIANE DE CASTRO SILVA

**MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: UMA PROPOSTA
DE INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de
Viçosa - Campus Viçosa

T

S586m
2018
Silva, Eliane de Castro, 1979-
Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de
Viçosa : uma proposta de institucionalização / Eliane de Castro Silva. -
Viçosa, MG, 2018.
xvii, 298 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

I. Universidade Federal de Viçosa. Museu Regional de
Entomologia. 2. Museus. 3. Patrimônio cultural. 4. Entomologia.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa
de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.
II. Título.

CDD 22. ed. 708.98151

ELIANE DE CASTRO SILVA

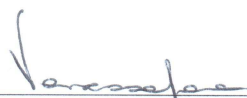
MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: UMA PROPOSTA
DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de agosto de 2018.



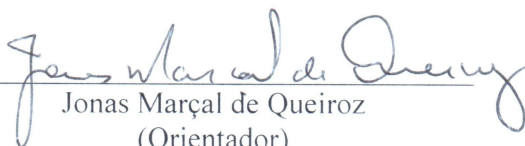
Filipe Themudo Barata



Vanessa Lana



Verônica Saraiva Fialho



Jonas Marçal de Queiroz
(Orientador)

A Eduardo, Manuela e Matheus.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao meu melhor amigo: Jesus! Quantas foram nossas conversas... e quantos foram Seus amparos. Obrigada pelo fortalecimento de minha alma, o que me ajudou a chegar até aqui.

Àquele que me apoiou desde o início do curso e me deu auxílio sempre que solicitado, tornando-se posteriormente meu orientador. Muito obrigada Prof. Jonas Marçal, por compartilhar tantos ensinamentos comigo, sendo paciente, dedicado e profissional.

Ao Prof. Filipe Themudo Barata, da Universidade de Évora, Portugal, pela oportunidade de realização do curso “Gestão do Patrimônio e Especialização Inteligente” nessa universidade. Agradeço por todos os ensinamentos, pelo acolhimento durante a estadia e por me proporcionar tantas memórias afetivas.

À Ana Carvalho, que conheci em Portugal durante a realização do curso e que aceitou o convite para ser minha co-orientadora. Agradeço imensamente todas as contribuições e apontamentos, importantes para a conclusão deste trabalho.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, por todo o conhecimento compartilhado. Em especial, agradeço a Prof. Karla Martins, que além do ensino acadêmico dividiu comigo o ensino da vida.

Ao Prof. Paulo Sergio Fiuza Ferreira, por toda a ajuda e contribuições que tanto enriqueceram este trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa, ao Departamento de História, pela oportunidade de realizar o Mestrado, o que proporcionou meu crescimento intelectual, profissional e pessoal, e ao Departamento de Entomologia, pela liberação para a realização deste curso.

Aos colegas de curso pelo companheirismo. Em especial, agradeço as amigas Deise Eclache e Izabel Pompermayer, companheiras de alegrias e angústias, pessoas especiais que quero levar por toda a vida.

Aos colegas de trabalho do DDE e UFV. Meu agradecimento especial a Roberto Viana, pela amizade, suporte e por todo o incentivo dado para que eu realizasse esse Mestrado, me mostrando que eu também seria capaz. Agradeço Rafael Said, pela ajuda e inúmeros auxílios. Agradeço Verônica Saraiva, pela amizade e amparo dados na fase final deste trabalho. Agradeço Tatiani Gouvêa, que presenciou meus momentos de aflição e me deu apoio e incentivo.

A todos os amigos! Agradeço pelo carinho, amizade e momentos de descontração nesse período atribulado.

À minha família! Agradeço meu pai Paulo e minha mãe Oneida, por todo o carinho, educação, orações e por serem minha referência. Agradeço meus irmãos Paulo Henrique, Cristiano e Elisângela (cunhados e sobrinhos), pela força e torcida. Agradeço meus filhos Manuela e Matheus, riquezas em minha vida. Vocês são alimentos vitais para eu continuar lutando! Agradeço aquele que é essencial em minha vida: Eduardo. Obrigada por ser meu porto seguro e meu suporte incondicional, estando sempre ao meu lado e dando a assistência necessária. Sem você eu não conseguiria.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, diretamente ou indiretamente, participaram do processo de construção deste trabalho e acompanharam a minha trajetória, dando-me ânimo, esperança, estímulo, compreensão, apoio e cuidado.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS	xiv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO	01
PARTE I	09
Capítulo 1 - Transformações ocorridas no campo patrimonial e museal e o nascimento dos Museus no Brasil e sua Legislação	10
1.1. Transformações ocorridas no campo do patrimônio.....	12
1.2. Museus: história e evolução. Compreendendo a construção da concepção de um museu de ciências.....	26
1.3. O nascimento dos Museus no Brasil e sua Legislação.....	44
Capítulo 2 - A Trajetória histórica da Universidade Federal de Viçosa e suas Instituições Museológicas	63
2.1. Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) – 1926 a 1948.....	64
2.2. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948 a 1969.....	75
2.3. Universidade Federal de Viçosa (1969 até hoje).....	78
2.4. Breve apresentação das Instituições Museológicas da Universidade Federal de Viçosa.....	86
2.4.1. Casa Arthur Bernardes (CAB).....	87
2.4.2. Herbário VIC.....	88
2.4.3. Horto Botânico.....	89
2.4.4. Mata da Biologia.....	90
2.4.5. Mata do Paraíso.....	91

2.4.6. Museu da Comunicação.....	93
2.4.7. Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef (MCTAD).....	94
2.4.8. Museu de Zoologia João Moojen (MZUFV).....	95
2.4.9. Museu Histórico da UFV.....	97
2.4.10. Pinacoteca da UFV.....	98
2.4.11. Parque Interativo de Botânica (PIB).....	99
2.4.12. Sala Mendeleev.....	100
Capítulo 3 - O Museu Regional de Entomologia.....	103
3.1. O Museu Regional de Entomologia – contributos para a sua história.....	103
3.2. O Museu Regional de Entomologia hoje.....	113
3.2.1. Localização e espaço físico.....	113
3.2.2. Acervo – coleção entomológica: um patrimônio científico.....	122
3.2.3. Funções, atividades e trabalhos desenvolvidos.....	133
3.2.4. Recursos humanos e financeiros.....	136
3.2.5. Divulgação do seu acervo.....	137
PARTE II.....	140
Capítulo 4 - Proposta de Institucionalização do Museu Regional de Entomologia.....	141
4.1. Registro de Museus.....	143
4.2. Plano Museológico.....	145
4.2.1. Etapa 1: Caracterização do Museu, Planejamento Conceitual, Diagnóstico e Objetivos Estratégicos – qual a situação atual da instituição?.....	151
4.2.1.1. Caracterização do Museu.....	151
4.2.1.2. Planejamento Conceitual.....	152
4.2.1.3. Diagnóstico: Análise do Ambiente Interno e Externo.....	153
4.2.1.4. Objetivos Estratégicos.....	155

4.2.2. Etapa 2: Elaboração dos Programas – quais as necessidades para o futuro?.....	156
4.2.3. Etapa 3: Elaboração de Projetos no Plano Museológico - Soluções viáveis para se chegar numa situação ideal.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	163
FONTES.....	168
SITES.....	170
ANEXOS.....	176
ANEXO 1 - MEMORIAL DO MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA.....	177
ANEXO 2 - ENTREVISTAS.....	203
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	204
ENTREVISTA 01.....	208
ENTREVISTA 02.....	210
ANEXO 3 – FORMULÁRIO PARA REGISTRO DO MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA.....	222
ANEXO 4 - PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA.....	237

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista área do Museu Nacional, Quinta da Boa Vista, RJ.....	46
Figura 2: Dr. Peter Henry Rolfs.....	66
Figura 3: Brasão da UFV.....	69
Figura 4: Entrada principal da UFV.....	69
Figura 5: “Professores; Diretor Bello Lisboa; Jancinto Soares Souza Lima; P.H Rolfs; Diogo Mello; Bello Lisboa; família de fazendeiros; participantes da primeira Semana do Fazendeiro; Edifício Principal.....	70
Figura 6: “Um dos laboratórios do Departamento de Entomologia e Fitopatologia”.....	72
Figura 7: Vista parcial da então UREMG (década de 60).....	78
Figura 8: Vista parcial do <i>Campus Viçosa</i>	81
Figura 9: Vista parcial do <i>Campus Florestal</i>	81
Figura 10: Vista parcial do <i>Campus Rio Paranaíba</i>	82
Figura 11: Fachada da Casa Arthur Bernardes.....	87
Figura 12: Herbário VIC.....	88
Figura 13: Horto Botânico.....	89
Figura 14: Parte da Mata da Biologia.....	90
Figura 15: Mata do Paraíso.....	91
Figura 16: Foto aérea do fragmento florestal remanescente de Mata Atlântica.....	92
Figura 17: Fachada do Museu da Comunicação.....	93
Figura 18: Fachada do Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef.....	94
Figura 19: Fachada do Museu de Museu de Zoologia João Moojen.....	95
Figura 20: Fachada do Museu Histórico da UFV.....	97
Figura 21: Fachada da Pinacoteca da UFV.....	98
Figura 22: Parte do Parque Interativo de Botânica.....	99
Figura 23: Fachada do Prédio das Licenciaturas onde está localizada a Sala Mendeleev.....	100
Figura 24: Edifício Chotaro Shimoya.....	108
Figura 25: Fachada do Departamento de Entomologia. Campus Universitário.....	114
Figura 26: Placa de inauguração do prédio que abriga o Departamento de Entomologia.....	114
Figura 27: Placa na entrada do Museu Regional de Entomologia, sala 102 do DDE.....	114
Figura 28: Planta baixa com representação do Museu Regional de Entomologia.....	115
Figura 29: Imagem da sala 1 do Museu. Porta de entrada.....	116

Figura 30: Imagem da sala 1 do Museu. Porta de entrada.....	116
Figura 31: Imagem da sala 1 do Museu com bancadas de trabalho.....	116
Figura 32: Imagem da sala 1 do Museu com bancadas de trabalho.....	116
Figura 33: Imagem do almoxarifado.....	117
Figura 34: Imagem da sala 4 do Museu com pequena bancada e uma pequena cozinha.....	117
Figura 35: Imagens da sala 5. Armários com a coleção entomológica.....	118
Figura 36: Imagens da sala 5. Armários com a coleção entomológica.....	118
Figura 37: Imagens da sala 5. Armários com a coleção entomológica.....	118
Figura 38: Imagens da sala 5. Armários com a coleção entomológica.....	118
Figura 39: Imagens da sala 5. Armários com a coleção entomológica.....	118
Figura 40: Imagens da sala 5. Armários com a coleção entomológica.....	118
Figura 41: Imagem dos desumidificadores, danificados.....	119
Figura 42: Imagem dos desumidificadores, danificados.....	119
Figura 43: Materiais diversos depositados na sala da coleção que não fazem parte do acervo.....	120
Figura 44: Novas gavetas entomológicas para substituição de gavetas precárias e catalogação de novos exemplares.....	121
Figura 45: Organograma do Museu Regional de Entomologia.....	130
Figura 46: Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira segurando uma gaveta entomológica com insetos identificados e catalogados.....	131
Figura 47: Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira com estagiários e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Entomologia.....	131
Figura 48: Amostra do acervo entomológico.....	131
Figura 49: Amostra do acervo entomológico.....	131
Figura 50: Amostra do acervo entomológico.....	131
Figura 51: Amostra do acervo entomológico.....	131
Figura 52: Amostra do acervo entomológico.....	132
Figura 53: Amostra do acervo entomológico.....	132
Figura 54: Amostra do acervo entomológico.....	132
Figura 55: Amostra do acervo entomológico.....	132
Figura 56: Amostra do acervo entomológico.....	132
Figura 57: Amostra do acervo entomológico.....	132
Figura 58: Amostra do acervo entomológico.....	132

Figura 59: Foto da visita de crianças ao Museu.....	138
Figura 60: Foto da visita de crianças ao Museu.....	138
Figura 61: Foto da visita de crianças ao Museu.....	138
Figura 62: Foto da visita de crianças ao Museu.....	138
Figura 63: Jornal Cidade de Viçosa. 8 de maio de 1927.....	178
Figura 64: Exposição de insetos no Salão Nobre do Prédio Principal da UFV.....	179
Figura 65: Refere-se à capa de um registro que traz a relação dos insetos existentes na coleção entomológica da ESAV de acordo com catálogo organizado pelo Professor Frederico Vanetti.....	180
Figura 66: Refere-se à primeira página de um registro que traz a relação dos insetos existentes na coleção entomológica da ESAV de acordo com catálogo organizado pelo Professor Frederico Vanetti.....	180
Figura 67: Refere-se à última página de um registro que traz a relação dos insetos existentes na coleção entomológica da ESAV de acordo com catálogo organizado pelo Professor Frederico Vanetti.....	180
Figura 68: Apresenta a estrutura física e recursos materiais do Museu Regional de Entomologia quando vinculado ao Departamento de Biologia Animal.....	181
Figura 69: Página 1 da Correspondência do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhada ao CNPq em 10 de junho de 1981.....	182
Figura 70: Página 2 da Correspondência do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhada ao CNPq em 10 de junho de 1981.....	182
Figura 71: Página 3 da Correspondência do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhada ao CNPq em 10 de junho de 1981.....	182
Figura 72: Página 1 do Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal.....	183
Figura 73: Página 2 do Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal.....	184
Figura 74: Página 3 do Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal.....	185
Figura 75: Página 4 do Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal.....	186

Figura 76: Página 1 do Ofício 170.300.481/82/CNPq com comunicado às universidades brasileiras sobre o oferecimento de bolsas para treinamento em atividades voltadas a coleções científicas.....	187
Figura 77: Página 2 do Ofício 170.300.481/82/CNPq com comunicado às universidades brasileiras sobre o oferecimento de bolsas para treinamento em atividades voltadas a coleções científicas.....	187
Figura 78: Correspondência do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhada ao CNPq em 25 de outubro de 1982 em resposta ao Ofício 170.300.481/82/CNPq.....	188
Figura 79: Ofício do Prof. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhado ao Prof. José Rodrigues de Souza, Chefe do Departamento de Biologia Animal, solicitando providências para a viabilização do I Ciclo de palestras entomológicas.....	189
Figura 80: Folder de divulgação do “I Ciclo de Palestras Entomológicas”. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.....	189
Figura 81: Jornal UFV Informa , nº 796, de 23 de junho de 1983, trazendo reportagem sobre “I Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	189
Figura 82: Ofício do Prof. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhado ao Prof. José Rodrigues de Souza, Chefe do Departamento de Biologia Animal, solicitando providências para a viabilização do II Ciclo de palestras entomológicas.....	190
Figura 83: Folder de divulgação do “II Ciclo de Palestras Entomológicas”.....	190
Figura 84: Jornal UFV Informa , nº 808, de 15 de setembro de 1983, trazendo reportagem sobre “II Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	190
Figura 85: Jornal UFV Informa , nº 816, de 10 de novembro de 1983, trazendo reportagem sobre oferecimento de curso sobre taxonomia, promovido pelo Museu de Entomologia em parceria com outros órgãos.....	191
Figura 86: Jornal UFV Informa , nº 827, de 26 de janeiro de 1984, trazendo reportagem sobre o Museu de Entomologia da UFV, com destaque para as atividades desenvolvidas e importância de seu acervo.....	191
Figura 87: Jornal UFV Informa , nº 827, de 26 de janeiro de 1984, trazendo reportagem sobre o Museu de Entomologia da UFV, com destaque para as atividades desenvolvidas e importância de seu acervo.....	192
Figura 88: Folder de divulgação do “III Ciclo de Palestras Entomológicas”.....	193
Figura 89: Jornal UFV Informa , nº 838, de 12 de abril de 1984, trazendo reportagem sobre “III Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	193

Figura 90: Jornal UFV Informa, nº 839, de 18 de abril de 1984, trazendo reportagem sobre “III Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	193
Figura 91: Jornal UFV Informa, nº 840, de 26 de abril de 1984, trazendo reportagem sobre “III Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	194
Figura 92: Ofício do Prof. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhado ao Prof. José Rodrigues de Souza, Chefe do Departamento de Biologia Animal, solicitando providências para a viabilização do IV Ciclo de Palestras Entomológicas.....	195
Figura 93: Folder de divulgação do “IV Ciclo de Palestras Entomológicas”.....	195
Figura 94: Jornal UFV Informa, nº 857, de 23 de agosto de 1984, trazendo reportagem sobre “IV Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	195
Figura 95: Jornal UFV Informa, nº 858, de 30 de agosto de 1984, trazendo reportagem sobre “IV Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	196
Figura 96: Jornal UFV Informa, nº 860, de 13 de setembro de 1984, trazendo reportagem sobre “IV Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	196
Figura 97: Jornal UFV Informa, nº 871, de 29 de novembro de 1984, trazendo reportagem sobre curso prático sobre taxonomia oferecido pelo Museu de Entomologia.....	197
Figura 98: Jornal UFV Informa, nº 873, de 13 de dezembro de 1984, trazendo reportagem sobre curso prático sobre taxonomia oferecido pelo Museu de Entomologia.....	197
Figura 99: Jornal UFV Informa, nº 896, de 23 de maio de 1985, trazendo reportagem sobre “V Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV.....	197
Figura 100: Jornal da UFV, nº 1.267, de 15 de outubro de 1993, com matéria sobre o Museu de Entomologia.....	198
Figura 101: “Jornal de Hoje”, nº 89, de Maceió, de 28 de abril de 1994, com matéria sobre o Museu de Entomologia.....	199
Figura 102: Foto da década de 1980. Prof. Fiuza e estagiários do Museu em dia de coleta no campo.....	200
Figura 103: Foto da década de 1980. Estagiários do Museu em dia de coleta no campo.....	200
Figura 104: Foto da década de 1980. Estagiários do Museu em dia de coleta no campo.....	200
Figura 105: Foto da década de 1980. Armadilha para captura de insetos.....	201
Figura 106: Foto da década de 1980. Armadilha para captura de insetos.....	201
Figura 107: Foto da década de 1980. Armadilha para captura de insetos.....	201
Figura 108: Foto da década de 1980. Armadilha para captura de insetos.....	201
Figura 109: Foto da década de 1980. Armadilha para captura de insetos.....	201

Figura 110: Foto da década de 1980. Armadilha para captura de insetos.....	201
Figura 111: O técnico de laboratório, Sr. Jesus Rocha de Oliveira (1924-2001).....	201
Figura 112: Ex-estagiário do Museu.....	201
Figura 113: Exposição de Insetos do Museu no hall do Prédio da Biologia – Edifício Chotaro Shimoya.....	202
Figura 114: Exposição de Insetos do Museu no hall do Prédio da Biologia – Edifício Chotaro Shimoya.....	202

LISTA DE SIGLAS

C&T - ciência e tecnologia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica
CNM - Cadastro Nacional de Museus
CNPq - Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFEM - Conselho Federal de Museologia
CONEP - Conselho Estadual do Patrimônio Cultural
CONSU - Conselho Universitário
DAC - Divisão de Assuntos Culturais
DBA - Departamento de Biologia Animal
DDE - Departamento de Entomologia
DEMU - Departamento de Museus e Centros Culturais
ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária
FNM - Fórum Nacional de Museus
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
ICOM - Conselho Internacional de Museus
IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JBRJ - Jardim Botânico do Rio de Janeiro
MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCTAD - Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef
Minc - Ministério da Cultura
MZUFV - Museu de Zoologia João Moojen
PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PIB - Parque Interativo de Botânica
PNM - Política Nacional de Museus
PPGENT - Programa de Pós-Graduação em Entomologia
PPO - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

SEMEC - Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV

SPAN - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UMAC - Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPCB - Unidade de Pesquisa e Conservação de Bromeliaceae

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

RESUMO

SILVA, Eliane de Castro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2018. **Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização.** Orientador: Jonas Marçal de Queiroz. Coorientadora: Ana Alexandra Rodrigues Carvalho

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa. Nosso principal objetivo é apontar os caminhos para o melhor desempenho deste espaço, propondo uma ação de institucionalização desse estabelecimento para torná-lo de fato uma instituição museal, em atendimento aos requisitos que o enquadre nessa categoria: seja uma instituição permanente, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, com visitação regular, que adquira, conserve, estude, expõe e transmite o seu patrimônio, que é um patrimônio da humanidade, com objetivo educacional e de lazer, promovendo a preservação de uma memória cultural, histórica e científica. Para isso, realizamos um estudo dos aspectos funcionais e operacionais deste Museu, apontando suas fraquezas e levantando seus pontos importantes de atuação. Além da apresentação do objeto de estudo, a pesquisa fundamentou-se na discussão de conceitos referentes à teoria museológica e ao patrimônio, na investigação histórica e documental (em arquivos do Museu e da UFV), observações *in loco* e entrevistas, realizada com o fundador e curador do Museu (na gestão entre os anos de 1975 a 2018), além de um estagiário. Apresentamos a UFV para que o leitor possa se situar no cenário histórico-espacial em que o Museu Regional de Entomologia teve sua origem e existe hoje, e fizemos uma breve apresentação das instituições museológicas da universidade. A partir das análises realizadas, elaboramos uma proposta de institucionalização do Museu Regional de Entomologia, a ser realizada por meio de duas ações: o Registro de Museus e o Plano Museológico, ambos obrigatórios e fundamentais para a sistematização do trabalho interno e melhor atuação dos museus na sociedade. Este trabalho nos oportunizou realizar uma investigação mais aprofundada a respeito do Museu Regional de Entomologia, com um conteúdo interdisciplinar que abrangeu tanto a História quanto a Entomologia, servindo como fonte de conhecimento e aprendizado para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre diferentes áreas de conhecimento e entre a sociedade e a comunidade científica.

ABSTRACT

SILVA, Eliane de Castro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2018. **Regional Museum of Entomology of the Federal University of Viçosa: a proposal for the institutionalization.** Advisor: Jonas Marçal de Queiroz. Co-advisor: Ana Alexandra Rodrigues Carvalho

The present work has the Regional Museum of Entomology of the Federal University of Viçosa as study object. Our main objective is to point out the ways for the best performance of this space, proposing an institutionalization action of this establishment in order to make it a museum institution, in compliance with the requirements that fit it into this category: a permanent institution, at the service of society and its development, open to the public, with regular visitation, which acquires, conserves, studies, exhibits and transmits its patrimony, which is a patrimony of humanity, for educational and leisure purposes, promoting the preservation of a cultural, historical and scientific memory. For this, we performed a study of the functional and operational aspects of this Museum, pointing out its weaknesses and raising its important points of action. In addition to the presentation of the study object, the research was based on the concepts discussion related to museological theory and heritage, historical and documentary research (in archives of the Museum and UFV), *in loco* observations and interviews, carried out with the founder and curator of the Museum (in management from 1975 to 2018), as well as an intern. UFV was presented so that the reader can situate itself in the historical-spatial scenario in which the Regional Museum of Entomology had its origin and exists nowadays, besides we made a brief presentation of the university's museological institutions. Based on the analyzes carried out, a proposal for the institutionalization of the Regional Museum of Entomology was prepared to be performed through two actions: the Museum Registry and the Museological Plan, both mandatory and fundamental for the internal work systematization and better performance of museums in society. This work enabled us to accomplish a more detailed investigation of the Regional Museum of Entomology, with an interdisciplinary content that covered both History and Entomology, serving as a source of knowledge and learning for the practice of citizenship and the establishment of an enriching dialogue among different areas of knowledge and between society and the scientific community.

INTRODUÇÃO

Apresentamos o presente trabalho que tem como objeto de estudo o Museu Regional de Entomologia, localizado no prédio do Departamento de Entomologia (DDE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Nosso objetivo foi a realização de um estudo dos aspectos funcionais e operacionais deste Museu, apontamento suas fraquezas e levantando seus pontos importantes de atuação, a fim de propor uma ação de institucionalização desse estabelecimento, melhorando seu desempenho e tornando-o de fato uma instituição museal.

Como servidora da UFV, lotada no DDE, atuando no Programa de Pós-Graduação em Entomologia (PPGENT), este trabalho nos oportunizou realizar uma investigação mais aprofundada a respeito do Museu. Além de se buscar o objetivo proposto, correspondemos a uma motivação pessoal em buscar uma especialização nessa área e também atendemos as exigências do curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Nossa pesquisa tem, portanto, um conteúdo interdisciplinar, abrangendo tanto a História quanto a Entomologia, servindo como fonte de conhecimento e aprendizado, bem como instrumento de motivação, individual e coletivo, para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre diferentes áreas de conhecimento e entre a sociedade e a comunidade científica.

De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM),¹ que é o órgão responsável pela formação dos conceitos museológicos, o museu

é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite.²

No Brasil, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, considera que são museus as instituições

¹ Criado em 1946, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) é uma organização internacional que representa museus e profissionais dos museus, assessorando-os na missão de preservar, conservar e compartilhar o patrimônio cultural. O ICOM é governado de forma inclusiva e hierárquica, a nível internacional, reunindo mais de 37 mil membros, e é composto por Comitês Nacionais, que representam 141 países e territórios, e Comitês Internacionais, que reúnem especialistas em especialidades de museus em todo o mundo. Seu Secretariado está situado na Casa da UNESCO, Paris, França. ICOM. A Organização. Disponível em: <<http://icom.museum/the-organisation/>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

² ICOM. Museum Definition. Tradução da autora. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>>. Acesso em 29 de maio de 2016.

sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.³

Com base nessas definições podemos inferir que para ser uma instituição museal é necessário que esse órgão atenda aos termos presentes nesses conceitos, isto é, seja uma instituição permanente, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, com visitação regular, que adquira, conserva, estuda, expõe e transmite o seu patrimônio, que é um patrimônio da humanidade, com objetivo educacional e de lazer, promovendo a preservação de uma memória cultural, histórica e científica.

Embora haja essas diferenças de nomenclatura, a conservação e divulgação de seu acervo são características comuns a todos os museus. Dessa forma, são considerados museus, independentemente de seu caráter ou tipologia, as instituições que apresentam as características acima indicadas e cumpram suas funções museológicas: guarda, documentação, investigação e exposição de sua coleção.

Existem vários significados para instituição. Para fins deste trabalho, definimos instituição como uma organização, pública ou privada, que possui elementos diversificados, criada pela sociedade para responder a determinadas necessidades, naturais e/ou culturais. Sendo assim, as instituições recebem qualitativos de acordo com as finalidades a que se destinam. A Igreja é uma instituição religiosa; os Bancos são instituições financeiras; e o museu é uma instituição museológica, e, nesse sentido, constitui-se numa organização com funções e atividades específicas, norteada por um conjunto de normas e regras, que realiza a conservação, estudo e exposição de artefatos/objetos da humanidade, com finalidades educacionais e de divertimento.⁴

O Museu Regional de Entomologia, que é registrado em museus e coleções científicas internacionais pela sigla UFVB,⁵ realiza a guarda e conservação de coleções entomológicas. O seu acervo é composto por mais de 100.000 exemplares de diferentes ordens de insetos,

³ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 de janeiro de 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. Acesso em 27 de março de 2017.

⁴ DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em 1 de junho de 2016.

⁵ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. Viçosa: Editora UFV, 2006, 641 p. O site internacional *Bishopmuseum* apresenta informações sobre todas as coleções entomológicas do mundo, no qual aparece o Museu de Entomologia sobre a sigla UFVB. BISHOPMUSEUM. Disponível em: <<http://hbs.bishopmuseum.org/codens/>>. Acesso em 01 de junho de 2016.

representantes de diversos ecossistemas, onde a grande maioria provém do Estado de Minas Gerais. Por esse motivo a palavra “Regional” está presente em seu nome.⁶

Observando-se as tipologias de museus apresentadas no Guia dos Museus Brasileiros, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Museu Regional de Entomologia pode se enquadrar na seguinte categoria: Museu de Ciências Naturais e História Natural, destinados à guarda de “bens culturais relacionados às Ciências Biológicas (Biologia, Botânica, Genética, Zoologia, Ecologia etc.), às GeoCiências (Geologia, Mineralogia etc.) e à Oceanografia.”⁷

Sua criação teve origem na década de 1970, sob curadoria do professor Paulo Sergio Fiuza Ferreira, posição ocupada até janeiro de 2018,⁸ com o objetivo de se organizar as primeiras coleções entomológicas da UFV, que tiveram início em 1927, na então Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV).⁹ Ao saber da existência de armários e material entomológico espalhados pelo *campus* da UFV, o próprio professor tomou a iniciativa de reuni-los. Na época, o Museu Regional de Entomologia era vinculado ao Departamento de Biologia Animal (DBA), e fisicamente estava instalado na sala 211 do Edifício Chotaro Shimoya.¹⁰

Além da organização das coleções entomológicas existentes, a criação do Museu Regional de Entomologia teria sido uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹¹ para autorização e abertura dos cursos de Mestrado e Doutorado do PPGENT, criados em 1984 e 1996, respectivamente. A ampliação de sua coleção é feita através de exemplares provenientes de projetos, coletas, serviços de estagiários, teses e dissertações do PPGENT.¹²

⁶ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. Viçosa, dezembro de 2017. A entrevista completa encontra-se no Anexo 2 desta dissertação.

⁷ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Guia dos Museus Brasileiros. p. 19. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sudeste.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2017.

⁸ O professor Paulo Sergio Fiuza Ferreira aposentou-se em 16 de janeiro de 2018. Desde 1973 era professor na Universidade Federal de Viçosa, com lotação inicial no Departamento de Biologia Animal. Posteriormente, tornou-se professor titular no Departamento de Entomologia desenvolvendo pesquisas na área de Entomologia com estudos em taxonomia, biodiversidade e análise entomofaunística. Além das atividades como docente, foi criador e curador do Museu Regional de Entomologia, trabalhando na gestão do museu por mais de 40 anos.

⁹ FERREIRA, P. S. F. Departamento de Biologia Animal. In: BORGES, J.M., G.S. SABIONI & G.F.P. MAGALHÃES (eds.). 2000. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. Editora UFV, MG. 641 p.

¹⁰ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

¹¹ A “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação”. CAPES. História e missão. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 28 de março de 2017.

¹² FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

A coleção científica do Museu Regional de Entomologia tem dado subsídios a várias dissertações e teses do PPGENT, além de outros Programas e possibilita intercâmbio com pesquisadores de instituições nacionais e internacionais, que geralmente resultam em publicações científicas que fazem referências ao Museu. Além disso, viabiliza disciplinas dos cursos do PPGENT e cursos de extensão para treinamento em taxonomia, oferecidos em âmbito nacional, e propicia estágios nas áreas de sistemática, taxonomia e organização de coleções entomológicas para técnicos, estudantes universitários e de nível médio, professores e pesquisadores nacionais e internacionais.¹³

Porém, apesar de o Museu Regional de Entomologia ser um instrumento para a preservação, estudo e divulgação de uma coleção científica, com prestígio internacional, seu reconhecimento é algo restrito, sendo limitado a estudiosos e cientistas da área, não havendo a necessária divulgação e difusão da cultura científica a um grande público. Ele não é aberto para o público, ou seja, não possui visitação regular, e para que isso ocorra é necessário um agendamento prévio, a fim de se organizar uma exposição para a exibição.

O Museu não possui funcionários especializados, nem tão pouco um museólogo responsável, e a manutenção e ampliação de seu acervo sempre foi realizada por um corpo de estagiários e orientados flutuantes, supervisionadas pelo professor e curador Paulo Sérgio Fiuza Ferreira. Porém, em razão de sua aposentadoria, ocorrida esse ano, essa supervisão foi interrompida e o museu está sem um gestor. Atualmente, um servidor técnico-administrativo da UFV e um estudante de doutorado em Entomologia trabalham na organização e manutenção do museu.

Sua estrutura é precária frente à importância que lhe é atribuída. O Museu Regional de Entomologia, portanto, não é uma instância institucionalizada e não aparece na lista dos museus reconhecidos e divulgados pela Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC).¹⁴

¹³ UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <<http://www.pos.entomologia.ufv.br/um-tour-pela-historia-do-museu-regional-de-entomologia/>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

¹⁴ De acordo com a SEMEC, a “Universidade Federal de Viçosa conta com doze museus e espaços de ciência: a Casa Arthur Bernardes, o Herbário VIC, o Horto Botânico, a Mata da Biologia, a Mata do Paraíso, o Museu da Comunicação, o Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef, o Museu de Zoologia João Moojen, o Museu Histórico da UFV, o Parque Interativo de Botânica, a Pinacoteca da UFV e a Sala Mendeleev. Estes espaços desenvolvem e realizam exposições permanentes e itinerantes, oficinas, minicursos e eventos culturais e de divulgação e popularização da ciência. São espaços abertos à visitação pública, proporcionando à comunidade o contato com várias temáticas e tipos de acervos. Todos estão integrados na Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC) que consolida os interesses dos espaços e estrutura ações em conjunto. Através da SEMEC, os espaços compõem o Circuito de Museus que busca a interação e a popularização da cultura, arte, conhecimento e ciência junto a comunidade de Viçosa e região”. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de

Com base nessas considerações, delineamos a seguinte hipótese de trabalho: o Museu Regional de Entomologia foi organizado na década de 1970, em um período anterior às muitas discussões acerca dos conceitos museais e à nova Política Nacional de Museus (PNM),¹⁵ lançada em 2003, com o objetivo de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio museológico brasileiro a partir de sua diversidade cultural e, com isso, desenvolver e revitalizar as instituições museológicas.

Apesar de ter sido nomeado, se apresentar e ser conhecido, mesmo que por um grupo restrito, como Museu Regional de Entomologia, na prática, e observando suas ações, o espaço ao qual nos referimos não compreende todos os requisitos necessários para se classificar de fato como uma instituição museal.

Dessa forma, fizemos a proposição do projeto “Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização” no intuito de realizar um estudo sobre esse museu, enquanto um estabelecimento não institucional, analisar as funções desempenhadas por ele, entender os motivos pelos quais ele não se tornou institucionalizado, discutir os caminhos para sua institucionalização, e dessa forma, propor uma ação para torná-lo de fato uma instituição museal, atendendo aos requisitos que o enquadre nessa categoria.

Nesse sentido, como metodologia para a pesquisa, o estudo foi fundamentado em uma investigação baseada em fontes escritas e orais. Organizamos a dissertação em duas partes principais. Na parte I, apresentamos os capítulos 1, 2 e 3, que fundamentam a discussão de conceitos, a pesquisa histórica e documental, e a apresentação do objeto de estudo. Na parte II, apresentamos o capítulo 4, com a elaboração de uma proposta com subsídios para realizar a institucionalização do Museu Regional de Entomologia.

No capítulo 1, intitulado “**Transformações ocorridas no campo patrimonial e museal e o nascimento dos Museus no Brasil e sua Legislação**” apresentamos alguns conceitos referentes à teoria museológica e ao patrimônio, através de um esboço histórico que mostra as transformações ocorridas no universo dos museus e do patrimônio, nos últimos tempos, e traz um traçado sobre o nascimento dos museus no Brasil e a construção de sua legislação.

Ciência da UFV. A SEMEC. Disponível em <http://www.semec.ufv.br/?page_id=9>. Acesso em 13 de junho de 2016.

¹⁵ BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

Podemos notar, historicamente, uma mudança nas concepções, tanto do patrimônio quanto dos museus. Um ponto comum entre os dois é que essas mudanças ocorreram através da emergência do fator social. Uma vasta revisão bibliográfica foi realizada para se ter conhecimento dos já referidos conceitos, objetivando um maior conhecimento do objeto estudado.

O traçado histórico ajuda a entender a construção da concepção de patrimônio cultural e de museus de ciências. O patrimônio cultural é uma importante ferramenta educacional e por meio dele os indivíduos podem ter conhecimento sobre sua existência, valorizando seu passado, reconstruindo e mantendo tradições. O museu de ciências, como órgão comunicador de um patrimônio científico, assume um papel de instituição a serviço da sociedade, não só preservando esse patrimônio, mas também fazendo dele um campo de conhecimento compartilhado e difundido.

Além disso, estudamos a história do surgimento dos museus no Brasil e suas mudanças ao longo dos anos. Inicialmente, os poucos museus brasileiros foram concebidos como instituições aristocráticas, distantes da maioria da população e reservados aos mais cultos. O fato de serem públicos não os tornava mais próximos da sociedade. Porém, uma série de fatores políticos e sociais começam a influenciar uma mudança na forma de se pensar os museus brasileiros com o intuito de aproximá-los da população. A intenção era transformar esses espaços em ferramentas de conhecimento, vivência e mudança, capazes de promover a valorização da dignidade humana e cidadania, a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental, e o respeito e a valorização à diversidade cultural com a universalidade do acesso, cumprindo, assim, uma função social.

Finalmente, apresentamos um historial da criação de órgãos gestores do patrimônio e instituições museológicas, responsáveis pela organização e fiscalização do setor museal brasileiro e proteção do patrimônio cultural musealizado, e a construção da Legislação Brasileira de Museus.

No capítulo 2, intitulado “**A Trajetória histórica da Universidade Federal de Viçosa e suas Instituições Museológicas**”, mostramos a UFV, desde a sua inauguração (1927) até os tempos atuais, com o objetivo de posicionar o leitor no cenário histórico-espacial em que Museu Regional de Entomologia teve sua origem. Neste contexto, apresentamos a história da instituição nas suas três fases constituintes, e para o cenário espacial, abordamos a UFV hoje, com sua divisão administrativa: administração superior, centros, departamentos e órgãos. Além disso, fazemos uma breve apresentação das

instituições museológicas da universidade, suas características e como a instituição lida com esses órgãos.

No capítulo 3, denominado “**O Museu Regional de Entomologia**”, proferimos sobre o nosso objeto de estudo, desde sua criação até ao presente. Apresentamos uma trajetória histórica do Museu Regional de Entomologia, a sua origem, as suas transformações ao longo do tempo, os personagens que fizeram parte da sua formação e demais informações e registros que marcaram a sua história, através de coletas e análises de informações, por meio de levantamento bibliográfico e documental (arquivos do Museu e da UFV), observações *in loco* e entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2017, com o Prof. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira, que esteve na gestão do museu por mais de 40 anos, e com um doutorando em Entomologia, que atualmente é estagiário do museu.

Todas as informações coletadas serviram de base para apresentarmos o Museu Regional de Entomologia atualmente: sua caracterização, suas funcionalidades, o papel de seu acervo, os trabalhos desenvolvidos, as produções científicas, sua estrutura física, e como esse espaço lida com a divulgação e transmissão do seu patrimônio cultural – a coleção de insetos.

Além de esse levantamento ser muito importante e necessário para verificarmos os pontos positivos e pontos falhos desse órgão no que diz respeito à característica de uma instituição museal, e assim trabalharmos a última parte da pesquisa que é a elaboração de uma proposta de institucionalização, o estudo presente nesse capítulo oportuniza contribuir para a formalização de um pouco da história deste museu, que porventura é uma história pouco conhecida.

Finalmente, na parte II do trabalho, no capítulo 4, intitulado “**Proposta de Institucionalização do Museu Regional de Entomologia**”, apresentamos duas ações para institucionalização desse estabelecimento: o Registro de Museus (Anexo 3) e o Plano Museológico (Anexo 4), ambos obrigatórios para todos os museus.

O Registro de Museus é uma ferramenta da PNM, previsto pelo Estatuto de Museus, Lei 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013 e Resolução normativa nº 1/2016, que estimula a formalização dos museus. Através desse Registro é possível realizar a criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus. Com essas ações a PNM pretende criar mecanismos de coleta, análise e divulgação de informações sobre os museus brasileiros, com o objetivo de ajudar a melhorar a qualidade dessas instituições e fortalecer as políticas

públicas setoriais. O Registro de Museus pode ser realizado junto ao IBRAM com o preenchimento de formulário específico e envio de documentação solicitada.¹⁶

O Plano Museológico é um “instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade”.¹⁷ Trata-se de um documento, formal e obrigatório, e indispensável para a gestão museal, pois fortalece o museu, identificando a sua missão básica e função específica, e o lugar ocupado por esta instituição no momento atual e para onde a mesma deve caminhar. Essas ações ajudam a instituição no alcance de uma melhor atuação frente à sociedade, utilizando todo o seu potencial para realizar seu trabalho e alcançar seus objetivos de forma mais eficaz.

Portanto, o Plano Museológico é uma ferramenta muito importante na busca do objetivo deste trabalho: tornar o Museu Regional de Entomologia de fato uma instituição museológica, no seu sentido mais completo. A execução dessa proposta foi baseada no livro **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**.¹⁸ Esta publicação foi lançada, em 2016, pelo IBRAM com o objetivo de orientar os museus brasileiros na elaboração de seus planos museológicos.

A criação e manutenção de um museu requerem planejamento e gestão para assegurar a sustentabilidade da instituição. Mais do que ter uma coleção/acervo museológico e se nomear museu, é preciso ser uma instituição adequada ao seu conceito e propósitos, deveres e obrigações, fiscalizada e regulamentada por legislação pertinente.

¹⁶ IBRAM. MUSEUSBR. Rede Nacional de Identificação de Museus. Disponível em: <<http://renim.museus.gov.br/museus-brasileiros-ja-podem-solicitar-seu-registro-junto-ao-ibram/>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

¹⁷ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

¹⁸ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Livro gratuito do IBRAM orienta elaboração de planos museológicos. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/livro-gratuito-do-ibram-orienta-elaboracao-de-planos-museologicos/>>. Acesso em 11 de setembro de 2017.

PARTE I

Capítulo 1

*Falar das musas não é falar do passado. Ao contrário. Por isso, vejo que os museus são lugares de criação, diálogo e preservação do aqui e do agora.*¹⁹

Transformações ocorridas no campo patrimonial e museal e o nascimento dos Museus no Brasil e sua Legislação

Os museus são instituições planejadas para receber os testemunhos do homem e do seu meio, com a finalidade de classificar, estudar, conservar e divulgar seus acervos, que podem ser classificados também como patrimônio cultural. Podemos apontar os museus como peça importante para a guarda de patrimônios materiais (móveis e imóveis) e até mesmo patrimônios imateriais.²⁰

As instituições museológicas são lugares de salvaguarda e estudo de determinada especificidade de uma região, seja ela natural, cultural ou social, configurando-se como um “espaço institucionalizado de memória, o qual se inter-relaciona com o indivíduo e a sociedade por meio do processamento e exposição dos bens culturais concretos e simbólicos...”²¹ Esses bens e objetos, protegidos e guardados, são frutos da humanidade e do seu meio, e nesse sentido podem ser definidos como um patrimônio cultural.

O patrimônio cultural, ou bem cultural, abrange bens materiais e imateriais, sendo algo recebido do passado, vivido no presente e transmitido à futuras gerações, devido ao seu reconhecimento social, possuindo relação com a identidade, ação e memória social de diferentes grupos. O museu é um espaço de diálogo e integração entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial, pois ele não é somente um acervo, mas também uma experiência, uma vivência, uma construção, uma interação.

As mudanças operadas ao longo da história nas concepções do patrimônio e das instituições museais fizeram com que o museu e o patrimônio cultural se constituíssem em ferramentas de inclusão social, estimulando a construção não só do conhecimento, mas também de valores e atitudes nos indivíduos.

¹⁹ CHAGAS, M. S.; NASCIMENTO JUNIOR, J. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007. 184 p. p. 10. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

²⁰ ICOM. Museum Definition. *Op. cit.*

²¹ LOUREIRO, J. M. M. (2003). Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, 32.1: 88-95. p. 88. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15976.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

O patrimônio passou de algo privado, particular, restrito e familiar, para algo social, coletivo e público. O museu transcorreu de uma instituição estática e expositiva para uma instituição cada vez mais dedicada à educação e comunicação, e a serviço da sociedade. Os museus de ciência já foram apenas lugares de armazenamento de diferentes tipos de objetos, porém com as diversas mudanças ocorridas em sua concepção, hoje são considerados lugares de aprendizagem dinâmica, com foco não só em suas coleções, mas também em seu público, influenciando outras categorias de museus.

Os acervos museológicos, que estamos tratando nesse trabalho como um patrimônio cultural, podem ser considerados uma fonte de conhecimento para o enriquecimento individual e coletivo. Para tanto, os museus de ciências, tem um importante papel de ligar esse patrimônio aos sujeitos, produzindo-se conhecimentos e sendo educativo. São espaços de convívio e interação, de construção de conhecimentos e de diálogo de saberes.

Além de serem núcleos importantes para a institucionalização de ações de manutenção de um acervo natural e científico, promovendo a preservação de uma memória cultural, histórica e científica, os museus de ciências têm um importante papel social, pois realizam a investigação e difusão da cultura científica, popularizando a ciência. A ênfase na divulgação científica e o uso de estratégias expositivas possibilitam uma maior participação do público nas atividades operadas no interior das exposições, conscientizando a população sobre a importância da preservação do meio ambiente e do meio em que vivem.²²

Os museus de ciência, focados na questão educacional e social, devem ser locais auxiliares na formação de indivíduos autônomos, participativos e críticos. Desse modo, tal forma de educação possibilita ao indivíduo a compreensão do universo sociocultural em que está inserido.

Historicamente, a concepção de museu está ligada a mostruários, gabinetes de curiosidades, coleções, depósito de objetos e guarda de memória. Na era moderna, o museu passa a agregar novas atividades, e o simples colecionismo transforma-se em ações e práticas de conservação, registro e classificação de objetos. Paralelo às modificações na área da museologia observa-se as alterações na concepção do patrimônio. Novas categorias patrimoniais surgem com objetivo de se proteger a diversidade cultural.

Realizar um estudo através de um traçado histórico sobre as instituições museológicas e sobre o patrimônio nos ajudará a compreender melhor os conceitos referentes à teoria

²² SOUZA, D. M. V. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 155-168, 2009.

museológica e ter conhecimento das características gerais e normas mínimas para atuação dos museus.

As primeiras coleções do Museu Regional de Entomologia da UFV tiveram início em 1927. Até o final da década de 1960, ocorreu uma intensa participação de pesquisadores na organização, preservação, identificação e arquivamento de dados sobre os insetos de Minas Gerais e região. Posteriormente, em virtude da ausência de alguém que cuidasse da coleção, as atividades referentes à conservação e manutenção do acervo entomológico sofreram um declínio significativo, causando consequências marcantes e prejuízos das coleções devido à falta de uma assistência constante na sua preservação.

A ampliação, reorganização e preservação da coleção ocorreram no final da década de 1970, período em que se iniciava a preocupação com a preservação do patrimônio científico brasileiro.²³ Discussões a cerca no tema do museu ganharam destaque após a Segunda Guerra Mundial. O ICOM, criado em 1946, promoveu desde a sua fundação vários debates sobre o tema empenhado na formação de conceitos museológicos. A partir dessas discussões, o museu passou a ter um conceito definido, concepção que teve sua última atualização no ano de 2007.

No Brasil, somente a partir do século XXI, têm início as reflexões sobre os setores museais, motivadas por mudanças, como a diminuição das desigualdades sociais e o início do processo de democratização da cultura, que marcam o momento do país. Todas essas transformações proporcionaram a criação de órgãos gestores dos museus e do seu patrimônio musealizado, além de legislação específica, com objetivo de tornar essas instituições espaços de educação e aprendizagem e de apropriação por todos os brasileiros.

Todas estas questões serão analisadas de forma mais aprofundada nos itens a seguir.

1.1. Transformações ocorridas no campo do patrimônio

O conceito de patrimônio é constantemente usado para designar “o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio

²³ VALENTE, M. E. A.; HANDFAS, E. R. O patrimônio cultural científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. **Revista Ciências Estratégicas**, Medelín, v. 20, n. 28, jul-dez 2012, p. 271-284. Disponível em: <<https://revistas.upb.edu.co/index.php/cienciasestrategicas/article/view/1750/1689>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

ambiente”,²⁴ fato que demanda uma explicação mais detalhada da sua definição e um entendimento de sua abrangência conceitual.

O termo patrimônio faz referência a um bem ou ao conjunto de bens culturais e naturais, com reconhecido valor para uma cidade, estado, país ou humanidade, sendo propriedade coletiva de uma sociedade, onde sua preservação permite que a população faça uso de um legado recebido do passado e o transmita a futuras gerações.²⁵

A palavra patrimônio significa “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”²⁶. O patrimônio faz referência à memória de um grupo, transmitida de uma geração a outra, criando vínculos e afinidades entre os indivíduos. Seu termo teve usos diversos e é algo que vem sendo construído e ressignificado ao longo de décadas.

Usualmente, patrimônio não existe isolado. Só existe em relação a alguma coisa. No final do século XX, a noção de patrimônio foi consideravelmente ampliada, de modo a integrar, progressivamente, o conjunto de testemunhos materiais do Homem e do seu meio. Assim, o patrimônio científico e, o patrimônio industrial, foram progressivamente integrados à noção de patrimônio.²⁷ O “patrimônio cultural imaterial” é outro desses patrimônios incorporados recentemente como evidência da dimensão imaterial dos testemunhos do Homem.²⁸

Na Antiguidade, objetos e obras de arte eram preservados por motivos religiosos, colecionistas, políticos e culturais, sendo restrito a pequenos e privados grupos da sociedade, como aristocratas e membros da Igreja Católica. A partir do século XVIII ocorre uma mudança na significação dada a esses objetos e atribuição de novos valores na guarda e preservação destes, sobretudo após a Revolução Francesa, onde

...o significado de patrimônio estendeu-se do privado, dos bens de uma pessoa ou de um grupo de pessoas – a nobreza -, para o conjunto dos cidadãos. Desenvolve-se a concepção do bem comum, e ainda de que alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto da nação. É no período pós-revolucionário que obras de arte, castelos, prédios e também paisagens vão constituir todo um arsenal de bens a serem preservados para um

²⁴ SOUZA, M. A.; BORGES, L. B.; SARMENTO, T. N.; FREITAS, M. G.; ROSA, L. J. B. Educação Patrimonial: um diálogo sobre a preservação de patrimônios históricos e culturais. 11º. FEPEG. Fórum Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão. Universidade, Sociedade e Políticas Públicas. UNIMONTES. 2017. Disponível em: <<https://www.fepeg.unimontes.br/anais/download/707>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

²⁵ ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. Edições Loyola: São Paulo, 2003.

²⁶ LITTRÉ, M. P. E. **Dictionnaire de la langue française**. 1875. Paris: Hachette. Apud CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. 3a. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006. p. 11.

²⁷ DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. *Op. cit.*

²⁸ CARVALHO, A. A. R. **Os museus e o patrimônio cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011.

conjunto maior de pessoas. A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição²⁹.

A sociedade francesa passou por uma transformação histórica após a queda da monarquia absolutista. Privilégios feudais, aristocráticos e religiosos desapareceram frente à emergência de grupos políticos radicais, representantes das “massas nas ruas” e de camponeses das regiões rurais do país. Os bens pertencentes a uma pequena parcela hierárquica de monarcas e religiosos do alto clero francês passaram a pertencer ao povo francês, ou seja, do privado para o público.

Os motins e destruições ocorridos no decorrer do processo revolucionário francês de 1789 comprometeram a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Tal fato suscitou a necessidade de os revolucionários conservarem os “testemunhos” da história francesa, julgados referências da história nacional e do interesse público. De todo modo, ao repelir a pilhagem e a destruição dos imóveis e das obras de arte pertencentes ao clero e à nobreza, o Estado os tomou como bens elevados à condição de propriedade pública.³⁰

Iniciava-se um processo de ampliação das formas de tratamento desses bens, com surgimento de políticas preservacionistas e legislações específicas devotadas à manutenção e restauração desse patrimônio. Em meio a essas legislações voltadas para a gestão patrimonial, havia a preocupação em garantir que esses bens fossem utilizados de forma coletiva, com finalidade científica e também educacional. O pertencimento desse patrimônio à sociedade, ou seja, ao coletivo, daria “margem para a atuação dessa sociedade na preservação do mesmo, garantindo assim a sua permanência para as próximas gerações”.³¹

O patrimônio nacional, além de constituir uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território nacional, estaria também referido ao que de melhor a humanidade produziu. A noção de preservação de obras de artes e bens de valor histórico e simbólico nos uniria à ideia de preservação de um acervo teoricamente disponível para toda a humanidade. Era, preciso, portanto, preservar um grande acervo de realizações, comum a todo o gênero humano. Esboçava-se assim, a noção de patrimônio da humanidade.³²

No decorrer do século XIX, estruturas públicas e privadas foram organizadas devotadas à seleção, conservação e salvaguarda de bens materiais como: edificações,

²⁹ ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: DP&A. Lamparina Editora. 2003. 316 p. p. 35.

³⁰ PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136 p. p. 19.

³¹ DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 07 de abril de 2011. p. 52.

³² ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. *Op. cit.* p. 36.

monumentos e objetos de arte. Os bens selecionados eram considerados representantes autênticos das riquezas nacionais, designados como patrimônios. Em 1913 foi implementado o *classement*, que era um instrumento legal de proteção ao patrimônio, com normas que impediam a destruição dos monumentos nacionais franceses. Desde então essa prática começou a ser difundida entre alguns países ocidentais que elegeram legislações específicas para o tratamento de seu patrimônio.³³

Por volta de 1930 iniciava-se uma preocupação com o crescimento urbano, com a qualidade de vida nas cidades e com a necessidade de se preservar alguns patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos nacionais, que seriam também patrimônios mundiais. Diversas autoridades de diferentes áreas de conhecimento mobilizavam-se em torno dos governos na busca de soluções para esses impasses, com a elaboração de diretrizes que resolvessem os principais problemas das grandes cidades que estavam em acelerado crescimento nas décadas de 30 e 40, “sem comprometer os monumentos ou edificações arquitetônicas consideradas portadoras de excepcionais valores artísticos ou históricos”.³⁴ Essas ações, no entanto, acabaram sendo interrompidas devido ao surgimento da Segunda Guerra Mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, o discurso do patrimônio e as políticas de preservação sofreram importantes transformações e ganharam força com o “desejo das nações de preservar os restos de um passado materializado em seus territórios e, ainda, não devastados... temos o marco simbólico de uma nova ordem de transmissão cultural”.³⁵

Dessa forma, o período pós-guerra, especialmente no território europeu, foi marcado pela reconstrução de símbolos culturais. O choque causado por esse grande conflito bélico marcou o início da preocupação com a integridade humana e paz mundial, com o incentivo à criação de órgãos que estimulassem experiências voltadas para a educação e o desenvolvimento da ciência e tecnologia, com finalidade construtiva e humanitária.³⁶

Nesse contexto, foi criada em 16 de novembro de 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO),³⁷ com o objetivo de promover,

³³ PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. *Op. cit.*

³⁴ *Ibid.* p. 20.

³⁵ DA SILVA, S. S. Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos? **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS Unirio**. MAST-vol, v. 5, n. 1-2012, p. 157, 2007. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/128/182>>. Acesso em 23 de novembro de 2016.

³⁶ PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. *Op. cit.*

³⁷ “A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da

inclusive, ações em favor dos direitos humanos e do patrimônio histórico, atraindo e disseminando práticas que estimulassem a implementação de políticas públicas favoráveis à conservação dos bens patrimoniais em varias partes do mundo, inclusive no Brasil.³⁸

A UNESCO representava a proposta de criação de mecanismos capazes de colocar, em relação, várias culturas nacionais. Uma nova questão que tomou vulto naquele momento foi sobre o conceito antropológico de cultura. Contrapondo-se às tendências racistas que haviam desencadeado a guerra que acabara de acontecer, o conceito antropológico de cultura foi apropriado como antídoto aos conflitos entre os povos. Cientistas sociais, especialmente antropólogos, foram chamados para traçar planos de ação e de investigação, na área do patrimônio, que contemplassem as chamadas diversidades culturais.³⁹

“Delineava-se a ideia de que havia um patrimônio cultural a ser preservado e que incluía não apenas a história e a arte de cada país, mas o conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões”.⁴⁰ A cultura pode ser definida como “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.⁴¹ A cultura é compreendida por diversos estudiosos como um termo polissêmico, centrada na diversidade dos modos de vida, dos costumes, dos símbolos ou das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva.⁴² As práticas culturais estão intimamente ligadas à identidade, que pode ser entendida como “fonte de significado e experiência de um povo”.⁴³ Esses significados se manifestam nos símbolos, no caso, bens ou patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

Além da identidade, o patrimônio cultural nos remete a questões relacionadas com a memória, a coletividade e a herança, onde bens culturais materiais (edifícios, objetos e monumentos) e bens culturais imateriais (lugares, celebrações, ritos e saberes) são transmitidos de gerações em gerações⁴⁴.

cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação”. ONUBR. Unesco. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em 24 de novembro de 2016.

³⁸ PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. *Op. cit.*

³⁹ ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. *Op. cit.* p. 36 e 37.

⁴⁰ *Ibid.* p. 37.

⁴¹ BURKE, P. **O que é história cultural?**. Zahar, 2005. p. 43.

⁴² BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. (Org.); GOMES, P. C. C. (Org.); CORREIA, R. L. (Org.). Olhares geográficos. Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. V. 1. 192 p.

⁴³ CASTELLS, M. **O Poder da Identidade** (vol. II). São Paulo, Paz e Terra, 1999. p. 22.

⁴⁴ DA SILVA, Sandra Siqueira. **Patrimonialização, cultura e desenvolvimento**. *Op. cit.*

Dessa forma, o bem cultural, ou o patrimônio cultural, é algo recebido do passado, vivido no presente e transmitido à futuras gerações, devido ao seu valor identitário, memorialístico e histórico, e reconhecimento social de um grupo, sendo propriedade de todos os cidadãos. É considerado patrimônio cultural e natural o conjunto dos elementos arquitetônicos, urbanísticos, arqueológicos, paleontológicos, ambientais, ecológicos e científicos que identificam e referenciam a identidade social de um coletivo e o meio em que vivem.⁴⁵

Em 1970, ocorreu em Paris uma Conferência Geral da UNESCO, com aprovação da “Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais”. Essa convenção estabelecia uma lista dos bens que mereceriam a atenção da comunidade internacional, cabendo aos Estados o controle e tutela dos mesmos. Em seu artigo 1º ficou estabelecido que a expressão “bens culturais”⁴⁶ significa

quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência...⁴⁷

Dentre esses bens estão presentes as seguintes categorias:

- a) as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico;
- b) os bens relacionados com a história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;
- c) o produto de escavações arqueológicas (tanto as autoridades quanto as clandestinas) ou de descobertas arqueológicas;
- d) elementos procedentes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares interesse arqueológicos;
- e) antiguidades de mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados;
- f) objetos de interesse etnológico;
- g) os bens de interesse artísticos;
- h) manuscritos raros e incunábulos, livros, documentos e publicações antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário etc.), isolados ou em coleções;

⁴⁵ ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. *Op. cit.*

⁴⁶ “A presente definição de bens culturais foi promulgada no Brasil pelo Decreto n. 72.312, de 31 de maio de 1973”. FERREIRA, R. C. Cultura imaterial e educação patrimonial: notas sobre museus e o valor educativo do patrimônio intangível. **Museologia e Patrimônio**, v.3, n.2, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/133/136>>. Acesso em 12 de março de 2018.

⁴⁷ UNESCO. Brasília Office. Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais: Paris, 12-14 de novembro de 1970. Brasília: Senado Federal, 1972. BR/1972/ PI/H/1. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001606/160638por.pdf>>. Acesso em 12 de março de 2018.

- i) selos postais, fiscais ou análogos, isolados ou em coleções;
- j) arquivos, inclusive os fonográficos, fotográficos e cinematográficos;
- k) peças de mobília de mais de cem anos e instrumentos musicais antigos.

No Brasil, com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, o discurso do patrimônio cultural começa a ganhar forma. Nesse período foram criadas algumas instituições culturais com o propósito de dar “ares europeus” ao Brasil, como: Jardim Botânico (1808), Biblioteca Nacional (1810), Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (1818) e Arquivo Nacional (1838). O objetivo era constituir locais de trocas de conhecimento e de valorização das ciências, influências do pensamento iluminista.⁴⁸

Porém, a questão da preservação do patrimônio brasileiro ganha impulso na década de 1920, muito com foco na arquitetura, quando os primeiros projetos de lei com esse tema foram elaborados. Todo esse embate teve início devido a questões relacionadas à necessidade do Brasil em se desprender culturalmente de sua metrópole portuguesa, buscando-se assim, uma identidade nacional. O pensamento era de se buscar o progresso e a modernidade com o propósito de apagar o passado colonial. Reformas urbanas foram realizadas. No Rio de Janeiro, no ano de 1904, ocorreu a abertura da Avenida Central implicando no arrasamento de extensa área do antigo núcleo colonial. Em São Paulo, reformas de fachadas e urbanas foram realizadas visando a modernização e a modificação do “velho burgo colonial”.⁴⁹ Episódios assim ocorreram também em outras cidades brasileiras.

Entretanto, em contraposição a esses acontecimentos, a partir de 1914, outras vozes surgiram em defesa daquilo que seria considerado “Arte Tradicional Brasileira”, com a valorização das raízes nacionais na arquitetura. No entanto, curiosamente, essa raiz nacional nada tinha a ver com a arte dos habitantes genuínos brasileiros – os indígenas – mas sim com a “tendência regionalista inglesa conhecida como *Arts & Crafts*, que muito contribuiu para o surgimento da arquitetura moderna, no início do século XX”.⁵⁰ Surgia assim o estilo neocolonial ou arquitetura neocolonial que indiretamente proporcionou a necessidade de preservação da arquitetura colonial, incentivando iniciativas preservacionistas desse estilo, na década de 1920.

Na década de 1930, o discurso de proteção patrimonial começa a ganhar mais consistência. Em 1933, a cidade mineira de Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional,

⁴⁸ DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS**. *Op. cit.* p. 54.

⁴⁹ PINHEIRO, M. L. B. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 3, p. 4-14, 2006. p. 05. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274>>. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

⁵⁰ *Ibid.* p. 5.

devido ao seu conjunto arquitetônico e urbanístico.⁵¹ Em 1934, foi criada a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN) com o propósito de inspecionar as edificações de valor histórico e artístico e controlar o comércio de objetos de arte e antiguidades. Em 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, que em seu artigo 148 citava como dever do Estado, dentre outros, a proteção de “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”.⁵² A Inspeção foi o primeiro órgão nacional voltado para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e suas atividades ocorreram até 1937, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),⁵³ “com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”.⁵⁴ O SPHAN funcionou com essa denominação no período de 1937 a 1946 onde passou a se chamar IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O patrimônio cultural brasileiro pode ser dividido em três grandes grupos ou sítios patrimoniais: naturais, culturais e mistos. Os sítios patrimoniais naturais referem-se ao meio ambiente e “são constituídos por formações físicas, biológicas ou geológicas excepcionais, habitats animais, vegetações ameaçadas e áreas que tenham valor científico, histórico ou estético”. Os sítios patrimoniais culturais abrangem a “produção intelectual humana armazenada ao longo da história”. Os sítios patrimoniais mistos reúnem elementos naturais e culturais e abrange os bens culturais resultantes do processo de sobrevivência humana.⁵⁵

Os bens culturais que formam esses três grupos ou sítios, também se dividem em bens materiais (ou tangíveis) e bens imateriais (ou intangíveis). Além disso, os bens materiais (ou tangíveis) se subdividem em bens materiais móveis e bens materiais imóveis. Os bens móveis são compostos por: objetos de arte, objetos litúrgicos, livros e documentos, fósseis, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais e arquivísticos, etc. Os imóveis são compostos por: monumentos, núcleos urbanos e edifícios, templos, bens individuais, sítios

⁵¹ IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Histórico de Ouro Preto (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

⁵² BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

⁵³ IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inspeção de Monumentos Nacionais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspecao-de-monumentos-nacionais-1934-1937>>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

⁵⁴ BRASIL. LEI Nº. 378, DE 13 DE JANEIRO DE 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

⁵⁵ PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. *Op. cit.*

arqueológicos e paisagísticos, etc. Os bens imateriais (ou intangíveis) são compostos por: ideias, crenças, costumes, tradições, danças, rituais, festas, saberes etc.⁵⁶

O Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, definia patrimônio como o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Já em 1988, a nova Constituição Federal, em seu artigo 216, substituiu a denominação Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por Patrimônio Cultural Brasileiro, ampliando seu conceito e definindo patrimônio cultural como: bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.⁵⁷

Nessa requalificação promovida pela Constituição, o patrimônio passa a abranger

as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁵⁸

Na sociedade contemporânea, o abarcamento de “novos patrimônios” faz surgir o patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia (C&T), conceito relativamente recente e ainda carente de definição e delimitação teórica, possuindo dupla derivação: “por um lado, patrimônio cultural e, por outro, da ciência e tecnologia – o que introduz interseções e campos múltiplos, onde patrimônios diversos, antigos e recentes, se encontram e se misturam, tornando complexa a delimitação das suas fronteiras”.⁵⁹

Devido a essa crise epistemológica, no campo do patrimônio, variados termos podem ser utilizados para designar um mesmo objeto: ‘patrimônio científico’, ‘patrimônio histórico-científico’, ‘patrimônio da ciência’. Além disso, a origem institucional pode fazer surgir ainda outros termos como ‘patrimônio universitário’ e ‘patrimônio escolar’.⁶⁰

No Brasil, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) é um museu de ciência e tecnologia (C&T), instituição pública vinculada diretamente ao Ministério da Ciência e

⁵⁶ PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. *Op. cit.*

⁵⁷ IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ GRANATO, L.; LOURENÇO, M. C. Preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: uma parceria luso-brasileira entre o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Portugal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **Ciência da Informação**, v. 42 n. 3, p.435-453, 2013. P. 436. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/1373/1551>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

⁶⁰ *Ibid.*

Tecnologia, que cuida da memória científica brasileira, tendo como missão: “ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da história da ciência e tecnologia no Brasil.”⁶¹

Buscando-se contribuir para a preservação do patrimônio de C&T em outras instituições brasileiras, o MAST sempre articulou parcerias com o objetivo de se identificar e registrar acervos de interesse, sensibilizando órgãos detentores de patrimônios para a sua preservação ou incentivando-os a doá-los em caso de não haver possibilidade de conservação.⁶²

Em 2009, o MAST iniciou um projeto de pesquisa com o objetivo de realizar um levantamento nacional dos conjuntos de objetos que fazem parte do patrimônio cultural de C&T visando colaborar para o processo de socialização desses acervos. O resultado foi a publicação do livro **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores**, como resposta ao desafio de se tornar acessível à sociedade “o lugar ocupado pelos bens culturais provenientes da ciência e tecnologia ao longo do seu percurso, no espaço e no tempo, como processo de construção identitária de um país”.⁶³

Um dos destaques do livro é o primeiro capítulo, que trata das reflexões que resultaram na elaboração da “Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia”, documento idealizado no “IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia”, realizado no MAST, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2016. A Carta foi divulgada formalmente em julho de 2017, no seminário "Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia: construindo políticas para novos patrimônios", realizado no MAST.⁶⁴

A Carta faz várias considerações a cerca da grande influência da ciência no desenvolvimento da sociedade e no desenvolvimento tecnológico, e referencia diversos documentos em que é citado o patrimônio da ciência e técnica, sob diferentes formas: a Constituição Federal de 1988 (já citado anteriormente), no art. 216, a Carta de Atenas (1931), a Recomendação de Paris (1964), a 15ª Conferência Geral da UNESCO (1968), a Convenção de Paris (1970), a Convenção de Paris (1972), a 17ª Conferência Geral da UNESCO (1972), e

⁶¹ GRANATO, L.; LOURENÇO, M. C. Preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia... *Op. cit.* p. 438.

⁶² *Ibid.*

⁶³ GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAÚJO, B. M. (Org.). *Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. 332p. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/index.html>. Acesso em 18 de junho de 2018.

⁶⁴ *Ibid.*

a Carta de Burra - Austrália (1980). Considera ainda que é dever do Poder Público, em colaboração com a sociedade, a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, do qual os bens culturais de ciência e tecnologia são integrantes, e “afirma que grande parte dos itens que poderiam compor o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia já se perdeu e que aqueles ainda existentes se encontram em situação de alto risco de desaparecimento”.⁶⁵

A Carta ainda apresenta cinco definições sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, das quais destacamos:⁶⁶

1. constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural.
2. inclui artefatos, construções humanas e paisagens naturais, locais de observação do céu noturno, observatórios astronômicos e geofísicos, estações meteorológicas e agrônômicas, laboratórios, museus, inclusive jardins botânicos e zoológicos, e locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experimentos, conservar coleções científicas, propiciar aprendizagem e o intercâmbio de ideias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados.
3. são objetos de significação cultural da ciência e da tecnologia as coleções científicas de todas as áreas do conhecimento (Saúde, Humanidades, Engenharias, Ciências Exatas, Biológicas, Linguagens Artísticas, Comunicação e Informação, etc.), instrumentos científicos de todos os tipos, máquinas e montagens, cadernos de laboratório, cadernos de campo, livros, fotografias, entre outros tipos de documentos, públicos e privados, relacionados aos processos de construção do conhecimento científico e tecnológico.
4. fazem parte do patrimônio cultural intangível da ciência e da tecnologia as dinâmicas desenvolvidas para as atividades científicas e de incremento tecnológico em laboratórios, as práticas de ensino e pesquisa, o saber-fazer científico, entre outros.

A preservação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia é primordial para a construção dos saberes científicos. Esse conhecimento é base essencial para se estabelecer estratégias de políticas para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. “Preservar (pesquisar, conservar e divulgar) as coleções de objetos de C&T significa contribuir para o

⁶⁵ GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAÚJO, B. M. (Org.). Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia... *Op. cit.* p. 16.

⁶⁶ *Ibid.* p. 17.

processo de conhecimento da história da ciência e, também, conhecer o processo de construção intelectual e material dessas instituições”.⁶⁷

Considerando que os saberes e as práticas científicas se inserem na produção cultural e intelectual do homem e que a tecnologia está estritamente relacionada ao seu cotidiano, a preservação do patrimônio científico tem importância significativa para o entendimento dos processos das descobertas e da construção do conhecimento e suas implicações no desenvolvimento político e cultural das sociedades.⁶⁸

As informações e conhecimentos sobre o patrimônio cultural constituem-se em ferramentas importantes para a gestão patrimonial. Órgãos gestores do patrimônio devem atuar no sentido de promover a identificação, preservação, fiscalização, proteção e difusão dos bens culturais considerados representativos de diversos setores da sociedade, para serem utilizados de forma coletiva e para que futuras gerações tenham acesso àquilo que já existiu ou foi produzido.

Com respeito à legislação, a preservação do patrimônio cultural de um país é assegurada por meio de instrumentos legais de proteção, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

No Brasil, o IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. “Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”. O IPHAN foi criado em 1936, por meio da Lei n.º 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com regulamentação em 13 de janeiro de 1937. “O IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da UNESCO, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003”.⁶⁹

Minas Gerais é um dos Estados brasileiros que possui o maior número de bens tombados. Além disso, é o Estado com maior concentração de bens declarados Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A Superintendência do IPHAN em Minas Gerais atua na

⁶⁷ GRANATO, M. As exposições e o uso de acervos em museus de ciência e tecnologia. In: **Museus e Comunicação – Exposições como objeto de estudo**. RJ: Museu Histórico Nacional, 2010. 237- 257. p. 239. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=19629>>. Acesso em 12 de junho de 2018.

⁶⁸ VALENTE, M. E. A.; HANDFAS, E. R. O patrimônio cultural científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. *Op. cit.* p. 281.

⁶⁹ IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

preservação do patrimônio cultural e desses bens tombados como: conjuntos urbanos protegidos que reúnem milhares de edificações; inúmeros acervos de obras de arte e documentos, entre outros bens; a cidade de Ouro Preto (o primeiro conjunto urbano tombado pelo IPHAN); o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (com as esculturas dos Profetas, de Aleijadinho, dentre outras obras); o centro histórico de Diamantina; e o Conjunto Moderno da Pampulha. Minas possui como destaque também os sítios arqueológicos, estudados desde o século XIX, e as linhas da arquitetura moderna da Pampulha, localizado na capital mineira. Dentre os bens imateriais protegidos, destacam-se o Ofício de Sineiros, o Toque dos Sinos, e o Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas – “prática cultural que é a síntese de um conjunto de experiências, símbolos e significados, que definem a identidade mineira, reconhecida por todos os brasileiros”.⁷⁰

Além do IPHAN, Minas Gerais possui o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA-MG, fundação criada em 1971 que atua na preservação do patrimônio cultural mineiro. Compete ao Instituto a pesquisa, proteção e promoção dos bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federais. Além das ações de salvaguarda do patrimônio de Minas Gerais, o IEPHA-MG possui como principais atividades: supervisão de obras de restauração de bens culturais, implementação de ações de cooperação municipal (por meio do ICMS Patrimônio Cultural) e produção de inventários, dossiês de registro e tombamento.⁷¹ Ademais, o Estado de Minas possui o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP – “órgão colegiado de natureza deliberativa, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura, ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais”.⁷²

Nos últimos vinte anos, ocorreu um crescimento nos processos de patrimonialização⁷³ e proteção patrimonial, onde o patrimônio é um importante instrumento para educar uma população a respeito de sua existência e permanência, proporcionando uma valorização do passado. A apropriação do patrimônio é uma importante ferramenta na reconstrução e

⁷⁰ IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN – Minas Gerais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg>>. Acesso em 16 de abril de 2018.

⁷¹ IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. O IEPHA. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha>>. Acesso em 16 de abril de 2018.

⁷² Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Legislação Mineira. Lei Delegada 170, DE 25/01/2007. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=170&ano=2007&tipo=LD>> Acesso em 16 de abril de 2018.

⁷³ “A patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural”. DA SILVA, Sandra Siqueira. **Patrimonialização, cultura e desenvolvimento**. *Op. cit.* p. 109.

manutenção de tradições que poderiam ficar relegadas ao passado. O contato com os bens patrimoniais possibilita uma experiência, acessível a todos, que permite uma compreensão do passado do qual um indivíduo é herdeiro, proporcionando uma consciência e conhecimento do presente e auxiliando numa melhora de sua qualidade de vida. Reconhecer um passado cultural é dar um passo na conquista de uma identidade cultural e na compreensão e consciência do presente.

Desse modo, tal forma de educação pode ser um instrumento de “alfabetização cultural” possibilitando ao indivíduo uma melhor compreensão do seu entorno e do universo sociocultural em que está inserido. Tudo isso possibilita o desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e comunidades e, conseqüentemente a valorização de sua cultura, reforço e capacitação para o exercício da autoafirmação.⁷⁴

Quando se perde parte do patrimônio é esquecido um pouco da história. A perda das raízes, crenças, costumes, saber-fazer de um povo acaba estimulando a homogeneização cultural, onde produtos padronizados ganham o mercado, assim a identidade acaba sendo afetada. A homogeneização da cultura, de certo modo, acaba “barrando” o processo de criatividade, de invenção e de criação, em especial, da cultura popular.⁷⁵

O patrimônio tem o poder de preservar e manter viva a história de povos. Para tal é necessário que ele seja protegido, preservado e apropriado pela sociedade ou por seus representantes, de modo a evitar a sua decadência e destruição. “Para que uma nação possa existir, enquanto uma entidade individualizada e independente, ela tem que identificar e apropriar-se do que já é sua propriedade: seu patrimônio cultural”.⁷⁶

Podemos apontar os museus como um importante órgão de guarda de patrimônios culturais. De acordo com o IPHAN,⁷⁷

o museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de

⁷⁴ HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. MUSEU IMPERIAL / DEPROM - IPHAN – MINC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

⁷⁵ DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS**. *Op. cit.* p. 64.

⁷⁶ *Ibid.* p. 61.

⁷⁷ IBRAM. Guia dos Museus Brasileiros. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 592 p. p. 14. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sudeste.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2016.

construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;
III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;
IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;
V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;
VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Todos os bens materiais e imateriais que foram atribuídos valores culturais, tanto de caráter estético, artístico, científico, arquitetônico, histórico etc, formam o patrimônio cultural de uma nação, devendo ser protegidos para o desfrute de futuras gerações.⁷⁸

Os museus são importantes núcleos para a institucionalização de ações que corroboram para a preservação e comunicação de seus acervos, visto que estes podem ser considerados patrimônio cultural, pois são frutos de uma produção humana armazenada ao longo da história, que reúnem elementos naturais e culturais de um determinado grupo.

Nesse sentido, os museus e o patrimônio cultural são duas esferas que se aproximam, inter-relacionando-se de forma ampla e variada. Não pretendemos nesse trabalho problematizar e estabelecer uma única corrente de pensamento a cerca das diversas compreensões dos conceitos de patrimônio cultural. O que queremos é apresentar que existe uma estreita ligação entre museus e patrimônios. Especificamente, com relação à temática desse estudo, queremos mostrar a relação museu de ciências e o patrimônio cultural científico.

1.2. Museus: história e evolução. Compreendendo a construção da concepção de um museu de ciências

Os museus são instituições ou locais planejados para receber os testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio, com o intuito de classificar, estudar, conservar e divulgar esse patrimônio, para fins de pesquisa, educação e deleite.

Em todo o mundo, existem diferentes instituições museológicas, como museus nacionais, estaduais, regionais, históricos, artísticos, etnográficos, antropológicos, científicos,

⁷⁸ GRANATO, M. Et al. Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013) GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/8/395>>. Acesso em 23 de abril de 2018.

tecnológicos, entre outros. Embora haja varias tipologias e diferentes funções atribuídas a esses museus, a conservação e divulgação de seu acervo são características comuns a todos.

Os museus de ciências ou centros de ciências são denominações utilizadas por instituições preocupadas com as ciências de um modo geral. Porém, suas características e funções não são definidas de forma clara, pois podem variar de instituição para instituição, com diferentes objetivos, atividades, instalações, público alvo etc.

Torna-se necessário, então, definir o que se entende por um museu de ciências ou, pelo menos, estabelecer quais as características gerais dessa instituição, fato que demanda um breve relato histórico para o entendimento das transformações ocorridas na instituição museal.

Desde sua criação e ao longo de séculos, as formas e funções dos museus variaram consideravelmente, diversificando-se seu conteúdo, a sua missão, seu modo de funcionamento ou o seu gerenciamento.

A origem da palavra museu está ligada à mitologia e à Historia da Grécia Antiga. A palavra latina *museum* origina-se do grego *mouseion*, que na antiga Grécia era denominado como templo ou santuário das musas, filhas de *Zeus* com a deusa grega *Mnemosine*, divindade que personifica a memória. “Era sobretudo um lugar de inspiração onde a mente podia se desligar da realidade cotidiana”.⁷⁹ A memória tem para esses povos uma condição religiosa, de não se esquecer da existência dos deuses. As obras de artes no *mouseion* eram mais para agradar as divindades do que serem contempladas.

No século II antes de Cristo, foi criada a primeira instituição de que se tem notícia com essa denominação, o Museu de Alexandria, um lugar onde “os estudiosos pudessem ser inspirados pelas musas”.⁸⁰ O museu fazia conjunto com a Biblioteca de Alexandria, uma das mais importantes bibliotecas do mundo antigo, e atuava na época como uma espécie de universidade onde reunia alguns dos mais respeitados e célebres cientistas gregos antigos, possuindo algumas características que se assemelhavam à concepção atual de museu, como a guarda de alguns objetos, estátuas de filósofos e o abrigo de um parque botânico e zoológico.

Séculos depois, o termo museu passou a ser utilizado com outro significado, associado a coleções. Os antigos romanos eram grandes colecionadores. As regiões ocupadas por eles eram saqueadas e os objetos de valor serviam para decorar os palácios dos imperadores, gerais e familiares, ao longo dos séculos. Algumas coleções de imperadores funcionavam

⁷⁹ GASPAR, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico**. 1993. 118 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993. p. 6. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/brasiliانا/media/gaspartese.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.

⁸⁰ FLOWER, D. A. **Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade**. Nova Alexandria, 2010. p. 6.

como reservas econômicas em tempos de guerra e representavam poderio e prestígio social em tempos de paz.⁸¹

Os museus eram verdadeiros depósitos de objetos, muitas vezes fruto das pilhagens feitas pelos países colonialistas no Egito, Grécia, Oriente, Américas e África. Tais objetos eram exibidos como troféus de conquista e eram utilizados para reforçar a nacionalidade e a identidade dos povos dominantes e mostrar uma ‘superioridade’ de sua civilização sobre aquela dos povos dominados.⁸²

Do final da Idade Antiga até a Idade Média, o museu não era uma apropriação do Estado, mas sim da Igreja. Os galpões com relíquias religiosas e as bibliotecas particulares de mosteiros eram considerados “guardiões de memória”. Os museus teriam o papel de guardar a memória divina com o objetivo de se recuperar em vida tudo aquilo que lembrava Jesus e Deus. Nas teorias teológicas, em especial nas concepções agostinianas, a memória era algo divino, dada por Deus, e o homem buscava recuperar em vida tudo aquilo que remetesse a seu Criador. No livro X, das *Confissões*, de Santo Agostinho, a famosa metáfora “vastos palácios da memória” nos remete a um lugar íntimo, à memória pessoal, onde armazenamos as lembranças de que um dia fomos felizes junto ao Criador e que um dia retornaremos. “Contudo, é na memória que Deus é primeiramente buscado”.⁸³

“O cristianismo pregava o despojamento pessoal, o desprendimento dos bens materiais supérfluos”.⁸⁴ A Igreja era a principal receptora de doações e teve um grande papel dentro da história do colecionismo. Monopolizava as produções de arte, controlava o seu conhecimento e selecionava aqueles que eram dignos de conhecê-las, fato que era repartido por poucos indivíduos ligados à realeza e às grandes cortes. A Igreja era a grande força política de então, e usava seu tesouro para fazer alianças, formalizar pactos políticos e financiar guerras. No final da Idade Média, os príncipes começam a formar tesouros privados, com coleções de manuscritos, porcelanas, livros, mapas, moedas e armas.

Por volta do século XVI, durante o Renascimento, “surgiram os primeiros sinais de uma organização que se pode denominar de Museu, a partir de coleções particulares de nobres e estudiosos que cultivavam o prazer de reunir os mais variados objetos”.⁸⁵ Refletindo a

⁸¹ GASPAR, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico**. *Op. cit.*

⁸² FILHO, D. L. O museu no século XXI ou o museu do Século XXI? Fórum Permanente de Museus, março de 2005. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/revista/edicao-0/textos/o-museu-no-seculo-xxi>>. Acesso em 28 de novembro de 2016.

⁸³ RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 109.

⁸⁴ SUANO, M. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.14.

⁸⁵ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007. P. 404. Disponível em <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART10_Vol6_N2.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2016.

atmosfera de desenvolvimento intelectual da época e maior estabilidade econômica, o grande interesse de alguns colecionadores pela Antiguidade Clássica provoca o resgate e a recuperação de antigas esculturas do Império Romano e Grego, que nada tinham a ver com a civilização cristã. Os Príncipes obtinham objetos de todas as partes do mundo com que comercializavam e dos novos mundos que descobriam. As Coleções eram símbolo de poderio das famílias principescas.⁸⁶

Além dessas, havia também outras coleções, “formadas por estudiosos que buscavam simular a natureza em gabinetes, reuniam grande quantidade de espécies variadas, objetos e seres exóticos vindos de terras distantes”,⁸⁷ utilizadas para própria satisfação ou em aulas nas universidades européias. Podemos dizer que aí nasceram as primeiras coleções científicas.

Muitas dessas coleções, principescas e científicas, guardadas em ambientes nomeados de Gabinetes de Curiosidades ou Maravilhas, que marcaram os séculos XVI e XVII nos países europeus, é que deram origem ao que hoje configuramos como museu.⁸⁸

Havia uma necessidade humana de se registrar e guardar na memória tudo aquilo criado por Deus e pelas mãos dos homens. Mas, por outro lado, existia também uma consciência da incapacidade de registro de tudo o que existia somente na memória. Diante disso, os gabinetes seriam importantes espaços para a guarda das coisas existentes no mundo, tanto de objetos de lugares próximos quanto distantes e desconhecidos. A atenção era voltada para o ato de colecionar objetos. A existência destes gerava uma suposição de que haveria outros objetos. Não havia a preocupação com a classificação e nomeação.⁸⁹

Com o passar do tempo, o ato de colecionar foi ganhando força, pois essas coleções eram consideradas sinônimo de poder e relevância social. Podemos dizer que os gabinetes eram uma enciclopédia “viva”, sendo instituições de caráter científico. “Sendo assim, os gabinetes surgem como lugares de memória por excelência. Não uma simples memória enciclopedista, mas uma memória que amplia a sensação de poder, de conhecimento, de

⁸⁶ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências. *Op. cit.*

⁸⁷ JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31. p. 20. Disponível em: <https://identidadememoria.files.wordpress.com/2012/06/cadernodiretrizes_primeiraparte.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2016.

⁸⁸ GONÇALVES, M. L. C. M.; AMORIM, A. C. Gabinetes de curiosidades: paradoxos das maravilhas. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiiinpec/resumos/R1276-1.pdf>>. Acesso em 16 de abril de 2018.

⁸⁹ POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org.) **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. p.151-162. Belo Horizonte; Brasília: Argumentum CNPq, 2005.

pertencimento”,⁹⁰ pois para pertencer ao mundo criado por Deus era necessário ter conhecimento de toda sua obra e mantê-la viva na memória. Com isso, os gabinetes de curiosidades eram considerados locais de estudo da natureza e classificação de todas as espécies do mundo – seres vivos, animais e vegetais. Além disso, havia uma divisão organizacional das coleções desses gabinetes em dois grandes grupos: o *Naturalia* e o *Mirabilia*.

O maior grupo era o *Naturalia*, com grande número de exemplares. Dele faziam parte amostras dos reinos animal, vegetal e mineral. O reino vegetal era representado e registrado em herbários e jardins anexos aos gabinetes. O reino animal possuía como exemplares: fragmentos de ossos, unhas e dentes; aves; espécimes marinhos. Os insetos eram pouco representados, sendo as borboletas os alvos maiores dos colecionadores. O reino mineral possuía como exemplares pedras consideradas raras e com propriedade terapêutica. Do grupo *Mirabilia* faziam parte os objetos frutos da ação humana e antiguidades e artefatos exóticos remetentes a povos desconhecidos (conseguidos com marinheiros e viajantes).⁹¹

As coleções existentes não respeitavam nenhuma ordem de classificação. A não ser a divisão dos dois grupos apresentados acima. E o importante era adquirir o maior número possível de exemplares, pois quanto maior a coleção, em termos quantitativos, maior o poder de conhecimento do seu colecionador. No entanto, em meados do século XVII, a questão da organização e classificação dos artefatos passa a ter importância. “Este incipiente processo de ordenação e classificação marca o início da transição das coleções dos gabinetes de curiosidades para a formação de coleções mais específicas...”⁹² Isso passou a fomentar o estudo e investigação de espécies e culturas diferentes, gerando uma necessidade de se haver locais mais adequados para a guarda de todo esse conhecimento. Muitos colecionadores tornaram-se estudiosos e cientistas, especializados em botânica, zoologia e outras áreas ligadas a esse universo.

Neste contexto, os museus assumiram o papel de instituições de pesquisa, existindo por si sós ou vinculados a centros como universidades e escolas superiores e, em grande parte, subsidiados por governos ou detentores de poder e riqueza. As coleções incorporam de vez um caráter científico, ou seja, destinadas à elaboração do conhecimento baseado em observações, pesquisas e construções teóricas. O desenvolvimento da ciência nos séculos XVIII e XIX encontrou-se, portanto, vinculado ao surgimento e consolidação de inúmeros museus de história natural, com suas coleções especializadas e em constante expansão.⁹³

⁹⁰ POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. *Op. cit.* p. 152.

⁹¹ *Ibid.*

⁹² *Ibid.* p. 157.

⁹³ *Ibid.* p. 159.

Portanto, durante os séculos XVIII e XIX, os Gabinetes de Curiosidades foram desaparecendo e sendo substituídos por instituições oficiais e suas coleções foram transferidas para museus de artes e de história natural que começaram a ser fundados. Teve início a abertura dos museus ao público. No entanto, o acesso a essas coleções era restrito, sendo permitido apenas a familiares ou amigos do colecionador, ou no caso de estudiosos, sendo restrito a especialistas ou estudantes universitários. Mesmo assim, tornava-se crescente o interesse pela cultura e pelas ciências e uma necessidade de se organizar o conhecimento existente, acrescida da reivindicação cada vez maior da sociedade em participar desse conhecimento. “Filósofos e cientistas sugeriam, já nessa época, a criação de museus voltados às ciências”.⁹⁴ Em 1683 foi criado o Museu Ashmoleano, na Universidade de Oxford, primeiro museu público europeu de que se tem notícia, destinado prioritariamente aos alunos da universidade, com fins de pesquisa.

No final do século XVIII, em decorrência da Revolução Francesa, surge a concepção de museu como instituição de preservação de um patrimônio nacional. As reações populares ao autoritarismo extremo dos reis e da nobreza ganhavam forças. Esses movimentos revolucionários abriram definitivamente o acesso às grandes coleções, tornando-as públicas. Na França, ocorreu a transferência dos bens da coroa e do clero à nação. Em princípio, os revolucionários queriam destruir esses bens em revolta à tirania daqueles que detinham o poder, mas ao contrário, o que ocorreu foi a tomada de um sentimento de preservação, afinal de contas todos esses bens não pertenciam aos governantes, mas sim aos governados.

Esse processo destruidor suscita uma reação de defesa imediata, comparável a que foi provocada pelo vandalismo dos reformados na Inglaterra. Contudo, na França em revolução, a postura da reação assume outra dimensão, e outro significado, político. Ela agora não visa apenas a conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional.⁹⁵

A Revolução deu origem à preocupação com a proteção do patrimônio francês, que através de decretos e instruções, institucionalizou procedimentos de preservação.⁹⁶ A ideia de guarda e conservação de um patrimônio surgiu nessa conjuntura. Os burgueses pensavam na educação como a grande arma para o desenvolvimento dos países, e se preocupavam com a organização do saber e do conhecimento para a manutenção do poder recém adquirido e os

⁹⁴ GASPAR, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico.** *Op. cit.* p. 9.

⁹⁵ CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio.** Trad. de Luciano Vieira Machado. 3a. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006. p. 97

⁹⁶ JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. *Op. cit.*

museus seriam instituições de importância para manutenção da classe burguesa como classe dirigente.

A feição pública do museu em seu sentido mais abrangente só se estabeleceu ao final do século XVIII. Com as conquistas da Revolução Francesa e o desenvolvimento do nacionalismo, o ideal enciclopedista expressava-se a partir de uma preocupação educativa com o museu. O caráter público dos museus, que implica que este esteja “aberto a qualquer pessoa”, confere novos atributos à instituição: ser um espaço de convivência social e admitir a noção de patrimônio.⁹⁷

No ano de 1791 as assembléias revolucionárias propuseram a criação de quatro museus, com objetivo político e a serviço da nova ordem, com aprovação da Convenção Nacional em 1792. Em 1793, em Paris, foi criado o Museu do Louvre, “para cumprir a função pedagógica de formar a cultura francesa”.⁹⁸ Também foram criados o Museu dos Monumentos, o Museu de Historia Natural e o Museu de Artes e Ofícios.

A partir dessa movimentação social, outros grandes museus europeus foram criados e colocados à disposição da população, no final do século XVIII e início do século XIX, com o objetivo de ajudar na educação e formação de uma consciência nacional. Intensificava-se a visão do papel educacional dos museus. Nessa época surgiram o Museu Real dos Países Baixos em Amsterdam (1808); o Altes Museums, em Berlim (1810); o Museu do Prado, em Madrid (1819); o Museu de Versailles (1833), o Museu de Cluny e o de Saint German (1862), o Museu de Antigüidades Nacionais de Berlim (1852); o Museu Nacional de Barguello em Florença; os museus de Cultura Popular da Dinamarca (1807), de Berguem na Noruega (1828) de Helsink, na Finlândia (1849) e de Stocolmo (1891).⁹⁹

Ainda no século XIX, no Brasil foram criados a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, inaugurado em 1815, como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1818. Nacionalmente, os museus de história natural eram conhecidos como museus de ciências.

Nesse sentido temos um dos mais antigos museus de ciências do mundo, o Museu Nacional. Criado por D. João VI a 6 de junho de 1818, com a denominação de Museu Real, dava continuidade à Casa de História Natural apelidada popularmente de “Casa dos Pássaros”, criada pelo décimo-segundo vice-rei do Brasil, Luiz de Vasconcelos e Souza, e abandonada pelo seu sucessor. Seu acervo básico era constituído por uma coleção de mineralogia comprada a Werner, eminente professor de Friburgo, e mais tarde foi

⁹⁷ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.* p. 404.

⁹⁸ DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS.** *Op. cit.* p. 52.

⁹⁹ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.*

acrescido da coleção de zoologia de sábios naturalistas que viajaram pelo Brasil, como Langsdorff, Natterer e Von Sellow.¹⁰⁰

Várias outras instituições museológicas surgiram, tanto na Europa como nos Estados Unidos, porém, nem sempre com uma avaliação positiva. Na realidade, a maioria da população, que seria a parte interessada e esperada para frequentar esse tipo de estabelecimento, não teve interesse em visitar. As obras e objetos presentes nos museus não agradavam e nem eram compreendidas pelas camadas sociais de menor nível cultural. “A imponência das edificações, a desorganização na apresentação das coleções e o despreparo dos visitantes para usufruir o que lhes era apresentado levaram o público a se afastar dos museus”.¹⁰¹ Esperava-se a divulgação e popularização do patrimônio cultural então existente, fato que não ocorreu. Durante décadas, os museus viveram uma época infértil e sem valorização de seu patrimônio. Até mesmo o Louvre, “criado em 1793 em consequência da nacionalização dos bens da coroa ocorrida durante a Revolução Francesa, por razões ideológicas e políticas, teve pouca repercussão popular”.¹⁰²

Porém, mesmo sem prestígio social, aumentava-se o número de museus em todo mundo. Os curadores e gestores procuravam formas mais eficientes de conservar e apresentar suas coleções, a fim de enfrentar essa desvalorização.¹⁰³

Os Museus que, na antiguidade, foram considerados centros de estudo e pesquisa intensa, acabaram tendo sua importância reduzida, principalmente com o surgimento das universidades. Dessa maneira, os Museus passaram a ser considerados, até o final do século XIX, locais destinados a “guardar a memória”, ou seja, espaços eleitos para a preservação de objetos símbolos de uma história heróica. Nesses espaços predominava a presença da nobreza real; ao povo, sobrava o papel de mero visitante.¹⁰⁴

Nos Estados Unidos, os museus desenvolviam-se de forma diferente, com importantes inovações no campo da educação. Grandes instituições foram criadas voltadas a sociedade e gerenciadas de forma capitalista, unindo interesses públicos e privados. Para acesso às coleções era necessário pequeno pagamento. Em 1872 foi criado o Museu Metropolitano de Nova Iorque, “o maior e mais importante museu das Américas e aquele que, entre todos os museus ocidentais, engloba o período mais longo da história humana, com quase cinco mil anos de nossa história representado”.¹⁰⁵

¹⁰⁰ GASPAR, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico.** *Op. cit.* p. 18.

¹⁰¹ *Ibid.* p. 10.

¹⁰² *Ibid.* p. 11.

¹⁰³ *Ibid.*

¹⁰⁴ DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS.** *Op. cit.*

¹⁰⁵ SUANO, M. **O Que É Museu.** *Op. cit.* p. 32.

Enfatizando a educação, os museus americanos procuravam tornar acessível ao público as conquistas mais modernas da ciência e da tecnologia. A divulgação científica ganhava grande destaque nos Estados Unidos, com a criação de associações e academias de ciências, popularizando-se os museus de história natural. “O desenvolvimento da ciência no século XIX tirou da coleção o caráter de simples curiosidade e deu-lhe o estatuto científico que até hoje a acompanha”.¹⁰⁶ Essa ideia começou a disseminar também pela Europa e um dos marcos dessa tendência foi a criação do Museu de Ciências de Munique em 1908. Essa prática inovadora influenciou outras instituições importantes, como o Palácio das Descobertas, criado em 1937, em Paris, e o Museu de Ciências de Londres, que adotaram o mesmo procedimento.¹⁰⁷

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, tendo em vista o enfoque na busca de uma sociedade mais moderna, ganham destaque os museus de ciência e técnica. Dentre os fatores que contribuíram para o surgimento desse tipo de museu estão: a Revolução Industrial, que colocou a ciência e a técnica no centro do progresso e do desenvolvimento das sociedades modernas; o surgimento emergencial das ideias de nação e estados-nação, a expansão do acesso a bens culturais por parte da burguesia com maior poder aquisitivo e as grandes exposições em que diferentes países disputavam o uma posição de destaque político e social, através do uso da ciência e tecnologia.¹⁰⁸

As exposições desses espaços eram realizadas numa esfera educativa, com maior aproximação do público, no intuito de ampliar o conhecimento e a influência da ciência e da técnica na indústria produtiva. Na realidade, essa tipologia de museu tinha como intenção a educação do público com o objetivo de se alcançar um “ideário nacionalista e positivista”.¹⁰⁹

Os museus de ciência e tecnologia criados neste período exerceram um papel fundamental nesta nova maneira de lidar com os visitantes. Diferentemente dos museus de história natural, que tiveram seus antecedentes nos gabinetes de curiosidades, os museus de ciência e tecnologia foram “criados com fins essencialmente utilitários”, isto é, foram planejados a partir de objetivos que contemplavam uma perspectiva pedagógica.¹¹⁰

¹⁰⁶ SUANO, M. **O Que É Museu**. *Op. cit.* p. 74.

¹⁰⁷ GASPAR, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico**. *Op. cit.*

¹⁰⁸ GRANATO, M.; LOURENÇO, M. C. O Patrimônio Científico do Brasil e de Portugal: uma introdução. In: GRANATO, Marcus e LOURENÇO, Marta. Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto. Rio de Janeiro, MAST, 2010, p.7-14.

¹⁰⁹ *Ibid.* p. 8.

¹¹⁰ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.* p. 406.

No entanto, a partir de meados do século XX, a concepção de museu começa a ser ressignificada¹¹¹ e os museus de ciência passam por um processo de transformação. A busca era por um museu dinâmico, focado na comunicação, educação e difusão da cultura, onde o sujeito principal é aquele que o visita. “A percepção do visitante é o enfoque principal, em detrimento da apresentação dos testemunhos do passado”.¹¹²

Devido a um período marcado pela reconstrução de símbolos culturais, em especial no território europeu, foi criado em Paris, no ano de 1946, o ICOM, vinculado à UNESCO. O ICOM surgiu com a missão de supervisionar a restauração e a reconstrução do patrimônio museal¹¹³ e hoje trabalha para a sociedade e seu desenvolvimento, dedicando-se na asseguuração da conservação e proteção dos bens culturais.¹¹⁴

Mais recentemente, empenhado na formação de conceitos museológicos, o ICOM promoveu vários debates sobre o tema, demonstrando um maior interesse em que a instituição museal esteja inserida dentro de um contexto social. De acordo com seus Estatutos, adaptados pela 22ª Assembléia Geral, ocorrida em Viena, na Áustria, em 24 de agosto de 2007, o museu passa a ser definido internacionalmente como

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite.¹¹⁵

A Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em novembro de 2015, aprovou a “Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade”, na qual se destaca o papel social dos museus enquanto

espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas. Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à

¹¹¹ [“...essa nova postura de relegar a segundo plano objetos históricos enfatizando as exposições interativas voltadas a educação do público em ciências firmou-se depois da Segunda Guerra Mundial. Ao invés de focalizar o passado, a maioria dos novos museus e centros de ciências passou a se preocupar com o presente e o futuro, e muitos deles não têm qualquer acervo histórico. Substituíram as coleções de objetos por exposições e experimentos destinados a um maior envolvimento e aprendizagem dos visitantes, além da preocupação em fornecer informações atualizadas em ciências e tecnologia de uma forma educativa e agradável”. GASPARD, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico.** *Op. cit.* p. 13.

¹¹² GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.* p. 406.

¹¹³ DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS.** *Op. cit.*

¹¹⁴ ICOM. Missões ICOM. Disponível em <<http://icom.museum/the-organisation/icom-missions/>>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

¹¹⁵ ICOM. Museum Definition. *Op. cit.*

igualdade de gênero. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis.¹¹⁶

O ICOM conta ainda com 31 Comitês Internacionais dedicados ao estudo de diferentes tipos de museus e por meio deles, o ICOM atinge seus objetivos maiores como “a troca de informação científica a nível internacional, o desenvolvimento de parâmetros profissionais e a adoção de regras e recomendações”.¹¹⁷ Dentre esses destacamos o Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários (UMAC), criado em 2001, que auxilia aqueles que trabalham ou têm interesse em museus universitários e suas coleções (incluindo herbários e jardins botânicos), com o intuito de se proteger a memória cultural, histórica e científica ao cuidado das universidades. O UMAC discute o papel das coleções em instituições de ensino superior e sua relação com a comunidade do seu entorno, fornece a seus membros um fórum de discussões para a identificação de oportunidades de parcerias sobre os recursos presentes em suas coleções, para o compartilhamento de conhecimentos e experiências e o incentivo do acesso às coleções.¹¹⁸

Para o ICOM/UNESCO, os museus científicos apresentam a seguinte classificação:¹¹⁹

- 1) Museus de ciências e tecnologia¹²⁰ – relativos a uma ou varias ciências exatas ou tecnológicas, como astronomia, matemática, física, química, ciências médicas, incluindo planetários e centro de ciência. Essa tipologia de museu foi criada “para difundir a ciência e os produtos tecnológicos dela derivados utilizando meios de comunicação e exposições interativas, estruturadas o mais próximo possível do

¹¹⁶ UNESCO. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. Paris. 2015. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

¹¹⁷ ICOM. Comitês Internacionais. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=6>. Acesso em 12 de junho de 2018.

¹¹⁸ ICOM. UMAC. Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=188>. Acesso em 12 de junho de 2018.

¹¹⁹ DELICADO, A. Para que servem os museus científicos? Funções e finalidades dos espaços de musealização da ciência. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. 2004. Anais. Disponível em: <<http://ancacid.yolasite.com/resources/02.001%20-%20IM%20-Tema%202%20-%20Delicado%2C%20Ana.%20Para%20que%20servem%20os%20Museus.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

¹²⁰ “Os museus de ciência e técnica enfrentam problemas de clarificação e uniformização terminológica de dois grandes tipos. Em primeiro lugar, existe um problema de terminologia geral, por outras palavras a necessidade de clarificar e padronizar termos como acervo, coleção, catalogação, numeração, documentação, inventário, etc. Na realidade, este é um problema comum a todos os museus e resulta de ser a Museologia uma ciência recente e de natureza eminentemente multidisciplinar. Em segundo lugar, os museus de ciência e técnica padecem de um problema de terminologia específica, ou seja, inexistem padronizações para as designações dos objetos que compõem os seus acervos – por exemplo, máquina pneumática, bomba de vácuo, bússola marítima, bússola marinha, ampola de raios-X, etc. A uniformização terminológica em museus de ciência é importante para facilitar a comunicação, promover a pesquisa e a valorização do patrimônio cultural de C&T. Soma-se a isso a constatação de que a uniformização é cada vez mais necessária devido à informatização das bases de dados em papel e a consequente disponibilização das coleções on-line”. GRANATO, L.; LOURENÇO, M. C. Preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia... *Op. cit.* p. 445.

método científico”.¹²¹ Os centros de ciências são considerados museus de ciência e técnica de pleno direito, pelo ICOM.¹²²

- 2) Museus de história natural e ciências naturais – destinados à exibição de temas relacionados com uma ou várias disciplinas como a biologia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia e ecologia. Podemos dizer que os museus de história natural são os museus científicos contemporâneos que tiveram sua gênese no colecionismo praticado durante os séculos XV e XVI, na ordenação das coleções ocorrida nos gabinetes de curiosidades nos séculos XVI e XVII, nas mudanças de ideais e concepções ocorridas com a ascensão da burguesia como classe hegemônica ao poder no século XVIII, no imperialismo e nas transformações científicas e ideológicas ocorridas no século XIX.¹²³
- 3) Jardins botânicos, zoológicos e aquários – espaços de natureza museal que apresentam espécimes vivas.

Conforme citado anteriormente, de acordo com o ICOM, uma instituição museal tem como funções a aquisição, conservação, investigação, difusão e exposição dos testemunhos materiais do homem e do seu meio, como espécies naturais e artefatos.

No entanto, torna-se complexo delimitar as funções desempenhadas por um museu científico, pois esse tipo de instituição pode ter especificidades próprias que darão destaque a determinadas funções e até mesmo introduzirá outras novas. Isso se deve ao contexto em que este museu está inserido: se está vinculado a um Estado, uma Escola, a uma Universidade, Instituição Científica etc. Assim, as funções específicas ganham pesos diferentes perante as características e objetivos de cada instituição.¹²⁴

Uma instituição museológica deve ter, como objetivos gerais, a função básica de receber os testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio, com o intuito de classificar, estudar, conservar e divulgar esse patrimônio cultural. Indo um pouco adiante, os museus científicos desempenham, além das atividades comuns a todos os museus, algumas funções sociais. Dentre estas podemos destacar:¹²⁵

¹²¹ LOUREIRO, J. M. M. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. *Op. cit.* p. 89.

¹²² GRANATO, M.; LOURENÇO, M. C. O Patrimônio Científico do Brasil e de Portugal... *Op. cit.*

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ DELICADO, A. Para que servem os museus científicos? *Op. cit.*

¹²⁵ *Ibid.*

1) Difusão da cultura científica

De maneira geral, os museus científicos são órgãos promotores da cultura científica e elegem essa finalidade como um dos seus objetivos principais. Muitas vezes são vinculados a instituições de pesquisa e ensino, como universidades e centros de investigação, abrigando coleções que podem ser expostas e utilizadas de maneiras diferentes por estudiosos da área e por seus visitantes.

A promoção da cultura científica acontece quando o visitante deixa de ser mero observador daquilo que está sendo exposto e passa a entender como aquilo foi exposto, o “por que” e “para que”. Nesse momento, ele deixa de ver somente o resultado de todo o processo e passa a perceber como a ciência é feita.

A difusão da cultura científica está em permitir à população um maior acesso à ciência, mostrando como ela é feita e que não é algo distante, e ensiná-la ao público através da experiência de investigação científica. Tudo isso favorece sua imagem, podendo até estimular o seguimento de carreiras científicas.

2) Investigação científica

Muitos dos museus científicos tiveram origem nos gabinetes de curiosidades que tinham como um de seus propósitos a investigação da ciência. Atualmente, alguns desses museus, como os de história natural, jardins botânicos e zoológicos, funcionam como centros de investigação científica. Dentre os vários possíveis papéis desempenhados por esse tipo de instituição está o de investigação e apoio a disciplinas científicas de base, como biologia, botânica, zoologia, paleontologia, dentre outras. Normalmente, todo esse trabalho é feito por especialistas (pesquisadores, sendo eles docentes ou discentes), em colaboração com universidades ou centros de pesquisas, tendo como um de seus produtos publicações científicas.

No entanto, a investigação não é uma regra. Existem museus científicos de história natural que não realizam a investigação. Nesses casos, funcionam como um “banco de dados”. Possuem a guarda e conservação de uma coleção científica, mas a investigação é realizada pela instância a qual este museu está inserido, como uma universidade, por exemplo.

Além disso, existe a investigação externa, quando pesquisadores externos à instituição (como graduandos, mestrandos, doutorandos, docentes) solicitam acesso ao acervo para estudo e pesquisa.

3) Apoio ao ensino

Alguns museus científicos dão apoio ao ensino das ciências, em diversos níveis. Em nível básico, os museus podem adequar as exposições de suas coleções a fim de atender o público escolar. A partir dos nos 90, ganha destaque a educação não-formal, em virtude de mudanças socioeconômicas e “valorização dos processos de aprendizagem advindos da cultura comunicacional que se encontram no ambiente extraescolar”.¹²⁶

A comunidade escolar passa a solicitar, de forma mais sistemática, a visita aos museus e suas coleções, inserindo esta prática na grade curricular escolar da educação formal, com o objetivo de promover ações educativas e culturais. Diante disso, muitos museus passam a investir no compromisso público de promoção da cultura e educação junto à comunidade, mesmo porque está aí uma de suas questões fundamentais: o serviço à sociedade. Ganha destaque “a preocupação com a comunicação na exposição e com os grupos escolares (professores e alunos), público privilegiado do museu...”¹²⁷

Além do nível escolar, essa tipologia de museu é frequentemente utilizada como meio de apoio ao ensino das ciências em nível de graduação e pós-graduação. O empréstimo e a utilização de suas coleções didáticas auxiliam as disciplinas de cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Curiosamente, podemos dizer que esse tipo de uso da coleção museal caminha no sentido inverso dos propósitos de uma instituição museológica. Diferentemente do ensino básico, no caso do ensino de nível superior, em muitos casos, o acervo museológico é utilizado em aulas e os alunos concluem sua formação sem ao menos conhecer o museu a que essa coleção pertence.

4) Serviços à comunidade

O papel principal dos museus científicos, na sua gene, tem haver com a investigação da ciência. Os museus de história natural, jardins botânicos e zoológicos, funcionam como

¹²⁶ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.* p. 411.

¹²⁷ *Ibid.* p. 417.

centros de estudo, pesquisa e investigação científica, e nesse sentido prestam serviços à sociedade no que diz respeito a questões econômicas.

Sendo depositários e mostruários de coleções biológicas, zoológicas, geológicas etc, de origem regional, nacional ou internacional, estes museus proporcionam a entidades públicas ou privadas variados serviços de suporte como: identificação de recursos naturais, estudos sobre a biodiversidade, análises da fauna e flora de ecossistemas naturais, estudo e conservação de variadas espécies de importância econômica-agrícola.

Além disso, muitos museus realizam cursos de formação profissional, oferecidos a diferentes grupos de interesse: estudantes, pesquisadores, professores, dentre outros. Esses cursos possuem variadas finalidades, estando vinculado àquilo a qual a instituição se destina.

No entanto, alguns museus perderam a exclusividade da investigação científica, sendo esta transferida a outras instituições de mesmo caráter como universidades e empresas de pesquisas. Por outro lado, “os jardins botânicos, zoológicos e aquários mantêm uma atividade na qual são praticamente instituições-líder: a conservação de espécies em perigo”.¹²⁸

5) Preservação de um patrimônio

A preservação de um patrimônio traduz-se no resultado de um caminho percorrido por todos os museus. A aquisição, salvaguarda e estudo de bens, artefatos e objetos que são frutos do homem e do seu meio, constituem na missão central de um museu. Nesse sentido, o objeto musealizado pode ser considerado um patrimônio cultural.

Os museus científicos preservam objetos tais como: instrumentos científicos, muitas vezes ameaçados de destruição devido a sua obsolescência; variados espécimes naturais taxidermizados; e até mesmo organismos ou espécimes vivos, tanto do reino animal quanto vegetal, com ameaça de extinção.

Os museus científicos são órgãos depositários que asseguram a preservação e transmissão de um patrimônio cultural e natural a futuras gerações. No entanto, é necessário estar atento a todas as outras funções que um museu deve desempenhar. Dedicar-se exclusivamente à preservação de um patrimônio tende a tornar o museu um local de guarda no seu sentido mais restrito. E não é esse o propósito de uma instituição museal.

¹²⁸ DELICADO, A. Para que servem os museus científicos? *Op. cit.* p. 10.

6) Educação ambiental

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.¹²⁹

Nos dias de hoje, a educação ambiental é um importante processo de resgate dos valores ambientais, sendo necessário um intenso trabalho com esse tema a fim de se ter o retorno esperado e significativo na sociedade.

Os museus científicos, especialmente os de história natural, jardins botânicos e zoológicos, e aquários, são órgãos importantes para realização desses processos, pois possuem a oportunidade de incorporarem em suas atividades e exposições temáticas a difusão de conceitos relativos à preservação da biodiversidade e conservação das espécies para o equilíbrio ambiental mundial.

Muito se diz sobre as mudanças climáticas e da importância de se proteger o meio ambiente. No entanto, na maioria das vezes as pessoas não têm real conhecimento e entendimento da importância e do “porque” de se proteger a natureza.

Os museus de ciências são espaços em que o visitante tem a oportunidade de experimentar e vivenciar o contato com o meio ambiente de um modo em geral. Dessa experiência resulta um processo de alfabetização científica, que é quando uma pessoa consegue compreender, tirar conclusões e tomar decisões sobre o mundo natural e as mudanças nele provocadas pela atividade humana, através do conhecimento científico.¹³⁰

Essa experiência prática pode desencadear sentimentos positivos de apreciação, identificação e vontade de conservação, aumentando a sensibilidade do público para os diversos problemas ambientais. Todo esse processo pode fomentar uma participação cívica e o exercício da cidadania.

7) Reforço da identidade

¹²⁹ BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

¹³⁰ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.*

Independente de sua tipologia, o museu é um local de memória social, pois guarda uma variedade de bens culturais que são frutos da ação do homem sobre os elementos culturais e naturais que o cercam.¹³¹

O bem cultural musealizado pode ser algo herdado do passado que se quer vivenciar no presente ou algo do presente que se quer transmitir ao futuro. Esse processo de preservação e resgate à memória contribui para a formação da identidade de grupos e categorias sociais.¹³²

Em princípio, a questão identitária apresenta-se de forma mais notória em museus do tipo etnográfico, por exemplo, que guarda e divulga um conjunto de práticas e saberes realizado por um determinado grupo e que fazem parte da sua identidade. No entanto, os museus científicos também podem desempenhar um papel naquilo que diz respeito à representação e preservação da identidade de determinadas comunidades.

Um museu que tenha em sua temática algo muito específico de uma determinada região pode gerar uma ideia identificadora e diferenciadora, tornando-se referência. O reflexo desse processo tem como resultado a identificação da população do entorno desse museu com suas atividades.

Ademais, a identidade pode apresentar-se de formas variadas e em outros contextos como no caso de museus que tendem a moldar uma identidade nacional: os museus de ciência e técnica, que preservam uma história dos progressos científicos e tecnológicos de um país; e os museus de história natural de cunho nacional, destinados à exibição de temas relacionados à biologia, geologia, botânica, zoologia, ecologia etc, voltados à difusão da educação, da cultura e da ciência, que se tornam referência na área.

Além dessa identidade regional e nacional temos também a identidade institucional. Os museus científicos universitários, por exemplo, preservam uma memória coletiva institucional, pois através de suas coleções eles também contam a história da instituição e todas as suas transformações ao longo do tempo.

Assim, durante sua trajetória histórica os museus tiveram diferentes funções e significações. Ocorreram modificações de suas concepções ao longo do tempo: um lugar de inspiração e adoração aos deuses, na Grécia antiga; um depositário de objetos, fruto da coleção amealhada por meio da espoliação metropolitana, realizada por vários países

¹³¹ LOUREIRO, J. M. M. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. *Op. cit.*

¹³² FERREIRA, R. C. Cultura imaterial e educação patrimonial: notas sobre museus e o valor educativo do patrimônio intangível. *Op. cit.*

colonialistas, na época moderna e contemporânea; ou como um local de *guarda de memória*, histórica ou religiosa.

No entanto, os museus passaram por uma renovação e evolução, o que lhes permitiu caminhar no sentido da educação e do social. Com isso, transformaram-se numa instituição “a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento”. A vivência museológica permite ao indivíduo que a experimenta um resgate do passado. Nessa experiência é criado um campo de significações que permite ao visitante e à sociedade um processo contínuo de reconhecimento e identificação de sua bagagem histórica e sociocultural.

Não importando sua tipologia, o museu, enquanto espaço de memória social, vincula-se sempre à criação de princípios de identidade por meio de instrumentalizações técnicas e teóricas exercidas sobre os elementos culturais e naturais com que, ao menos em tese, indivíduo e sociedade se identificam e/ou concebem como próprios.¹³³

Enquanto os museus tradicionais apresentam-se como locais de contemplação de objetos estáticos de um determinado grupo ou época; os museus de ciências são comprometidos com a educação, difusão de ideias e conceitos científicos, através de exposições temáticas mais interativas, onde o visitante participa de um debate sobre as implicações sociais daquilo que está sendo exposto.¹³⁴

Existe uma tendência e preocupação em se renovar a atuação dos espaços museológicos, embora ainda haja museus que mantêm suas atividades com características antigas e ultrapassadas. Dentro dessa renovação “é inegável o papel desempenhado pelos museus e centro de ciências, que não só contribuíram para o resgate do significado de uma palavra – museu – como também deram a ela um sentido mais amplo”.¹³⁵

Na sociedade contemporânea, a educação adquire importância e um papel transformador, e o museu é um espaço social que gera processos educativos. O ensino-aprendizagem deixa de ser algo exclusivo do ambiente escolar e passa a abranger outros espaços de reflexões de âmbito social e político, como os museus, ampliando a formação de indivíduos e os capacitando para participar criticamente na sociedade e transformá-la.¹³⁶

Os museus de ciências são espaços destinados ao serviço público e educacional e de maneira geral possuem os seguintes compromissos institucionais:

¹³³ LOUREIRO, J. M. M. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. *Op. cit.* p. 88.

¹³⁴ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.*

¹³⁵ GASPAR, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico.** *Op. cit.* p. 17.

¹³⁶ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.*

- possibilitar uma educação integral aos indivíduos envolvendo-os na construção de determinado saber, pois ao invés de memorizar determinado fato eles passam a compreendê-lo;
- promover interação de seu público com o contexto social e com o patrimônio cultural, onde o visitante tem a possibilidade de encontro com as conquistas passadas da humanidade, com a realidade dos dias atuais e com as perspectivas do mundo futuro;
- realizar a popularização da ciência através da comunicação ao público de todos os esforços referentes à construção do conhecimento científico e suas implicações, tornado o saber científico acessível a todos.

Após tantas transformações socioculturais ocorridas ao longo dos últimos tempos nota-se também uma mudança nas concepções das instituições museais, no sentido de se empenharem cada vez mais à educação e divulgação científica.

É muito importante a disponibilização dos conhecimentos científicos à humanidade e que esta tome posse desse conhecimento. É nesse processo que o museu torna-se um lugar de formação de indivíduos críticos, participativos e capazes de compreender e tomar decisões sobre acontecimentos da realidade que os cerca.

1.3. O nascimento dos Museus no Brasil e sua Legislação

Nos países latino-americanos, os museus, sob forma de instituição, tiveram início no século XIX, por iniciativa pública. Na Argentina, foram criados o *Museo* Público, em 1823, e o *Museo* de La Plata, em 1880. Na Colômbia, foi criado o Museu de Bogotá, em 1824. No México, foi criado o *Museo* Nacional, em 1825.

Dois acontecimentos histórico-culturais tiveram associação no surgimento dos museus brasileiros: a crise do antigo sistema Colonial, no final do século XIX, que teve como resultado mudanças políticas e socioculturais; e o momento que o país vivia de “ebulição intelectual”¹³⁷, pois se esperava um desenvolvimento econômico-social através da propagação da educação, da cultura e da ciência. Sendo assim, a expansão do movimento dos museus brasileiros foi marcada por diversos intercâmbios internacionais que proporcionaram relações

¹³⁷ MARANDINO, M. Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio | MAST. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO - v.2 n.2 - jul/dez de 2009. Disponível em: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/10/museologia_marandino2009.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

com pesquisadores europeus e diretores de museus, viagens de coleções, e concepção de conceitos e inovações. O surgimento do Museu Nacional do Rio de Janeiro ilustra esse momento.

O primeiro museu brasileiro, o Museu Nacional, foi criado pelo rei Dom João VI, em 6 de junho de 1818, com o nome de Museu Real.¹³⁸ No Decreto de criação do Museu Real, o rei D. João VI expressava:

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passe, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares; ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear...Palácio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1818.
Com a rubrica de Sua Majestade.¹³⁹

Era desejo da coroa portuguesa, portanto, a criação de um museu com foco na ciência, razão pela qual ele foi concebido como um museu de história natural, para que através da difusão da educação, da cultura e da ciência, o país se desenvolvesse na parte econômica e social. O acervo era composto por “exemplares de objetos coletados por naturalistas durante suas viagens, instrumentos e coleções mineralógicas, artefatos indígenas, objetos doados pela Família Real, e até mesmo a coleção da “Casa dos Pássaros”,¹⁴⁰ que foi incorporada a esse acervo”.¹⁴¹ Esse modelo de museu de ciências refletia a influência do pensamento inglês sobre Portugal e Brasil, seguindo os moldes do Museu Britânico, e ao mesmo tempo seguia o

¹³⁸ TAMANINI, E. Descobrir, Coletar, Preservar – Aspectos da História dos Museus. In: **Cadernos do CEOM** – Ano 14. Nº 12. Santa Catarina/Chapécó: junho/2000. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2131/1220>>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

¹³⁹ Brasil. Cartas de Leis, Alvarás, Decretos e Cartas Régias de 1818. Imprensa Nacional. 1889. Texto com adaptação ortográfica. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0ahUKEwiinsWHOq_WAhVLFZAKHYgbAOsQFghKMAU&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F18332%2Fcollecao_leis_1818_parte1.pdf%3Fsequence%3D1&usq=AFQjCNE3eQ6vHHjXmoBsp7GGjO9vHG-rKA>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

¹⁴⁰ “Os antecedentes do Museu Real remetem à antiga Casa de História Natural, popularmente conhecida como Casa dos Pássaros, devido à grande quantidade de aves empalhadas. Criada em 1784 pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Sousa, a Casa de História Natural colecionou, armazenou e preparou, por mais de vinte anos, produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa. O principal responsável pela Casa dos Pássaros foi Francisco Xavier Cardoso Caldeira, conhecido como Francisco Xavier dos Pássaros. A Casa de História Natural foi praticamente abandonada após a vinda do Conde de Resende (José Luiz de Castro). Em 1810 Francisco Xavier Cardoso Caldeira faleceu, sendo substituído por Luis Antonio da Costa Barradas, que presenciou a extinção daquela Casa”. Fundação Oswaldo Cruz. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Histórico. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/musnac.htm>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

¹⁴¹ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

padrão de museus americanos de caráter nacional e científico surgidos nessa época. O Museu Real foi pioneiro no Brasil na centralização de pesquisas científicas.

Reflexo pelo qual passavam os museus europeus, os museus Latino-Americanos foram fundados pela iniciativa pública, já como instituições de “pesquisa, com recintos abertos à população culta da época, incentivando por vezes, os cursos de nível superior”, e com a intenção de “civilizar”, ou seja, de trazer para o novo mundo os padrões científicos e culturais das nações colonizadoras.¹⁴²

Desde 1892, o Museu Nacional (figura a seguir) está localizado num palácio, no alto de uma colina, no bairro São Cristóvão, na zona norte do Rio de Janeiro. Esse palácio, cercado pela Quinta da Boa Vista, foi residência da família real brasileira, desde sua chegada, em 1808, até a proclamação da República, em 1889. Nele, residiram Dom Pedro I, Dom Pedro II e sua filha, a Princesa Isabel. Atualmente o Museu integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui em seu acervo mais de 20 milhões de objetos que abrangem diversas áreas da ciência. Uma visita a sua exposição permite conhecer um panorama atual e histórico da ciência e da tecnologia no Brasil.¹⁴³



Figura 1. Vista aérea do Museu Nacional. Quinta da Boa Vista, RJ. Fonte: Brasil. **Museu Nacional**. UFRJ. O maior e mais antigo museu do Brasil. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/princ1.htm>>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

¹⁴² TAMANINI, E. Descobrir, Coletar, Preservar. *Op. cit.* p. 122.

¹⁴³ BRASIL. Museu Nacional. UFRJ. O Maior e Mais Antigo Museu do Brasil. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/princ1.htm>>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

Além do Museu Nacional, outras instituições culturais foram criadas no Brasil, com a vinda da Família Real Portuguesa. Em 1808, foi fundado um jardim para aclimação de espécies vegetais originárias de outras partes do mundo - o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Atualmente, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, nome recebido em 1995, “é um órgão federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e constitui-se como um dos mais importantes centros de pesquisa mundiais nas áreas de botânica e conservação da biodiversidade”.¹⁴⁴ Em 1810, foi fundada oficialmente a Biblioteca Real, hoje Biblioteca Nacional do Brasil. É considerada pela UNESCO a maior biblioteca da América Latina e uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo. A Biblioteca Nacional é depositária de um vasto patrimônio bibliográfico e documental, do Brasil e de Portugal.¹⁴⁵

Após o processo de independência, o país viveu uma fase de reconstrução simbólica da nação onde o objetivo era a criação de uma identidade nacional, com moldes na civilização europeia. Sendo assim,

não bastava a criação de selos, moedas, bandeiras, hinos, armas e cores nacionais. Era preciso também, a exemplo de outros países, constituir calendários e datas cívicas, fixar iconograficamente a imagem dos mandatários da nação, erigir monumentos, redigir documentos, elaborar um projeto historiográfico de nação independente, convocar artistas e outros intelectuais para este projeto. Era preciso sobretudo constituir uma nova inteligência e estabelecer novos procedimentos de fixação de memória.¹⁴⁶

Seguindo esse pensamento de se construir uma identidade nacional, instituições educacionais e culturais foram criadas a fim de se atingir esse objetivo. Em 1837, foi criado o Colégio Pedro II, local de formação de muitos intelectuais brasileiros no século XIX. Em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com a finalidade de recolher e organizar materiais referentes à história e à geografia do Brasil, sendo importante para a formação de pessoas em diferentes áreas das ciências humanas, como história, geografia, arqueologia e até mesmo museologia. “Seu acervo, assim como o do Museu

¹⁴⁴ BRASIL. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. História. Disponível em: <<http://jbrj.gov.br/jardim/historia>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

¹⁴⁵ BRASIL. Biblioteca Nacional. Histórico. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

¹⁴⁶ CHAGAS, M. S. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. N° 13 Lisboa: ULTH, 1999. p. 32. Disponível em: <<http://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30>>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

Nacional, era resultante das expedições científicas, composto por: fragmentos humanos, minerais e animais, ruínas de monumentos, máscaras mortuárias, obras de arte, etc”.¹⁴⁷

A década de 1860 foi marcada pela construção de museus históricos que exaltassem um modelo de nação. Com a guerra do Paraguai, surgiram o Museu do Exército (1864) e o Museu da Marinha (1868), que serviriam como guardiões de uma memória de bravura e heroísmo dos personagens ilustres que fizeram parte de um conflito internacional.¹⁴⁸

Em 1866, no Estado do Pará, foi criada a Associação Filomática, que tinha como objetivo “o estudo da natureza amazônica: flora, fauna, geologia, geografia e assuntos correlatos como a história do Pará e Amazonas”.¹⁴⁹ Em 1871, a Associação passou a ser conhecida como Museu Paraense. Em dezembro de 1900, o Museu Paraense passou a ser denominado Museu Goeldi. Finalmente em 1931, o museu recebeu seu nome atual, Museu Paraense Emílio Goeldi.¹⁵⁰

Além dessas instituições, os seguintes museus foram criados ainda no século XIX: Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 1862; Museu Paranaense, em 1876; Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1894; e Museu Paulista, em 1895. O Museu Paulista foi criado, inicialmente, voltado à História Natural. Com as comemorações do centenário da independência do Brasil, em 1922, seu foco passou a ser a abordagem da história do Brasil, com a criação de novos núcleos temáticos. Também nesse contexto de comemoração da independência, o Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado, em 1922, com o objetivo de se contar “a história nacional na capital do país – naquela época o Rio de Janeiro –, onde fossem cultuados os heróis e os atos mais notáveis da história brasileira”.¹⁵¹ Vinculado ao Museu Histórico Nacional, foram criados o Curso de Museus, em 1932, responsável pela institucionalização da museologia no Brasil, e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, que serviu como um dos antecedentes para a criação do SPHAN. Destaca-se que a Inspetoria de Monumentos Nacionais

¹⁴⁷ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.*

¹⁴⁸ CHAGAS, M. S. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Op. cit.*

¹⁴⁹ Brasil. Fundação Joaquim Nabuco. Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=719&Itemid=192>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

¹⁵⁰ Emílio Goeldi foi um zoólogo suíço que esteve à frente na direção do Museu Paraense. Através de seus trabalhos, o Museu Paraense tornou-se dinâmico, recebendo uma estrutura dentro das normas dos museus científicos adotadas por todo o mundo. Pelos seus valorosos serviços prestados o Museu Paraense passou a ser denominado Museu Paraense Emílio Goeldi. BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ibid.*

¹⁵¹ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.*

realizou um trabalho pioneiro de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade de Ouro Preto, elevada, por decreto, em 1933, à categoria de Monumento Nacional. A intenção explícita desse reconhecimento é destacar que o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental brasileiro foi criado, coordenado e colocado em movimento a partir de um museu.¹⁵²

O século XIX ficou marcado como a “era dos museus brasileiros” e tais instituições eram utilizadas como meios de ensino de uma história “que se desejava divulgar”, ou seja, cheia de intenções. Os testemunhos materiais escolhidos e preservados nos museus tinham como objetivo garantir a igualdade de pensamento da nação e a criação de uma história nacional.

Além de museus de caráter científico, que tinham a intenção de difundir a educação, a cultura e a ciência afim de “civilizar” a população, havia os museus históricos nacionais, que conservavam artefatos ligados a acontecimentos, datas e personagens com a intenção de se “construir uma história da nação, recriar um passado, ordenar os fatos da história brasileira, e acima de tudo, *colligir, methodizar* e guardar documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais”.¹⁵³ Podia-se assim instituir a identidade do povo brasileiro.

Após a Primeira Guerra Mundial, em que nações passaram a refletir sobre suas próprias manifestações culturais, os espaços museológicos brasileiros também atravessaram um processo de reavaliação. Na Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922, intelectuais brasileiros discutiam formas de se abandonar os valores e modelos de civilização do século XIX: o padrão europeu. Esse rompimento seria em defesa de uma nova nação, onde suas manifestações culturais refletissem de fato o povo brasileiro. A Semana de Arte Moderna “colocou em pauta um discurso em prol da independência cultural do Brasil”¹⁵⁴ e lançou a semente para a criação de um serviço de proteção ao patrimônio nacional.

A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de

¹⁵² RANGEL, M. F. Uma breve história dos museus no Brasil. Trabalho apresentado no II Colóquio Internacional de Museus de México y Del Mundo. Colômbia, 2008, p. 3. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi63JbQ6rbWAhVo94MKHaF1C78QFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F15735749%2F1310375463%2Fname%2FMarcio_historiadomuseusbrasil.pdf&usg=AFQjCNE2FGdTDWkwIgkJKXq7ApcShMXPuQ>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

¹⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. *Apud* FIGUEIREDO, Betania; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. 2 Ed. Belo Horizonte, MG. Ed. Fino Traço, 2013. p. 148.

¹⁵⁴ DOS SANTOS, V. P. B. A Preservação do Patrimônio Artístico: um percurso pelos bens móveis tombados do Modernismo Brasileiro. **Revista Digital do LAV**, v. 2, n. 2, p. 079-098, 2010. p. 80. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lav/noticias1_arquivos/patrimonio>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira.¹⁵⁵

Em 1936, o escritor Mário de Andrade, que na época era diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, escreveu um anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), com a finalidade de determinar, organizar, conservar, defender, enriquecer e propagar o patrimônio artístico nacional. Dentre todas as determinações preliminares presentes no anteprojeto, Mário de Andrade previa a criação de quatro Livros de Tombamento e quatro Museus, que compreenderiam oito categorias de artes: arqueológica; ameríndia; popular; histórica; erudita nacional; erudita estrangeira; aplicadas nacionais; e aplicadas estrangeiras. Nos livros de Tombamento seriam inscritos nomes de artistas, coleções públicas e particulares, e obras de arte pertencentes ao Patrimônio Artístico Nacional. Os museus seriam espaços de exposição de obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro, mantidos pelo Governo Federal. Cada museu teria exposto no seu saguão de entrada uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele correspondesse, para estudo e incentivo do público. A divisão dos quatro livros de tombamento e dos museus correspondentes ficaria da seguinte forma:

1. Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondentes às três primeiras categorias de artes (arqueológica, ameríndia e popular), pertencendo ao Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, já existente;

2. Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria de arte (histórica), pertencendo ao Museu Histórico Nacional, já existente;

3. Livro de Tombo das Belas-Artes /Galeria Nacional das Belas-Artes, correspondentes às quinta e sexta categorias de arte (erudita nacional e estrangeira), com a criação do Museu Nacional de Belas Artes ou Galeria Nacional de Belas Artes;

4. Livro de Tombo das Artes Aplicadas /Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, correspondentes às sétima e oitava categorias de arte (aplicadas nacionais e estrangeiras), com a criação do Museu de Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial.¹⁵⁶

A proposta de Mário de Andrade em seu anteprojeto... era de âmbito bastante extenso, tentando preservar a totalidade de nossos bens culturais, inclusive hábitos, credences, cantos, lendas e superstições populares. Mário

¹⁵⁵ IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação Patrimonial. Histórico, Conceitos e Processos. p. 5. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

¹⁵⁶ CAVALCANTI, L. (org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Paço Imperial, Tempo Brasileiro, 1993. 210 p. p. 39-47.

entendia que “arte é uma palavra geral, que nesse seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza das ciências, das coisas e dos fatos”.¹⁵⁷

Em setembro de 1937, Mário de Andrade escreve uma carta a Paulo Duarte, declarando apoio à campanha iniciada por ele no jornal O Estado de São Paulo, intitulada “Contra o Vandalismo e o Extermínio”.¹⁵⁸ Nessa carta Mário de Andrade revela o seu pensamento museológico:

Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização de museus. Mas, pelo amor de Deus! museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio.¹⁵⁹

Diferentemente da ótica com que os museus brasileiros até então haviam sido concebidos, com foco no culto ao passado, exaltação da nação e memorização de personagens heroicos, Mário de Andrade defendia a construção de museus para serem utilizados como espaços democráticos, com acesso de diferentes classes, voltados ao estudo, pesquisa e reflexão, e que valorizasse a pluralidade cultural brasileira.

O anteprojeto de Mario de Andrade não foi aproveitado na íntegra, mas contribuiu para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),¹⁶⁰ em 1937. Havia diferenças, causadas por interesses políticos, o SPAN, idealizado por Mário de Andrade, e o SPHAN, de fato, instituído. Seguindo, em partes, a ideologia de Mário de Andrade, no período de 1937 a 1967, o SPHAN incentivou a criação de museus, exposições e o tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, com o objetivo de sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor de um acervo resguardado e promover ações educativas.

¹⁵⁷ SALA, D. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 31, p. 19-26, 1990. p. 21. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/7004>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

¹⁵⁸ Campanha realizada pelo Jornal Estado de São Paulo em prol da preservação do patrimônio histórico brasileiro. Disponível em: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20370627_Contraovandalismoeeoexterm%C3%ADnio.htm>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

¹⁵⁹ DUARTE, P. Contra o vandalismo e o extermínio. São Paulo: Departamento de Cultura, v.19, 1938. In: CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. N° 13 Lisboa: ULTH, 1999. p. 91. Disponível em: <<http://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30>>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

¹⁶⁰ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN. *Op. cit.*

Podemos afirmar que no Brasil, o século dos museus é o século XX. Novos e diversificados museus privados, públicos e mistos foram criados a partir dos anos 30, na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos de educação, de saúde e de cultura.¹⁶¹

Sendo assim, alguns outros museus foram criados, como: Museu da Inconfidência (criado em 1938, em Ouro Preto, MG), Museu das Missões (1940, em Santo Ângelo, RS), e Museu do Ouro (1945, em Sabará, MG). Posteriormente, surgiram vários museus de arte: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) (1947), Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) (1948), Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ) (criado em 1948 e instalado na sede do Parque do Flamengo em 1958), Museu de Arte Moderna de Florianópolis (1949), hoje Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), Museu de Arte Moderna da Bahia (1960), Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (1961), e Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (1963), entre outros.¹⁶²

Em meados do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aumento considerável de museus devido ao maior interesse na preservação do patrimônio cultural. Em 1946, foi criado o ICOM, “maior organização internacional de museus e profissionais de museus, dedicada à preservação e divulgação do patrimônio natural e cultural mundial, do presente e do futuro, tangível e intangível”,¹⁶³ ligada à UNESCO, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de procedimentos e práticas profissionais na área de museus.

A partir dos anos de 1970, várias transformações sociais fomentaram discussões sobre o papel dos museus em uma sociedade complexa e distinta. Críticas foram feitas a acervos existentes e ao público elitista, frequentador desses espaços. Era necessário pensar os museus como espaços sociais de difusão das mais diversas facetas culturais de uma sociedade.

Surgem discursos

em torno do papel social dos museus, da centralidade das comunidades nas práticas museológicas, de políticas relativas à diversidade cultural, o museu entendido na perspectiva de um território e a necessidade empreender abordagens integradas ao patrimônio (natural, material, imaterial etc.).¹⁶⁴

¹⁶¹ RANGEL, M. F. Uma breve história dos museus no Brasil. *Op. cit.* p. 3.

¹⁶² IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.*

¹⁶³ PORTUGAL. ICOM PORTUGAL. ICOM INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://icom-portugal.org/pagina,123,152.aspx>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

¹⁶⁴ CARVALHO, A. A. R. **Os museus e o patrimônio cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas.** *Op. cit.* p. 103.

Os museus não deveriam ser exclusivamente espaço de culto as elites, a fatos e personagens excepcionais de uma história, mas deveriam abordar e incorporar a vida cotidiana das comunidades, suas culturas e temas como a preservação do meio ambiente e a memória de diferentes grupos sociais. A ampliação do conceito de patrimônio, abrangendo também o ambiente natural, refletiu na área museológica, e os “ecomuseus” foram criados com o objetivo de despertar na sociedade o cuidado com o meio ambiente e participação na gestão desses espaços/territórios.¹⁶⁵

Durante os dias 20 a 31 de maio de 1972, participantes da Mesa Redonda de Santiago, no Chile, discutiram o papel do museu na América Latina, frente aos problemas do meio rural e urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente na sociedade. Para ajudar na solução destes problemas, seria importante que a comunidade entendesse seus aspectos técnicos, sociais, económicos e políticos e o museu seria uma importante ferramenta na realização dessa ação. Nesse encontro os participantes chegaram ao conceito de Museu Integral, onde museu seria

uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.¹⁶⁶

Em face das transformações sociais, económicas e culturais que se produziam no mundo, no final do século XX, o Museu Integral seria um instrumento de mudança social, tendo como foco a educação e o desenvolvimento sustentável de uma população, que teria nesses locais a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o seu meio natural e cultural.

Em um momento de globalização e redemocratização da sociedade brasileira, ocorreu um aumento da criação de museus temáticos e biográficos, e instituições culturais, que tinham como meta trabalhar com a sociedade a pluralidade cultural brasileira, sendo agentes de desenvolvimento local.

No âmbito das políticas públicas governamentais, entre os anos de 1980 a 1985, iniciava-se a preocupação com a preservação do patrimônio científico brasileiro. Documentos, como o III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT), já

¹⁶⁵ DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS.** *Op. cit.*

¹⁶⁶ ICOM. MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. 1972. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/texto_de_apoio_01_declaracoes.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

sinalizavam para ações de preservação do acervo científico brasileiro, com importância para a preservação da memória cultural, histórica e científica, apontando os museus como núcleos fundamentais para a institucionalização dessas ações. O III PBDCT, em seu capítulo 5, estabelecia a cultura como

ação e processo de produção intelectual que se nutre do passado para construir o futuro. Nesse sentido, especial atenção será conferida aos esforços de preservação da memória cultural, histórica e científica visando não só recuperar o passado, como fornecer elementos de compreensão do presente. É também necessário trazer esta memória ao pesquisador, ao educador e à população em geral, transformando os museus e centros de referência em núcleos dinâmicos de preservação, criação e difusão de conhecimentos.¹⁶⁷

Dessa forma, alguns museus e centros de ciência foram criados com ênfase na educação e difusão científica e comunicação com o público visitante. Em destaque temos: o Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia (1979); o Espaço Ciência Viva no Rio de Janeiro (1983); o Museu de Astronomia e Ciências Afins, também no Rio de Janeiro (1985); o Centro de Difusão Científica e Cultural (USP/São Carlos, 1985); a Estação Ciência (USP/São Paulo, 1985); o Museu Dinâmico de Ciências de Campinas (UNICAMP e Prefeitura de Campinas, 1985). No final da década de 90 outras instituições foram criadas voltadas para a preservação de um patrimônio científico e difusão da ciência: Espaço Museu do Universo da Fundação Planetário/RJ (1998); o Museu de Ciência e Tecnologia da PUC/RS (1998); o Espaço Ciência, vinculado à Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (1994); e o Museu da Vida, da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ (1999).¹⁶⁸

Até o ano de 1900,¹⁶⁹ havia registro da criação de 11 museus no Brasil. Atualmente existem mais de 3.700¹⁷⁰ instituições museais no país. Na esfera das políticas públicas, órgãos governamentais foram criados para refletir o papel dessas instituições. Com um conceito ampliado, os museus passam a ser percebidos como locais de

práticas e processos sociais a favor da diversidade cultural, do direito à memória, da preservação do patrimônio cultural e da universalidade do acesso, configurando-se como um espaço dinâmico, de negociação e construção de narrativas capazes de atender à diversidade dos públicos.¹⁷¹

¹⁶⁷ VALENTE, M. E. A.; HANDFAS, E. R. O patrimônio cultural científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. *Op. cit.* p. 278 e 279.

¹⁶⁸ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências... *Op. cit.*

¹⁶⁹ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Museus em Números. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/museus-em-numeros/>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

¹⁷⁰ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Rede Nacional de Identificação de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/museus-em-numeros/>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

¹⁷¹ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 21.

Em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago, no Chile, realizou-se na cidade do Rio Grande – RS, em maio de 2002, o 8º. Fórum Estadual de Museus, com o tema: Museus e globalização. Nessa ocasião, foi elaborada e divulgada a “Carta do Rio Grande”. Ainda em 2002, o Conselho Federal de Museologia (COFEM)¹⁷² elaborou e divulgou o documento denominado “Imaginação museal a serviço da cultura”. Estes dois documentos serviriam de base para a criação da Política Nacional de Museus. Em 2003, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Cultura (MinC), sob a gestão do ex-ministro Gilberto Gil, desenvolveu um importante plano de implementação de políticas públicas no país. Uma das primeiras ações do Ministério da Cultura foi propor uma construção democrática de uma política nacional voltada para o setor museológico brasileiro.

Um dos resultados dessa ampla consulta foi o entendimento museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.¹⁷³

Após um longo e proveitoso debate com a comunidade museológica, o MinC fez o lançamento da PNM, em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio museológico brasileiro a partir de sua diversidade cultural e, com isso, desenvolver e revitalizar as instituições museológicas. A PNM destacava o papel social dos museus:

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como o respeito às culturas indígenas e afrodescendentes.

Para cumprir esse papel, os museus devem ter processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação, e preservação

¹⁷² O Conselho Federal de Museologia (COFEM) é o órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo, que foi criada pela Lei 7.287 de 18 de dezembro de 1984 e regulamentada pelo Decreto 91.775 de 15 de outubro de 1985. BRASIL. COFEM. Conselho Federal de Museologia. Disponível em: <<http://cofem.org.br/>>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

¹⁷³ CHAGAS, M. S. JUNIOR, J. N. *Op. cit.* p. 23.

cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.¹⁷⁴

A PNM contribuiu para o fortalecimento do campo museal brasileiro que passou a ser prioridade do Governo Federal. Um dos primeiros desdobramentos da nova política foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), vinculado ao IPHAN/MinC.¹⁷⁵

Em 2006, foi criado o Cadastro Nacional de Museus (CNM), importante ferramenta para o alcance das metas do Plano Nacional de Cultura. O CNM mapeia e estuda os museus brasileiros. Esses dados são publicados e servem como fonte para o conhecimento, integração e divulgação dessas instituições, em âmbito nacional e internacional, aprimorando as políticas públicas voltadas ao setor museal. Desde sua criação, o CNM já mapeou mais de 3500 instituições museológicas em todo o território nacional e publicações importantes como o “Guia dos Museus Brasileiros” e “Museus em Números”, primeiro estudo estatístico sobre o tema no Brasil.¹⁷⁶

Dando prosseguimento à PNM, em 2009, através da Lei Federal nº 11.906,¹⁷⁷ de 20 de janeiro, foi criado o IBRAM. A nova autarquia, vinculada ao MinC, sucedeu o IPHAN nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. Ainda em janeiro de 2009, foi instituído o Estatuto de Museus, através da Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro,¹⁷⁸ primeira legislação específica para o setor, com dispositivos que orientam a organização do setor museal brasileiro e a proteção do patrimônio cultural musealizado ou passível de musealização.

De acordo com o Artigo 2º. da Lei Federal que cria o IBRAM, são consideradas instituições museológicas:

os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer... bens culturais musealizados: o conjunto de

¹⁷⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. *Op. cit.*

¹⁷⁵ BRASIL. IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Memória: Política Nacional de Museus completa dez anos de lançamento. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/demu/>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

¹⁷⁶ BRASIL. IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

¹⁷⁷ BRASIL. LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

¹⁷⁸ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas; e as atividades museológicas: os procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizados.

O Estatuto dos Museus, em seu Artigo 1º, ressalta o conceito de museus, e no Artigo 2º, os seus princípios fundamentais. Enquanto conceito considera-se museus

as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Os seis princípios fundamentais dos museus:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.

A criação do IBRAM e o estabelecimento do Estatuto dos Museus proporcionaram o fortalecimento do setor museal brasileiro, com a “institucionalização dos museus; definição de recursos e de pessoal; aplicação de técnicas museológicas; preservação e recuperação de bens culturais musealizados e informações sobre o setor”.¹⁷⁹ O Artigo 7º e 8º do Estatuto dos Museus traz afirmações sobre a criação e institucionalização dos museus de forma geral:

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

[...]

§ 2º A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público.

A partir de janeiro de 2017, é dever de todos os museus brasileiros solicitar o seu registro e se institucionalizarem junto ao IBRAM. Essa atividade faz parte do pacote de ações previsto pelo IBRAM para 2017, consideradas prioritárias pelo órgão, com destaque para: *a requalificação dos museus de sua rede*, que é uma ação permanente de preservação do

¹⁷⁹ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 26.

patrimônio histórico e cultural, através da realização de obras e manutenções em museus da rede IBRAM; o novo *Registro de Museus*, lançado em dezembro de 2016, que é uma importante ferramenta da PNM e foi construído de forma colaborativa, no intuito de tornar transparente a realidade museológica brasileira da melhor forma possível; e a realização do *Fórum Nacional de Museus (FNM)*, que é um evento que reuni a comunidade museológica, reunindo profissionais de museus, professores e estudantes de todo o país, para discutirem políticas públicas e outros temas relevantes para os museus brasileiros.¹⁸⁰

O Registro de Museus é uma importante ferramenta da PNM e foi concebido no intuito de tornar transparente a realidade museológica brasileira. É obrigatório a todos os museus brasileiros, públicos ou privados, o registro junto ao IBRAM ou entidade registradora, como “pré-requisito para participação em editais do IBRAM, para adesão ao Sistema Brasileiro de Museus¹⁸¹ e ao direito de preferência em casos de Declaração de Interesse Público”.¹⁸² Essa obrigatoriedade foi instituída pela Lei nº 11.904, em seu Artigo 8º, Parágrafo 2º, e regulamentada pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, e o registro deve ser realizado por meio das entidades registradoras.

A Resolução Normativa Nº 1, de 14 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2016, em seu Artigo 1º cita a que essa resolução dispõe: “estabelece os procedimentos e critérios relativos ao Registro de Museus junto ao Instituto Brasileiro de Museus e demais órgãos públicos competentes”.¹⁸³ De acordo com o Artigo 2º:

O Registro, de que trata o art. 1º, visa criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento nacional de informações sobre as dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus, com o propósito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais.

§1º O Registro deve ser realizado, prioritariamente, em um sistema público local de museus e na ausência deste, em outro órgão ou entidade pública

¹⁸⁰ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Criado há 8 anos, Ibram investe no mapeamento e requalificação de museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/registro-de-museus/>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

¹⁸¹ “O Sistema Brasileiro de Museus – SBM, criado pelo decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revogado pelo decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico, onde cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus. Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus”. IBRAM. Sistema Brasileiro de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/sistema-brasileiro-de-museus/>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

¹⁸² IBRAM. MUSEUSBR. Rede Nacional de Identificação de Museus. *Op. cit.*

¹⁸³ DOU. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=33&data=15/12/2016>>. Acesso em 23 de setembro de 2017.

estadual, distrital ou municipal competente, conforme os termos do art. 6º desta Resolução.

§2º Em caso de inexistência de sistema público local de museus ou de órgãos públicos ou entidades competentes, ou ainda, de carência de recursos humanos ou financeiros, por parte desses, o Registro do museu será realizado pelo IBRAM.

De acordo com o Estatuto, as instituições museológicas brasileiras vinculadas ao poder público são consideradas museus públicos, sendo regidos por ato normativo específico. O Art. 14 diz que “o poder público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades”. O plano anual prévio, que deverá ser denominado Plano Anual de Atividades, é a ferramenta que permitirá à unidade mantenedora de um museu definir os recursos e as metas para melhor desempenho deste espaço, conforme Plano Museológico, entregue por esse museu. Segundo o art. 33, do Decreto nº 8.124/2013:

Art. 33. O Poder Público competente estabelecerá um plano anual prévio, fundamentado no plano museológico de cada museu, para garantir o seu funcionamento e o cumprimento de suas finalidades.

§ 1º O plano anual de que trata o caput será denominado Plano Anual de Atividades, e será elaborado pelo museu ou órgão ou entidade a que estejam vinculados museus, no ano anterior à sua vigência.

§ 2º O Plano Anual de Atividades deverá contemplar, no mínimo:

- I - as ações a serem desenvolvidas e as metas a serem atingidas no exercício;
- II - os recursos orçamentários e financeiros destinados ao funcionamento adequado de cada museu e os investimentos necessários ao seu desenvolvimento, de acordo com a lei orçamentária anual; e
- III - os recursos humanos e ações de capacitação.

Para um museu estar inserido no Plano Anual de Atividades e ter a possibilidade de participação em recursos orçamentários e financeiros, que permitirão seu melhor desenvolvimento, de acordo com lei orçamentária anual, é necessário que a instituição museal elabore o Plano Museológico.

Além de atender a todos os princípios e deveres constantes nos conceitos que as definem, é importante e obrigatório, que todas as instituições museológicas brasileiras, independente de sua tipologia, elaborem e atualizem aquele que é considerado o principal instrumento para a gestão de museus: o Plano Museológico. Essa ferramenta de gestão foi instituída pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013.

...a Lei nº 11.904/2009 já estava em vigor para todos os museus, entretanto necessitava de uma regulamentação, ou seja, um ato que esclarecesse pontos tratados ainda superficialmente pela Lei. Tal ato foi efetivado mediante a publicação do Decreto nº 8.124/2013, que regulamenta dispositivos do

Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).¹⁸⁴

O Artigo 23 do Decreto 8.124 diz que “é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade...”¹⁸⁵

O Artigo 45, do Estatuto de Museus define o Plano Museológico

como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Dentre as várias competências do IBRAM, como a regulamentação, o apoio e a fiscalização do setor museológico, está também a de elaborar, divulgar e manter atualizado material com recomendações técnicas que promovam a preservação, conservação, divulgação dos bens culturais musealizados e declarados de interesse público, para melhorar qualidade do funcionamento dos museus e o atendimento às necessidades de visitantes e usuários.

Sendo assim, com o objetivo de subsidiar tecnicamente os museus e orientá-los na elaboração do Plano Museológico, o IBRAM lançou em 2016 a publicação **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**. Esse livro explica em detalhes as etapas necessárias para a elaboração do Plano Museológico, onde a instituição utilizadora desse manual poderá identificar sua função, definir suas prioridades, objetivos e ações, e melhorar o seu funcionamento para melhor atuação na sociedade. Logo na sua apresentação, o livro expressa o seu propósito:

A publicação objetiva oferecer subsídios para a elaboração de Planos Museológicos pelos museus brasileiros, atuando como geradora de conhecimento e formação para a área museológica, fomentando tanto a formação e a qualificação de profissionais e estudiosos da área, quanto as normas e os procedimentos para a organização da gestão e do planejamento dos museus por meio da disponibilização de subsídios técnicos.

O Plano Museológico é o principal instrumento para a compreensão das funções dos museus. Por meio do planejamento institucional, é possível definir prioridades, indicar os caminhos a serem tomados, acompanhar as

¹⁸⁴ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 27.

¹⁸⁵ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

ações e avaliar o cumprimento dos objetivos. É a partir dele que as ações administrativas, técnicas e políticas são sistematizadas tanto no âmbito interno, quanto na sua atuação externa. Assim, o Plano Museológico permite que a instituição utilize todo o seu potencial para realizar seu trabalho e alcançar seus objetivos da forma mais eficaz.

Desde o nascimento dos museus no Brasil, podemos perceber a presença da história do país nessas instituições, mesmo que com enfoques diferentes. Através de suas temáticas, representações e exposições, os museus brasileiros mostram as transformações sociais, econômicas e políticas do país. O setor museológico brasileiro passou por diversas e significativas transformações nos últimos anos, em razão do desenvolvimento de legislação específica, elaboração de novos instrumentos de gestão e organização das unidades museais.

Assim como em qualquer outra esfera de conhecimento, os museus enfrentam desafios como: se adequar às mudanças ocasionadas pelas variadas transformações da contemporaneidade e se adequar a esse ciclo de mutações. O museu de 30, 40 anos atrás, não pode ser o mesmo museu de hoje. O museu de antigamente era algo expositivo e nada, além disso, lhe era exigido. Porém, o mundo mudou, e com ele, especificamente no setor museológico, veio uma bagagem de diálogos e reflexões acerca do papel dos museus na sociedade contemporânea.

Não basta ter uma coleção e se nomear museu. É necessário ser uma instituição, adequada ao seu conceito e propósitos, deveres e obrigações, fiscalizada e regulamentada por legislação pertinente.

O Museu Regional de Entomologia foi organizado e criado em 1978, época anterior aos vários debates que repensaram os papéis dos museus no Brasil. Somente a partir do século XXI que começaram a acontecer algumas reflexões no âmbito das políticas públicas, motivadas pelas grandes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas nos últimos tempos no Brasil e no mundo. O MinC foi criado somente em 15 de março de 1985, pelo Decreto nº 91.144, fato que demonstrou a necessidade de implantação de políticas públicas exclusivas para a área. Em 1991 foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura, por meio da Lei Rouanet (Lei 8.313/91), voltada ao incentivo fiscal para o patrocínio de projetos culturais.

Todas essas transformações culminaram na criação de órgãos gestores e fiscalizadores do patrimônio e instituições museológicas, com o intuito de orientar a organização do setor museal brasileiro.

Faz-se necessário, então, adequar o Museu Regional de Entomologia a todas essas mudanças ocorridas após sua criação, para torná-lo, de fato, conceitualmente e legalmente, uma instituição museal.

Capítulo 2

*Assim, a ESAV, numa trajetória crescente, projetou-se de tal forma no cenário do Estado e do País, que sua transformação em Universidade seria consequência lógica e inevitável.*¹⁸⁶

A Trajetória histórica da Universidade Federal de Viçosa e suas Instituições Museológicas

Além de estudarmos os conceitos referentes à teoria museológica e o universo dos museus, no Brasil e no mundo, para conhecermos melhor o objeto de estudo dessa pesquisa, é também necessário conhecermos como foi sua concepção e em qual espaço-temporal ele estava/está inserido. Sendo assim, para explorar o Museu Regional de Entomologia precisamos também conhecer a história da instituição ao qual esse museu pertence: a Universidade Federal de Viçosa.

A UFV é uma universidade pública brasileira e está localizada na cidade de Viçosa, na região da Zona da Mata Mineira, no estado de Minas Gerais. É reconhecida juridicamente como Fundação Federal e possui atualmente como representante legal a Reitora Nilda de Fátima Ferreira Soares.¹⁸⁷ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Viçosa possui uma população estimada em 78.381 pessoas (dados de 2017)¹⁸⁸ e está localizada a 230 km da capital mineira, Belo Horizonte. Além de Viçosa, a UFV possui mais dois *campi*¹⁸⁹ para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, localizados nas cidades de Florestal e Rio Paranaíba, ambas as cidades mineiras.

A UFV teve sua origem na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), cuja criação foi autorizada em 1920, pelo Governo Estadual, e iniciou suas atividades em 1927. Em 1948, transformou-se em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Com sua contínua expansão e desenvolvimento, principalmente na área científica, logo se tornou

¹⁸⁶ PANIAGO, M. C. T. **Viçosa - mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências**. Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UFV, 1990 (300p). p. 153.

¹⁸⁷ Ministério da Educação. Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/OA==>>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

¹⁸⁸ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317130&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

¹⁸⁹ Área universitária que contém as unidades de ensino, residências ou o que compõe uma universidade. FERREIRA, Aurélio BH. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. 1995.

conhecida no país e internacionalmente, e foi federalizada em 1969, quando ganhou seu nome atual.

O ano de 1927 marcou o início da UFV, quando a primeira aula da instituição foi ministrada pelo Professor Diogo Alves de Melo, importante figura na consolidação da coleção de insetos do Museu Regional de Entomologia. Nesse sentido, é importante situarmos o lugar onde foi originado este Museu e/ou suas coleções.

Desde sua criação, a UFV passou por várias transformações, tanto em sua nomenclatura e destinação quanto em sua estrutura física e divisão acadêmico/administrativa. Começou como uma Escola Superior passando a Universidade Rural Estadual e finalmente chegando a Universidade Federal. Voltar ao passado, na história da Instituição, nos ajudará a registrar a história do Museu Regional de Entomologia, parte importante para o propósito desse trabalho. Para isso, nesse capítulo, estudaremos a trajetória histórica da UFV, e assim registraremos também a história e origem do Museu Regional de Entomologia, que conforme citado anteriormente, teve início em 1927, juntamente com a Instituição e com os sujeitos que fizeram parte da dessa construção.

Além desse traçado histórico, esse capítulo abordará a UFV hoje com sua divisão administrativa: administração superior, centros, departamentos e órgãos. Serão apresentados os museus existentes na UFV, suas características e como a instituição lida com esses espaços.

2.1. Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) – 1926 a 1948

Em 6 de setembro de 1920, o então Presidente do Estado de Minas Gerais (como eram chamados os governadores de Estado na época), Arthur da Silva Bernardes (1875-1955), assinou a Lei nº. 761¹⁹⁰ que autorizava o Governo do Estado a criar uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária em um lugar que oferecesse as condições necessárias.

De acordo com o artigo 4.º, a lei especificava a que se destinaria a criação da Escola: “ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais”. Essa escola serviria para resolver um problema considerado à época: “o empirismo

¹⁹⁰ Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Legislação. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=761&comp=&ano=1920&aba=js_textoOriginal#texto>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

dominante na agricultura e pecuária”.¹⁹¹ Sendo assim, Arthur Bernardes optou criar a instituição com base num modelo americano, já que os Estados Unidos estavam bem avançados no campo da agricultura e veterinária.

Em 1920, o Presidente de Minas Gerais solicitou ao Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, José Cochrane de Alencar, a indicação de um especialista que fundasse, organizasse e dirigisse essa Escola Agrícola. Após indicação e aceite, o Dr. Peter Henry Rolfs (1865-1944)¹⁹² mudou-se para o Brasil em fevereiro de 1921 e iniciou sua jornada para a implantação da Escola, supervisionando seu planejamento, sua construção e estruturação. “Rolfs trouxe para a ESAV a filosofia dos “Land Grant Colleges” e, com ela, os princípios de “Ciência e Prática” e “Aprender Fazendo”,¹⁹³ do Yowa State College”.¹⁹⁴ Sendo assim, por influência dele, a Escola funcionaria com base no ensino, pesquisa e extensão, três pilares que eram provavelmente responsáveis pelo extraordinário desenvolvimento da agropecuária nos EUA. Esses três pilares são hoje, uma marca da UFV.¹⁹⁵

A contratação desse especialista norte-americano efetivou-se porque Bernardes queria que a Escola fosse instituída nos moldes dos *Land Grant Colleges* americanos - fundamentados na trilogia do ensino, da pesquisa e da extensão direcionados para os problemas da agricultura e dos agricultores e que tanto êxito econômico obtivera no sul e meio oeste dos EUA, mormente a partir da década de 1880, com o redirecionamento curricular dessas instituições, que passam a atender ao ideal corporativo voltado para a formação de engenheiros agrônomos, veterinários e economistas domésticos. A adoção desse modelo na ESAV constituiu-se como uma das raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico, bacharelesco, que vigorava na maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiros da época.¹⁹⁶

¹⁹¹ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX.** *Op. cit.* p. 20.

¹⁹² Peter Henry Rolfs, filho de fazendeiro, nasceu em 17 de abril de 1865, no condado de Le Claire, Yowa. Fez seus estudos superiores no Yowa State College, hoje Yowa State University, em Ames. Bacharelou-se em Agricultura em 1889. Conquistou o “Master of Science”, em 1891, e o “Doctor of Science”, em 1920. UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Peter Henry Rolfs. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=peterHenry>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

¹⁹³ “Aprender fazendo” era uma legenda muito usada para representar um dos objetivos da Escola: “o de romper com a arraigada tradição brasileira do ensino livresco. A idéia não era dar menos importância ao livro, mas aliar a prática à teoria, tanto que a Biblioteca existiu desde os primeiros tempos”. BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX.** *Op. cit.* p. 28.

¹⁹⁴ UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Peter Henry Rolfs. *Op. cit.*

¹⁹⁵ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX.** *Op. cit.*

¹⁹⁶ AZEVEDO, D. S. **Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente** – o Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): Organização e Funcionamento. 2005. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, USP. 2005. p. 63.

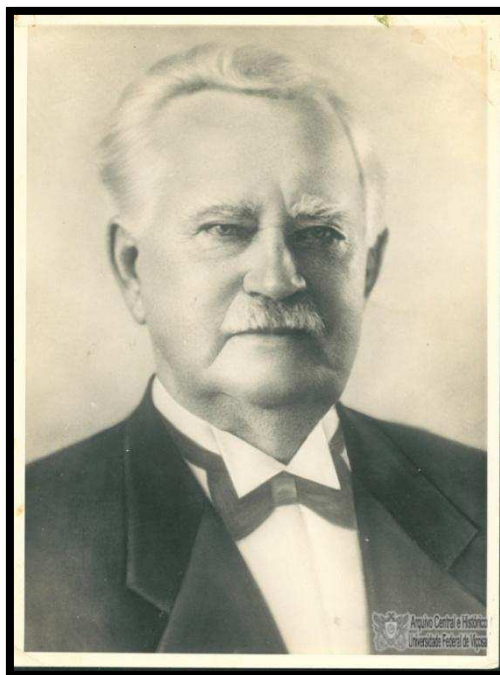


Figura 2. Dr. Peter Henry Rolfs. Fonte: UFV. LOCUS UFV. Memória Institucional. Acervo Fotográfico do Arquivo Central e Histórico da UFV. Fotos da ESAV. Série Diretores. Peter Henry Rolfs. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6119?show=full>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

Já em agosto de 1921, Dr. Peter apresentou ao Governo do Estado o esboço do primeiro regulamento onde eram apresentadas as seguintes propostas de seções para a Escola Agrícola: Agronomia, Horticultura, Mecânica Agrícola, Moléstia das Plantas e Insetos, Silvicultura, Solos, Veterinária, Matemática, Química, Língua Portuguesa e História do Brasil.

Em 30 de dezembro de 1921, o Decreto nº. 5.806 autorizou a desapropriação das terras onde a ESAV seria construída e aprovou as plantas e os planos da futura Escola. Porém, ao invés das terras serem desapropriadas, elas foram compradas. Com isso, em 30 de março de 1922, o Decreto nº. 6.053 autorizou a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária em Viçosa, MG, e deu início ao projeto de construção. Em 10 de junho de 1922, “a pedra fundamental da primeira grande construção, o Prédio Principal, hoje, Edifício Arthur da Silva Bernardes”,¹⁹⁷ foi lançada.

Dr. Peter trabalhou no planejamento e organização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária no período de 1921 até 1927. Foi assessorado por engenheiros como Honório Hermeto Correa da Costa, Mário Monteiro Machado e João Carlos Bello Lisboa (1892-1973), esse último, importante nome na construção da ESAV. O intervalo de 1922 a 1926 foi

¹⁹⁷ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. *A Universidade Federal de Viçosa no Século XX. Op. cit.* p. 23.

marcado por um período de construções, mas, ainda assim, alguns trabalhos agrícolas tiveram início, como o plantio de arroz, milho e cana-de-açúcar, por iniciativa de Rolfs.¹⁹⁸

Além de Peter Henry Rolfs, outros professores foram trazidos de diversas universidades dos Estados Unidos, firmando a filosofia dos *Land Grant Colleges* americanos. Podemos destacar os professores Albert Oliver Rhoad, para a Zootecnia, Albert Stanley Müller, para a Fitopatologia e Edson Jorge Hambleton, para a Entomologia. O Professor Hambleton, graduou-se pela Universidade de Ohio – EUA, sendo mestre e Ph.D. pela Universidade de Cornell, especialista em aracnídeos e trabalhos práticos no controle de insetos. Chegou a ESAV, sendo lotado na Seção de Entomologia.¹⁹⁹

Destaca-se também o Professor Diogo Alves de Mello (1893-1988), brasileiro, nascido no Estado do Rio de Janeiro. Obteve o grau de *Bachelor of Science in Agriculture* na *University of Missouri*, em Columbia, em 1922. De volta ao Brasil, em 1927, passou a fazer parte do corpo docente da ESAV, sendo um dos professores fundadores da Escola, permanecendo na instituição até 1953. O Professor Diogo merece destaque nesse trabalho, pois foi um dos pesquisadores que deram início à coleção entomológica do então Museu Regional de Entomologia, em 1927, trabalhando na organização de uma coleção de insetos, principalmente, pragas agrícolas. Os primeiros professores de Entomologia na ESAV foram: Diogo Alves de Mello, Edson Jorge Hambleton e Henrique Floriano Galante Sauer.²⁰⁰

Com a conclusão do Prédio Principal, em 28 de agosto de 1926, foi realizada a inauguração da ESAV. A cerimônia foi presidida pelo fundador da Instituição e então Presidente da República, Arthur da Silva Bernardes, e contou com a participação de diversas autoridades.

De acordo com o Regulamento da ESAV, de 1927, a Escola Agrícola possuiria cursos nas seguintes modalidades: Elementar (Fundamental), Médio, Superior e Especializado. O Curso Elementar tinha duração de um ano e constituía um sistema de educação rudimentar para o preparo de agricultores e capatazes rurais e compreendia o ensino de agricultura e veterinária, de caráter essencialmente prático, aliado à instrução geral indispensável. Esses cursos eram destinados a suprir as necessidades educativas, relacionadas com a vida rural, de pessoas que não tinham oportunidade de receberem instrução mais completa. O Curso Médio,

¹⁹⁸ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX.** *Op. cit.*

¹⁹⁹ UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Edson Jorge Hambleton. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=edsonJorge>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

²⁰⁰ UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Diogo Alves De Mello. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=diogo>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

com duração de dois anos, destinava-se principalmente aos filhos de fazendeiros ou agricultores que não tinham feito o curso ginásial e visavam à formação de bons técnicos agrícolas e administradores rurais. Os Cursos Superiores de Agricultura e Veterinária, com duração de quatro anos, destinavam-se à formação de profissionais de agronomia e veterinária, com aprendizado teórico-prático das matérias indispensáveis ao exercício dessas profissões. Para cursá-lo era necessário ter concluído o curso ginásial. O Curso Especializado era destinado para altos estudos e pesquisas originais sobre agricultura e veterinária e destinam-se a alunos que houvessem concluído um dos cursos superiores desta Escola ou equivalentes.²⁰¹

O início das aulas ocorreu em 1º. de agosto de 1927, com os cursos Fundamental (Elementar) e Médio. Presidiu a solenidade de inauguração das aulas, Dr. Peter Henry Rolfs, primeiro Diretor da Escola, com a presença de João Carlos Bello Lisboa, Vice-diretor e dos professores Francisco Horta, Hermann Rehaag, Nelson Lelis, Octávio do Espírito Santo e Diogo Alves de Mello, além dos primeiros alunos. O Curso Superior de Agricultura teve sua primeira aula em 1º. de maio de 1928, sob coordenação do Professor Hermann Rehaag.²⁰²

Com a Escola em funcionamento, um marco da então UFV ficou imortalizado através do Professor João Moogen de Oliveira.²⁰³ Em razão da sigla ESAV, Escola Superior de Agricultura e Veterinária, o Professor João Moogen criou a expressão “Estudar, Saber, Agir e Vencer”, posteriormente modificada para “Ensinar, Saber, Agir e Vencer”. Essa expressão foi traduzida para o latim e hoje está presente no Brasão da UFV: *Ediscere, Schire, Agere e Vincere*.²⁰⁴

²⁰¹ SILVA, F. V.; BORGES, V. A. A Origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado De Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e os Pilares do Saber Esaviano (1920-1929). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.29, p.169-197, mar.2008. p. 172. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art12_29.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

²⁰² BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX. Op. cit.**

²⁰³ “Pela sua competência e conhecimentos de Zoologia e Biologia, foi convidado, em 1933, pelo segundo diretor da ESAV, professor J. Bello Lisboa, para lecionar em Viçosa. Na Entomologia, foi o continuador aprimorado dos professores Dr. Road e Dr. Hambleton, dos Estados Unidos, tendo deixado um acervo precioso nas coleções de insetos, aves, roedores e outros animais”. UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. João Moogen de Oliveira. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=joaoMoojen>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

²⁰⁴ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX. Op. cit.**

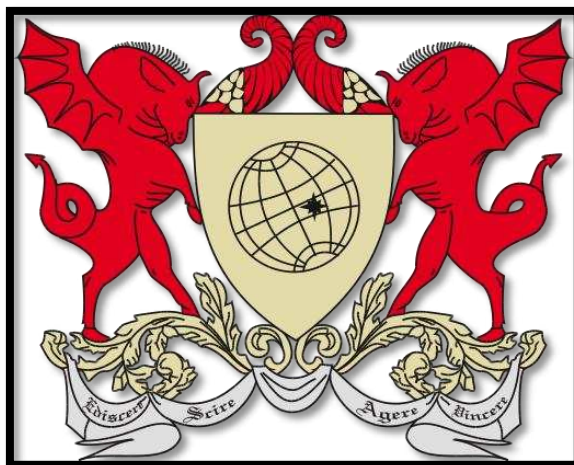


Figura 3. Brasão da UFV. Fonte: UFV. História do Brasão. Disponível em: <<https://www.ufv.br/a-ufv/historia-do-brasao/>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

Além do Brasão, essa expressão também está presente nas Quatro Pilastras: monumento existente na entrada principal do Campus da UFV, que liga a cidade de Viçosa à Universidade. As Quatro Pilastras ostentam os dizeres “Estudar”, “Saber”, “Agir” e “Vencer”. Essas palavras traduziriam os valores que direcionariam as atitudes e comportamentos da ESAV. “Os trabalhos educacionais seriam pautados pela “Ciência e Prática” e pelo “Aprender Fazendo”, em contraposição à educação livresca e acadêmica da época”.²⁰⁵



Figura 4. Entrada principal da UFV com as Quatro Pilastras que ostenta os dizeres “Estudar”, “Saber”, “Agir” e “Vencer”. Fonte: UFV. Disponível em: <<http://www.novos cursos.ufv.br/portais/ingles/www/>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

Dr. Peter Henry Rolfs foi o primeiro diretor da ESAV, cargo ocupado até 1º de fevereiro de 1929, quando assumiria a função de Coordenador Técnico de Agricultura do Estado de Minas Gerais. Nessa mesma data, João Carlos Bello Lisboa, então professor de Engenharia Rural, foi empossado como segundo diretor da ESAV, permanecendo no cargo

²⁰⁵ PANIAGO, M. C. T. Viçosa - mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências. *Op. cit.* p. 146.

até 21 de janeiro de 1936. João Carlos Bello Lisboa “foi sempre considerado o consolidador da obra e juntamente com Rolfs, o sólido alicerce da Instituição”.²⁰⁶

Em setembro de 1929, devido ao trabalho de Bello Lisboa e estudantes da época, foi realizada a 1ª. Semana do Fazendeiro, “considerada a primeira manifestação da ideia de *extensão rural* em solo brasileiro...”,²⁰⁷ um marco na história da extensão rural²⁰⁸ no Brasil. Hoje, a Semana do Fazendeiro é o maior e mais tradicional evento de extensão realizado pela UFV, sendo um canal de comunicação e difusão de conhecimentos científicos com a sociedade. O evento estabeleceu-se

num paradigma do serviço de extensão da Escola, com o fito de disseminar conhecimentos úteis à economia rural e doméstica. Esta semana, criada em 1929 e realizada anual e ininterruptamente até hoje, consistiu-se num grande chamariz, num poderoso meio de aproximação do estabelecimento com as comunidades de agricultores e criadores mineiros e de outros estados brasileiros.²⁰⁹

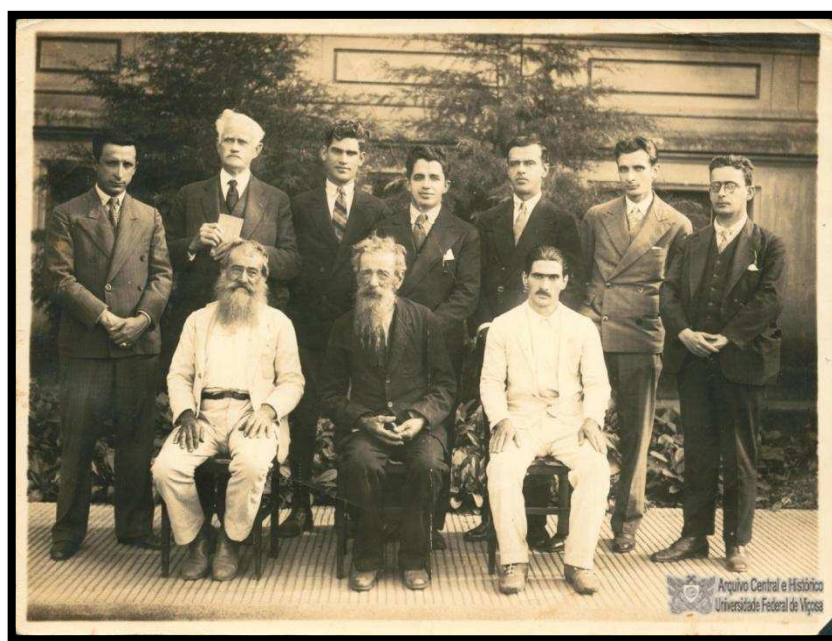


Figura 5. “Professores; Diretor Bello Lisboa; Jancinto Soares Souza Lima; P.H Rolfs; Diogo Mello; Bello Lisboa; família de fazendeiros; participantes da primeira Semana do Fazendeiro; Edifício Principal. Obs. Peter Rolfs, está como visitante”. Fonte: UFV. LOCUS UFV. Memória Institucional. Acervo Fotográfico do Arquivo Central e Histórico da UFV. Fotos da ESAV. Série Semana do Fazendeiro. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/7256>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

²⁰⁶ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. *Op. cit.* p. 32.

²⁰⁷ JANGO JUNIOR, J. E.; LEÃO, M. I.; ASSIS, A. A. F.; OBEID, J. A. **80 anos de História do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: UFV: DZO. 2007. p. 8.

²⁰⁸ A extensão juntamente com o ensino e a pesquisa formam a base indissociável da filosofia de trabalho da UFV, tornando-a relevante para o país desde a sua fundação. UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. 88ª Semana do Fazendeiro. A Semana do Fazendeiro. Disponível em: <<http://www.semanadofazendeiro.ufv.br/>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

²⁰⁹ AZEVEDO, D. S. **Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente**. *Op. cit.*

Ainda no período da consolidação da ESAV, outra preocupação de Peter Rolfs e Bello Lisboa era com o analfabetismo predominante. Diante disso, uma escola primária diurna foi criada para filhos de operários das construções e da população rural local, e as taxas de analfabetismo caíram significativamente. Essa escola foi sendo constantemente ampliada e funciona até hoje no campus da UFV, sendo mantida pelo Governo do Estado. Recebeu o nome de “Effie Rolfs” em homenagem à esposa do Dr. Peter Henri Rolfs.²¹⁰

Rolfs tinha grande preocupação em melhorar as condições educacionais, morais e financeiras da população rural. Para o cientista americano um ensino agrícola eficiente seria aquele em que a educação e profissionalização proporcionadas pela ESAV envolvessem também a educação dos filhos de agricultores.

Por isso, Rolfs ao assumir o compromisso, com o Estado de Minas Gerais, de organizar e dirigir uma escola agrícola estruturada nos pilares institucionais dos *Land Grant Colleges* elegeu como preocupação maior: a educação da “base” populacional do meio rural, ou seja, das famílias das fazendas do Estado, por meio do ensino agrícola moderno, em todos os níveis de escolaridade, sobretudo adaptado às peculiaridades e necessidades destes cidadãos.²¹¹

Após sua plena implementação, a estrutura organizacional da ESAV era formada por quinze departamentos:

1. Departamento de Agronomia
2. Departamento de Anatomia e Fisiologia
3. Departamento de Biologia
4. Departamento de Cirurgia Veterinária
5. Departamento de Clínica Veterinária
6. Departamento de Economia Rural
7. Departamento de Engenharia Rural e Matemática
8. Departamento de Entomologia e Fitopatologia
9. Departamento de Horticultura e Pomicultura
10. Departamento de Parasitologia e Bacteriologia
11. Departamento de Química
12. Departamento de Silvicultura
13. Departamento de Solos e Adubos
14. Departamento de Tecnologia Agrícola

²¹⁰ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. *Op. cit.* “Desde seus primórdios, a UFV se preocupa em promover a integração vertical do ensino. Nesse sentido, trabalha de maneira efetiva, mantendo, atualmente, além dos cursos de graduação e pós-graduação, o Colégio Universitário (Ensino Médio Geral), a Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (Ensino Médio Técnico e Médio Geral), a Escola Estadual Effie Rolfs (Ensino Fundamental e Médio Geral), o Laboratório de Desenvolvimento Humano (4 a 6 anos) e, ainda, a Creche, que atende a crianças de 3 meses a 6 anos”. UFV. História. Disponível em: <<https://www.ufv.br/a-ufv/a-ufv-historia/>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

²¹¹ SILVA, F. V.; BORGES, V. A. A Origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado De Minas Gerais... *Op. cit.*

15. Departamento de Zootecnia²¹²



Figura 6. “Um dos laboratórios do Departamento de Entomologia e Fitopatologia”. Fonte: UFV. LOCUS UFV. Memória Institucional. Acervo Fotográfico do Arquivo Central e Histórico da UFV. Fotos da ESAV. Série Diretores. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/10140?show=full>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.

No ano de 1931 a ESAV já era reconhecida internacionalmente por muitas instituições de ensino. Em 15 de dezembro do mesmo ano ocorreu a colação de grau da primeira turma de engenheiros-agrônomo. No dia primeiro de março de 1932, deu-se a abertura e início das aulas do Curso Superior de Medicina Veterinária; em 15 de dezembro de 1935 ocorreu a colação de grau da primeira turma de médicos-veterinários.

Após Peter Henry Rolfs, primeiro diretor, e Bello Lisboa, segundo diretor, em 1936, o professor John Benjamin Griffing assume a direção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, tornando-se o terceiro diretor da Escola e segundo diretor norte-americano. “A vinda de John Benjamin Griffing para dirigir a ESAV deu grande impulso à experimentação e pesquisa e iniciou uma das fases mais proveitosas para a Instituição”.²¹³ O professor Griffing estimulou viagens de estudos de professores da ESAV ao exterior, para cursos de aperfeiçoamento, mestrado e Ph.D., em países como Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, e

²¹² JANGO JUNIOR, J. E.; LEÃO, M. I.; ASSIS, A. A. F.; OBEID, J. A. **80 anos de História do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa**. *Op. cit.*

²¹³ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. *Op. cit.* p. 38.

principalmente, Estados Unidos. Esse intercâmbio também proporcionou a vinda de especialistas estrangeiros à Viçosa que ministravam cursos de curta duração e desenvolviam programas de extensão.

Por iniciativa do então diretor, Dr. John Benjamin Griffing, em 1939, foi criado o Clube Ceres. O Clube era formado por todos os professores da Escola e os alunos do último ano dos cursos de Agronomia e Veterinária e tinha como objetivo fomentar a pesquisa através da divulgação de novidades científicas, sociais e econômicas, por meio de conferências, palestras e publicações periódicas com vista a tornar mais conhecido os trabalhos científicos desenvolvidos na ESAV, e assim, através da imprensa publicou o primeiro número do periódico em julho-agosto de 1939, intitulado Ceres, em homenagem ao Clube.²¹⁴

Apesar do desenvolvimento na área do ensino, pesquisa e extensão, os três pilares da ESAV, a Escola arrastava problemas financeiros desde 1930, conforme correspondência encaminhada pelo então diretor da Escola, João Carlos Bello Lisboa, ao governo do Estado, a saber:

No que tange ao financiamento, há indícios que os problemas financeiros da Escola e seus servidores têm início a partir de 1930, pois é neste ano que identifica-se as primeiras correspondências que tratam do assunto, como a primeira detectada, que data de 18 de junho de 1930, na qual o então diretor Bello Lisboa “se dirige constrangido” ao presidente do Estado Antônio Carlos, solicitando o “restante da verba requisitada a seu favor. Dos quatrocentos contos que tinha requisitado, graças à bondosa intervenção de V. Excia., recebi apenas oitenta e sete contos, com os quais satisfiz o pessoal, que ainda tem três meses em atraso”.²¹⁵

Em 11 de novembro de 1936, por meio da Lei nº. 146, a autonomia da ESAV foi cassada, abolindo a Junta Administrativa da Escola e subordinando sua gestão à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas. A época foi marcada por entraves políticos à Instituição que geraram dificuldades financeiras, com atrasos no pagamento dos salários de seus professores e empregados. Correndo o risco da Escola não conseguir prosseguir com seus trabalhos devido à falta do repasse de verbas à Instituição por parte do Governo Estadual, vários ofícios em defesa da ESAV foram encaminhados ao Estado.

Por outro lado, se a instituição já não possuía autonomia financeira – estando dependente dos recursos orçamentários do Estado - também sofreu redução em sua dotação orçamentária e perdeu o direito de gerenciar sua própria

²¹⁴ SABIONI, G. S. **Revista Ceres** - 70 anos Revista Ceres [en línea] 2009, 56 (Julho-Agosto): [Fecha de consulta: 15 de agosto de 2017] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305226808001>> ISSN 0034-737X>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

²¹⁵ AZEVEDO, D. S. **Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente**. *Op. cit.* p. 91.

renda, a partir de 1936. Não obstante estes reveses, enfrentados pela instituição, no âmbito da sociedade política, verifica-se também que a direção do estabelecimento tentou, por diversos meios, resistir e reverter tais determinações.²¹⁶

Durante a década de 30, a ESAV foi marcada por um quadro de instabilidade política e crise financeira, e caminhou resistindo ao perigo eminente do desmembramento do curso de veterinária da instituição, e conseqüentemente um possível fechamento da Escola Agrícola. A Instituição resistiu através do empenho dos professores, funcionários em geral, fazendeiros locais e entidades da sociedade civil em reverter a presente situação. Porém,

Se a política do governo estadual em relação ao desmonte da ESAV não logrou êxito entre 1934 e 1935, ao final desse último ano, verifica-se uma mudança na estratégia de ação da sociedade política em relação ao estabelecimento, com a adoção de medidas de menor impacto social, mas que enfraqueceram a administração e a ação pedagógica da Escola, como a cassação da sua pouca autonomia institucional e financeira, a extinção do modelo de gestão administrativa e fiscal e a redução das atividades de ensino e extensão que atestam o recuo no processo de aproximação da ESAV com as *comunidades* de agricultores mineiros, um dos pilares básicos do modelo político-administrativo e pedagógico concebido e indicado por boa parte da *intelligentsia* vinculada ao *ruralismo*.²¹⁷

A intenção do governo estadual de separar a Escola de Veterinária da Escola de Agricultura, em 1934, foi efetivada em 1942, quando o então Governador mineiro, Benedicto Valladares Ribeiro, através do Decreto-Lei Estadual número 824 de 20 de janeiro, “mutilou” a ESAV, transferindo o curso de Veterinária para Belo Horizonte e vinculando-o ao Estado de Minas Gerais.²¹⁸

Apesar de sua expansão e excelência no desenvolvimento, a ESAV também passou por crises políticas e econômicas. Todos esses fatores corroboraram para a mudança pela qual a instituição passaria: transformação da ESAV em UREMG.

Em 1948, através da Lei número 272 de 13 de novembro, assinada pelo Governador do Estado Dr. Milton Soares Campos e pelos seus Secretários de Agricultura, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais foi criada.²¹⁹

²¹⁶ AZEVEDO, D. S. **Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente**. *Op. cit.* p. 96.

²¹⁷ *Ibid.* p. 108.

²¹⁸ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. *Op. cit.*

²¹⁹ *Ibid.*

2.2. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948 a 1969

O Artigo 4º da Lei 761, de 06 de setembro de 1920, assinada pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, especificou a finalidade para qual a ESAV seria criada: “ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais”.²²⁰ Diante disso, Arthur Bernardes preferiu organizar o ensino da nova escola seguindo os moldes americanos, por saber dos avanços da área da agricultura e veterinária nos Estados Unidos. Para tal um especialista norte-americano, o Dr. Peter Henry Rolfs, foi contratado.

Seguindo um processo semelhante às de suas matrizes norte-americanas, posto que grande parte das “Lands Grant Colleges” tornaram-se universidades mais ecléticas, passando de conhecimentos agrícolas, veterinários e de economia doméstica para outros campos do ensino, a ESAV, reafirmando sua identidade em relação à filosofia das Land Grant Colleges, também se transformaria em uma universidade, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG.²²¹

Outro fato que fez com que a Escola evoluísse para uma estrutura universitária foi um programa de envio dos professores da ESAV a universidades americanas para a capacitação em cursos de pós-graduação, como mestrado e doutorado, fortalecendo a área de pesquisas e criando um clima favorável para transformação da ESAV numa Universidade Rural.

Toda essa mudança foi resultado “da extraordinária evolução positiva da antiga Escola, cuja seriedade de propósitos, trabalho, ensino, pesquisa e extensão havia já há algum tempo conquistado reconhecimento amplo”.²²²

Diante desses fatos, um sonho que parecia distante tornou-se realidade em 13 de novembro de 1948, com a Lei número 272, que transformou a ESAV em UREMG, e nela incorporou a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização (Pós-graduação), o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. Além disso, a Escola Superior de Veterinária, que havia sido transferida para a cidade de Belo Horizonte, foi reincorporada a UREMG, mantendo, porém, seu

²²⁰ Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Legislação. *Op. cit.*

²²¹ JANGO JUNIOR, J. E.; LEÃO, M. I.; ASSIS, A. A. F.; OBEID, J. A. **80 anos de História do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa.** *Op. cit.* p. 31.

²²² BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX.** *Op. cit.* p. 96.

funcionamento na capital. Através do Decreto nº. 3.211,²²³ de 15 de novembro de 1949, a UREMG foi oficialmente declarada instalada, com sede em Viçosa, Minas Gerais, e pelo Decreto nº. 3.292,²²⁴ de 25 de maio de 1950, foram aprovados os seus Estatutos.

Trilhando o caminho da antecessora ESAV, a UREMG continuou expandindo-se quantitativamente e qualitativamente, ampliando o número de cursos, professores e estudantes. Em 1952 foi criada a Escola Superior de Ciências Domésticas, a primeira do gênero no Brasil, com o curso de Administração do Lar. Em 1954 deu início o Curso Superior de Ciências Domésticas. Em 1955, a UREMG incorporou a Escola Média de Agricultura de Florestal – EMAF, Florestal, MG. Em 1958, foi criado o Centro de Ensino de Extensão - CEE, com o início dos cursos de Extensão Rural, Economia Doméstica e Crédito Rural Supervisionado. Em 1960, foi criado o Curso de Engenharia Florestal. Em 1961, tiveram início, de forma pioneira no país, os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no modelo norte americano do *Master of Science* ou *Magister Science (M.S.)*, na área de Ciências Agrárias, com os cursos de Hortaliças (Fitotecnia) e Economia Rural. Em 1962, foi criado o Programa de Mestrado em Zootecnia.²²⁵

No ano de 1965, o Decreto nº. 8.484,²²⁶ de 14 de julho, aprovou o novo Estatuto da UREMG, onde a instituição passou a ser dotada como entidade autárquica, de personalidade jurídica de direito público, conferindo-lhe autonomia administrativa e econômica. A Estrutura Orgânica da UREMG passou a ser formada pelos seguintes órgãos:

1. Conselho Universitário;
2. Reitoria;
3. Conselho de Diretores;
4. Diretoria Geral de Ensino, onde estava vinculado o Museu;
5. Diretoria Geral de Experimentação e Pesquisa;
6. Diretoria Geral de Extensão;
7. Diretoria Geral de Assistência;
8. Diretoria Geral de Administração;
9. Escola de Pós-Graduação;
10. Escola Superior de Agricultura, formada pelos Institutos de: Biologia e Química; Economia Rural; Engenharia Rural; Fitotecnia; Tecnologia de Alimentos e Zootecnia;
11. Escola Superior de Ciências Domésticas, formada pelos Departamentos de: Administração do Lar; Habilitação e Decoração; Metodologia; Nutrição e Preparo de Alimentos; Puericultura e Enfermagem e Vestuário e Têxteis;

²²³ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S. **Legislação de Importância Histórica:** Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, 1926-1948 - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, 1948-1969 - Universidade Federal de Viçosa - UFV, 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010.

²²⁴ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S. **Legislação de Importância Histórica.** *Op.cit.*

²²⁵ UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Cronologia. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=cronologia>>. Acesso em 09 de agosto de 2017.

²²⁶ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S. **Legislação de Importância Histórica.** *Op. cit.*

12. Escola Superior de Florestas, formada pelos Departamentos de: Administração Florestal; Ecologia e Conservação Florestal; Dendrologia e Ecologia; Silvicultura e Tecnologia de Produtos Florestais;
13. Escola Média de Agricultura de Florestal, formada pelos Departamentos de: Agronomia; Horticultura; Indústrias Rurais e Zootecnia.

O Decreto ainda dispunha, em seu Art. 4º, Parágrafo único: “a Universidade poderá, observadas as normas aplicáveis, criar ou incorporar outras unidades, bem como celebrar convênios que visem a plena realização de seus fins”.²²⁷ Não por tal motivo, mas em consonância com essa afirmação, vários convênios e programas de relações externas foram firmados entre a UREMG e instituições internacionais, com destaque para as Universidades de Cornell e Purdue (Estados Unidos). A celebração desses convênios gerou valiosos benefícios para instituição. Doações foram recebidas e utilizadas para a realização de novas obras e expansão da universidade, provimento de bolsa de estudos para os docentes, desenvolvimento de pesquisa e extensão e aquisição de livros e equipamentos. Professores da Universidade de Purdue, com excelente nível de formação, vieram para a UREMG e impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa e extensão, fortalecendo os cursos de pós-graduação. Vários professores da UREMG frequentaram a Universidade de Purdue e outras dos EUA e Europa, tornando-se doutores. Tudo isso fomentou a expansão e progresso em todas as áreas da Universidade Rural.²²⁸

Devido ao crescimento e expansão da UREMG, o prestígio alcançado pela universidade a nível nacional e internacional, as dificuldades financeiras do Governo Estadual de Minas Gerais em manter a instituição, o Governo Federal federalizou a UREMG transformando-a em Universidade Federal de Viçosa, sob a forma de Fundação.²²⁹

Foi, ainda, dentro da década de 60, em 8 de maio de 1969, que o Presidente Arthur da Costa e Silva firmou o Decreto-Lei nº. 570, autorizando o Poder Executivo a instituir, sob forma de fundação, a Universidade Feral de Viçosa, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura. Em 30 de julho de 1969, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais promulgou, pelo seu Presidente Orlando de Andrade, a Resolução nº. 880, aprovando o convênio de 10 de abril de 1969, que estipulava uma colaboração mútua entre os governos estadual e federal, visando à manutenção da UREMG. Finalmente, por força do Decreto nº. 64.825, de 15 de junho de 1969, assinado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, institui-se a Universidade Federal de Viçosa (UFV), à qual foi incorporada a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).²³⁰

²²⁷ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S. **Legislação de Importância Histórica**. *Op. cit.* p. 228.

²²⁸ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. *Op. cit.*

²²⁹ *Ibid.*

²³⁰ PANIAGO, M. C. T. **Viçosa - mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências**. *Op. cit.* p. 154.

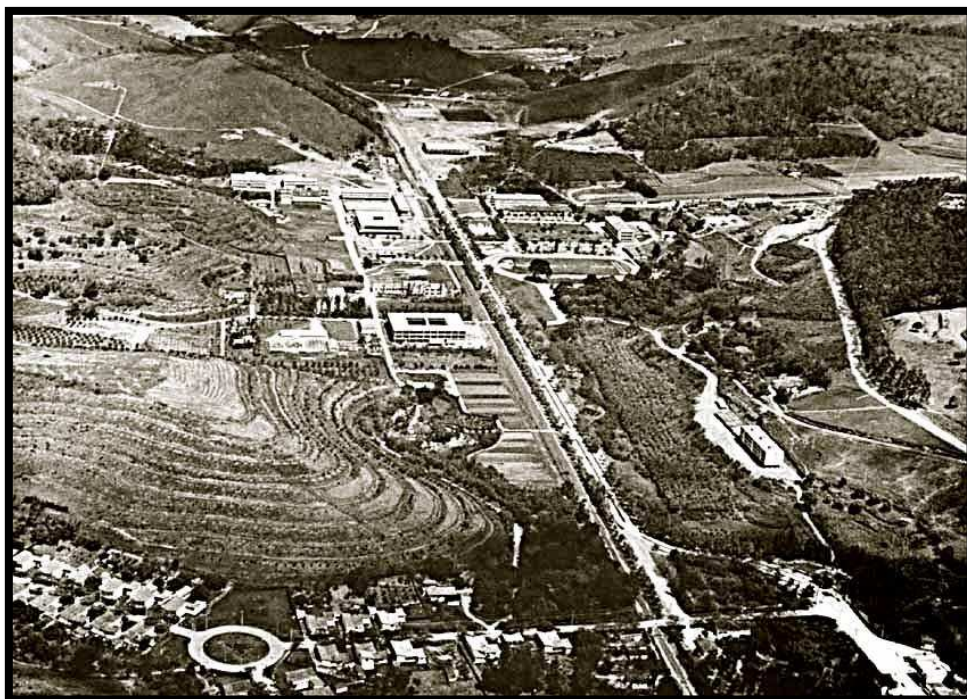


Figura 7. Vista parcial da então UREMGM (década de 60). Fonte: ESTAÇÃO DAS MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da%20Mata/TeCer/Educa%C3%A7%C3%A3o/Ufv/ufv0002.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

2.3. Universidade Federal de Viçosa (1969 até hoje)

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) e posteriormente a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMGM) foram o alicerce para concretização de uma Universidade Federal em Viçosa.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) teve sua origem na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Arthur da Silva Bernardes, que, num rasgo de visão do futuro, lançou as bases para a solução do angustiante problema da agricultura mineira na época.²³¹

Por força do Decreto nº. 64.825,²³² de 15 de julho de 1969, assinado pelo então Presidente Arthur da Costa e Silva, instituiu-se a UFV. Apesar da federalização da UREMGM ocorrer em 1969, esse processo foi longo e oneroso, tendo iniciado em 1950. A UREMGM enfrentou por anos a dúvida e a incerteza do futuro da instituição, com relação à possível mudança para uma esfera federal. “Na UREMGM, cultivava-se sempre a idéia de que ela

²³¹ PANIAGO, M. C. T. *Viçosa - mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências*. *Op. cit.* p. 146.

²³² CÂMARA DOS DEPUTADOS. DECRETO Nº 64.825, DE 15 DE JULHO DE 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64825-15-julho-1969-406149-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 de agosto de 2017.

haveria de se expandir e de se impor como uma grande universidade estadual, paralelamente à do Estado de São Paulo, a USP”.²³³ O fato é que a UREMG já havia sido federalizada em 1950, através da Lei nº. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, mas como a instituição não desejava tal mudança, por diversas razões, ela concordou apenas que seria objeto de incentivo governamental por parte do Governo Federal.

Um grande impasse foi vivido entre a Instituição e o Governo do Estado. O Governador mineiro defendia que a Federalização da Universidade Rural deveria ocorrer, mas a UREMG insistia na questão do Estado de Minas Gerais ter sua própria universidade, assim como o Estado de São Paulo, com a USP. No entanto, as dificuldades financeiras do Estado só cresciam. A UREMG sofria atrasos nos repasses de recursos, o que afetava o pagamento dos servidores da Instituição. Enquanto o governo estadual enfrentava dificuldades econômicas, na esfera federal a situação era mais propensa. Frente às circunstâncias expostas, a UREMG mudou sua postura e procurou o governo estadual manifestando concordância com a federalização. A partir daí, o processo de modificação teve um grande impulso, somado ao fato da universidade desfrutar de grande prestígio, tanto no país quanto no exterior. Em 1º. de agosto de 1969 iniciou-se, oficialmente, a vida da UFV.

Em 1969, quando a UREMG foi federalizada, transformando-se em UFV, havia quatorze departamentos na Instituição: Departamento de Solos e Adubos, Departamento de Economia Rural, Departamento de Microbiologia, Departamento de Fitopatologia, Departamento de Zootecnia, Departamento de Biologia, Departamento de Tecnologia de Alimentos, Departamento de Defesa Fitossanitária, Departamento de Veterinária, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Genética, Experimentação e Biometria, Departamento de Silvicultura e Departamento de Agronomia e Horticultura. Esses departamentos constituíam a base de quatro cursos de graduação: Agronomia, Medicina Veterinária, Economia Doméstica e Engenharia Florestal.²³⁴

Até o ano 1974, os seguintes cursos de graduação estavam em funcionamento: Agronomia, Biologia, Economia Doméstica, Engenharia Florestal, Física, Matemática, Pedagogia, Química, Zootecnia. A partir de 1975 os seguintes cursos foram criados: Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia e Tecnologia de Alimentos, Tecnólogo em Cooperativismo, Tecnólogo em Laticínios, Agrimensura, Administração de Empresas,

²³³ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. *Op. cit.* p. 105.

²³⁴ RIBEIRO, M.; DAS GRAÇAS, Maria. Educação superior e cooperação internacional: o caso da UREMG (1948-1969). *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS*, v. 13, n. 25, p. 52-65, 2013. p. 61.

Ciências Econômicas, Letras, Engenharia Civil, Medicina Veterinária e Nutrição. O Curso de Graduação em Medicina Veterinária foi recriado na UFV, pela Resolução número 77/CEPE de 12/7/1976, devido ao seu desmembramento em 1942 e transferência para Belo Horizonte (Decreto-Lei Estadual número 824 de 20 de janeiro). Nos anos 70, a UFV firmou vários convênios com diversas entidades, elevando o seu orçamento em 900%, o que consolidou a expansão física e aumento de pessoal da instituição.²³⁵

A UFV carrega desde sua criação, experiência e tradição em ensino, pesquisa e extensão, três pilares que formam a base de sua filosofia de trabalho. Desde o seu início, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária, posteriormente como Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e passando a Universidade Federal de Viçosa, a área de Ciências Agrárias teve papel fundamental na história da instituição. Por tradição, esse setor ainda é o mais desenvolvido na UFV, sendo conhecido e respeitado no Brasil e no Exterior. Porém, apesar da ênfase na agropecuária, a Instituição assumiu um caráter diversificado, ampliando-se em outras áreas do conhecimento, tais como: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas, Letras e Artes.

Atualmente, a UFV possui três *campi* para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O *campus* Viçosa está localizado no município de Viçosa, MG, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, em níveis de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* (presenciais e a distância). O *campus* Florestal está localizado no município de Florestal, MG, oferecendo cursos técnicos concomitantes ao ensino médio, cursos técnicos ministrados após o término do ensino médio, e cursos de graduação e pós-graduação, em nível de mestrado. O *campus* Rio Paranaíba está localizado na cidade de Rio Paranaíba, MG, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, em nível de mestrado (acadêmico e profissional).²³⁶

²³⁵ PANIAGO, M. C. T. **Viçosa - mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências.** *Op. cit.*

²³⁶ UFV. A UFV. *Campi*. Disponível em: <<https://www.ufv.br/a-ufv/campi/>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.



Figura 8. Vista parcial do *Campus Viçosa*. Fonte: UFV. A UFV. *Campi. Op. cit.*



Figura 9. Vista parcial do *Campus Florestal*. Fonte: UFV. A UFV. *Campi. Op. cit.*



Figura 10. Vista parcial do *Campus Rio Paranaíba*. Fonte: UFV. A UFV. *Campi*. *Op. cit.*

Atualmente, a Estrutura Orgânica da UFV apresenta os seguintes órgãos:

Administração Superior:

1. Reitoria;
2. Vice-Reitoria;
3. Gabinete da Reitoria;
4. Secretaria de Órgãos Colegiados;
5. Pró-Reitoria de Administração;
6. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários;
7. Pró-Reitoria de Ensino;
8. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;
9. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
10. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
11. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento;
12. *Campus* UFV – Florestal;
13. *Campus* UFV – Rio Paranaíba;
14. Centro de Ciências Agrárias;
15. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde;
16. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas;
17. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.²³⁷

O Estatuto atual da UFV foi aprovado pelo Conselho Universitário em sua 231ª reunião, de 16 e 17 de dezembro de 1998, e pela Portaria nº 768, de 14 de maio de 1999. O atual Regimento Geral foi aprovado pelo Conselho Universitário em sua 245ª reunião, de 24 de fevereiro de 2000.

O Artigo 24 do Estatuto da UFV define os Centros de Ciências como órgãos que “administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as

²³⁷ UFV. Administração. Administração Superior. Disponível em: <<https://www.ufv.br/administracao/administracao-administracao-superior/>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

resoluções dos órgãos competentes”.²³⁸ Vinculados aos Centros de Ciências estão os Departamentos. De acordo com o Artigo 34 do Regimento Geral da UFV, cada Departamento é uma “unidade acadêmica básica da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal e compreenderá disciplinas afins”.²³⁹ No ano de sua aprovação, em 2000, o Regimento Geral, no seu Artigo 34, Parágrafo Único, apresentava a UFV com vinte e oito Departamentos, a saber,

Parágrafo único – A Universidade compreende 28 (vinte e oito) Departamentos, sem prejuízo de outros que venham a ser criados, distribuídos por Centros de Ciências, da seguinte forma:

I. Centro de Ciências Agrárias:

1. Departamento de Economia Rural;
2. Departamento de Engenharia Agrícola;
3. Departamento de Engenharia Florestal;
4. Departamento de Fitopatologia;
5. Departamento de Fitotecnia;
6. Departamento de Solos; e
7. Departamento de Zootecnia.

II. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde:

1. Departamento de Biologia Animal;
2. Departamento de Biologia Geral;
3. Departamento de Biologia Vegetal;
4. Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular;
5. Departamento de Educação Física;
6. Departamento de Microbiologia;
7. Departamento de Nutrição e Saúde; e
8. Departamento de Veterinária.

III. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas:

1. Departamento de Arquitetura e Urbanismo;
2. Departamento de Engenharia Civil;
3. Departamento de Física;
4. Departamento de Informática;
5. Departamento de Matemática;
6. Departamento de Química; e
7. Departamento de Tecnologia de Alimentos.

IV. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes:

1. Departamento de Administração;
2. Departamento de Direito;
3. Departamento de Economia;
4. Departamento de Economia Doméstica;
5. Departamento de Educação; e
6. Departamento de Letras e Artes.²⁴⁰

²³⁸ UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. Estatuto da UFV. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/?page_id=151>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

²³⁹ UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. Regimento Geral da UFV. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/?page_id=153>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

²⁴⁰ UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. Regimento Geral da UFV. *Op. cit.*

Posteriormente, conforme previsão do mesmo parágrafo – “sem prejuízo de outros que venham a ser criados” – tiveram início mais dez Departamentos, inclusive o Departamento de Entomologia, ao qual pertence o Museu Regional de Entomologia. Sendo assim, atualmente e na prática, a UFV possui trinta e oito Departamentos, distribuídos por Centros de Ciências, conforme descrito a seguir:

- I. Centro de Ciências Agrárias – CCA
 1. Departamento de Economia Rural
 2. Departamento de Engenharia Agrícola
 3. Departamento de Engenharia Florestal
 4. Departamento de Fitopatologia
 5. Departamento de Fitotecnia
 6. Departamento de Solos
 7. Departamento de Zootecnia
- II. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCB
 1. Departamento de Biologia Animal
 2. Departamento de Biologia Geral
 3. Departamento de Biologia Vegetal
 4. Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular
 5. Departamento de Educação Física
 6. Departamento de Entomologia
 7. Departamento de Microbiologia
 8. Departamento de Medicina e Enfermagem
 9. Departamento de Nutrição e Saúde
 10. Departamento de Veterinária
- III. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCE
 1. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
 2. Departamento de Engenharia Civil
 3. Departamento de Engenharia Elétrica
 4. Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica
 5. Departamento de Estatística
 6. Departamento de Física
 7. Departamento de Informática
 8. Departamento de Matemática
 9. Departamento de Química
 10. Departamento de Tecnologia de Alimentos
- IV. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCH
 1. Departamento de Administração e Contabilidade
 2. Departamento de Artes e Humanidades
 3. Departamento de Ciências Sociais
 4. Departamento de Comunicação Social
 5. Departamento de Direito
 6. Departamento de Economia
 7. Departamento de Economia Doméstica
 8. Departamento de Educação
 9. Departamento de Geografia
 10. Departamento de História
 11. Departamento de Letras²⁴¹

²⁴¹ UFV. Administração. Departamentos. Disponível em: <<https://www.ufv.br/administracao/orgaos/>>. Acesso em 18 de agosto de 2017.

O Departamento de Biologia Animal (DBA) foi criado em 1978, com atuação nas seguintes áreas de ensino, pesquisa e extensão: Entomologia, Zoologia, Psicultura e Ranicultura. Vinculado a esse departamento teve início o Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Em 1984, foi autorizado o curso de Mestrado em Entomologia e em 1996, o curso de Doutorado em Entomologia.

Ao longo dos anos, o PPGENT tornou-se referência na área, com reconhecimento nacional e internacional. Surgiu então a necessidade de se criar um Departamento referência na área de Entomologia. Como consequência, em 2011, o DBA foi desmembrado dando origem a dois departamentos: o Departamento de Biologia Animal e o Departamento de Entomologia (DDE), ao qual ficou vinculado o PPGENT.

A Resolução nº. 7/2011²⁴² do Conselho Universitário (CONSU), órgão superior de administração da UFV, aprovou a criação do DDE, vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, em 14 de junho de 2011.

A Pós-Graduação em Entomologia da UFV possui conceito 7 na CAPES,²⁴³ que é o conceito máximo a ser obtido por um curso de pós-graduação e, portanto, é considerado um Programa de Excelência Acadêmica. O Programa obteve nota máxima nas três últimas avaliações trienais e última avaliação quadrienal: em 2007, 2010, 2013 e 2017. Desde sua criação, o PPGENT provém exemplares para o acervo do Museu Regional de Entomologia, através dos projetos de pesquisas e das teses e dissertações.

²⁴² UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. Resoluções CONSU. RESOLUÇÃO Nº 7/201. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/11_071.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

²⁴³ A CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) é o órgão do Ministério da Educação responsável pelo reconhecimento e a avaliação de cursos de pós-graduação stricto-sensu (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado) em âmbito nacional. Atualmente, a avaliação é realizada a cada 4 (quatro) anos. Os programas recebem notas na seguinte escala: 1 e 2, tem canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado. Notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Programas de nota 7 são aqueles com desempenho claramente destacado dos demais. Fundação Capes. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

2.4. Breve apresentação das Instituições Museológicas da Universidade Federal de Viçosa

Em sua página eletrônica, a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO), órgão responsável pelo assessoramento à Administração Superior, apresenta o Organograma²⁴⁴ da UFV. Apesar de não constar no Organograma, por ainda não ter seu Estatuto aprovado, existe a Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC), órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC), responsável pela consolidação dos interesses dos museus e espaços de ciências na UFV, estruturando ações conjuntas que promovam a visibilidade dessas instituições e o convívio e interação com a sociedade promovendo a construção de conhecimento daqueles que o visitam.

A UFV conta com doze museus e espaços de ciência: a Casa Arthur Bernardes, o Herbário VIC, o Horto Botânico, a Mata da Biologia, a Mata do Paraíso, o Museu da Comunicação, o Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef, o Museu de Zoologia João Moojen, o Museu Histórico da UFV, o Parque Interativo de Botânica, a Pinacoteca da UFV e a Sala Mendeleev. Estes espaços desenvolvem e realizam exposições permanentes e itinerantes, oficinas, minicursos e eventos de divulgação da cultura científica. São locais abertos à visitação pública que proporcionam à comunidade o contato com várias temáticas e tipos de acervos. Todos estão integrados à SEMEC e compõem o Circuito de Museus que busca a interação e a popularização da cultura, arte, conhecimento e ciência junto à comunidade de Viçosa e região.²⁴⁵

Por não ser um órgão institucionalizado, o Museu Regional de Entomologia não aparece na lista dos museus reconhecidos e divulgados pela SEMEC. A seguir apresentamos as instituições museológicas integradas à Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV.

²⁴⁴ UFV. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Relatórios Institucionais. Disponível em: <<http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2012/05/Organograma-Geral-UFV.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

²⁴⁵ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

2.4.1. Casa Arthur Bernardes (CAB)²⁴⁶



Figura 11. Fachada da Casa Arthur Bernardes. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. Disponível em: <http://www.semec.ufv.br/?page_id=15>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

A Casa Arthur Bernardes era a residência do Dr. Arthur da Silva Bernardes. Nascido em Viçosa, foi o criador da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), atual UFV, e Presidente do Brasil nos anos de 1922 a 1926. Sua construção, em estilo eclético, durou o mesmo período de tempo do mandato de Arthur Bernardes e teve como engenheiro responsável, João Carlos Bello Lisboa. O ex-presidente ocupava a casa em períodos de férias, quando vinha a Viçosa para rever os amigos e familiares e trazer a família para descansar. “A casa foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA/MG em 10 de outubro de 1995 e adquirida pela Universidade Federal de Viçosa em 29 de dezembro desse mesmo ano”.²⁴⁷ O acervo da Casa Arthur Bernardes reúne peças e documentos que estejam relacionados com a trajetória de Arthur Bernardes e foi constituído através de compras efetuadas pela UFV e de doações da comunidade viçosense e familiares do ex-presidente. Desde a sua inauguração, a Casa Arthur Bernardes promove eventos artístico-culturais, com a realização de palestras, exposições e seminários, oferecendo atendimento a instituições educacionais e culturais e promovendo um elo de intercâmbio cultural entre a UFV e as comunidades do município e região.

²⁴⁶ Localização: Praça Silviano Brandão, nº 69 – Centro, Viçosa-MG. Tel. (31) 3899-2862. Email: cab@ufv.br. Horário de atendimento: terça a sexta-feira - 09h-12h e 14h-18h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁴⁷ UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Divisão de Assuntos Culturais. Casa Arthur Bernardes. Disponível em: <<https://www.dti.ufv.br/dac/casa.asp>>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

2.4.2. Herbário VIC²⁴⁸



Figura 12. Herbário VIC. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

O Herbário VIC foi fundado em 1930, na então ESAV, sob a direção do Prof. Humberto Bruno e com a participação da botânica mexicano-americana Ynes Mexia. Ele está sob a responsabilidade do Departamento de Biologia Vegetal, da UFV. Juntamente com outros onze herbários do Estado de Minas Gerais, integra a Rede Mineira de Herbários.

Seu acervo é constituído por uma coleção científica de plantas, de diversos ecossistemas do estado de Minas Gerais, desidratadas, etiquetadas, catalogadas e identificadas cientificamente, para fins de ensino, pesquisa e extensão, através da

identificação de espécimes vegetais; visitas didáticas e científicas; documentação do material botânico empregado em pesquisas; fonte de informações sobre a ocorrência e distribuição geográfica das espécies; e fonte de material e documentação de pesquisas realizadas em diversas áreas.²⁴⁹

Sua coleção é formada por cerca de 50.000 exemplares e é o terceiro maior acervo de Minas Gerais, em número de espécimes, possuindo grande valor histórico e científico. “Botânicos ilustres depositaram parte de suas coleções no acervo do VIC, como: Agnes

²⁴⁸ Localização: Av. Purdue, s/n, UFV. Tel. (31) 3899-2523. Email: herbario@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 08h-12h e 14h-17h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁴⁹ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

Chase, Howard S. Irwin e J. G. Kuhlmann”²⁵⁰. O Herbário VIC é “cadastrado como espaço-ciência na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFV, e recebe quase 1000 visitantes por ano, incluindo alunos de escolas de ensino médio e fundamental, universidades, faculdades particulares e pesquisadores”²⁵¹. Possui como curadoras as professoras Rita Maria de Carvalho Okano e Flávia Cristina Pinto Garcia.

2.4.3. Horto Botânico²⁵²



Figura 13. Horto Botânico. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit*

O Horto Botânico da UFV foi criado em 1938, na antiga ESAV, pelo professor Octavio de Almeida Drumond. Formado em Agronomia (turma de 1934), pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária, ingressou no corpo docente da Escola em 1935, tendo sido assistente do professor Albert Stanley Miller, o primeiro fitopatologista da ESAV, trazido por Peter Henry Rolfs, em 1929.²⁵³

²⁵⁰ UFV. INCT Herbário Virtual da Flora e dos Fungos. Disponível em: <<http://inct.florabrasil.net/participantes/herbarios-curadores/vic-herbario-da-universidade-federal-de-vicosa/>>. Acesso em 24 de agosto de 2017.

²⁵¹ UFV. Pós-Graduação Stricto Sensu em Botânica. Disponível em: <http://www.posbotanica.ufv.br/?page_id=482>. Acesso em 24 de agosto de 2017.

²⁵² Localização: Av. Purdue, s/n, UFV. Tel. (31) 3899-2651. Email: hortobotanico@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 08h-12h e 14h-17h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁵³ UFV. Personagens e Pioneiros. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=octavioAlmeida>>. Acesso em 24 de agosto de 2017.

O Horto Botânico está cadastrado como espaço-ciência na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFV e está vinculado ao Departamento de Biologia Vegetal. Apresenta uma coleção de plantas vivas e nativas com a finalidade de uso em ensino, pesquisa e extensão.²⁵⁴

Possui uma área de 9.556 metros quadrados, cobertos por espécies remanescentes de um fragmento de Floresta Atlântica enriquecido por espécies exóticas, apresentando diversidade botânica e oferecendo a oportunidade de abordar diversos assuntos relacionados à biodiversidade, à interação da flora e fauna e ao uso das plantas. Conta com duas casas de vegetação, um orquidário e cerca de 1 hectare de canteiros, onde estão cultivadas as plantas. No espaço é oferecida uma caminhada, onde são realizadas dinâmicas, oficinas e atividades recreativas, de acordo com a faixa etária dos visitantes.²⁵⁵

O Horto Botânico recebe anualmente a visita de cerca de 1000 estudantes, de diferentes níveis de escolaridade, sendo maioria de escolas públicas, de Viçosa e região. As visitas são guiadas por funcionários, discentes de graduação e pós-graduação, e estagiários.

2.4.4. Mata da Biologia²⁵⁶



Figura 14. Parte da Mata da Biologia. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

A Mata da Biologia é uma área de proteção ambiental, localizada dentro do *campus* da UFV, conhecida também como Recanto das Cigarras. Trata-se de um fragmento de Mata

²⁵⁴ UFV. Pós-Graduação Stricto Sensu em Botânica. Disponível em: <http://www.posbotanica.ufv.br/?page_id=482>. Acesso em 24 de agosto de 2017.

²⁵⁵ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁵⁶Localização - Recanto das Cigarras – UFV. Telefones: (31) 3899-4325 / 4326. Email: matadabiologiaufv@gmail.com. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira: 08h-12h e 14h-16h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

Atlântica, que é um espaço geográfico de floresta tropical, rica em biodiversidade. A Mata da Biologia se encontra em processo de regeneração natural. Possui trilhas nas quais são desenvolvidas atividades interpretativas de diferentes temáticas como: ecologia, plantas, animais, fungos, entre outros. A visita ao espaço é guiada pelos Trilheiros do Sauá.²⁵⁷

O “Trilheiros do Sauá” é um grupo de estudantes e professores da Universidade Federal de Viçosa que se dedica a realizar atividades educativas e de interpretação ambiental num fragmento de mata atlântica em regeneração, chamado Mata da Biologia. O grupo recebe escolas que queiram visitar a Mata da Biologia e desenvolver projetos pedagógicos. Apoia professores da Educação Básica, no desenvolvimento de atividades de campo, a fim de despertar um maior interesse dos alunos para o tema transversal que é a temática socioambiental.²⁵⁸

2.4.5. Mata do Paraíso²⁵⁹



Figura 15. Mata do Paraíso. Fonte: UFV. Departamento de Engenharia Florestal. Disponível em: <http://www.lcn.ufv.br/?page_id=52>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

A Mata do Paraíso localiza-se em um dos maiores fragmentos florestais remanescentes de Mata Atlântica na região de Viçosa. Este fragmento possui cerca de 400 hectares em excelente estado de conservação. A área apresenta alta biodiversidade e abriga várias espécies, da fauna e da flora, ameaçadas de extinção, e protege ainda as nascentes do Córrego

²⁵⁷ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁵⁸ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁵⁹ Localização: Rodovia Viçosa-Paula Cândido (MG 280, KM6). Telefone: (31) 3899-3390. Email: geiamata@yahoo.com.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira 08h-12h e 14h-17h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

Santa Catarina, um importante afluente do Rio São Bartolomeu, o principal rio da cidade de Viçosa.

Até o ano de 1966, a Mata do Paraíso pertencia a Prefeitura Municipal de Viçosa, sendo utilizada como fonte de extração de madeira e como reservatório e fonte de água para o abastecimento do município. Desde então, a área pertence à UFV e é administrada pelo Departamento de Engenharia Florestal.



Figura 16. Foto aérea do fragmento florestal remanescente de Mata Atlântica. Fonte: UFV. Departamento de Engenharia Florestal. Laboratório de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.def.ufv.br/?page_id=589>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

O espaço dispõe de trilhas e um Centro de Educação Ambiental, recebendo cerca de 3.000 visitantes por ano, entre pesquisadores, estudantes da educação infantil, do ensino fundamental, médio e superior, além de famílias de Viçosa e cidades da região. As visitas são guiadas pelo Grupo de Educação e Interpretação Ambiental da Mata do Paraíso - GEIA-MATA ²⁶⁰ formado por estudantes da UFV, que desenvolvem ações de educação e interpretação ambiental. Além disso, a UFV, através de seus departamentos, utiliza a Mata do Paraíso para a realização de aulas práticas e pesquisas científicas, tendo a Mata como um laboratório natural de grande valia para desenvolvimento do aprendizado.²⁶¹

²⁶⁰ UFV. Departamento de Engenharia Florestal. Laboratório de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.lcn.ufv.br/?page_id=52>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

²⁶¹ UFV. Departamento de Engenharia Florestal. Mata do Paraíso. Disponível em: <http://www.def.ufv.br/?page_id=589>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

2.4.6. Museu da Comunicação²⁶²



Figura 17. Fachada do Museu da Comunicação. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

O Museu da Comunicação é um centro de visitas, aberto à comunidade de Viçosa e região, que abriga materiais que contam a história de temas relacionados à Comunicação. “Objetos-relíquias, tecnologias, discursos, imagens, reportagens, grupos de estudo, acontecimentos, mostras, documentos, palestras, exposições, pensamentos, dialéticas, trocas e oficinas” são presenças neste museu. É também um espaço-escola que possibilita produções experimentais na área da Comunicação a alunos e professores da UFV. “O Museu da Comunicação é um espaço de memória, experimentação e contemporaneidade, que incorpora tecnologias e tendências museográficas para contar a aventura da comunicação humana”.²⁶³

²⁶² Localização: Vila Giannetti, casa 39. Telefone: (31) 3899-2093. Email: museudacomunicacaoufv@gmail.com. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 09h-12h e 15h-18h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁶³ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

2.4.7. Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef (MCTAD)²⁶⁴



Figura 18. Fachada do Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

O Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef (MCTAD) é um museu de ciências que busca “despertar a curiosidade e o interesse das pessoas pelo que existe e acontece em nosso planeta, tendo como principais elementos os solos, as rochas e os minerais”.²⁶⁵

A coleção de rochas e minerais do atual MCTAD teve início na antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), por iniciativa do professor Aléxis Dorofeef.²⁶⁶ Ele iniciou a coleção na década de 1930, recolhendo e catalogando amostras em todo o país, a fim de enriquecer as suas aulas práticas.

Já na década de 80, as professoras Cristine Muggler – atual curadora do Museu – e Luciana Maria Lopes, do Departamento de Solos da UFV,

visualizaram naquele acervo a possibilidade de se criar uma exposição que poderia ser mais do que apenas apoio pedagógico às aulas ministradas na Universidade. Luciana, Cristine e, posteriormente, a professora Irene Maria

²⁶⁴ Localização: Vila Giannetti, casa 31. Telefone: (31) 3899-2662. Email: mctad@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 08h-12h e 14h-18h e sábado 08h-12h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁶⁵ Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef. Departamento de Solos. UFV. Disponível em: <<http://www.mctad.ufv.br/>>. Acesso em 24 de agosto de 2017.

²⁶⁶ Aléxis Dorofeef nasceu em 13 de abril de 1902, em Moscou, na Rússia. Deixou a Rússia para estudar na Bélgica e Iugoslávia. Obteve os diplomas de engenheiro agrônomo, engenheiro agrícola e engenheiro florestal. No ano de 1929 mudou-se para o Brasil e em 1935, naturalizou-se brasileiro. Foi convidado por João Carlos Bello Lisboa, então diretor da ESAV, para compor o corpo docente desse estabelecimento em 12 de março de 1930. Em 1937 foi designado superintendente do Departamento de Solos e Adubos. Foi importante nome na área de Mineralogia, Geologia, Solos e Adubos. UFV. Personagens e Pioneiros. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=alexis>>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

Cardoso, enfrentaram longos dias e noites limpando, organizando e catalogando cada pecinha. No dia 15 de dezembro de 1993, o Museu de Minerais, Rochas e Solos Alexis Dorofeef ganhou corpo e vida! Construído para ser um Centro de Referência na Zona da Mata mineira, o Museu tinha como objetivo conservar, valorizar e socializar o seu acervo, através da exposição e de atividades educativas. Com o tempo, o Museu percebeu que poderia agir muito mais na popularização de seus temas junto à comunidade viçosense.²⁶⁷

Dessa forma, o MCTAD atende às comunidades de Viçosa e região através de visitas guiadas, oficinas temáticas e exposições itinerantes, com foco na educação básica. Além disso, suas ações são voltadas à capacitação de professores e à formação profissional e cidadã de sua equipe. “O movimento Conhecer e Gostar de Solos busca resgatar e re-significar o tema Solos junto à população”.²⁶⁸ Com a exposição de seu acervo e realização de ações educativas, MCTAD é um local de descobertas, convívio, interação e construção de conhecimentos.

2.4.8. Museu de Zoologia João Moojen (MZUFV)²⁶⁹



Figura 19. Fachada do Museu de Zoologia João Moojen. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁶⁷ Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef. Departamento de Solos. UFV. Histórico. Disponível em: <<http://www.mctad.ufv.br/area/historico>>. Acesso em 24 de agosto de 2017.

²⁶⁸ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁶⁹ Localização: Vila Giannetti, casa 32. Telefone: (31) 3899-2586. Email: museudezoologia@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 08h-12h e 14h-18h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

O Museu de Zoologia João Moojen (MZUFV) foi fundado em 1933, por iniciativa do professor João Moojen de Oliveira,²⁷⁰ que possuía uma coleção de diferentes animais da fauna brasileira. O trabalho na obtenção, organização e catalogação do acervo teve continuidade com o Prof. José Candido de Melo Carvalho²⁷¹, até 1946. Mais tarde, em razão da falta de um local apropriado para o depósito de materiais e curadoria adequada, o Museu sofreu perdas e danificação de vários exemplares de sua coleção. Nos últimos anos, o esforço de vários professores e pesquisadores proporcionou uma melhoria das coleções. Em 1993, as coleções do Museu foram transferidas do Edifício Chotaro Simoya (“Prédio da Biologia”) para a casa nº 32 da Vila Gianetti, no campus da UFV. O museu foi nomeado “Museu de Zoologia Professor João Moojen de Oliveira” em homenagem ao fundador de suas coleções. Em 2007, o nome foi modificado para “Museu de Zoologia João Moojen”.²⁷²

Atualmente, o MZUFV possui mais de 20 mil peças zoológicas em seu dinâmico acervo, incluindo fósseis, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, constituindo uma das mais significativas coleções zoológicas do Estado de Minas Gerais e o mais representativo da Zona da Mata Mineira, tornando-se uma referência obrigatória para estudos de fauna no sudeste do Brasil. Além de exposição ao público, onde o visitante pode “observar vários animais, fixados e taxidermizados, da fauna brasileira”,²⁷³ o MZUFV é um espaço destinado à pesquisa, ensino e extensão.

²⁷⁰ O professor João Moojen de Oliveira nasceu em 1º de dezembro de 1904, na cidade de Leopoldina-MG. Formou-se em Farmácia no Rio de Janeiro. Pela sua competência e conhecimentos de Zoologia e Biologia, começou a lecionar na ESAV, em 1933, por convite do segundo diretor João Carlos Bello Lisboa. Na Entomologia, deu continuidade aos trabalhos do professor Dr. Edson Jorge Hambleton, dos Estados Unidos, tendo deixado um acervo precioso nas coleções de insetos, aves, roedores e outros animais. UFV. Personagens e Pioneiros. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=joaoMoojen>>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

²⁷¹ O professor José Candido de Melo Carvalho formou-se em Medicina Veterinária pela ESAV, em 1938. Concluiu o Mestrado em Zoologia, nos Estados Unidos da América, na Universidade de Nebraska, em 1940, e o Doutorado na Universidade de Iowa, em 1942. Em 1946, ingressou no Museu Nacional, iniciando então uma série e excursões de pesquisa pelo País. Foi entomólogo de renome internacional, publicando o "Catálogo de Mirídeos do Mundo", em cinco volumes, sendo considerado a maior autoridade mundial em Miridae, com trabalhos em Paris, Amsterdã, Estocolmo, Helsinque, Copenhage, Bruxelas, Índia, Japão, Havaí, sem esquecer o Brasil. Como pioneiro e líder na arca de Conservação e Proteção, em 1958, foi eleito Representante para a América Latina da União Internacional de Conservação da Natureza, no Congresso Internacional de Londres. Participou de todas as fases da legislação ambiental brasileira. Foi membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ISPAN), do Conselho Federal de Cultura, do qual foi presidente da Câmara de Ciências. UFV. Personagens e Pioneiros. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=joseCandido>>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

²⁷² UFV. Museu de Zoologia João Moojen. Histórico. Disponível em: <<http://www.museudezoologia.ufv.br/historico.htm>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

²⁷³ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

2.4.9. Museu Histórico da UFV²⁷⁴



Figura 20. Fachada do Museu Histórico da UFV. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

O Museu Histórico da UFV, órgão vinculado à PEC e à Divisão de Assuntos Culturais (DAC), estabeleceu-se em 26 de agosto de 1986, sexagenário ano da universidade. Foi criado com a finalidade de estudar fontes históricas, coletar, guardar, classificar e expor objetos da UFV, com o propósito de se preservar a memória da instituição e divulgar o seu patrimônio. Possui como missão

reunir, preservar e difundir a memória institucional da Universidade Federal de Viçosa, apresentando, assim, um pouco da trajetória acadêmica, política e social de um dos mais conceituados centros educacionais brasileiros. O Museu também realiza trabalhos pedagógico-extensionista por meio de visitas guiadas às escolas de Viçosa e região, o que possibilita conhecimento sobre a história da instituição, bem como sensibilizar quanto à preservação da memória.²⁷⁵

Seu acervo é constituído por objetos que foram doados por diversos departamentos e setores da UFV, bem como por particulares. Compõem suas coleções categorias como: mobiliário original, peças de laboratório, equipamentos agrícolas, técnico e de precisão, som, ótico, mobiliário, farmacêutico, mecânico, complemento doméstico, fotos e condecorações. Esses objetos foram utilizados em diversos cursos na UFV, em diferentes períodos. Além

²⁷⁴ Localização: Av. PH Rolfs, s/n (ao lado da Caixa Econômica Federal – UFV). Telefone: (31) 3899-2498. Email: museuhistorico@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 08h-11h45 e 14h-17h45. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁷⁵ UFV. Museu Histórico. Missão. Disponível em: <http://www.museuhistorico.ufv.br/?page_id=58>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

disso, o acervo conta com milhares de fotografias, correspondentes ao período de 1920 a 1990.²⁷⁶

2.4.10. Pinacoteca da UFV²⁷⁷



Figura 21. Fachada da Pinacoteca da UFV. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

A Pinacoteca, assim como o Museu Histórico da UFV, localiza-se na antiga casa de hóspedes da Universidade, construída em 1926, para ser a residência do então vice-diretor João Carlos Bello Lisbôa. Foi criada em fevereiro de 1973 para ser um espaço de realização de exposições artísticas, de conhecidos e iniciantes. A Pinacoteca da UFV possui como missão a difusão da cultura. Possui em seu acervo, diferentes obras de diversos estilos de arte contemporânea brasileira, fruto de doações espontâneas de artistas, colecionadores e galeristas.²⁷⁸

²⁷⁶ UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Divisão de Assuntos Culturais. Museu Histórico da UFV. Disponível em: <<https://www.dti.ufv.br/dac/museu.asp>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

²⁷⁷ Localização: Av. PH Rolfs, s/n (ao lado da Caixa Econômica Federal – UFV). Telefone: (31) 3899-2498. Email: pinacoteca@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 08h-11h45 e 14h-17h45. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁷⁸ UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

2.4.11. Parque Interativo de Botânica (PIB)²⁷⁹



Figura 22. Parte do Parque Interativo de Botânica. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

O PIB, inaugurado em 2003, está vinculado à Unidade de Pesquisa e Conservação de *Bromeliaceae* (UPCB), que é um “centro de estudos que tem como missão primordial promover a pesquisa científica em favor da conservação da família *Bromeliaceae* e dos ecossistemas onde vivem”²⁸⁰. A UPCB-PIB é uma unidade do Departamento de Biologia Vegetal da UFV, na área de Sistemática. Geralmente, o Parque Interativo de Botânica é chamado de bromeliário, pois possui uma coleção de bromélias, agrupando cerca de 1.000 espécies de todo o continente (uma das maiores do Brasil).

A UPCB-PIB compreende um espaço de aproximadamente 1.200 m², onde estão instalados a coleção de bromélias vivas e um jardim temático. Nesse jardim, estão representados seis biomas brasileiros e suas bromélias: Mata Atlântica, Campos de Altitude, Restinga, Campos Rupestres, Cerrado e Caatinga. A Unidade possui pesquisadores integrantes de diversas instituições brasileiras e estrangeiras, abrangendo as mais diferentes áreas da ciência. Além de desenvolver pesquisas e ensino, com a realização de aulas de

²⁷⁹ Localização: Vila Giannetti, casa 54. Telefone: (31) 3899-3219. Email: upcb@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira - 09h-11h30 e 14h30-17h30 e sábado 08h-12h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁸⁰ UFV. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Biologia Vegetal. Unidade de Pesquisa e Conservação de Bromeliaceae. Sobre a UPCB. Disponível em: <<http://www.upcb.ufv.br/sobre.htm>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

graduação, a UPCB promove também atividades de extensão e de educação ambiental, com estudantes de ensino fundamental e médio.

2.4.12. Sala Mendeleev²⁸¹



Figura 23. Fachada do Prédio das Licenciaturas onde está localizada a Sala Mendeleev. Fonte: UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op.cit.*

A Sala Mendeleev apresenta uma exposição permanente e interativa sobre a Tabela Periódica dos elementos. A visita é guiada e os visitantes têm a oportunidade de vivenciar a ciência através da manipulação de amostras e realização de experimentos interessantes e divertidos. Ainda, estão expostas espécies minerais e são realizadas aplicações desses elementos em materiais do cotidiano.

A Sala Mendeleev é um espaço que abriga uma Tabela Periódica dos Elementos gigante, com três metros de comprimento e dois metros de altura. Os visitantes encontrarão uma exposição de substâncias elementares e compostos representativos de todos os elementos químicos estáveis. Verão espécies minerais que os contêm e conhecerão algumas de suas aplicações. Poderão manipular diversas amostras. Aprenderão um pouco sobre a vida Dimitri Ivanovich Mendeleev²⁸² foi um químico e físico russo, criador da primeira versão da tabela periódica dos elementos químicos, prevendo as propriedades de elementos que ainda não tinham sido descobertos. e farão experimentos interessantes e divertidos. O roteiro que inclui a Tabela

²⁸¹ Localização: Prédio das Licenciaturas, 2º andar. Telefone: (31) 3899-4272. Email: salamendeleev@ufv.br. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira 08h-12h. UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. *Op. cit.*

²⁸² Dimitri Ivanovich Mendeleev (1834-1907) – Químico que criou a tabela periódica de elementos que mostram as tendências e os padrões de suas propriedades. TINNER, John Hudson. **100 cientistas que mudaram a história do mundo**. Singular Digital, 2004.

Periódica Gigante, a minitabela, experimentos e uma apresentação sobre a vida de Mendeleev; é direcionado aos estudantes do ensino básico e superior, aos professores e ao público em geral. As visitas duram em média 1h30 e podem ser agendada por e-mail ou telefone.²⁸³

A partir de 2006, com a criação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), foram mapeadas mais de 3500 instituições museológicas no Brasil e o resultado desse mapeamento promoveu o lançamento de publicações importantes como o **Guia dos Museus Brasileiros** e **Museus em Números**. Ambos elaborados pelo IBRAM e disponíveis em sua página eletrônica.²⁸⁴

O **Guia dos Museus Brasileiros**, o mais atual e completo guia já produzido na área no Brasil, foi lançado em 18 de maio de 2011 (Dia Internacional dos Museus) e distribuído aos museus que integram sua publicação, com o propósito de facilitar o acesso do público aos acervos brasileiros e promover a difusão de informações sobre o setor museal no país. A publicação traz informações de 3.118 museus, incluindo 23 museus virtuais, já mapeados em território nacional, como: ano de criação, situação atual, endereço, horário de funcionamento, tipologia de acervo, acessibilidade, infraestrutura para recebimento de turistas estrangeiros e natureza administrativa. Todos os dados foram organizados de modo a facilitar a consulta pelo usuário. Os museus estão divididos por região, estado e município.

O guia **Museus em Números** foi lançado em 2011, em dois volumes, e apresenta um panorama estatístico nacional e internacional do setor museal e textos analíticos sobre a situação dos museus nas unidades federativas. Os dados são referentes a 1,5 mil instituições museológicas brasileiras que responderam ao questionário do CNM – cadastradas entre as mais de três mil instituições mapeadas em todo o país à época do levantamento de dados para a pesquisa (setembro 2010).²⁸⁵

Dos doze museus e espaços de ciência que integram a lista da SEMEC, cinco estão listados no **Guia dos Museus Brasileiros**. São eles: Museu Histórico da UFV, Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef, Casa Arthur Bernardes, Pinacoteca da UFV e Museu de Zoologia João Moojen. Ou seja, esses espaços se registraram junto ao IBRAM através do *Registro de Museus*,²⁸⁶ ferramenta da PNM, que estimula a formalização de instituições

²⁸³ UFV. Espaço Ciência em Ação. Exposição Interativa Sobre a Tabela Periódica Dos Elementos. Disponível em: <<http://www.cienciaemacao.ufv.br/sala.php>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.

²⁸⁴ BRASIL. IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. *Op. cit.*

²⁸⁵ BRASIL. IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Museus do Brasil. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil/>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

²⁸⁶ “O Registro de Museus – RM é um instrumento previsto pelo Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009) que objetiva estimular a formalização dos museus, a partir do acompanhamento das dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus, visando criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento de

museais, estando formalizados, institucionalizados, e de acordo com legislação específica. Curiosamente estão presentes no **Guia dos Museus Brasileiros** duas instituições museológicas que não fazem parte da SEMEC: o Parque da Ciência de Viçosa e o Museu da Anatomia Animal Comparada.

Não presente na lista dos museus e espaços de ciência da UFV que integram a SEMEC está o Museu Regional de Entomologia, nosso objeto de estudo. No capítulo a seguir iremos abordar sua história e apresentar o Museu hoje: sua localização, sua estrutura física, suas coleções, o papel de seu acervo, os trabalhos desenvolvidos e como esse espaço lida com a divulgação e transmissão do seu acervo museológico – a coleção de insetos.

Capítulo 3

O Museu Regional de Entomologia

Nesse capítulo, após estudarmos os museus, seus conceitos, sua relação com o patrimônio e sua legislação, e um pouco da história da UFV e suas instituições museais, analisamos o nosso objeto de estudo, o Museu Regional de Entomologia, desde sua criação até o presente.

Primeiramente, realizamos uma trajetória histórica do Museu Regional de Entomologia, apresentando sua origem, as suas transformações ao longo do tempo, os personagens que fizeram parte da sua formação e demais informações e registros que marcaram o seu percurso.

Em seguida, apresentamos o museu na atualidade: a sua estrutura física e espacial, as suas coleções e o papel de seu acervo, as suas características, as suas funcionalidades, os trabalhos desenvolvidos, as produções científicas, as pessoas envolvidas em sua manutenção, e como esse espaço lida com a divulgação e transmissão do seu acervo de entomologia – a coleção de insetos.

Esse levantamento é muito importante e necessário para verificarmos os pontos positivos e pontos falhos desse órgão no que diz respeito às características de uma instituição museal. Com esses dados trabalhamos a última parte da pesquisa que é a elaboração de uma proposta de institucionalização, seguindo ao preenchimento do *Registro de Museus* e o *Plano Museológico*, duas ferramentas obrigatórias para a formalização de museus, a serem abordadas no capítulo a seguir.

3.1. O Museu Regional de Entomologia – contributos para a sua história

O interesse pelas coleções entomológicas na UFV teve início por volta de 1927, juntamente com a criação ESAV e a disciplina de Entomologia, oferecida na época pelo Prof. Diogo Alves de Mello. O Regulamento da ESAV, de 1926, “caracterizava a instituição como um estabelecimento essencialmente agrícola, cuja finalidade era a aquisição de difusão de

conhecimentos relativos “à economia rural”, em todos os seus graus e modalidades”.²⁸⁷ Por ser uma Escola com foco no ensino prático e teórico da Agricultura e Veterinária e o estudo experimental nessa área, o Prof. Peter Henry Rolfs, de origem norte-americana e grande pioneiro na estruturação da ESAV, deu o primeiro passo na formação de uma coleção de insetos, que hoje faz parte do Museu Regional de Entomologia.

O Dr. P. H. Rolfs era um cientista reconhecido na área de agronomia, com numerosos estudos publicados, sendo membro de diversas associações científicas, dentre as quais da Associação Americana de Entomologistas Econômicos.²⁸⁸ Seguindo a filosofia dos *Land Grand Colleges* e, com ela, os princípios de “ciência e prática” e “aprender fazendo”, era de se esperar que o professor soubesse da importância de se ter uma coleção de insetos para ser usada como instrumento científico-pedagógico em uma Escola em que o foco seria o desenvolvimento na área da agricultura.

Uma coleção entomológica²⁸⁹ é uma importante ferramenta para a identificação de pragas agrícolas, sendo fundamental para o controle eficiente de doenças agrárias. O Museu Regional de Entomologia é depositário/guardião de uma coleção biológica, um valioso acervo científico no campo da entomologia. Atualmente sabe-se que, quando bem organizadas, essas coleções são valiosas fontes de informações, servindo de base para o desenvolvimento de diversos tipos de estudos relacionados à biodiversidade e o meio ambiente e suas relações com a sociedade; à saúde pública; agropecuária; e outros setores econômicos. Coleções de insetos são bancos de dados fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Ter conhecimento sobre a diversidade entomológica de uma região

possibilita a compreensão dos padrões de distribuição geográfica temporal e espacial; a identificação de agentes de serviços ambientais e de controle biológico; indicações de áreas para conservação; informações sobre pragas de culturas; indicações de grupos da fauna com potencial para indicação de impactos ambientais; além do conhecimento básico sobre a biologia de espécies de interesse. O conhecimento acumulado em uma coleção biológica sempre traz impactos muito positivos para gestores ambientais; cientistas; zoológicos; entomólogos; pesquisadores da área agrônoma; agricultores que podem se beneficiar da correta identificação de pragas agrícolas.²⁹⁰

²⁸⁷ RIBEIRO, M.; DAS GRAÇAS, M. Caubóis e Caipiras. Os *land grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação**, v. 10, n. 19, 2006.

²⁸⁸ BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. *Op. cit.*

²⁸⁹ Esse tema será abordado de forma mais aprofundada no item “3.2.2. Acervo – coleção entomológica: um patrimônio científico” a seguir.

²⁹⁰ DE CAMARGO, A. J. A. Coleções zoológicas: importância estratégica para o país e para o agronegócio em particular. Embrapa Cerrados-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E), 2009.

O Jornal **Cidade de Viçosa**, de 08 de maio de 1927,²⁹¹ trazia a seguinte matéria em seu canto direito, intitulada “Escola Superior de Agricultura e Veterinária - Um gesto feliz do seu director”, demonstrando o interesse do Dr. P. H. Rolfs em utilizar a coleção de insetos para levar conhecimento técnico a estudantes de estabelecimentos de ensino da época. Esse gesto demonstrava uma das características básicas da filosofia dos *Land Grand Colleges*: “a pesquisa aplicada e a difusão da escolarização e do conhecimento”.²⁹²

A matéria dizia que o professor e diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, Dr. P. H. Rolfs, encaminhou vários convites aos diretores de estabelecimentos de ensinos viçosenses solicitando que permitissem que seus alunos visitassem uma exposição de insetos e de quadros da zootecnia, por ele organizada, em um dos salões de aula da ESAV. Como era de se esperar o convite foi muito bem aceito, e mais de 270 alunos em idade escolar realizaram a visita ao local e se dispuseram a escutar todos os esclarecimentos em torno dos insetos e os vários tipos de animais expostos, realizados pelos Drs. Rolfs e Hermann Rehaag (1884-1970), este ultimo professor de zootecnia da Escola Superior.

Os insetos achavam-se expostos em artísticas caixas de madeira envernizada, com tampos de vidro, e os vários tipos de animais em quadros suspensos à parede, pintados a óleo, segundo as cores naturais. Sobre estes, ministravam as explicações práticas necessárias o Dr. Rehaag,...., o Dr. Rolfs, classificando os insetos pelas suas várias espécies e assinalando, entre estas, as que nos eram “damninhas”, quer pelo veneno que poderiam injetar através das suas picadas, quer pelos grandes prejuízos que causavam às plantações. Na coleção de insetos, que é variada e bastante numerosa, destaca-se uma belíssima coleção de borboletas de todos os tamanhos, cores e desenhos, havendo espécies admiráveis e raríssimas. De envolta, pois, com nossos melhores agradecimentos pelo convite com que fomos distinguidos, aqui ficam os nossos parabéns ao Dr. P. H. Rolfs pelo grande êxito de que foi coroada a sua magnífica exposição.²⁹³

Em 1929, o Professor P. H. Rolfs visitou os Estados Unidos para recrutar especialistas em várias áreas da agricultura, inclusive na área de Entomologia, para fazer parte do corpo docente da ESAV. O entomologista, Dr. Edson Jorge Hambleton, graduado pela Universidade de Ohio, Estados Unidos, e mestre e doutor pela Universidade de Cornell, aceitou o convite e chegando a Viçosa, em 1929, deu início às suas atividades. Foi lotado na Seção de Entomologia, trabalhando na organização das coleções entomológicas, providenciando os armários para armazenamento do acervo, na formação do apiário e na coordenação de

²⁹¹ Figura 63 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 178.

²⁹² RIBEIRO, M.; DAS GRAÇAS, M. Caubóis e Caipiras. *Op. cit.* p. 108.

²⁹³ Jornal **Cidade de Viçosa**. Viçosa, 8 de maio de 1927. Fonte: acervo do Professor Denílson Santos de Azevedo, docente do Departamento de Educação da UFV. Texto com adaptação ortográfica.

disciplinas. Dr. Hambleton era especialista em aracnídeos e trabalhos práticos no controle de insetos.²⁹⁴

Até o final da década de 1950, ocorreu uma intensa participação de pesquisadores na organização, preservação, identificação, arquivamento de dados e informações sobre os insetos de Minas Gerais e região, formando-se uma coleção de pragas, principalmente de plantas cultivadas. Dentre esses pesquisadores, merecem destaque: Dr. Diogo Alves de Mello (professor de Entomologia no período de 1926 a 1929), Dr. Edson Jorge Hambleton (professor de Entomologia no período de 1929 a 1934), Henrique Floriano Galante Sauer, Benjamim Thomaz Snipes (professor de Entomologia no período de 1937 a 1940) e Frederico Vanetti (1910-1969), professor de Entomologia no período de 1939 a 1964.

Além desses, inúmeros pesquisadores contribuíram para o crescimento da coleção entomológica do Museu Regional de Entomologia, através de coletas, informações de campo e identificações. Dentre esses podemos citar: Acacio Costa Junior, Angelo Moreira da Costa Lima, C. J. Drake, Carlos Socias Schlottfeldt,²⁹⁵ Elpidio Amante, Flávio Augusto D'Araujo Couto,²⁹⁶ F. Plaumann, João Moojen de Oliveira, José Cândido de Mello Carvalho,²⁹⁷ Newton Dias dos Santos, Oscar Monte, J. Zikan, Pedro Wygodzinsky, assim como P. H. Rolfs.²⁹⁸

²⁹⁴ Essas descrições foram retiradas de fonte encontrada nos documentos do Museu Regional de Entomologia. Esse material refere-se a um curso intitulado "O Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal", oferecido em maio de 1984, pelo Prof. Paulo Sergio Fiuza Ferreira, criador e curador do museu (até janeiro de 2018), na IX Semana de Biologia. FERREIRA, P. S. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. O Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal. 1984. 13 p.

²⁹⁵ Diplomado pela ESAV em 1940. Em 1941, torna-se Professor Auxiliar de Entomologia. Em 1942, já como Professor Assistente, atua nos cursos de Zoologia, Fitopatologia (Dep. Biologia), Geometria Descritiva e Perspectiva (Dep. Engenharia Rural). Durante o período 1944-45 é responsável pelo curso superior de Entomologia. Em 1946, é convidado a se transferir para o Departamento de Genética e Melhoramento de Plantas e em 1948, é promovido a Professor Associado. UFV. Personagens e Pioneiros. Carlos Socias Schlottfeldt. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=carlosSocias>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

²⁹⁶ Nascido na cidade do Porto, Portugal, em 27 de setembro de 1925. Aos 22 anos de idade, conclui o curso superior pela ESAV, turma de 1947. Foi pesquisador do Instituto Agrônomico da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, primeiro emprego como profissional, exercendo a função por três anos. Sua carreira no magistério inicia-se em 1951, como instrutor, no Departamento de Horticultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, ocasião em que publica seu primeiro artigo científico na Revista Ceres. Dois anos depois, é aprovado em concurso público para Professor Assistente, em Olericultura. Complementa sua formação acadêmica nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia, obtendo, em 1955, o título de *Master of Science*. Torna-se doutor em Olericultura e Jardinocultura; pela UREMG, em concurso de provas e títulos para o cargo de Professor Catedrático, em 1958. UFV. Personagens e Pioneiros. Flávio Augusto D'Araujo Couto. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=flavioAugusto>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

²⁹⁷ Concluiu o Curso Técnico de Agrícola na ESAV, em 1929, e formou-se em Medicina Veterinária em 1938. Tornou-se Mestre em Zoologia, nos Estados Unidos, na Universidade de Nebraska, em 1940, e Doutor na Universidade de Iowa, em 1942. Nesta época iniciou seus estudos em Hemiptera, especializando-se na família Miridae, considerando seu estudo um verdadeiro desafio. Em 1946, ingressou no Museu Nacional, no RJ, iniciando então uma série de excursões de pesquisa pelo País. Renovou e reabriu ao público o Museu Paraense "Emílio Goeldi" (1953/1954) e dirigiu o Museu Nacional (de 1955 até 1961). Era um grande conhecedor da fauna brasileira e realizou 26 extensas expedições no Brasil, algumas de vários meses. Como entomólogo, alcançou renome internacional, publicando o "Catálogo de Mirídeos do Mundo", em cinco volumes, sendo

Posteriormente, o acervo entomológico ficou sob responsabilidade do Professor Frederico Vanetti, que mesmo tendo se aposentado em 1965, continuou cuidando das coleções até 1969, ano de seu falecimento. Com a ausência do Prof. Vanetti, as atividades referentes à conservação e manutenção do acervo entomológico sofreram um declínio significativo, causando consequências marcantes e prejuízos das coleções devido à falta de uma assistência constante na sua preservação.²⁹⁹

A partir da década de 1970, o horizonte de pesquisas se ampliou e vários projetos de pesquisas financiados por diferentes órgãos governamentais deram suporte a estudos sobre biodiversidade e análises entomofaunísticas em ecossistemas naturais e planos de manejo ambiental, culminando em importantes relatórios, publicações e comunicações científicas e farto material entomológico.³⁰⁰

O resultado foi a recuperação, organização e preservação dessas coleções entomológicas, dentro dos moldes internacionais, sob curadoria do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira, tornando-se assim, o Museu Regional de Entomologia.

Não tenho uma data certa, acredito que por volta de 1975 dei início a reunião do acervo entomológico que se encontrava disperso no Campus da UFV e procedi à recuperação da grande parte dos espécimes que estavam mofados e corroídos. Infelizmente muitos não puderam ser aproveitados, pelo estado de danos ou porque apenas restavam os alfinetes e rótulos sem o exemplar. Esse acervo que correspondia à coleção seca, armazenado em gavetas e móveis entomológicos, foi reunido numa ampla sala do Prédio Chotaro Shimoya (prédio da Biologia), segundo andar e contava com um aparelho desumidificador.³⁰¹

O Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira, popularmente conhecido como Professor Fiuza, formou-se em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. Tornou-se Mestre em Ciências Biológicas (Entomologia), em 1978, na Universidade Federal do Paraná e Doutor em Entomologia, em 1993, na Texas A&M University, Estados

considerado a maior autoridade mundial em Miridae. Comparou e relacionou material nos museus de Paris, Amsterdã, Estocolmo, Helsinque, Copenhage, Bruxelas, Índia, Japão, Havaí, sem esquecer as coleções brasileiras. Como pioneiro e líder na área de Conservação e Proteção, em 1958, compareceu ao Congresso Internacional de Londres, e foi eleito Representante para a América Latina da União Internacional de Conservação da Natureza. Ainda em 1958, criou a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) da qual foi presidente por dois mandatos. Participou de todas as fases da legislação ambiental brasileira e foi membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Conselho Federal de Cultura, do qual foi presidente da Câmara de Ciências. UFV. Personagens e Pioneiros. José Cândido de Mello Carvalho. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=joseCandido>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

²⁹⁸ FERREIRA, P. S. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. *Op. cit.*

²⁹⁹ *Ibid.*

³⁰⁰ FERREIRA, P.S.F.; D.S. MARTINS & N. HÜBNER. 1986. Levantamento, flutuação e análise da entomofaunística em mata remanescente da Zona da Mata, Viçosa, Minas Gerais. I. Sphingidae: Lepidoptera. **Revista Ceres** 33: 516-527.

³⁰¹ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

Unidos. Realizou o Pós-doutorado no National Museum of Natural History, Smithsonian Institution, em Washington, EUA. Foi professor da UFV no período de 1973 a 2018, com lotação inicial no Departamento de Biologia Animal e posteriormente, no Departamento de Entomologia.³⁰²

Inicialmente, o Museu Regional de Entomologia era vinculado ao DBA, e fisicamente estava instalado na sala 211 do Edifício Chotaro Shimoya,³⁰³ no *campus* da UFV.



Figura 24. Edifício Chotaro Shimoya. Fonte: UFV. Departamento de Biologia Geral. Disponível em: <<http://www.dbg.ufv.br/>>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

Ainda com relação à formação do Museu Regional de Entomologia, o Prof. Fiuza nos relatou que na época não teve nenhum documento oficial que o responsabilizasse da organização do museu e o tornasse curador. Ele o fez como um “voluntário entusiasta”,³⁰⁴ tendo tido o apoio e incentivo de alguns professores da UFV. Desde então, até meados de janeiro de 2018 ele ficou responsável pela curadoria e dinâmica do museu.

A “ressureição” do Museu de Entomologia do DBA ocorreu em 1978 pela consciência unânime dos entomologistas do Departamento quanto a sua importância e premente necessidade. Para tanto foram eleitos um Curador e um Secretário com a incumbência de proceder à exaustiva tarefa de recuperar os espécimes atacados por fungos, corrodências, ácaros, traças..., num verdadeiro trabalho artesanal; recolher; procurar e recuperar informações, organizar as coleções dentro dos moldes modernos estabelecidos pelos Museus Nacionais. Para tanto foi necessário entrar em contato com especialistas de várias Instituições principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. As informações e orientações adquiridas foram valiosas e colocadas em prática dentro do possível.³⁰⁵

³⁰² BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Plataforma *Lattes*. Paulo Sergio Fiuza Ferreira. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781187Z5>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

³⁰³ Figura 68 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 181.

³⁰⁴ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³⁰⁵ FERREIRA, P. S. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. *Op. cit.* p. 7.

Desde sua concepção como museu, as atividades do Museu Regional de Entomologia tiveram como foco principal a pesquisa científica e o suporte ao estudo de pesquisadores e estudantes da área. Isso nos remete à primeira instituição museal brasileira, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, que desde sua criação caracteriza-se como um museu de ciência, com foco em atividades científicas e educativas e política de intercâmbio científico internacional.

O incentivo dos especialistas brasileiros, bem como a disposição destes em colaborar conosco, mostrou-nos uma diretriz para a organização de um Museu de Entomologia Regional, objetivando num Centro de informações entomológicas para servir a toda a comunidade do Estado de Minas Gerais. O contato também favoreceu a divulgação do nosso Museu e intercâmbio com outras Instituições com finalidade de pesquisas, ensino e extensão.³⁰⁶

Em 10 de junho de 1981, em carta encaminhada ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³⁰⁷ para o Senhor Reimar Schaden, na época, Coordenador do Programa Nacional de Zoologia, o Professor Fiuza relata que o Museu Regional de Entomologia teve início na década de 1940 “com o arquivamento de informações e coleções de insetos sob os méritos do Prof. Frederico Vanetti”, tendo este lhe delegado a função e a responsabilidade de dar continuidade aos trabalhos de enriquecimento do acervo entomológico. Em seguida, o Prof. Fiuza cita a criação oficial do Museu Regional de Entomologia, com a organização de um Regimento e a eleição de um Curador e um Secretário. Segundo suas palavras, o início do Museu foi marcado pelo difícil trabalho de se recuperar e organizar o acervo entomológico. Visitas a grandes museus nacionais foram realizadas para o alcance de informações e orientações.³⁰⁸

A ideia surgiu por causa da já existência de uma coleção de insetos, o arquivo de fichas entomológicas e dados de seu histórico, incluindo os dos antigos professores como Diogo Alves de Mello, Edson Jorge Hambleton, Henrique Floriano Galante Sauer, Benjamim Thomaz Snipes e Frederico Vanetti que foram responsáveis pelas primeiras coleções entomológicas na UFV. Nos documentos adendos ao histórico do Museu está a participação de identificações e observações vindos de grandes e renomados cientistas como Cincinnato Rory Gonçalves, José Candido de Melo Carvalho, Ubirajara Ribeiro Martins entre outros. Somado a esses fatos, a minha disposição em organizar o Museu e dar uma dinâmica de atividades para sua manutenção e ampliação, veio da minha formação e convivência com grandes cientistas

³⁰⁶ FERREIRA, P. S. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. *Op. cit.* p. 7.

³⁰⁷ “O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros”. BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Apresentação. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional/>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

³⁰⁸ Figuras 69, 70, 71 do Anexo 1 - “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 182.

por ocasião dos meus estágios no Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) (hoje Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro). O desfrute desses estágios foi no período de 1965 a 1973.³⁰⁹

A partir desse contato surgiu a ideia de que o Museu se tornasse uma referência regional, começando pela Zona da Mata e podendo alcançar todo o Estado de Minas Gerais. “O nome Museu Regional de Entomologia se “oficializou” pelo seu acervo entomológico conter mais de 90% dos seus exemplares provenientes do estado de Minas Gerais”.³¹⁰ O Prof. Fiuza cita ainda a “oficialização” do museu e sua função, “intercâmbio com especialistas de diversas instituições, enviando e recebendo material entomológico para identificação, empréstimos para trabalhos científicos, entre outros”, e solicita ajuda financeira e apoio para dar continuidade ao seu trabalho, tendo em vista os planos do Programa Nacional de Zoologia. Ao final, o professor ainda faz referência ao Museu de Zoologia do DBA, atual MZUFV.

O Museu Regional de Entomologia possui um Regimento, no entanto este foi elaborado quando a instituição ainda era vinculada ao Departamento de Biologia Animal, tendo sido aprovado em reunião do corpo docente do DBA. O documento não possui data e é o único Regimento que o Museu possui até o momento, não tendo ocorrido nenhuma atualização ou modificação após sua aprovação, mesmo após mudança do Museu Regional de Entomologia para o DDE.

O Regimento especifica a destinação do museu: “estudo, reunião e exposição de peças e coleções científicas e/ou didáticas de espécimes entomológicos” com foco no ensino, pesquisa e extensão, com os objetivos de desenvolver o ensino e promover a pesquisa científica, estendendo à comunidade essas atividades, através de cursos e serviços especiais.³¹¹

Em agosto de 1982, por meio do ofício 170.300.481/82,³¹² o CNPq, através da Coordenação de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Apoio a Museus e Coleções Científicas,³¹³ comunicou as universidades brasileiras o oferecimento de bolsas para treinamento em atividades voltadas a coleções científicas, a fim de promover a organização, catalogação e preservação dessas coleções. Diante disso, o professor Fiuza, abarcando a

³⁰⁹ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ Figuras 72, 73, 74, 75 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 183-186.

³¹² Figuras 76 e 77 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 187.

³¹³ O Programa de Apoio a Museus e Coleções Científicas foi uma atividade dentre as diversas realizadas pelo CNPq com o objetivo fomentar a pesquisa científica e tecnológica pelo país. BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Centro de Memória. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/realiz82.html>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

função de curador e gestor do museu, encaminhou algumas correspondências ao CNPq com o intuito de se conseguir bolsas para estudantes estagiários que ajudariam na manutenção do acervo entomológico.³¹⁴

Em 1984, o Museu Regional de Entomologia apresentava o seguinte plano de trabalho:

- a) formar uma infraestrutura para a organização de um centro regional de entomologia, para servir a comunidade do Estado de Minas Gerais, prestando serviços de identificação e informações fornecendo subsídios básicos para vários campos de pesquisa, por exemplo: sistemática, ecologia, biologia, agropecuária, saúde, poluição, controle biológico e conservação ambiental;
- b) oferecer estágios a universitários, técnicos e profissionais visando o treinamento e formação de profissionais na área de sistemática e curadoria para organização, catalogação e conservação de coleções científicas entomológicas;
- c) desenvolver projetos de pesquisa para o conhecimento da entomofauna mineira, principalmente na Zona da Mata, com base em levantamentos, estudos de flutuações populacionais e análise entomofaunística. Resultando, conseqüentemente, na ampliação do acervo da coleção do Museu de Entomologia do DBA/UFV.³¹⁵

De acordo com fontes da época, o Museu Regional de Entomologia participava de vários eventos voltados à capacitação educacional e científica, na área de taxonomia,³¹⁶ de universitários, técnicos, professores e pesquisadores, através de cursos e palestras, conforme jornais de 1983 a 1985 e *folders* de divulgação.

Vários documentos foram encontrados em arquivo do Museu, apresentando cursos e ciclos de palestras entomológicas, promovidas pelo Museu Regional de Entomologia/DBA com vistas a subsidiar o ensino e a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como biologia, ecologia e agrícola, promovendo assim extensão universitária. Além de palestras, o museu também promovia cursos de capacitação na área de taxonomia. Esse intenso desenvolvimento de atividades de apoio à pesquisa, ensino e extensão fazia com que Museu Regional de Entomologia também fosse destaque em matérias jornalísticas.³¹⁷

Em 1984, com a criação do PPGENT e o Curso de Mestrado, o acervo entomológico do Museu teve um aumento significativo, através de exemplares provenientes de projetos de

³¹⁴ Figura 78 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 188.

³¹⁵ FERREIRA, P. S. F. *Op. cit* UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. p. 7.

³¹⁶ “A Taxonomia Biológica é um ramo da Biologia voltada para a ordenação e classificação dos seres vivos. Esta ciência estuda as relações de parentescos entre os organismos e suas histórias evolutivas. A classificação dos seres vivos segue determinadas normas e princípios pré-determinados. Esta ciência é muito importante na elaboração de inventários e descrições sobre a biodiversidade de nosso planeta”. Toda Biologia. Disponível em: <<https://www.todabiologia.com/taxonomia.htm>>. Acesso em 03 de outubro de 2017.

³¹⁷ Figuras 79 a 99 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 189-197.

pesquisa e dissertações do curso. Posteriormente, em 1996, foi criado o curso de Doutorado, dando continuidade à manutenção e ao aumento da coleção.

O **Jornal da UFV** nº. 1.267,³¹⁸ de 15 de outubro de 1993, em sua página 6, trazia uma reportagem sobre o Museu Regional de Entomologia intitulada: “Museu de Entomologia: um acervo de 400 mil insetos e muitos problemas”. A matéria destacava o Museu como o melhor e mais organizado museu entomológico de cunho regional das universidades brasileiras. A reportagem foi realizada com o professor e curador Paulo Sergio Fiuza Ferreira, onde o mesmo dizia a principal função do museu: “identificação de insetos e a promoção do intercâmbio de material entomológico e informações científicas entre museus e instituições nacionais e estrangeiras”. Ainda segundo Professor, o Museu Regional de Entomologia contribui “para o conhecimento das riquezas naturais, bem como oferece subsídios para diversas áreas do empreendimento humano, como agricultura, saúde, poluição, conservação ambiental etc”.³¹⁹

Em outro trecho da matéria ficava explicitado que o Museu não era aberto à visitação de um grande público, mas sim a um público específico, sempre com foco na ciência:

O Museu, aberto exclusivamente para a pesquisa, tem experimentado um aumento na demanda, tanto local quanto nacional e internacionalmente. O número de teses, por exemplo, vem aumentando, e a cada vez mais o Museu é procurado. Cerca de uma centena de trabalhos já foi publicada no Brasil e no exterior, sempre referenciados no Museu de Entomologia do DBA, o que mostra sua importância no contexto científico.³²⁰

Ao final são relatados as dificuldades com relação à manutenção do Museu, devido ao aumento da demanda de pesquisas e teses, e problemas com espaço físico e falta de material adequado à guarda e conservação da coleção.

Ainda nos documentos do Museu Regional de Entomologia foi localizado um trecho do **Jornal de Hoje**, nº 89, de Maceió, com data de 28 de abril de 1994.³²¹ A matéria intitulada “Museu de Entomologia”, escrita pelo Professor de Comunicação da Universidade Federal de Alagoas, José Lopes Filho, destacava, para a época, um conceito moderno de museu: o museu natural, mineral ou depositário de coleções de insetos, como o Museu Regional de Entomologia, que possui como principal função “a identificação de insetos e a promoção de intercâmbio e informações científicas entre instituições nacionais e internacionais”.

³¹⁸ Figura 100 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 198.

³¹⁹ **Jornal da UFV**. Nº 1.267, de 15 de outubro de 1993. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

³²⁰ *Ibid.*

³²¹ Figura 101 do Anexo 1 “Memorial do Museu Regional de Entomologia”, p. 199.

Podemos perceber, por meio das fontes consultadas, que as atividades do Museu Regional de Entomologia sempre estiveram voltadas à pesquisa, o ensino técnico e à extensão. A organização da coleção e a criação do museu, através do trabalho do Prof. Paulo Sergio Fiuza Ferreira, e todas as suas atividades, tiveram como foco a formação de um centro regional de entomologia que servisse de base para a identificação de insetos, fomentasse a pesquisa em diversas áreas da ecologia, biologia, agropecuária, saúde, e conservação ambiental e promovesse o conhecimento da entomofauna mineira, principalmente na Zona da Mata, resultando num aumento do acervo de sua coleção.

Além da pesquisa, o Museu sempre se mostrou inclinado ao desenvolvimento e à promoção de um ensino mais técnico, através do treinamento de universitários, técnicos e profissionais na área de sistemática e curadoria para organização, catalogação e conservação de coleções científicas entomológicas, através de estágios e cursos.

3.2. O Museu Regional de Entomologia hoje

A partir desse momento, falamos sobre o Museu nos dias atuais. Conforme já referimos, em janeiro de 2018 o professor e curador Paulo Sergio Fiuza Ferreira se aposentou e desde esse momento o museu ficou acéfalo, ou seja, sem um gestor. Por isso, o presente relato se refere até a presença do professor nesse espaço.

Como já vimos, o Museu Regional de Entomologia é um museu, assim nomeado e classificado, possuindo em seu acervo coleções entomológicas. De acordo com suas características, ele pode ser classificado como um museu de história natural e ciências naturais, destinado à exibição de temas relacionados com uma ou várias disciplinas como a biologia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia e ecologia.

Sua coleção é formada por milhares de exemplares de diferentes ordens de insetos, representantes de diversos ecossistemas, constituindo o maior acervo entomológico regional do Estado de Minas Gerais.

Os exemplares de sua coleção provêm de projetos de pesquisa e de dissertações e teses dos cursos de mestrado e doutorado do PPGENT.

3.2.1. Localização e espaço físico

O Museu Regional de Entomologia está atualmente localizado no primeiro andar do Prédio da Unidade de Entomologia Agroecológica – Departamento de Entomologia, UFV.



Figura 25. Fachada do Departamento de Entomologia. *Campus* Universitário. UFV. Fonte: UFV. Departamento de Entomologia. Disponível em: <<http://www.entomologia.ufv.br/>>. Acesso em 04 de outubro de 2017.

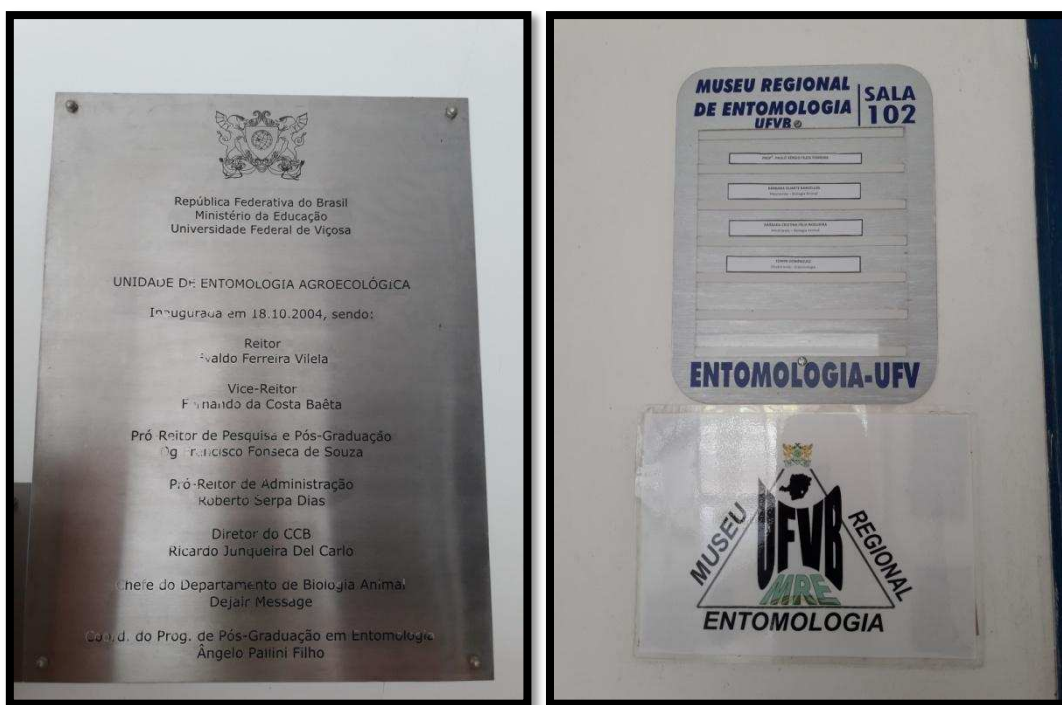


Figura 26. Placa de inauguração do prédio que abriga o Departamento de Entomologia. Figura 27. Placa na entrada do Museu Regional de Entomologia, sala 102 do DDE. Fonte: acervo da autora.

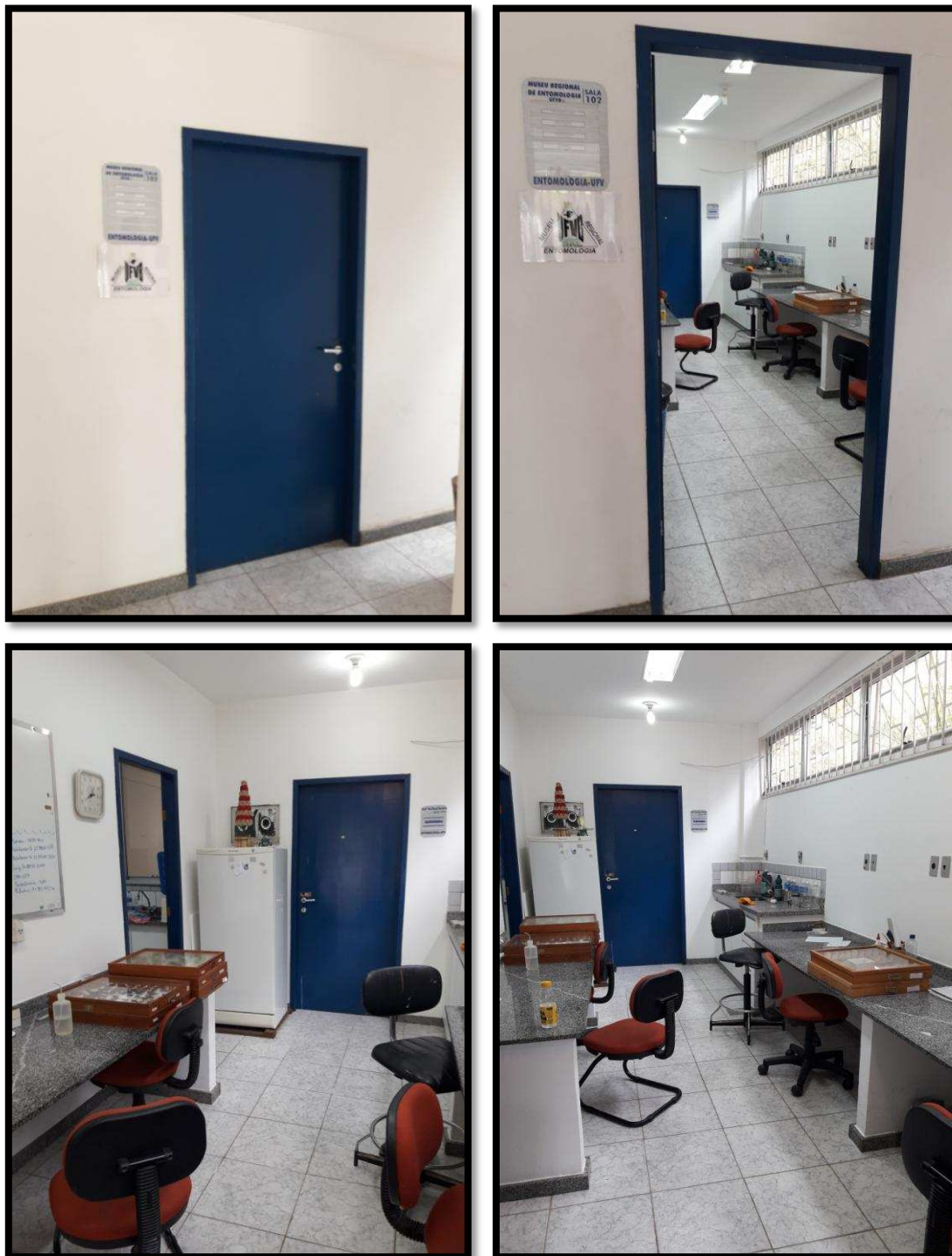
Fisicamente, o Museu funciona em um espaço formado por cinco salas: sala de entrada, com um pequeno almoxarifado, sala do curador, que era ocupada pelo Prof. Fiuza, uma sala intermediária, e a sala onde está instalada a coleção entomológica. Para essa pesquisa, realizamos o desenho de uma planta baixa, e numeramos as salas para melhor identificação do objeto de estudo.



Figura 28. Planta baixa com representação do Museu Regional de Entomologia. Elaborado pela autora.

Na sala 1, que corresponde à sala de entrada, existem, além de outros materiais, duas bancadas para a realização de identificação e organização dos exemplares que fazem parte do acervo. A sala dispõe de instrumentos técnicos como microscópios, estereoscópicos, lupas etc,

e é o local onde estudantes e estagiários realizam treinamentos, pesquisas e estudos que têm relação com o material entomológico.



Figuras 29, 30, 31, 32. Imagens da sala 1: porta de entrada do Museu (figuras 29 e 30) e a pequena sala com as bancadas com materiais necessários para a identificação. Na porta azul fechada à frente (figuras 31 e 32) está a sala do curador, que pertencia ao Prof. Fiuza. Fonte: acervo da autora.

A sala 2 é um pequeno almoxarifado para a guarda de materiais diversos.

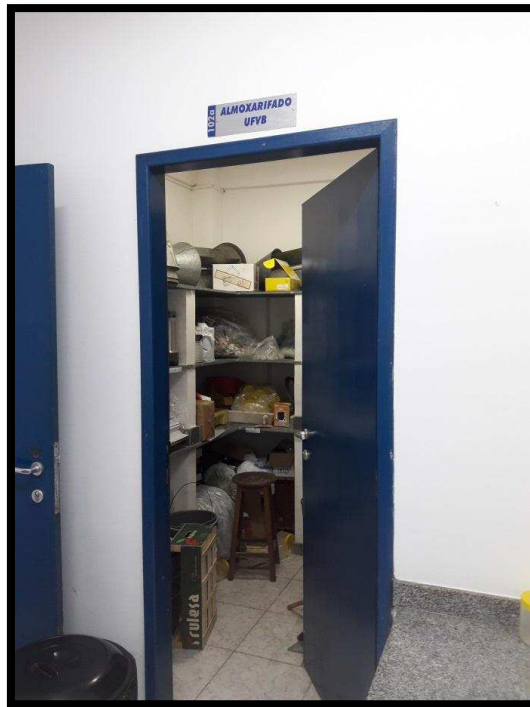


Figura 33. Imagem do almoxarifado. Fonte: acervo da autora.

A sala 3 é a sala da curadoria, onde ficava o Prof. Fiuza. Na sala 4, que é uma sala intermediária, existe uma outra bancada de trabalho e uma pequena cozinha para uso dos estagiários, estudantes e professores. Esta sala dá acesso à sala maior do espaço do Museu, onde estão os armários que guardam as coleções.



Figura 34. Imagem da sala 4: pequena bancada e uma pequena cozinha. Logo à frente, a porta de entrada da sala principal onde está armazenado o acervo. No detalhe uma placa informando “Coleção Entomológica”. Fonte: acervo da autora.

A sala 5 é a principal da área total do museu e armazena as coleções entomológicas. A guarda do acervo é feita em armários com gavetas entomológicas bem vedadas que possuem uma tampa de vidro. Dentro de cada gaveta estão acondicionados os exemplares de insetos secos, presos por alfinetes especiais e organizados segundo uma hierarquia taxonômica, com as respectivas ordens e famílias. Ao todo são 26 armários e além destes, a sala 5 abriga materiais diversos e dois desumidificadores, danificados.



Figuras 35, 36, 37, 38, 39, 40. Imagens da sala 5. Armários com a coleção entomológica. Fonte: acervo da autora.



Figuras 41 e 42. Imagem dos desumidificadores, danificados. Fonte: acervo da autora.

Para a preservação de coleções entomológicas são necessárias condições adequadas de armazenamento do acervo. São igualmente importantes cuidados especiais no manuseio dos exemplares, devido a sua fragilidade, especialmente depois de secos. É de notar ainda procedimentos técnicos especializados, nomeadamente o uso de produtos repelentes, como naftalina e paraformaldeído, de modo a evitar infestações e ataques de fungos e de outros insetos (como formigas, traças, cupins e baratas), que podem causar danos irreparáveis na coleção. O controle de temperatura e umidade é outro aspecto fundamental para a preservação das coleções, que requer a utilização de equipamentos específicos, como desumidificadores e condicionadores de ar.

Através de observação percebemos que a infraestrutura do museu é bem precária frente a um material tão rico como o que possui: um patrimônio histórico-científico da biodiversidade de ecossistemas naturais de Minas Gerais. Efetivamente, o espaço ocupado pelo museu não reúne as condições adequadas para o acondicionamento e preservação das coleções. Identificamos problemas estruturais na sala, como pisos quebrados, falta de manutenção etc.

Verificamos o acúmulo de material que não faz parte do acervo, o que pode causar certa poluição visual, além de servir como fonte para o acúmulo de sujeira e esconderijo para insetos que podem danificar o mobiliário e a própria coleção. No caso dos desumidificadores, equipamentos fundamentais no controle das condições ambientais do espaço, estão com

problema. Quanto ao mobiliário, observamos que, muitos armários estão danificados e há necessidade de substituição de algumas gavetas entomológicas.



Figura 43. Materiais diversos depositados na sala da coleção que não fazem parte do acervo. Fonte: acervo da autora.

Frente aos problemas na estrutura e manutenção do museu, o Prof. Fiuza sempre buscou ajuda e apoio do PPGENT/DDE, conforme exemplo a seguir. Preocupado com a conservação da coleção e na busca de ampliação do acervo, ele encaminhou uma carta a todos os orientadores do PPGENT, no dia 9 de novembro de 2016, solicitando ajuda financeira para a compra inicial de 600 novas gavetas entomológicas que seriam utilizadas para substituir gavetas antigas em estado precário ou sem condições de utilização, que estavam colocando em risco a preservação dos exemplares. As que viessem a sobrar seriam utilizadas na ampliação do acervo entomológico do museu.

...o Museu necessita melhorar e ampliar a sua infraestrutura, no caso, se solicita a confecção inicial de gavetas entomológicas. As antigas gavetas, em grande parte, foram confeccionadas entre as décadas de 30 e 40 e estão em péssimo estado de conservação como tampas que não vedam, fundo aberto, empenadas,... colocando em risco o material entomológico que abriga. Precisa-se inicialmente de 600 gavetas de dois modelos para substituir as gavetas danificadas, antigas e preencher os espaços vazios dos armários entomológicos doados pelo Smithsonian Institution do NMNH Washington D.C.³²²

Em decorrência dessa solicitação, o Prof. Fiuza, através do PPGENT/DDE, não conseguiu as 600 gavetas, mas pelo menos 300 gavetas entomológicas, conforme figura a seguir.

³²² FERREIRA, P. S. F. Carta encaminhada aos orientadores do Programa de Pós-graduação em Entomologia com solicitação de novas gavetas entomológicas para o Museu Regional De Entomologia. Viçosa, novembro de 2016.



Figura 44. Novas gavetas entomológicas para substituição de gavetas precárias e catalogação de novos exemplares. Fonte: acervo da autora.

Além de identificarmos a necessidade de melhoria do Museu quanto à manutenção e organização dessa coleção biológica, perspectiva-se também melhorá-lo para torná-lo um espaço com condições de visitação. Da forma como se apresenta, o Museu Regional de Entomologia funciona sobretudo como um depósito e/ou sala de estudos e pesquisa. No contexto espacial atual é inapropriada a visita à coleção.

Falta para o Museu Regional de Entomologia um espaço destinado a exposições. Hoje, o espaço físico total do museu conta com cinco salas, dentre elas a sala que guarda o acervo: um espaço de Reserva Técnica.

A Reserva Técnica de um museu corresponde ao local destinado à guarda e preservação dos objetos museológicos que não estão sendo expostos. Para que cumpra sua função preservacionista, esse espaço deve seguir algumas regras de adequação no que diz respeito a mobiliário, uso de técnicas especializadas, utilização de produtos químicos de conservação, controle de temperatura e umidade, além de seguir algum protocolo de segurança.³²³

No entanto, devido à precariedade já relatada, nem a questão preservacionista da Reserva Técnica está sendo realizada integralmente no Museu. Para que um museu desempenhe suas funções básicas, definidas na sua missão, é necessário que o órgão

³²³ Governo do Estado de São Paulo. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Reserva Técnica: um espaço de Preservação de acervos. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/reserva-tecnica-um-espaco-de-preservacao-de-acervos/>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

administrativo responsável por esse espaço endosse condições básicas de infraestrutura, com instalações e meio ambiente adequados. Espera-se que um museu, e o seu acervo, seja um local de acesso a todos, com a possibilidade de visitação. Mais que isso, é necessário assegurar a saúde, segurança e acessibilidade dos seus visitantes além das pessoas que trabalham nele.³²⁴

3.2.2. Acervo – coleção entomológica: um patrimônio científico

O Museu Regional de Entomologia é depositário/guardião de uma coleção biológica, um valioso acervo científico no campo da entomologia, reunindo uma das maiores coleções entomológicas do Estado de Minas Gerais. Com milhares de exemplares, o acervo entomológico possui em sua maioria insetos de importância econômica agrícola, constituindo um patrimônio científico de valor inestimável.

As coleções biológicas, entre elas a entomológica, perpetuam a história da biodiversidade e se mantidas de maneira adequada, podem durar por centenas de anos. Atualmente, a diversidade biológica é um tema de grande importância na manutenção da vida e fundamental para atender diversas necessidades básicas do homem. A biodiversidade representa

um amplo conjunto de processos locais, regionais e históricos, e eventos que operam em uma hierarquia de escalas espaciais e temporais. Deste modo, a compreensão dos padrões de diversidade das espécies requer a consideração da história da região e a interação, principalmente, com estudos ecológicos, de sistemática, bionomia, evolução e biogeografia.³²⁵

Dentro dessa biodiversidade ganham destaque os insetos, que estão presentes em praticamente todos os ambientes do planeta, sendo o grupo dominante de animais na Terra, tanto em termos de diversidade taxonômica quanto de função ecológica, com destacado papel desempenhado nos diversos ecossistemas, como a polinização e o controle biológico. “Dentre

³²⁴ LEWIS, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

³²⁵ PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil. **Revista da SBEnBio**, n.9, p. 4437-4448, 2016. p. 4438. Disponível em: <<http://www.sbenbio.org.br/wordpress/wp-content/uploads/renbio-9/pdfs/2216.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

todos os grupos animais os insetos são o com maior número de indivíduos e espécies. Do total de 1,5 milhão de espécies de animais descritas em todo o Mundo, 865 mil são insetos”.³²⁶

Os insetos são organismos que influenciam e afetam outras espécies (inclusive humanos) e parâmetros ecológicos, de várias maneiras. “A capacidade de responder rapidamente às mudanças ambientais faz dos insetos úteis bioindicadores e potenciais reguladores das condições do ecossistema”.³²⁷

A temática da biodiversidade é algo tão importante que há algumas décadas recebe atenção crescente na agenda política nacional e internacional. Em 1992, realizou-se no Brasil a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), reunindo 176 governos e mais de 100 chefes de Estado. Um dos resultados dessa Conferência foi a elaboração da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), norteada por três objetivos centrais:

a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos mediante o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias.³²⁸

Dentre os princípios da CDB teve destaque as estratégias de conservação e manutenção de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais, ou seja, em coleções biológicas, processo de vital importância para países em desenvolvimento e que possuem reconhecida capacidade técnico-científica.³²⁹

As coleções biológicas são centros depositários de material biológico que abrigam exemplares de espécimes, devidamente conservados, organizados, estudados e com todas as informações referentes aos indivíduos e às populações de cada espécie, com finalidade de uso diversa.³³⁰

Os exemplares atestam a riqueza biológica das diversas regiões, certificam a denominação para um grupo de organismos e constituem a base de informação para análises de distribuição geográfica, diversidade

³²⁶ MARINONI, L.; M. S. COURI; L. M. ALMEIDA; J. GRAZIA; G. A. R. MELO. Coleções entomológicas brasileiras: estado da arte e perspectivas para dez anos. Documento de trabalho. Projeto Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de Informações sobre Biodiversidade. 2005. p. 01. Disponível em <<http://www.cria.org.br/cgee/documentos/ColecoesEntomologicas.doc>>. Acesso em 08 de junho de 2018.

³²⁷ PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil. *Op. cit.* p. 4438.

³²⁸ KURY, A. B. Et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006. v. 1. 324 p. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/referata/arq/12_candinha/11194.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2018.

³²⁹ *Ibid.*

³³⁰ *Ibid.*

morfológica, relações de parentesco e evolução das espécies, além de guardar a memória de conceitos morfológicos e taxonômicos e a maneira como esses conceitos estão sendo modificados.³³¹

Essas informações podem ser utilizadas em diversos campos da ciência, como: biogeografia, biologia pesqueira, conservação e manejo de recursos naturais, bioquímica, biotecnologia, ecologia, evolução, genética, medicina, toxicologia, mudanças climáticas globais, legislação, entre outras. Como resultado desse uso, tem-se o retorno em benefícios à sociedade, tanto em curto, médio ou longo prazo.³³²

As informações biológicas, quando associados a dados climáticos, meteorológicos, geográficos, entre outros, são essenciais para a compreensão da vida no planeta no passado e no presente, e para se prever, hipoteticamente, aquilo que possa ocorrer no futuro. É um importante banco de dados para o entendimento das mudanças na biodiversidade e seus impactos na sociedade, reflexo da ação dos sistemas naturais ou das intervenções humanas sobre o meio ambiente.³³³

Além disso, coleções biológicas desempenham um relevante papel na saúde pública, agropecuária e outros setores econômicos. Através de estudos inter-relacionados entre dados biológicos e dados ambientais

é possível prever o aparecimento e o alastramento de pragas agrícolas, doenças humanas e animais, o que possibilita uma maior eficácia nas ações de combate a epidemias. Informações biológicas e taxonômicas também são importantes para outros setores econômicos como, por exemplo, para a identificação de áreas apropriadas à prospecção de petróleo e à prospecção de produtos e processos para os setores industriais (como o farmacêutico, o nutricional, o alimentar, e o ambiental).³³⁴

Especificamente, as coleções entomológicas são instrumentos fundamentais nos seguintes processos:³³⁵

- identificação de espécies;
- registros sobre extinção e alterações de distribuição de espécies;
- análise e monitoramento a longo prazo de mudanças ambientais;
- descoberta de novos recursos biológicos;

³³¹ KURY, A. B. Et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas... *Op. cit.*

³³² PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil. *Op. cit.*

³³³ KURY, A. B. Et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. *Op. cit.*

³³⁴ *Ibid.*

³³⁵ PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil. *Op. cit.*

- assistência ao Estado na tomada de decisões e formulações de políticas conservacionistas e de manejo de recursos naturais sustentáveis;
- acesso ao conhecimento sistemático para a resolução de problemas;
- suporte científico, ajudando no entendimento dos processos de especiação, extinção e adaptação ocorridas no meio ambiente;
- fundamentam o testemunho da fauna de áreas protegidas, de áreas impactadas ou mesmo em via de desaparecimento sendo base para pesquisas em diversidade biológica.

As coleções podem ser classificadas de acordo com a finalidade a que se destinam. Há coleções didáticas, especiais, de identificação, regionais, e de pesquisa.

As coleções didáticas servem como um depositário final dos materiais destinados ao ensino, em aulas para discentes, e treinamentos em taxonomia, voltados para técnicos que atuarão na catalogação de insetos e organização de coleções científicas. Essas coleções passam por processo de renovação constante, pois devido ao manuseio frequente seus exemplares sofrem maior risco de destruição.³³⁶

Coleções especiais são aquelas que reúnem material destinado a fundamentar estudos específicos. Como exemplo, dentre várias, tem-se coleções de interesse econômico, que abarcam aspectos médico-sanitários, agropecuários, alimentares, florestais etc., e coleções para levantamentos faunísticos.³³⁷

As coleções de identificação servem como um centro de apoio à rotina de identificação de material zoológico para os mais variados fins, pertencendo a instituições que realizam esse tipo de prestação de serviço. “O material contido nas coleções de identificação serve para comparações com o material que se deseja identificar”.³³⁸

Coleções regionais reúnem espécimes de determinada região geográfica. São muito importantes, pois conseguem reunir quase que integralmente todos os exemplares representantes da fauna local, permitindo um estudo aprimorado da distribuição faunística, tanto em nível regional quanto nacional e até continental. Devido à sua importância esse tipo de coleção deve receber especial atenção em centros de ensino zoológico, como escolas superiores e técnicas, institutos e entidades de pesquisa. No entanto, na maioria dessas

³³⁶ PAPAVERO, N. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1994. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/34414472/papavero-n-1994-fundamentos-praticos-de-taxonomia-biologica>>. Acesso em 28 de abril de 2018.

³³⁷ *Ibid.*

³³⁸ *Ibid.*

instituições falta interesse, apoio e recursos para a manutenção e organização de boas coleções.³³⁹

As coleções de pesquisa, como o próprio nome diz, possuem finalidades de estudo e pesquisa e conservam um vultoso e diverso material biológico, sendo encontradas em instituições públicas, como museus e universidades, apresentando exemplares coletados há mais de um século. Tais coleções são consideradas patrimônio nacional e internacional, e constituem ferramenta imprescindível para a pesquisa em diversos níveis e assuntos relacionados à biodiversidade.³⁴⁰

A biodiversidade constitui um patrimônio nacional que deve ser salvaguardado, sendo sua conservação estratégia para o desenvolvimento de uma nação. Nesse sentido, as coleções devem ser vistas como patrimônio memorial da diversidade biológica do País, sendo banco de dados essenciais para o desenvolvimento científico, tecnológico e para a segurança nacional.³⁴¹

As coleções entomológicas, assim como quaisquer coleções biológicas, são consideradas um rico patrimônio científico e possuem um valor inestimável, onde cada exemplar é único e insubstituível, devendo a guarda dessas coleções constituir-se na principal tarefa das instituições detentoras desses acervos e dos órgãos mantenedores.³⁴²

Elas compõem um banco de dados importante para o estudo de formas de conservação do meio ambiente e o uso sustentável de seus componentes e são ferramentas essenciais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, visto que os materiais biológicos estão presentes em diversos segmentos da economia, como nas áreas de saúde, agropecuária, meio ambiente e indústria. Estes processos trazem benefícios à sociedade, mesmo que de forma indireta.

Além disso, há coleções que cumprem as funções anteriores e ainda são abertas e disponíveis à comunidade para visitação e conhecimento. Nesse caso, elas também podem ser utilizadas como estratégia para se alcançar uma educação ambiental e uma alfabetização científica.

³³⁹ PAPAVERO, N. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. *Op. cit.*

³⁴⁰ *Ibid.*

³⁴¹ CAMARGO, A. J. A. et al. Coleções entomológicas: legislação brasileira, coleta, curadoria e taxonomias para as principais ordens. Brasília, DF: EMBRAPA. 2015. 118 p. p. 12. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1013586/1/amabilio01.pdf>>. Acesso em 29 de abril de 2018.

³⁴² KURY, A. B. Et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. *Op. cit.*

As coleções entomológicas brasileiras estão entre as melhores da América do Sul, apresentando grande variedade de insetos, em razão da volumosa diversidade entomofaunística brasileira.

Por abrigarem em sua maioria, indivíduos de pequeno porte, as coleções entomológicas constituem-se em um conjunto que pode chegar a milhões de exemplares. Esses são acondicionados em armários com gavetas bem vedadas, do tipo “mostruário” com tampa de vidro. Cada gaveta abriga, exemplares secos, montados em alfinetes especiais preferencialmente de aço, pois não enferrujam, em caixas pequenas de plástico com fundo de polietileno... Cada exemplar possui etiqueta contendo informações sobre a localidade geográfica de procedência, data de coleta, nome dos coletores e eventualmente dados complementares como a planta hospedeira ou outras informações ecológicas.³⁴³

Segundo o professor Fiuza, o acervo de uma coleção entomológica é

‘a prova arquivada’ de exemplares de espécies que fizeram parte de pesquisas e abre recursos para novas descobertas e estudos. A diversidade do acervo de uma coleção regional tem uma grande importância para o histórico da biodiversidade, evolução ou degradação de um ecossistema que é alterado e, às vezes, deixa de existir pelo avanço das áreas agrícolas e pastoris. Ela é fundamental para a identificação de espécies como: pragas agrícolas, florestais, vetores de patógenos para a medicina humana e medicina veterinária; identificação e estudo de espécies que fazem parte de vários processos interativos ecológicos; identificação de espécies de risco que seja necessário à interceptação e quarentena de mercadorias no âmbito nacional e internacional. Os exemplares também são essenciais para pesquisas nas áreas de toxicologia, biogeografia histórica, filogenia e, obviamente, nos trabalhos de taxonomia como revisão de grupos, descrições, diagnoses, estudos morfológicos, entre outros.³⁴⁴

Distintos documentos atribuem diferentes números da quantidade de exemplares de insetos existentes no Museu Regional de Entomologia. Atualmente, estima-se que o acervo do museu possua mais de 100 mil exemplares, sendo necessários sua recontagem e registro. Um único inventário foi realizado, de forma macroscópica, nos anos 1990, com o propósito de se ter uma ideia da quantidade de exemplares presentes no acervo, para o histórico do museu e para o seu *website*.

O Museu Regional de Entomologia já utilizou uma plataforma online³⁴⁵ que, no momento, está inutilizada. Essa plataforma foi criada com o intuito de se manter um banco de dados online para consultas à coleção, com informações básicas e fotografias de insetos.

³⁴³ MARINONI, L. et al. Coleções entomológicas brasileiras: estado da arte e perspectivas para dez anos. *Op. cit.*

³⁴⁴ UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. *Op. cit.*

³⁴⁵ Em notícia divulgada no Portal da UFV, em 07/02/2009, foi informado o lançamento do *website* do Museu Regional de Entomologia. UFV. Website do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=8329>. Acesso em 23 de abril de 2018.

Porém, o *website* foi desativado pela dificuldade de manutenção e falta de interesse do DDE em mantê-lo.

Naquela época, o *website* do Museu Regional de Entomologia se tornou inviável pela constante desfiguração de seu programa e pela dificuldade de acerto técnico e escassez de mão de obra para adicionar dados ao programa. Hoje, com o avanço da tecnologia, eu acredito que seria muito mais fácil produzir o *website* do Museu e tornar dinâmico o processo de manutenção e ampliação dos dados do acervo do Museu. Realmente isso é necessário e o mundo inteiro está convergido para o conhecimento e estudos sobre a diversidade de insetos principalmente nos ecossistemas que suportam as maiores biodiversidades do planeta, que é o nosso, se salientando o estado de Minas Gerais. Desta forma encorajo ao próximo curador do Museu em se empenhar na ressurreição para um novo *website* com mais dados e facilidades de ser acessado pela mídia em geral e particularmente para os pesquisadores e estudiosos de várias áreas da ciência Entomologia.³⁴⁶

Em razão da construção do *website* foi realizada somente uma tentativa de se documentar de forma detalhada a coleção entomológica. Tarefa essa que não foi finalizada, pois somente parte do acervo foi registrada. Outras informações sobre o acervo do museu estão presentes em dissertações e teses do PPGENT e em publicações científicas.

Uma documentação detalhada do acervo do Museu é apenas aquela que entrou no seu antigo *website* que consta por volta de 3000 espécies identificadas dispostas em arquivo de Excel. Outras informações importantes que se referem ao acervo do Museu são encontradas em diversas teses e dissertações, vários trabalhos publicados em revistas científicas indexadas nacionais e internacionais que se referem ao Museu Regional de Entomologia como fonte de recursos de espécimes ou onde os insetos das pesquisas foram depositados...³⁴⁷

Mesmo assim, a contagem macro da coleção mostrou a diversidade desse acervo, onde foram catalogados 4267 espécies, 2043 gêneros pertencentes a sete ordens e 144 famílias de insetos.³⁴⁸

Um museu obtém seu acervo por meio de doações, compra, troca, e quaisquer outros meios diversos em que o objeto é transferido para esse local. O Museu Regional de Entomologia possui apenas acervo próprio e seus exemplares são provenientes de diferentes fontes como:³⁴⁹

- projetos de pesquisas individuais com coletas de insetos em campo, patrocinados por fundações e instituições de apoio financeiro às pesquisas;

³⁴⁶ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³⁴⁷ *Ibid.*

³⁴⁸ UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. *Op. cit.*

³⁴⁹ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

- dissertações e teses, de mestrado e doutorado, do PPGENT, armazenados no acervo do museu;
- coletas voluntárias em campo;
- material entomológico proveniente de análise ecológica rápida (AER) desenvolvidas em variados Planos de Manejo Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental;
- permuta de insetos com outras instituições;
- doações;
- insetos retidos (devido ao não pagamento de identificações).

De acordo com o Prof. Fiuza, devido à falta de pessoal especializado, não havia um controle rigoroso do acervo do museu, com devido registro da entrada de material e armazenamento. No entanto, havia certo controle no empréstimo de exemplares e um protocolo de saída.

A falta de auxiliar ou um técnico de nível superior para o museu, não permitiu um controle do acervo mais apurado, com a documentação devida da entrada de material. O material que entrava era então incorporado ao acervo nos armários correspondentes das Ordens e Famílias, e as espécies identificadas levavam rótulos nas caixas individuais dentro das gavetas. Para a saída já existia uma documentação simples referente à qualificação e a quantificação do material para empréstimo sob a responsabilidade do requerente (se for estudante, do orientador) e de sua instituição de origem.³⁵⁰

Após a aquisição de exemplares para o acervo, é necessária a identificação e a catalogação dos insetos, para que se tornem parte da coleção. Esse processo é realizado através de algumas etapas: um especialista, no caso taxonomista ou entomologista, que tenha experiência na identificação de um grupo de insetos, realiza a identificação da espécime em questão através da consulta de chaves de identificação ou artigos de taxonomia. Após a identificação, o inseto vai para a gaveta entomológica do grupo a que pertence e depois para seu respectivo armário.

Os insetos são identificados por suas características morfológicas (cor do corpo, forma da cabeça, tórax e abdômen, as veias das asas) ou revisar a genitália interna (observar estruturas). A genitália deve ser preparada colocando em KOH 5% por 24 horas. Quando já completou a identificação deve colocar na gaveta do grupo relacionado ao que pertence, e depois colocar em um armário. A gaveta deve levar um composto especial (naftalina) para repelir as pragas das coleções que comem os insetos mortos. E outro composto (paraformaldeído) para que os fungos não danifiquem o material.³⁵¹

³⁵⁰ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³⁵¹ NUÑEZ, E. E. D. Entrevista concedida à autora. Viçosa, dezembro de 2017. A entrevista completa encontra-se no Anexo 2 desta dissertação.

Segundo o Prof. Fiuza, o processo de entrada e armazenamento de novos exemplares no Museu sempre ocorreu da seguinte forma:

Os insetos da coleção a seco, uma vez mortos e trazidos do campo eram triados por morfoespécies e espécies, e representantes espécimes eram montados, rotulados e colocados em estufa para secagem. O excesso de exemplares eram armazenados em mantas entomológicas, rotuladas, deixadas em estufa para secagem dos insetos. A conservação das mantas eram armazenadas em recipientes (latas antigamente) devidamente lacradas contendo paraformaldeído e ou naftalina. Essas mesmas substâncias eram utilizadas, até hoje, nas gavetas entomológicas para os espécimes montados. Para o material preservado em líquido, o álcool 70% era o mais usado, após procedimentos necessários para conservar insetos pouco esclerosados, ninfas, larvas e lagartas. Hoje adota-se separar exemplares frescos representantes de espécies e conservá-los em álcool de 95% até o absoluto, para procedimentos em estudos moleculares.

A seguir apresentamos um organograma e alguns registros da coleção entomológica do Museu Regional de Entomologia:

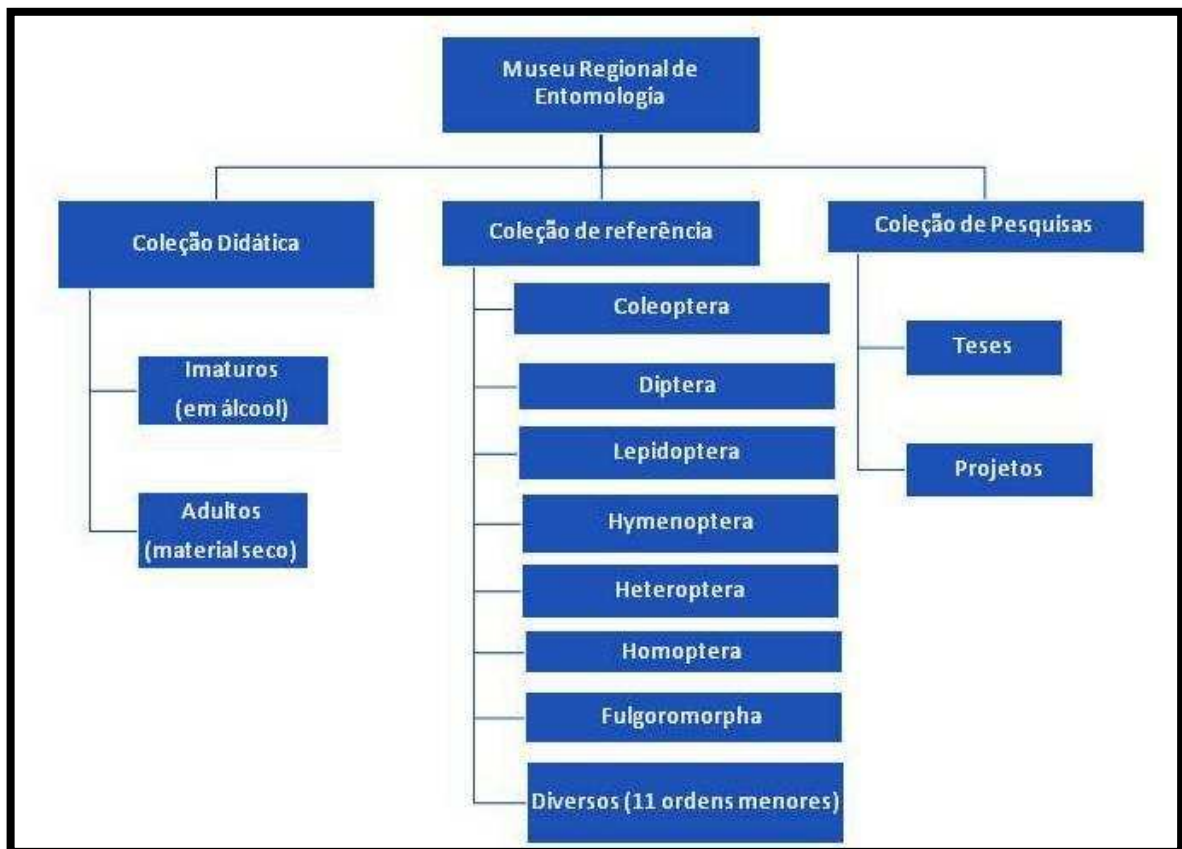


Figura 45. Organograma do Museu Regional de Entomologia. Elaborado pelo estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Entomologia e atual estagiário do museu, Edwin Ernesto Dominguez Nuñez.

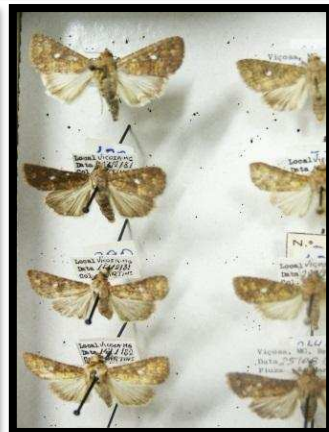


44

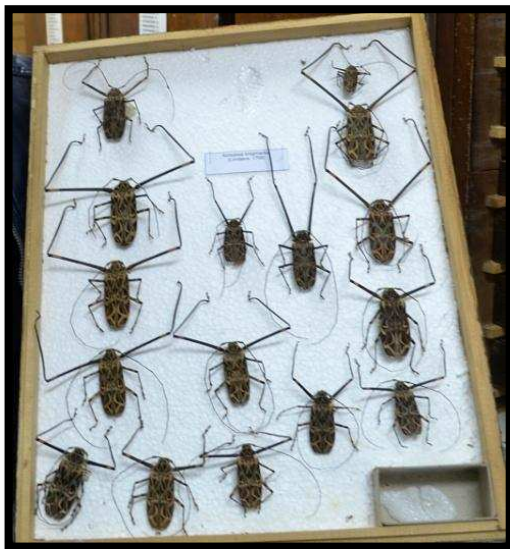


45

Figuras 46 e 47. Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira segurando uma gaveta entomológica com insetos identificados e catalogados e com estagiários e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Fonte: UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. *Op. cit.*



Figuras 48, 49, 50, 51. Amostras do acervo entomológico. Fonte: acervo da autora.



Figuras 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58. Amostras do acervo entomológico. Fonte: acervo da autora.

3.2.3. Funções, atividades e trabalhos desenvolvidos

O Museu Regional de Entomologia, desde sua concepção, trabalha num sistema indissociável de pesquisa, ensino e extensão, desempenhando atividades que são norteadas por três princípios: o suporte às pesquisas, através de identificações, empréstimos e consultas a seu acervo; o suporte ao ensino, através do uso de suas coleções didáticas em disciplinas do curso de Pós-Graduação em Entomologia e outros da UFV; e a realização de extensão universitária, com o oferecimento de cursos de extensão para treinamento em taxonomia, oferecidos em âmbito nacional e internacional.

Em acordo com esses princípios, o museu desempenha as seguintes funções/atividades:³⁵²

1) Aquisição e conservação de uma coleção biológica:

Uma das principais atividades de todo museu é a guarda de um patrimônio cultural, natural ou científico, de um povo, região ou nação, tendo no mínimo a responsabilidade de realizar essa função.³⁵³ Como já dissemos, o Museu Regional de Entomologia é guardião de uma coleção científica entomológica, sendo referência para identificação de insetos de importância econômica, agrícola e ambiental.

Nesse contexto, o Museu adquire exemplares e amplia sua coleção através das seguintes atividades:

- tria, monta e rotula espécimes provenientes de pesquisas de campo e laboratório;
- recupera material com a limpeza de espécimes e restauração de rótulos;
- organiza os insetos em gavetas e armários entomológicos por Ordem e Famílias de insetos;
- identifica exemplares do acervo do museu além de insetos enviados por outras instituições de pesquisas, por meio de envio de exemplares a especialistas, consultas a artigos científicos (que tenham chaves de identificação, descrições e revisões taxonômicas), e comparação com exemplares de outras coleções científicas, como as do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Fundação Instituto Oswaldo Cruz, RJ, Reserva

³⁵² FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³⁵³ EDSON, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** *Op. cit.*

Natural Vale, Linhares, ES, Museu de Zoologia da USP, Universidade Federal do Paraná, dentre outras;

- organiza e mantém “coleções específicas” que são aquelas provenientes de teses e dissertações que têm como tema assuntos muito peculiares, como por exemplo, relatório de impacto ambiental e pragas associadas a uma determinada cultura;
- tria, identifica famílias, mantém, conservar, amplia e renova espécimes das coleções didáticas utilizadas nas disciplinas práticas dos cursos de Pós-Graduação em Entomologia e outros da UFV.

2) Suporte à pesquisa

Uma das funções de um museu com coleções científicas é a realização de investigação científica. No entanto, existem alguns museus, especificamente os de história natural e ciências naturais, que não realizam a investigação, mas funcionam como um “banco de dados”. Possuem a guarda e conservação de uma coleção científica, mas a investigação é realizada pela instância a qual este museu está inserido, como uma universidade, por exemplo.

Esse é o caso do Museu Regional de Entomologia. Por conter uma importante coleção biológica de insetos representativos de um ecossistema regional, este museu atua como um centro de investigação científica e referência na identificação desses espécimes, dando suporte a pesquisas que têm como base o desenvolvimento científico e tecnológico.

No entanto, essa investigação não é realizada pelo museu. O trabalho é feito por especialistas (pesquisadores, sendo eles docentes ou discentes), em colaboração com a universidade. Além disso, existe a investigação externa, quando pesquisadores externos à instituição (como graduandos, mestrandos, doutorandos, docentes) solicitam acesso ao acervo para estudo e pesquisa.

Através de identificações, empréstimos e consultas, o museu, por meio de seu acervo, subsidia projetos de pesquisas nas áreas aplicadas e básicas como de taxonomia e sistemática de insetos, realizando a identificação precisa de pragas, vetores, polinizadores, agentes de dispersão e predação de sementes; identificação de insetos para planos de manejo ambiental na criação de áreas de preservação, conservação e educação ambiental.³⁵⁴

³⁵⁴ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

A coleção serve como um importante banco de dados para pesquisas relacionadas aos seguintes temas: ecossistema, agroecossistema, distribuição geográfica das espécies no tempo e espaço, impacto ambiental (em que insetos são utilizados como bioindicadores), projetos agrícolas e conservacionistas, agentes de controle biológico de pragas etc.

Ainda neste contexto, o Museu Regional de Entomologia disponibiliza material entomológico para desenvolvimento de dissertações e teses de mestrado e doutorado, tanto no país quanto no exterior, através de empréstimos e permuta de informações; e oferece infraestrutura e suporte técnico a visitantes pesquisadores, técnicos, estagiários bolsistas e voluntários, estagiários de convênios internacionais e pós-graduandos.

3) Apoio ao Ensino

O Museu Regional de Entomologia é um museu de ciências criado e inserido em um contexto universitário. Dentre os vários possíveis papéis desempenhados por esse tipo de instituição está o de apoio a disciplinas científicas de base, nesse caso taxonomia e sistemática de insetos.

As coleções didáticas do acervo entomológico dão apoio ao PPGENT, viabilizando as disciplinas e os projetos de pesquisa dos cursos de Mestrado e Doutorado em Entomologia, além de outros cursos da UFV.

4) Extensão universitária

O Museu Regional de Entomologia, através de seu acervo didático e arquivos de fotos, oferece cursos práticos sobre taxonomia de insetos adultos, taxonomia de insetos aquáticos, organização de coleções científicas, tanto na UFV como em outras instituições nacionais e internacionais. Esses cursos, que têm em média 15 dias de duração, são oferecidos a pesquisadores, professores, técnicos e estudantes de pós-graduação que lidam com Entomologia básica e aplicada.

Além disso, o museu oferece serviços de curadoria a professores, técnicos, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação da UFV e de outras instituições do Brasil e do exterior e para o público em geral.

3.2.4. Recursos humanos e financeiros

As pessoas que mantêm um museu, sejam elas remuneradas ou voluntárias, são peças fundamentais para a existência da instituição. Apesar de o acervo ser importante, sem o recurso humano que faz a curadoria e a conservação da coleção, está poderá se acabar.³⁵⁵

O Museu Regional de Entomologia não possui funcionários especializados, nem tão pouco um museólogo responsável, e a manutenção e ampliação de seu acervo sempre foi realizada por um corpo de estagiários e orientados flutuantes, supervisionadas pelo professor e curador Fiuza. De acordo com ele foram muitas as pessoas que contribuíram significativamente no museu, realizando tarefas de “organização, ampliação, manutenção, pesquisas de laboratório e campo, publicações, armazenamento de dados e divulgação”.³⁵⁶

Atualmente, duas pessoas trabalham na organização e conservação da coleção: um servidor da UFV e um doutorando do PPGENT.

O servidor Luiz Antonio Basílio é Auxiliar Agropecuário na UFV e não possui formação ou capacitação na área de museologia. Trabalha no Museu em período parcial realizando manutenção nas gavetas entomológicas.

O doutorando Edwin Ernesto Dominguez Nuñez, de nacionalidade panamenha, possui experiência na área de museologia e trabalhou durante anos na Coleção de Insetos do Instituto Smithsonian, Panamá. Realiza as seguintes atividades no Museu: identificação de insetos; organização de coleções específicas; atendimento a usuários que precisam de ajuda com a taxonomia de insetos; atendimento a especialistas que vem para identificar material; atendimento a visitantes que desejam conhecer ao museu.³⁵⁷

Com relação a recursos financeiros, o Museu Regional de Entomologia nunca teve um orçamento de receita. Os recursos utilizados pelo museu foram adquiridos por meio de projetos aprovados em órgãos financiadores, como CNPq, serviços prestados pelo museu como planos de manejo e relatórios de impacto ambiental, e cursos oferecidos. Outras vezes ocorreram doações, por parte de professores da UFV. De acordo com o professor Fiuza, o que de fato sustentava o Museu era a “auto-motivação da Curadoria e dos estudantes de pós-graduação, bolsistas e voluntários estagiários que passaram pelo Museu de Entomologia”.³⁵⁸

³⁵⁵ BOYLAN, P. J. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** *Op. cit.*

³⁵⁶ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³⁵⁷ NUÑEZ, E. E. D. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³⁵⁸ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

3.2.5. Divulgação do seu acervo

O museu deve ser um espaço social destinado ao serviço público e educacional. Na sociedade contemporânea, o ensino-aprendizagem deixa de ser algo exclusivo do ambiente escolar e passa a abranger outros espaços de reflexões de âmbito social e político, como os museus.

As instituições museológicas têm a possibilidade de gerar processos educativos, ajudando na formação de indivíduos e os capacitando para participar criticamente na sociedade que os cerca e transformá-la.

Nesse sentido, esses espaços devem ser abertos e atrair a comunidade do seu entorno. “A interação com a comunidade e a promoção do seu patrimônio fazem parte do papel educativo dos museus”.³⁵⁹

O Museu Regional de Entomologia, apesar do importante e vasto acervo, e do grande potencial educacional, não possui um programa de visitação e nunca foi um setor aberto ao público, embora se identifiquem alguns esforços para torná-lo conhecido entre os docentes, discentes, funcionários da UFV e alunos da comunidade viçosense.

Esses esforços foram através de esporádicas exposições com amostras do acervo do Museu apresentando mostruários de insetos, instrumentos e fotos de atividades inerentes a dinâmica do Museu. Daí a necessidade de um showroom entomológico permanente para o público. O Museu de Entomologia sempre teve suas portas abertas, oferecendo sua infraestrutura básica para pesquisadores visitantes de outros departamentos e instituições nacionais e internacionais que aqui vieram com o intento de levantar dados para suas pesquisas. A esses se somam com mais frequência os estudantes dos Cursos de Pós-graduação em Entomologia e em Biologia Animal da UFV e de outras Instituições para o desenvolvimento de suas dissertações e teses de mestrado e doutorado.³⁶⁰

Como servidora da UFV e lotada no DDE, eu auxiliei na organização de uma exposição (sem título) do museu, ocorrida em maio de 2015, para receber alunos de uma creche da universidade. Trabalho no departamento desde 2013 e, até o momento, foi a única exposição que presenciei.

Os visitantes, com idade entre três e quatro anos, “se depararam com uma explosão de cores e formas diferentes, numa exposição montada especialmente para eles”,³⁶¹ no hall do

³⁵⁹ LEWIS, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. *Op. Cit.* p. 12.

³⁶⁰ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

³⁶¹ NASCIMENTO, E. In: UFV. UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Crianças se encantam com o mundo dos insetos durante visita ao Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <<http://www.pos.entomologia.ufv.br/criancas-se-encantam-com-o-mundo-dos-insetos-durante-visita-ao-museu-regional-de-entomologia/>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

DDE. Na época, a exposição foi organizada por dois mestrandos (dos cursos de Pós-Graduação em Entomologia e Pós-Graduação em Biologia Animal), sob a orientação do professor Paulo Sérgio Fiúza. Sobre essa experiência, refere o Prof. Fiúza o seguinte:

Falamos um pouco sobre o ciclo de vida das mariposas. As crianças viram pela lupa, que é uma experiência muito bacana para elas, uma coisa nova. Elas perguntaram tudo! E essa é a ideia, mostrar para elas que a entomologia é uma coisa bonita, é para explorar.³⁶²

A visita ao museu fez parte de um projeto sobre insetos polinizadores da creche em questão. De acordo com a coordenadora do projeto a ideia da visita surgiu a partir do interesse das crianças.³⁶³ Esta iniciativa é reveladora do papel do museu e da possibilidade de ser utilizado como um espaço de ensino-aprendizagem.

Para o pequeno Guilherme, de tudo o que viu, o mais legal foi o besouro. Já para a pequena Laura, a borboleta azul! Entre mariposas, gafanhotos, moscas, aranhas, abelhas, cupins, lagartas e besouros, certamente, cada uma das crianças levou consigo um pouquinho do universo da entomologia. Elas também levaram para casa um jogo de dados, para brincar e aprender com os pais. O jogo apresenta um passo a passo que envolve as crianças na montagem dos dados e traz curiosidades e pistas, aguçando ainda mais a imaginação dos pequenos sobre esse fascinante mundo dos insetos, que os integrantes da Entomologia conhecem tão bem.³⁶⁴



Figuras 59, 60, 61, 62. Fotos da visita de crianças ao Museu. Fonte: acervo da autora.

³⁶² LOPEZ, J. L. B. Entrevista concedida a Elaine Nascimento, jornalista do Programa de Pós-Graduação em Entomologia. *Ibid.*

³⁶³ *Ibid.*

³⁶⁴ NASCIMENTO, E. *Op. cit.*

A instituição museal, sendo parte de um sistema educacional informal, vem acrescentar valores especiais à escola formal, oferecendo diferentes modos de ensino-aprendizagem, discussão e entretenimento.

Especificamente, para o caso dos museus com coleções científicas, além de cumprirem um papel investigativo, podem disponibilizar seus conhecimentos científicos à sociedade, independente de classe social ou faixa etária, para ajudar na formação de indivíduos críticos, participativos e capazes de compreender e tomar decisões sobre acontecimentos da realidade que os cerca.

Essa questão da partilha, da divulgação de um conhecimento científico a pessoas comuns, denota tanto interesse e credibilidade que a matéria sobre a visitação de crianças ao Museu Regional de Entomologia divulgada na página eletrônica do PPGENT foi uma das matérias mais compartilhadas e comentadas dentre tantas outras importantes matérias divulgadas no mesmo site e relacionadas ao mundo acadêmico.

Conforme já sublinhamos, a estrutura física atual do museu não possui uma área para exposições. Para que uma visitação ocorra, como a que foi relatada, é necessário um agendamento prévio, a fim de se realizar uma montagem demandada para a exposição. Sobre a importância de realizar exposições, o Professor Fiuza destaca:

Para mim, é uma grande frustração não haver ainda um local adequado para exposição pública sobre os insetos. Já tive experiências em tempos passados ainda no hall do prédio da Biologia, onde se improvisavam exposições entomológicas esporádicas com atividades interativas. Sempre houve uma grande admiração do público em geral, principalmente, jovens e crianças. Já visitei vários museus nacionais e internacionais durante meu tempo de aperfeiçoamento e convênios e pude tirar muitas ideias para organizar uma exposição educativa, abrangendo vários temas de importância na área entomológica. Quem sabe não vamos ter ainda essa oportunidade, reunindo professores interessados, discutindo o assunto e colocando as ideias em prática.³⁶⁵

³⁶⁵ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida a Elaine Nascimento, jornalista do Programa de Pós-Graduação em Entomologia. In: UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. *Op. cit.*

PARTE II

Capítulo 4

Proposta de Institucionalização do Museu Regional de Entomologia

A revitalização dos museus brasileiros e do patrimônio histórico do país tornou-se uma das metas do Governo Federal, a partir dos anos 2000. Vários investimentos tiveram como alvos a preservação de acervos e prédios tombados e o estímulo à apropriação destes pela sociedade, e a construção democrática de uma política nacional voltada ao setor museológico brasileiro. Após debate com a comunidade museológica, o Ministério da Cultura lançou em maio de 2003, a Política Nacional de Museus (PNM). Para a PNM, os museus devem ser entendidos como

práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.³⁶⁶

Como consequência dessa política setorial, sistemas e órgãos de gestão de patrimônios culturais musealizados foram criados e legislação concernente ao setor foi aperfeiçoada. Em 2006, foi criado o Cadastro Nacional de Museus (CNM), importante ferramenta para o alcance das metas do Plano Nacional de Cultura. Em 14 de janeiro de 2009, através da Lei Nº 11.904, foi criada a primeira legislação específica para o setor, com dispositivos que orientam a organização do setor museal brasileiro e a proteção do patrimônio cultural musealizado ou passível de musealização. Em 20 de janeiro do mesmo ano, através da Lei Federal nº 11.906, foi criado o Instituto Brasileiros de Museus (IBRAM), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), que sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

Dentre as várias competências do IBRAM, como a regulamentação, o apoio e a fiscalização do setor museológico, está também a de elaborar, divulgar e manter atualizado material com recomendações técnicas que promovam a preservação, conservação, divulgação dos bens culturais musealizados e declarados de interesse público, para melhorar qualidade do funcionamento dos museus e o atendimento às necessidades de visitantes e usuários.

³⁶⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. p. 23. *Op. cit.*

A criação do IBRAM e o estabelecimento do Estatuto dos Museus têm como objetivo o fortalecimento do setor museal brasileiro, possibilitando a institucionalização dos museus através de ações que dão suporte e informações sobre o setor para a definição de recursos e de pessoal, aplicação de técnicas museológicas e preservação e recuperação de bens culturais musealizados.

A partir de janeiro de 2017, todos os museus brasileiros podem e devem solicitar o seu registro e se institucionalizarem junto ao IBRAM. Essa atividade faz parte do pacote de ações previsto pelo IBRAM, consideradas prioritárias pelo órgão. Dentre essas ações, estão o **Registro de Museus** e o **Plano Museológico**, ambos necessários e obrigatórios para todos os museus brasileiros. O artigo 45, incisos VI e VII, presentes no Decreto nº 8.124/2013, de 17 de outubro de 2013, prevê penalidade para o museu que deixar de proceder ao seu registro em órgão competente e elaborar seu Plano Museológico.³⁶⁷

O Registro de Museus é um instrumento da PNM, previsto pelo Estatuto de Museus, Lei 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013 e Resolução normativa nº. 1/2016, que estimula a formalização dos museus. Através desse Registro é possível realizar a criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus. Com essas ações a PNM pretende criar mecanismos de coleta, análise e divulgação de informações sobre os museus brasileiros, com o objetivo de ajudar a melhorar a qualidade dessas instituições e fortalecer as políticas públicas setoriais. O Registro de Museus é realizado junto ao IBRAM, através do preenchimento de formulário específico e envio de documentação solicitada.³⁶⁸

O Plano Museológico é uma ferramenta de orientação indispensável para a gestão de museus. Trata-se de um documento orientador no sentido de estabelecer a visão, a direção e os caminhos que um museu deverá percorrer para alcançar um adequado desenvolvimento de todas as suas atividades, estruturando seu trabalho interno e melhorando sua atuação frente à sociedade. Este documento deve ser elaborado com base em legislação, tendo como referência a Lei 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus. É mais importante que elaborá-lo é colocá-lo em prática, pois é a partir do seu estabelecimento que o museu começará a refletir sobre os processos que os levará a mudanças positivas.

Através do **Registro de Museus** e do **Plano Museológico** pretendemos realizar a institucionalização do Museu Regional de Entomologia, nosso objeto de estudo. Nos Anexos 3 e 4 deste trabalho apresentamos o Formulário de Solicitação de Registro preenchido, a ser

³⁶⁷ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

³⁶⁸ IBRAM. MUSEUSBR. Rede Nacional de Identificação de Museus. *Op. cit.*

encaminhado ao IBRAM, juntamente com documentação solicitada; e o Plano Museológico, elaborado com metas, estratégias e objetivos para o funcionamento adequado deste museu, em consonância com as diretrizes e leis museológicas vigentes.

Todos os levantamentos realizados nos demais capítulos foram feitos com o objetivo de alimentar as informações necessárias para o preenchimento do Registro de Museus e do Plano Museológico.

4.1. Registro de Museus

O Registro de Museus (RM) é uma importante ferramenta prevista pelo Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009). Foi lançada em dezembro de 2016 através da Resolução Normativa Nº 1, de 14 de dezembro de 2016,³⁶⁹ e tem como objetivo tornar transparente a realidade museológica brasileira.

Todos os museus brasileiros podem e devem solicitar o seu registro. De acordo com o Art. 7º do Decreto nº 8.124, de 17 de Outubro de 2013, “os atos referentes à criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus deverão ser registrados no órgão público estadual, distrital ou municipal competente ou, na sua ausência, no IBRAM”. É obrigatório a todos os museus brasileiros, públicos ou privados, o registro junto ao IBRAM ou entidade registradora, como “pré-requisito para participação em editais do IBRAM, para adesão ao Sistema Brasileiro de Museus e ao direito de preferência em casos de Declaração de Interesse Público”.³⁷⁰

Através do Registro de Museus pretende-se

estimular a formalização dos museus, a partir do acompanhamento das dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus, visando criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros, com o propósito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais.³⁷¹

Para realizar o Registro é necessário que a instituição esteja a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento; possua caráter permanente e sem fins lucrativos; preserve bens naturais e culturais, de natureza material ou imaterial; realize a comunicação dos bens

³⁶⁹ IBRAM. Ministério da Cultura. Resolução Normativa Nº 1, de 14 de dezembro de 2016. Estabelece os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes. Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_27245204_RESOLUCAO_NORMATIVA_N_1_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2016.aspx>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

³⁷⁰ IBRAM. MUSEUSBR. Rede Nacional de Identificação de Museus. *Op. cit.*

³⁷¹ *Ibid.*

culturais (exposições etc.); esteja aberta ao público; e não comercialize patrimônio museológico.³⁷²

O Registro de Museus é importante, pois:

Aumenta a visibilidade do museu, tanto em âmbito nacional como internacional; propicia o compartilhamento direto com a sociedade de informações aprofundadas sobre os museus; auxilia os órgãos a qualificar as políticas públicas voltadas para o setor; facilita a adesão ao Sistema Brasileiro de Museus; permite que o museu exerça o direito de preferência em casos de Declaração de Interesse Público; habilita o museu a participar dos editais do Ibram ou de outras entidades que promovam o fomento aos museus e que exijam seu reconhecimento.³⁷³

Em caso de ausência de entidade registradora competente, para efetuar o Registro de Museus, junto ao IBRAM, a instituição museológica, através de seu representante legal, deve preencher e assinar o **Formulário de Solicitação de Registro** e reunir documentação solicitada, encaminhando-os para o IBRAM. O Formulário de Solicitação de Registro fica disponível para *download* na página eletrônica da Rede Nacional de Identificação de Museus (MUSEUSBR).³⁷⁴ Os documentos a serem encaminhados são de acordo com a natureza administrativa do museu.

No caso do Museu Regional de Entomologia, por se enquadrar na classificação de Museu Público Federal, os documentos obrigatórios são: CPF e RG do responsável pelo museu (autenticados em cartório); documentação que comprove que o titular do RG e do CPF enviados é o responsável pelo museu, que poderá ser através de termo de posse, ato de nomeação, ou outro documento congênere; CNPJ do museu ou da instituição mantenedora; e instrumento de criação do museu ou outro documento oficial da instituição à qual o museu esteja subordinado/vinculado.

No Anexo 3 apresentamos o **Formulário de Solicitação de Registro** preenchido. O seu preenchimento foi realizado por meio de levantamento bibliográfico e documental, observação *in loco* e suporte do professor Paulo Sergio Fiuza Ferreira. Há itens nesse formulário não cumpridos atualmente pelo Museu Regional de Entomologia. Então, o preenchimento foi realizado de forma simulada, a fim de delinear e traçar um caminho para o registro desse museu, objetivando alcançar uma das metas para a sua institucionalização.

³⁷² IBRAM. MUSEUSBR. Rede Nacional de Identificação de Museus. *Op. cit.*

³⁷³ *Ibid.*

³⁷⁴ *Ibid.*

4.2. Plano Museológico

A partir dos últimos anos, no Brasil, alguns museus passaram a ser concebidos, organizados e gerenciados com o apoio de um documento de orientação, identificado como Plano Museológico. Essa experiência começou a vigorar a partir da Portaria Normativa nº1, de 5 de julho de 2006, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MinC. Nela estão presentes dispositivos para a elaboração do Plano Museológico dos museus vinculados ao IPHAN. De acordo com a mesma, o Plano Museológico é uma

ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento.³⁷⁵

Aquilo que existia somente para os museus federais vinculados ao IPHAN, posteriormente, com a promulgação da Lei nº 11.409, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, alcançou uma projeção nacional, despertando o interesse dos órgãos de gestão das instituições museológicas, pois se tornou obrigatório a elaboração e implementação do Plano Museológico. Devida à sua importância para o desenvolvimento da gestão dos museus, o Plano Museológico é tratado em seção específica na Lei nº 11.409, de forma detalhada. De acordo com o artigo 45, o Plano Museológico é compreendido como

ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.³⁷⁶

Podemos notar que em ambos os conceitos apresentados acima, as palavras **planejamento estratégico** se repetem. Não por acaso, mas porque as mesmas têm importância devido àquilo que representam. No seu sentido mais amplo, no senso comum, estratégia equivale a uma direção ou curso de ação, e numa organização o planejamento estratégico é uma ferramenta fundamental para melhorar qualitativamente as suas funções/atividades.³⁷⁷ Como museus são organismos complexos, com características

³⁷⁵ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Legislação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao?categoria=11&busca=&de_data=01%2F01%2F2006&ate_data=31%2F12%2F2006>. Acesso em 06 de março de 2018.

³⁷⁶ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

³⁷⁷ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.*

diferentes, o planejamento dependerá de cada instituição. O importante é que o processo seja conduzido de forma coletiva, através de diálogos com as partes envolvidas.

O Plano Museológico é um documento que fortalece a instituição museológica, pois identifica a sua missão básica e função específica, e esclarece de modo objetivo o lugar ocupado por esta instituição no momento atual e para onde a mesma deve caminhar, a fim de alcançar uma melhor atuação frente à sociedade, permitindo que a instituição utilize todo o seu potencial para realizar seu trabalho e alcançar seus objetivos de forma mais eficaz.

O Plano Museológico deve ser elaborado com a finalidade de orientar a gestão do museu e estimular a articulação entre os diversos setores de funcionamento, tanto no aprimoramento das instituições museológicas já existentes, quanto na criação de novos museus. Essa ferramenta de planejamento estratégico deve ordenar e priorizar as ações a serem desenvolvidas pelo museu para o cumprimento da sua função social e constituir-se como um documento museológico que baliza a trajetória do museu.³⁷⁸

Por ser uma ferramenta estratégica, podemos pensar o Plano Museológico como um plano de direção,³⁷⁹ que expõe de forma clara e objetiva as informações gerais e específicas da instituição, abrangendo seus aspectos funcionais e operacionais, e proporciona ao museu e àqueles que o gerem maior clareza no estabelecimento de suas ações. Para sua elaboração alguns pontos chave devem ser pensados:³⁸⁰

- A finalidade da instituição ⇒ para que estamos aqui?
- O público ⇒ para quem estamos aqui?
- A direção ⇒ para onde estamos indo?
- A Estratégia ⇒ como chegar lá?
- A plataforma financeira ⇒ como arcar com os custos?
- A possibilidade de avaliação ⇒ como estamos progredindo?

Além disso, o Plano Museológico deve ter por princípios alguns pilares básicos, listados a seguir:

³⁷⁸ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 35.

³⁷⁹ Podemos considerar o plano museológico uma decorrência do conceito geral de plano diretor (documento que trata do planejamento estratégico de empresas privadas e organismos governamentais, ou para a gestão de cidades), porém aplicado ao caso específico dos museus. BARJA, Wagner. *Gestão museológica: Questões teóricas e práticas/Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto da República – Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Eduardo/Downloads/gestao_museologica_questoes%20(1).pdf>. Acesso em 06 de março de 2018.*

³⁸⁰ DAVIES, Stuart. 2001. *Plano Diretor*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fundação Vitae. (Série Museologia, 1). Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro1.pdf>. Acesso em 06 de março de 2018.

- A possibilidade de equilíbrio e a estabilidade na gestão do museu, independentemente de mudança em sua direção e de seu quadro de trabalhadores;
- A implantação de uma estrutura básica de funcionamento;
- A garantia da salvaguarda do acervo;
- A definição clara da missão e das ações do museu, tanto para funcionários quanto para o público;
- A definição clara das ações coletivas e individuais dentro do museu, com o estabelecimento das responsabilidades de cada área de trabalho;
- O uso mais eficaz dos recursos;
- O estabelecimento de equilíbrio entre o museu, um organismo complexo e interdependente, e os princípios estabelecidos no Estatuto de Museus e demais documentos normativos;
- A identificação de situações emergenciais ou de risco iminente;
- A consideração sobre a capacidade de solução dos problemas, através dos recursos de pessoal e orçamentários disponíveis;
- E o preparo do museu para novas realidades.³⁸¹

O Plano Museológico é um documento muito útil e importante para a boa gestão e segurança dos museus, pois serve como um guia orientador, dando direção às instituições museológicas no sentido de alcançar melhores serviços e maior eficiência. A sua elaboração não é um processo rápido. Demanda tempo, estudo e dedicação, sendo um planejamento de longo prazo. Afinal de contas, os museus são instituições permanentes, que apresentam objetivos de longo prazo, como a preservação de seu acervo para futuras gerações. Em muitas instituições esses objetivos são realizados com recursos mínimos, sendo necessário um melhor aproveitamento dos mesmos, ou seja, de forma eficiente e eficaz. Além de satisfazer uma exigência legal,³⁸² comprovando a existência da instituição museológica, os benefícios do Plano Museológico poderão ser vistos no dia-a-dia do museu, dentre os quais podemos destacar:

- Garantia, em longo prazo, da salvaguarda do acervo;
- Visão clara daquilo que se quer realizar, tanto de pessoas internas como externas ao museu;

³⁸¹ RODRIGUES, A. R. **O PLANO MUSEOLÓGICO COMO MARCO NA GESTÃO DE MUSEUS: estudo de caso sobre o Museu das Missões/RS (2007-2015)**. 2015. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134676/000987195.pdf?sequence=1>>. Acesso em 06 de março de 2018.

³⁸² O artigo 45 presente no Decreto nº 8.124/2013, de 17 de outubro de 2013, prevê penalidade para o museu que deixar de elaborar seu Plano Museológico. BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

- As pessoas que trabalham no museu terão percepção das funções que deve realizar dentro da instituição;
- Possibilidade de uso mais eficaz dos recursos;
- Integração de todos os aspectos do funcionamento do museu em um mesmo processo de administração;
- Oferecimento de uma estrutura básica onde decisões estratégicas poderão ser tomadas;
- Existência de documento orientador, que atua como ponto de referência para todos os interessados.³⁸³

Além dessas vantagens, se pensarmos em longo prazo, é preciso notar que a elaboração e produção de um Plano Museológico não é, necessariamente, a ação mais importante. É muito significativo, e talvez até mais valioso, todo o processo de reflexão que essa construção provoca. O Plano Museológico possibilita a formalização, de forma resumida, dos resultados dessa reflexão, onde os propósitos e objetivos do museu podem ser apresentados ao mundo exterior. Ele é um documento escrito, ou seja, uma prova concreta de todos os processos realizados e a realizar. Sua formulação deve ser realizada, “preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades”.³⁸⁴

Um fato a ser destacado é a falta de museólogo³⁸⁵ na UFV, tampouco no Museu Regional de Entomologia. Embora algumas literaturas relatem que o profissional museólogo é o único profissional habilitado, segundo a Lei nº 11.409, para elaborar e assinar o Plano Museológico, não encontramos nenhuma exigência com relação a isso na referida lei. Não desmerecendo a profissão, mas a palavra museólogo sequer aparece no Estatuto de Museus. Seria muito importante que todas as instituições museológicas tivessem um profissional especializado e habilitado como esse. Mas, no Brasil, infelizmente não é a realidade de muitas instituições. Como exemplo, no nosso caso, o Plano Museológico foi elaborado com o suporte de pessoas ligadas ao Museu Regional de Entomologia.

³⁸³ DAVIES, Stuart. Plano Diretor. *Op. cit.*

³⁸⁴ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

³⁸⁵ No Brasil, o termo “museólogo” está relacionado àqueles profissionais que receberam uma formação universitária específica em museologia, no nível de graduação ou pós-graduação, diferenciando-se assim de outros profissionais que atuam nos museus. DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. 2013. **Conceitos-chave de Museologia.** *Op. cit.*

Por fim, ao realizar e implementar o Plano Museológico, o museu ficará apto a participar de projetos de financiamento de órgãos externos. De acordo com o IBRAM, o financiamento a projetos no setor museológico pode ser realizado por meio de três alternativas principais:

1. apoio direto realizado pelo Ministério da Cultura e suas vinculadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) - o IBRAM periodicamente publica Editais para fomento ao setor museológico;
2. por meio de Emendas Parlamentares ao próprio Orçamento - as emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União são discutidas geralmente entre 31 de agosto e 22 de dezembro de cada ano, quando o Congresso Nacional analisa a proposta orçamentária para o ano seguinte. Caso o parlamentar consiga incluir o projeto no orçamento, e havendo disponibilidade financeira, poderá ocorrer uma Transferência Voluntária da União com a celebração de um convênio ou instrumento congêneres entre o beneficiário da emenda e o IBRAM;
3. por meio de Renúncia Fiscal por meio da Lei 8.313/91 - consiste na apresentação de projetos a patrocinadores que poderão deduzir os recursos efetivamente aplicados do seu Imposto de Renda.³⁸⁶

A formulação do Plano Museológico do Museu Regional de Entomologia foi direcionada pelo guia **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**,³⁸⁷ publicação do IBRAM que objetiva oferecer suporte a museus brasileiros para a elaboração do Plano Museológico. Esta publicação foi lançada em 2016, e pode ser encontrada também em versão online, para *download* gratuito.

Este livro possui 112 páginas e explica em detalhes as etapas necessárias para elaboração de um Plano museológico, através do diagnóstico do museu e definição de seus

³⁸⁶ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Fomento e Financiamento. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>. Acesso em 06 de março de 2018.

³⁸⁷ “Esta publicação é resultado de um trabalho interdepartamental do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, iniciado no ano de 2012, que envolveu as equipes do Departamento de Processos Museais – DPMUS, Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM, Departamento de Planejamento e Gestão Interna – DPGI, Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM e Assessoria de Comunicação – Ascom, assim como a colaboração dos servidores das unidades museológicas vinculadas administrativamente ao Ibram”. IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Apresentação. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>. Acesso em 06 de março de 2018.

objetivos estratégicos, expressos nos diversos programas que envolvem as funções de uma instituição museológica. Este guia é fruto de um trabalho multidisciplinar que envolveu os departamentos do IBRAM e profissionais atuantes em museus vinculados à rede. A publicação é dividida em três capítulos: o primeiro capítulo traz um histórico dos museus no Brasil, o segundo capítulo apresenta a legislação brasileira do setor, e o terceiro capítulo oferece subsídios para a elaboração do plano.

De acordo com o guia **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**, a construção do Plano Museológico deve ser realizada através do cumprimento de três etapas:

- Etapa 1 – Caracterização do Museu, Planejamento Conceitual, Diagnóstico e Objetivos Estratégicos;
- Etapa 2 - Elaboração dos Programas;
- Etapa 3 – Elaboração de Projetos no Plano Museológico.

De forma ilustrada, podemos definir as três etapas de elaboração do Plano Museológico da seguinte maneira:

Etapas do Plano Museológico³⁸⁸

ETAPA 1	Diagnóstico completo da instituição: é a situação ATUAL
ETAPA 2	Reconhecimento das necessidades para o futuro: qual seria a situação IDEAL
ETAPA 3	Soluções viáveis para se chegar no IDEAL

Num primeiro momento, a Etapa 1 apresenta um diagnóstico³⁸⁹ da instituição que permite conhecer a sua situação atual, salientando seus pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças, a fim de fundamentar intervenções necessárias que possam ser realizadas posteriormente. Nas etapas seguintes, são apresentadas as propostas de intervenções, mudanças e reavaliações das situações que foram analisadas nesse diagnóstico inicial.

³⁸⁸ DAVIES, Stuart. Plano Diretor. *Op. cit.*

³⁸⁹ A palavra diagnóstico possui origem etimológica na palavra grega "diagignoskein", que pode ser traduzida como saber, conhecimento. O diagnóstico no Plano Museológico busca conhecer, destacar os pontos fortes e frágeis, as ameaças e oportunidades da instituição para serem posteriormente articulados aos programas estratégicos de resolução dos problemas.

O diagnóstico de uma instituição museológica é de extrema importância, pois somente com o conhecimento pleno da situação atual é que se pode pensar em possíveis e necessárias interferências positivas no local para seu melhor funcionamento. O seu preenchimento deve ser dinâmico, com possibilidade de revisões necessárias, tendo em vista que os museus são instituições permanentes, sendo indispensável as atualizações ao longo dos tempos.³⁹⁰

Dentro de cada etapa do Plano Museológico existem tópicos a serem informados e descritos, conforme apresentaremos a seguir.

4.2.1. Etapa 1: Caracterização do Museu, Planejamento Conceitual, Diagnóstico e Objetivos Estratégicos – qual a situação atual da instituição?

Neste primeiro momento é necessário realizar um criterioso diagnóstico completo da instituição para qual se destina o plano museológico: apresentação de sua história, estudo de suas funções e atividades, levantamento dos pontos fortes e frágeis, suas oportunidades e ameaças, observância dos aspectos socioculturais, políticos, técnicos, administrativos e econômicos pertinentes à instituição, dentre outros.³⁹¹

4.2.1.1. Caracterização do Museu

Neste tópico são apresentadas as principais características do museu quanto ao seu processo de formação, sua importância, estrutura, seu acervo e sua situação atual, a fim de permitir ao leitor uma melhor compreensão sobre a instituição. Propõe-se que essa caracterização seja estruturada em três partes:

- **Histórico** – possibilita a compreensão do processo de constituição do museu e de seu acervo, sua importância e os fatos relevantes nesse processo.
- **Descrição da instituição museológica** - permite a compreensão das características da localidade em que o museu se insere, seus espaços e conjuntos patrimoniais.

³⁹⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Plano Museológico. 2015. Disponível em: <http://www.mcn.fzb.rs.gov.br/upload/20150903162436plano_museologico.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2018.

³⁹¹ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.*

- **Atuação do museu** – refere-se às atividades que a instituição desenvolve.³⁹²

A descrição deste tópico já foi realizada no capítulo anterior e será apresentada novamente, à frente, no anexo 4: Plano Museológico do Museu Regional de Entomologia.

4.2.1.2. Planejamento Conceitual

Além de se ter um criterioso conhecimento da instituição para qual se destina o Plano Museológico, outro ponto importante é o estabelecimento de um planejamento conceitual, através da definição da missão, da visão e dos valores do museu, além de análise do ambiente em que está inserido. Nesse sentido, é necessário destacar que o museu deve ser uma organização aberta à comunidade, e essa reflexão serve para mostrar à instituição aquilo que ela deve realizar para cumprir sua função na sociedade, satisfazendo o ambiente externo.³⁹³

Para alguns autores, o planejamento conceitual se resume à missão, sendo indispensável a sua definição para a elaboração do Plano Museológico. A missão institucional deve expressar a finalidade, os valores, as metas, a função e o público a que se destina o museu,³⁹⁴ devendo ser compartilhada internamente, entre os funcionários e especialistas envolvidos com as atividades do museu, e externamente, com o público em geral.

Missão

Refere-se ao papel da instituição na sociedade, indicando sua razão de ser e existir. O conceito missão a ser estabelecido deve ser coerente com a história da instituição, a sua situação presente, aquilo que se almeja alcançar, e necessidades de seu público, a fim de obter credibilidade junto à sociedade. “A missão é eficaz quando consegue definir a identidade da organização e quando cria sinergia com seus públicos de interesse”.³⁹⁵ Resumidamente, a missão pode ser definida através de um conjunto de palavras que contenha: finalidade (para que existimos?), valores (em que acreditamos?), metas (o que queremos alcançar?), função (o

³⁹² IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.*

³⁹³ *Ibid.*

³⁹⁴ BARJA, Wagner. Gestão museológica. *Op. cit.*

³⁹⁵ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 40.

que fazemos?) e o público-alvo (para quem fazemos?) de uma instituição, de uma maneira não só informativa mas também inspiradora.³⁹⁶

Visão

Orienta a missão e os objetivos, pois corresponde à situação futura desejada, a posição na qual se pretende estar daqui a alguns anos - o que a instituição aspira ser. Na sua elaboração pode-se esquecer as limitações de recursos, pois é a concepção de um ideal. Assim como a missão, é importante que seja simples, clara e direta. “Pode ser definida como um olhar crítico do passado e do presente, vislumbrando uma construção de memória futura”.³⁹⁷

Valores

Referem-se a um conjunto de conceitos, princípios, virtudes, crenças etc, que a organização preza e que coloca em prática. Como exemplo, dentre as várias possibilidades, podemos ter: o respeito à diversidade de públicos, compromisso com o meio ambiente, dentre outros.

4.2.1.3. Diagnóstico: Análise do Ambiente Interno e Externo

No Plano Museológico, realiza-se o diagnóstico para a identificação da situação atual do museu. É uma estratégia metodológica que indica a realidade da instituição, através da análise de seus aspectos internos e externos, a fim de identificar os pontos que necessitam de ações futuras, através da articulação dos programas estratégicos de resolução dos problemas.

Para realizar o diagnóstico, comumente utiliza-se o método *SWOT*, que em inglês faz referencia às palavras *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities*, *Threats*. Traduzindo para o português, essas palavras significam: pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Na terminologia da análise *SWOT*, os pontos fortes e fracos referem-se ao ambiente interno da instituição, enquanto as oportunidades e ameaças referem-se às suas questões externas, aquilo que a aguarda no mundo exterior.³⁹⁸

³⁹⁶ DAVIES, Stuart. Plano Diretor. *Op. cit.*

³⁹⁷ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 40.

³⁹⁸ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.*

Na análise do ambiente interno, os pontos fortes de uma instituição são aqueles que permitem ao museu atingir os seus objetivos com maior facilidade. Por outro lado, os pontos fracos são aqueles que enfraquecem a instituição e a coloca na contramão para o alcance de seus objetivos; é uma deficiência ou algo não desempenhado integralmente. Cada museu deve elaborar sua própria lista, de acordo com sua missão e especificidade, mas algumas questões importantes a serem levadas em consideração devem contemplar as seguintes áreas: recursos, competências, acervo, atendimento ao público, infraestrutura, acessibilidade, número de funcionários, questões gerenciais.

Já a análise das questões externas é feita através da busca de informações sobre as condições do ambiente em que a instituição museológica está inserida – identificação das oportunidades e ameaças. Oportunidades são determinadas situações que podem influenciar positivamente o alcance dos objetivos da organização, sejam elas atuais ou que podem vir a acontecer. Em contrapartida, as ameaças são situações que se não forem evitadas ou minimizadas, podem prejudicar a instituição. Algumas áreas chaves a serem consideradas: política, legislação, tecnologia, recursos naturais, economia, valores da sociedade, demografia, ambiente relacional.³⁹⁹

Modelo de Análise SWOT⁴⁰⁰

Ambiente interno	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Ambiente externo	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

Para um diagnóstico ainda melhor, a análise *SWOT* pode ser complementada por outras metodologias, tais como: questionários, entrevistas, reuniões que envolvam a comunidade e o poder público, entre outras. O método a ser utilizado fica a critério da pessoa ou equipe responsável pela elaboração do Plano Museológico.

³⁹⁹ DAVIES, Stuart. Plano Diretor. *Op. cit.*

⁴⁰⁰ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 43.

É importante ainda considerar, que para realizar a análise dos ambientes interno e externo, além de estudar o perfil das pessoas envolvidas nas atividades do museu, é importante também estudar o perfil do público - tanto daqueles que frequentam o museu quanto daqueles que não o frequentam.

Os museus, normalmente, possuem um público específico que é atendido. Porém, existe também o público que não o frequenta, mas que é um potencial visitante. A partir desta análise é possível descobrir se a visitação⁴⁰¹ do museu pode ser aumentada, se está concentrada em uma determinada faixa etária ou se está voltada para determinados públicos. Além disso, todo esse processo pode ir mais adiante. Será possível conhecer as demandas de determinadas atividades educacionais, a existência de memória coletiva desse público que pode ser absorvida pelo museu, se o ambiente escolar pode associar-se com o ambiente do museu etc. Mais ainda, todos esses dados serão reflexo de participação da comunidade (alunos, pais, professores), ampliando a relação entre o museu e o entorno. De acordo com o artigo 28, parágrafo 2º, da Lei 11904, “os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes”.⁴⁰²

Todas as questões a serem diagnosticadas para formulação do Plano Museológico são importantes e comunicam-se entre si. A avaliação do público pode ajudar a repensar a missão de um museu, por exemplo.

Podemos imaginar um museu que entenda como missão ser um museu integral, mas que descobre que não é frequentado pela comunidade mais próxima ou por idosos. Desse modo, ele poderia pensar em estratégias e projetos que permitissem utilizar suas instalações de modo mais eficiente e focado em seus objetivos. Muitas vezes temos uma avaliação dos públicos baseada na prática e não em dados objetivos e sistematizados.⁴⁰³

4.2.1.4. Objetivos Estratégicos

Os objetivos do museu serão estabelecidos a partir das definições de missão, visão, valores e análise de seus ambientes, interno e externo. A partir de então será possível

⁴⁰¹ De acordo com Decreto nº 8.124/2013, artigo 4º, inciso VIII, é obrigatório “enviar ao Ibram dados e informações relativas às visitas anuais”. “Para seu cumprimento foi publicada a Resolução Normativa nº 03, de 19 de novembro de 2014, que define os critérios e os procedimentos a serem observados pelos museus, assim como menciona o formulário de visita anual, disponível para consulta no portal do Ibram. Essa ação proporciona aos museus a sistematização primária de dados de visita”. IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. Cit.* p. 42.

⁴⁰² BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

⁴⁰³ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 42.

determinar os objetivos estratégicos da instituição, ou seja, o que ela deverá fazer para que sua função na sociedade seja realizada. É importante que os objetivos sejam definidos pela equipe do museu e sejam alcançáveis, mesmo que em longo prazo. No Plano Museológico, os objetivos estratégicos são desdobrados em Programas (Etapa 2), apresentados no tópico a seguir.⁴⁰⁴

4.2.2. Etapa 2: Elaboração dos Programas – quais as necessidades para o futuro?

A Etapa 2 do Plano Museológico consiste na elaboração dos Programas, que são ações estratégicas que permitirão ao museu realizar efetivamente a sua missão e seus objetivos. Dentro dos Programas as necessidades são apontadas a fim de se buscar uma situação ideal para a instituição.

Os programas correspondem a áreas de trabalho e funções do museu, definidas com o objetivo de facilitar a análise, construção de projetos e organização de atividades. Estes programas não precisam, necessariamente, ter uma correspondência plena na estrutura administrativa, isto é, uma mesma unidade administrativa do museu pode ser responsável por um ou mais programas. Para a elaboração dos programas, é importante considerar: a singularidade do museu; as diretrizes do órgão ou entidade ao qual o museu possa estar vinculado; e o seu papel no desenvolvimento da estratégia.⁴⁰⁵

O Estatuto de Museus sugere que o Plano Museológico contemple dez Programas de trabalho, que poderão ser suprimidos, agrupados, desmembrados ou ampliados, segundo as especificidades do museu: Programa Institucional, Programa de Gestão de Pessoas, Programa de Acervo, Programa de Exposições, Programa Educativo e Cultural, Programa de Pesquisa, Programa Arquitetônico-urbanístico, Programa de Segurança, Programa de Financiamento e Fomento, Programa de Comunicação e Programa Sócio-ambiental.⁴⁰⁶

Podemos reunir os Programas em dois principais grupos: o grupo que lida com os aspectos administrativos e gerenciais, como questões jurídicas, financeiras, de manutenção, de segurança, de pessoal; e o grupo que lida com aspectos mais técnicos, como gestão das coleções, pesquisa, comunicação e interação com a sociedade, entre outros. “A gestão técnica

⁴⁰⁴ CÂNDIDO, M. D. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis: FCC, 2014. 94 p. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_153805Coleco_Vol_III_web.pdf>. Acesso em 19 de março de 2018.

⁴⁰⁵ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 45.

⁴⁰⁶ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

é compreendida como as ações voltadas para alcançar a eficácia das áreas finalísticas do museu, garantindo assim a consolidação do tripé conceitual que o compõe (Preservação, Pesquisa e Comunicação)”.⁴⁰⁷ No primeiro grupo, temos os Programas: Institucional, de Financiamento e Fomento, de Gestão de Pessoas, e de Segurança. No segundo grupo, temos os Programas: de Acervo, de Exposições, de Comunicação, de Pesquisa, e Educativo e Cultural. O Programa Arquitetônico e Urbanístico pode ser situado entre os dois grupos.⁴⁰⁸ É importante salientar que os Programas devem ter um caráter interdisciplinar, ou seja, devem se comunicar entre si, pois a demanda de algum Programa pode ter reflexos em outro Programa.

GRUPO 1	GRUPO 2
Aspectos administrativos e gerenciais	Aspectos técnicos
Programas: Institucional Financiamento e Fomento Gestão de Pessoas Segurança	Programas: Acervo Exposições Comunicação Pesquisa Educativo e Cultural
Arquitetônico e Urbanístico	

O Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, traz de forma detalhada o que cada Programa abrange:

- A. institucional - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes;
- B. gestão de pessoas - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;
- C. de acervos - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;
- D. de exposições - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;
- E. educativo e cultural - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;

⁴⁰⁷ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. *Op. cit.* p. 46.

⁴⁰⁸ BARJA, Wagner. Gestão museológica. *Op. cit.*

F. de pesquisa - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;

G. arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;

H. de segurança - abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;

I. de financiamento e fomento - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;

J. de comunicação - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e

K. sócio-ambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.⁴⁰⁹

4.2.3. Etapa 3: Elaboração de Projetos no Plano Museológico - Soluções viáveis para se chegar numa situação ideal

Os Projetos no Plano Museológico fazem a complementação dos Programas, quando necessário. Os Programas mostram as necessidades do museu para o futuro e os Projetos apresentam as soluções. No Plano Museológico, podemos dizer que os Projetos correspondem aos objetivos específicos do museu, com apresentação das ações, metodologia, detalhe de orçamentos e cronogramas, a fim de se alcançar os objetivos maiores: salvaguarda do patrimônio museológico e a qualidade dos serviços prestados a seus usuários, visitantes e/ou pesquisadores, em coerência com a missão do museu.⁴¹⁰

No Estatuto de Museus, em seu artigo 47, os Projetos são tratados da seguinte forma:

Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.⁴¹¹

⁴⁰⁹ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

⁴¹⁰ CÂNDIDO, M. D. Orientações para Gestão e Planejamento de Museus. *Op. cit.*

⁴¹¹ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

Embora o artigo 45, inciso VII, presente no Decreto nº 8.124/2013, de 17 de outubro de 2013, prevê penalidade para o museu que deixar de elaborar seu Plano Museológico, “o IBRAM ainda não realiza de forma sistemática uma fiscalização sobre a aplicabilidade dos Projetos”.⁴¹² Também não fica claro em nenhuma legislação do setor questões obrigatórias relacionadas à elaboração e aplicabilidade dos Projetos. Acreditamos que o detalhamento dos Projetos pode ser desenvolvido de maneira particular, dentro da realidade que envolve cada instituição museológica.

⁴¹² RODRIGUES, A. R. **O PLANO MUSEOLÓGICO COMO MARCO NA GESTÃO DE MUSEUS.** *Op. cit.* p. 82.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal a realização de uma proposta de institucionalização do Museu Regional de Entomologia, para que o mesmo possa atuar como um espaço museal no sentido mais amplo e completo, atendendo não só a comunidade universitária, mas também a comunidade do município em que está inserido – Viçosa-MG. Para isso apresentamos a proposição do Formulário de Registro desse museu junto ao IBRAM e o seu Plano Museológico, ambos necessários e obrigatórios para todos os museus brasileiros.

Apesar de o Museu Regional de Entomologia, como objeto de estudo, ser o foco principal da pesquisa, consideramos indispensável apresentar os conceitos referentes à teoria museológica e ao patrimônio, a fim de compreendermos a construção da concepção do patrimônio cultural museológico, em especial do patrimônio científico, e dos museus de ciências. Apresentamos o cenário histórico-espacial em que o Museu Regional de Entomologia teve sua origem e existe hoje – a UFV – além das instituições museológicas presentes na universidade.

O Museu Regional de Entomologia foi estruturado como uma instituição museológica no final da década de 1970, quando o então professor do Departamento de Biologia Animal Paulo Sergio Fiuza Ferreira soube da existência de espécimes de insetos espalhados pelo *campus* da UFV e tomou a iniciativa de reuni-los, dando origem à coleção entomológica. Desde sua criação, o Museu Regional de Entomologia, além de realizar a guarda de uma importante coleção científica, tem como principais funções o suporte à pesquisa e ao ensino além da realização de extensão universitária, com o oferecimento de cursos de extensão para treinamento em taxonomia.

Porém, mesmo sendo um local que se nomeia museu e um espaço de preservação e estudo de uma importante coleção científica no campo da entomologia, com prestígio internacional, o Museu Regional de Entomologia apresenta diversos problemas no que diz respeito às funções esperadas por uma instituição museológica. Seu reconhecimento é algo restrito, sendo limitado a estudiosos e cientistas da área. O Museu Regional de Entomologia não possui visitação regular e, portanto não há a necessária divulgação e popularização da cultura científica a um grande público, onde pessoas comuns têm acesso à ciência e descobrem como ela é feita. O museu não possui funcionários regulares, nem um museólogo

responsável, e a manutenção e ampliação de seu acervo sempre foi realizada por um corpo de estagiários e orientados flutuantes.

No momento, o museu está sem um gestor em razão da aposentadoria do professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira, em janeiro de 2018, que foi seu curador desde sua concepção até esse ano. Sua estrutura também está bem precária, e o Museu Regional de Entomologia também enfrenta problemas na conservação e manutenção do acervo.

A criação e gestão de um museu (ou instituição museológica) é algo de grande responsabilidade. É necessário planejamento e gestão, vitais para o desenvolvimento, organização e sustentabilidade da instituição. Mais do que ter uma coleção/acervo museológico e se nomear museu, é preciso ser uma instituição adequada ao seu conceito e propósitos, deveres e obrigações, fiscalizada e regulamentada por legislação pertinente.

Os museus trazem consigo a potencialidade de ser um elemento transformador, pois carregam uma dimensão educativa, acrescentando valores especiais ao público escolar e acadêmico. Podem oferecer diferentes tipos de aprendizagem, entretenimento e discussão, possibilitando o conhecimento de algo que fez parte do passado, faz parte do presente e pode ser levado para o futuro. Consensualmente, algumas instituições museais enfrentam o desafio de abarcarem todo o seu potencial social e educativo, promovendo a divulgação e valorização do patrimônio cultural musealizado para que os indivíduos apropriem-se e façam o melhor usufruto desses bens.

As principais funções de qualquer museu são norteadas pelos princípios do colecionismo, preservação, estudo e comunicação de seu acervo. Acontece que algumas instituições museológicas, como no caso o Museu Regional de Entomologia, acabam se norteando em parte por esses princípios.

Reunir coleções é uma função primária de qualquer museu. A guarda e preservação do seu acervo devem se configurar em uma responsabilidade pública do museu. Além disso, aqueles que trabalham com museu precisam se convencer da necessidade de partilha. O objeto musealizado só faz sentido se com ele estiver associada a acessibilidade e interpretação. Há que se ter partilha de conhecimentos, experiências, origens e habilidades. Todo esse processo fomenta a preservação de uma memória coletiva da sociedade, expressa através do patrimônio cultural e natural do planeta.

O Museu Regional de Entomologia, desde sua concepção, desempenha o papel de ser uma instituição de pesquisa e guarda de acervos, com parcial divulgação científica. Mesmo

tendo algumas funções museológicas sendo desempenhadas, as mesmas não estão sendo realizadas de forma eficiente.

Nesse sentido, buscamos nesse trabalho, com base em conceitos museológicos, a realização de um estudo dos aspectos funcionais e operacionais deste museu, apontamento seus pontos fracos e levantando seus pontos fortes de atuação, e apresentamos um plano de direção para a melhor atuação e desempenho desse espaço.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: DP&A. Lamparina Editora. 2003. 316 p.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. Edições Loyola: São Paulo, 2003.

AZEVEDO, D. S. **Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente** – o Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): Organização e Funcionamento. 2005. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, USP. 2005.

BARJA, Wagner. Gestão museológica: Questões teóricas e práticas/Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto da República – Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Eduardo/Downloads/gestao_museologica_questoes%20(1).pdf>.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. (Org.); GOMES, P. C. C. (Org.); CORREIA, R. L. (Org.). **Olhares geográficos. Modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. V. 1. 192 p.

BORGES, J. M.; SABIONI, G. S. **Legislação de Importância Histórica**: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, 1926-1948 - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, 1948-1969 - Universidade Federal de Viçosa - UFV, 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010.

BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHAES, G. F. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. Viçosa: Editora UFV, 2006, 641 p.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Zahar, 2005.

CAMARGO, A. J. A. et al. Coleções entomológicas: legislação brasileira, coleta, curadoria e taxonomias para as principais ordens. Brasília, DF: EMBRAPA. 2015. 118 p. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1013586/1/amabilio01.pdf>>.

CÂNDIDO, M. D. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis: FCC, 2014. 94 p. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_153805Coleco_Vol_III_web.pdf>.

CARVALHO, A. A. R. **Os museus e o patrimônio cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade** (vol. II). São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, L. (org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Paço Imperial, Tempo Brasileiro, 1993. p. 39-47.

CHAGAS, M. S. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. N° 13 Lisboa: ULTH, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30>>.

CHAGAS, M. S. JUNIOR, J. N. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007. 184 p. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. 3a. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006.

DA SILVA, Sandra Siqueira. Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos? **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio–PPG-PMUS Unirio**. MAST-vol, v. 5, n. 1-2012, p. 157, 2007. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/128/182>>.

DALMOLIN, C. **A revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande-RS**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 07 de abril de 2011.

DAVIES, Stuart. 2001. Plano Diretor. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fundação Vitae. (Série Museologia, 1). Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro1.pdf>.

DE CAMARGO, A. J. A. Coleções zoológicas: importância estratégica para o país e para o agronegócio em particular. Embrapa Cerrados-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E), 2009.

DELICADO, A. Para que servem os museus científicos? Funções e finalidades dos espaços de musealização da ciência. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. 2004. Anais. Disponível em: <<http://ancacid.yolasite.com/resources/02.001%20-%20IM%20-Tema%20%20-%20Delicado%2C%20Ana.%20Para%20que%20servem%20os%20Museus.pdf>>.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>.

DOS SANTOS, V. P. B. A Preservação do Patrimônio Artístico: um percurso pelos bens móveis tombados do Modernismo Brasileiro. **Revista Digital do LAV**, v. 2, n. 2, p. 079-098, 2010. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lav/noticias1_arquivos/patrimonio>.

DUARTE, P. Contra o vandalismo e o extermínio. São Paulo: Departamento de Cultura, v.19, 1938. In: CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. N° 13 Lisboa: ULTH, 1999. p. 91. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30>>.

FERREIRA, Aurélio BH. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. 1995.

FERREIRA, P. S. F. Departamento de Biologia Animal. In: BORGES, J.M., G.S. SABIONI & G.F.P. MAGALHÃES (eds.). 2000. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. Editora UFV, MG. 641 p.

FERREIRA, P.S.F.; D.S. MARTINS & N. HÜBNER. 1986. Levantamento, flutuação e análise da entomofaunística em mata remanescente da Zona da Mata, Viçosa, Minas Gerais. I. Sphingidae: Lepidoptera. **Revista Ceres** 33: 516-527.

FERREIRA, R. C. Cultura imaterial e educação patrimonial: notas sobre museus e o valor educativo do patrimônio intangível. **Museologia e Patrimônio**, v.3, n.2, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/133/136>>.

FILHO, D. L. O museu no século XXI ou o museu do Século XXI? Fórum Permanente de Museus, março de 2005. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/revista/edicao-0/textos/o-museu-no-seculo-xxi>>.

FLOWER, D. A. **Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade**. Nova Alexandria, 2010.

GASPAR, A. **Museus e Centros de Ciências - conceituação e proposta de um referencial teórico**. 1993. 118 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/brasiliiana/media/gaspartese.pdf>>.

GONÇALVES, M. L. C. M. AMORIM, A. C. Gabinetes de curiosidades: paradoxos das maravilhas. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1276-1.pdf>>.

GRANATO, L. LOURENÇO, M. C. Preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: uma parceria luso-brasileira entre o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Portugal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **Ciência da Informação**, v. 42 n. 3, p.435-453, 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/1373/1551>>.

GRANATO, M. As exposições e o uso de acervos em museus de ciência e tecnologia. In: **Museus e Comunicação – Exposições como objeto de estudo**. RJ: Museu Histórico Nacional, 2010. 237-257. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=19629>>.

GRANATO, M. Et al. Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013) GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/8/395>>.

GRANATO, M. LOURENÇO, M. C. O Patrimônio Científico do Brasil e de Portugal: uma introdução. In: GRANATO, Marcus e LOURENÇO, Marta. **Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto**. Rio de Janeiro, MAST, 2010, p.7-14.

GRANATO, M. RIBEIRO, E. S. ARAÚJO, B. M. (Org.). Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. 332p. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/index.html>.

GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007. Disponível em <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART10_Vol6_N2.pdf>.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. MUSEU IMPERIAL / DEPRM - IPHAN – MINC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>.

JANGO JUNIOR, J. E.; LEÃO, M. I.; ASSIS, A. A. F.; OBEID, J. A. **80 anos de História do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: UFV: DZO. 2007.

ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31. Disponível em: <https://identidadememoria.files.wordpress.com/2012/06/cadernodiretrizes_primeiraparte.pdf>

KURY, A. B. et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006. v. 1. 324 p. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/referata/arq/12_candinha/11194.pdf>.

LITTRÉ, M. P. E. Dictionnaire de la langue française. 1875. Paris: Hachette. Apud CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. 3a. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006.

LOUREIRO, J. M. M. (2003). Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, 32.1: 88-95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15976.pdf>>.

MARANDINO, M. Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio**. MAST. MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO - v.2 n.2 - jul/dez de 2009. Disponível em: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/10/museologia_marandino2009.pdf>.

MARINONI, L.; M. S. COURI; L. M. ALMEIDA; J. GRAZIA; G. A. R. MELO. Coleções entomológicas brasileiras: estado da arte e perspectivas para dez anos. Documento de trabalho. Projeto Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas

Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de Informações sobre Biodiversidade. 2005. Disponível em <<http://www.cria.org.br/cgee/documentos/ColecoesEntomologicas.doc>>.

PANIAGO, M. C. T. **Viçosa - mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências.** Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UFV, 1990 (300p).

PAPAVERO, N. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1994. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/34414472/papavero-n-1994-fundamentos-praticos-de-taxonomia-biologica>>.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009, 136 p.

PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil. **Revista da SBEnBio**, n.9, p. 4437-4448, 2016. Disponível em: <<http://www.sbenbio.org.br/wordpress/wp-content/uploads/renbio-9/pdfs/2216.pdf>>.

PINHEIRO, M. L. B. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Risco: **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274>>.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org.) **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna.** p.151-162. Belo Horizonte; Brasília: Argumentum CNPq, 2005.

RANGEL, M. F. Uma breve história dos museus no Brasil. Trabalho apresentado no II Colóquio Internacional de Museus de México y Del Mundo. Colômbia, 2008, p. 3. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi63JbQ6r0ahUKEwi63JbQ6rbWAhVo94MKHaF1C78QFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F15735749%2F1310375463%2Fname%2FMarcio_historiadosmuseusbrasil.pdf&usg=AFQjCNE2FGdTDWkwIGkJKXq7ApcShMXPuQ>.

RIBEIRO, M.; DAS GRAÇAS, M. Caubóis e Caipiras. Os *land grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação**, v. 10, n. 19, 2006.

RIBEIRO, M.; DAS GRAÇAS, Maria. Educação superior e cooperação internacional: o caso da UREMG (1948-1969). InterMeio: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 13, n. 25, p. 52-65, 2013.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, A. R. **O PLANO MUSEOLÓGICO COMO MARCO NA GESTÃO DE MUSEUS:** estudo de caso sobre o Museu das Missões/RS (2007-2015). 2015. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134676/000987195.pdf?sequence=1>>.

SABIONI, G. S. Revista Ceres - 70 anos. **Revista Ceres [en linea]** 2009, 56 (Julho-Agosto): [Fecha de consulta: 15 de agosto de 2017] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305226808001>> ISSN 0034-737X>.

SALA, D. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 31, p. 19-26, 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/7004>>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. *Apud* FIGUEIREDO, Betania; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. 2 Ed. Belo Horizonte, MG. Ed. Fino Traço, 2013.

SILVA, F. V.; BORGES, V. A. A Origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado De Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e os Pilares do Saber Esaviano (1920-1929). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.29, p.169-197, mar.2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art12_29.pdf>.

SOUZA, D. M. V. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 155-168, 2009.

SOUZA, M. A.; BORGES, L. B.; SARMENTO, T. N.; FREITAS, M. G.; ROSA, L. J. B. Educação Patrimonial: um diálogo sobre a preservação de patrimônios históricos e culturais. 11º. FEPEG. Fórum Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão. Universidade, Sociedade e Políticas Públicas. UNIMONTES. 2017. Disponível em: <<https://www.fepeg.unimontes.br/anais/download/707>>.

SUANO, M. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAMANINI, E. Descobrir, Coletar, Preservar – Aspectos da História dos Museus. In: **Cadernos do CEOM – Ano 14. N° 12**. Santa Catarina/Chapecó: junho/2000. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2131/1220>>.

TINER, John Hudson. **100 cientistas que mudaram a história do mundo**. Singular Digital, 2004.

VALENTE, M. E. A.; HANDFAS, E. R. O patrimônio cultural científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. **Revista Ciências Estratégicas**, Medellín, v. 20, n. 28, jul–dez 2012, p. 271-284. Disponível em: <<https://revistas.upb.edu.co/index.php/cienciasestrategicas/article/view/1750/1689>>.

FONTES

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Legislação Mineira. Lei Delegada 170, DE 25/01/2007. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=170&ano=2007&tipo=LD>>.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Legislação. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=761&comp=&ano=1920&aba=js_textoOriginal#texto>.

BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>.

BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 de janeiro de 2009, Pag. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>.

BRASIL. LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm>.

BRASIL. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>.

BRASIL. LEI Nº. 378, DE 13 DE JANEIRO DE 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. DECRETO Nº 64.825, DE 15 DE JULHO DE 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64825-15-julho-1969-406149-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

DOU. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=33&data=15/12/2016>>.

FERREIRA, P. S. F. Carta encaminhada aos orientadores do Programa de Pós-graduação em Entomologia com solicitação de novas gavetas entomológicas para o Museu Regional De Entomologia. Viçosa, novembro de 2016.

FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. Viçosa, dezembro de 2017.

FERREIRA, P. S. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. O Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal. 1984. 13 p.

Jornal **Cidade de Viçosa**. Viçosa, 8 de maio de 1927. Fonte: acervo do Professor Denílson Santos de Azevedo, docente do Departamento de Educação da UFV.

Jornal da UFV. Nº 1.267, de 15 de outubro de 1993. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Jornal Estado de São Paulo. Campanha realizada pelo Jornal Estado de São Paulo em prol da preservação do patrimônio histórico brasileiro. Disponível em: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20370627_Contraovandalismoextern%C3%ADnio.htm>.

NUÑEZ, E. E. D. Entrevista concedida à autora. Viçosa, dezembro de 2017.

SITES

BISHOPMUSEUM. Disponível em: <<http://hbs.bishopmuseum.org/codens/>>.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Histórico. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>. Brasil. Cartas de Leis, Alvarás, Decretos e Cartas Régias de 1818. Imprensa Nacional. 1889. Texto com adaptação ortográfica. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0ahUKEwiinsWHOq_WAhVLFZAKHYgbAOsQFghKMAU&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F18332%2Fcollecao_leis_1818_parte1.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AFQjCNE3eQ6vHHjXmoBsp7GGjO9vHG-rKA>.

BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Plataforma *Lattes*. Paulo Sergio Fiuza Ferreira. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781187Z5>>.

BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Apresentação. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional/>.

BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Centro de Memória. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/realiz82.html>>.

BRASIL. COFEM. Conselho Federal de Museologia. Disponível em: <<http://cofem.org.br/>>.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=719&Itemid=192>.

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>.

BRASIL. Museu Nacional. UFRJ. O Maior e Mais Antigo Museu do Brasil. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/princ1.htm>>.

CAPES. História e missão. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>.

CAPES. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>>.

Fundação Oswaldo Cruz. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Histórico. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/musnac.htm>>.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Reserva Técnica: um espaço de Preservação de acervos. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/reserva-tecnica-um-espaco-de-preservacao-de-acervos/>>.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Plano Museológico. 2015. Disponível em: <http://www.mcn.fzb.rs.gov.br/upload/20150903162436plano_museologico.pdf>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317130&search=||info%EF5es-completas>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Guia dos Museus Brasileiros. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 592 p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sudeste.pdf>.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Instituto Brasileiro de Museus. Memória: Política Nacional de Museus completa dez anos de lançamento. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/demu/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Instituto Brasileiro de Museus. Museus do Brasil. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cultura. Resolução Normativa Nº 1, de 14 de dezembro de 2016. Estabelece os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27245204_RESOLUCAO_NORMATIVA_N_1_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2016.aspx>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. MUSEUSBR. Rede Nacional de Identificação de Museus. Disponível em: <<http://renim.museus.gov.br/museus-brasileiros-japodem-solicitar-seu-registro-junto-ao-ibram/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Museus em Números. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/museus-em-numeros/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Rede Nacional de Identificação de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/museus-em-numeros/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Criado há 8 anos, Ibram investe no mapeamento e requalificação de museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/registro-de-museus/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Fomento e Financiamento. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Livro gratuito do IBRAM orienta elaboração de planos museológicos. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/livro-gratuito-do-ibram-orienta-elaboracao-de-planos-museologicos/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Apresentação. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Sistema Brasileiro de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/sistema-brasileiro-de-museus/>>.

ICOM. A Organização. Disponível em: <<http://icom.museum/the-organisation/>>.

ICOM. Comitês Internacionais. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=6>.

ICOM. MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. 1972. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/texto_de_apoio_01_declaracoes.pdf>.

ICOM. Missões ICOM. Disponível em <<http://icom.museum/the-organisation/icom-missions/>>.

ICOM. Museum Definition. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>>.

ICOM. UMAC. Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=188>.

IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. O IEPHA. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha>>.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Legislação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao?categoria=11&busca=&de_data=01%2F01%2F2006&ate_data=31%2F12%2F2006>.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Histórico de Ouro Preto (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>>.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inspetoria de Monumentos Nacionais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>>.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN – Minas Gerais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg>>.

IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação Patrimonial. Histórico, Conceitos e Processos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro. História. Disponível em: <<http://jbrj.gov.br/jardim/historia>>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/OA==>>.

ONUBR. UNESCO. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>.

PORTUGAL. ICOM PORTUGAL. ICOM INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://icom-portugal.org/pagina,123,152.aspx>>.

Toda Biologia. Disponível em: <<https://www.todabiologia.com/taxonomia.htm>>.

UFV. A Ufv. *Campi*. Disponível em: <<https://www.ufv.br/a-ufv/campi/>>.

UFV. Administração. Administração Superior. Disponível em: <<https://www.ufv.br/administracao/administracao-administracao-superior/>>.

UFV. Administração. Departamentos. Disponível em: <<https://www.ufv.br/administracao/orgaos/>>.

UFV. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Biologia Vegetal. Unidade de Pesquisa e Conservação de Bromeliaceae. Sobre a UPCB. Disponível em: <<http://www.upcb.ufv.br/sobre.htm>>.

UFV. Departamento de Engenharia Florestal. Laboratório de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.lcn.ufv.br/?page_id=52>.

UFV. Departamento de Engenharia Florestal. Mata do Paraíso. Disponível em: <http://www.def.ufv.br/?page_id=589>.

UFV. Espaço Ciência em Ação. Exposição Interativa Sobre a Tabela Periódica Dos Elementos. Disponível em: <<http://www.cienciaemacao.ufv.br/sala.php>>.

UFV. História. Disponível em: <<https://www.ufv.br/a-ufv/a-ufv-historia/>>.

UFV. INCT Herbário Virtual da Flora e dos Fungos. Disponível em: <<http://inct.florabrasil.net/participantes/herbarios-curadores/vic-herbario-da-universidade-federal-de-vicosas/>>.

UFV. Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef. Departamento de Solos. UFV. Disponível em: <<http://www.mctad.ufv.br/>>.

UFV. Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef. Departamento de Solos. UFV. Histórico. Disponível em: <<http://www.mctad.ufv.br/area/historico>>.

UFV. Museu de Zoologia João Moojen. Histórico. Disponível em: <<http://www.museudezoologia.ufv.br/historico.htm>>.

UFV. Museu Histórico. Missão. Disponível em: <http://www.museuhistorico.ufv.br/?page_id=58>.

UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Cronologia. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=cronologia>>.

UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Diogo Alves De Mello. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=diogo>>.

UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Edson Jorge Hambleton. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=edsonJorge>>.

UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. João Moogen de Oliveira. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=joaoMoojen>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

UFV. Personagens e Pioneiros da UFV. Peter Henry Rolfs. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=peterHenry>>.

UFV. Personagens e Pioneiros. Carlos Socias Schlottfeldt. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=carlosSocias>>.

UFV. Personagens e Pioneiros. Octavio de Almeida Drumond. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=octavioAlmeida>>.

UFV. Personagens e Pioneiros. Aléxis Dorofeef. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=alexis>>.

UFV. Personagens e Pioneiros. Flávio Augusto D'Araujo Couto. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=flavioAugusto>>.

UFV. Personagens e Pioneiros. José Cândido de Mello Carvalho. Disponível em: <<http://www.personagens.ufv.br/?area=joseCandido>>.

UFV. Pós-Graduação Stricto Sensu em Botânica. Disponível em: <http://www.posbotanica.ufv.br/?page_id=482>.

UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Crianças se encantam com o mundo dos insetos durante visita ao Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <<http://www.pos.entomologia.ufv.br/criancas-se-encantam-com-o-mundo-dos-insetos-durante-visita-ao-museu-regional-de-entomologia/>>.

UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <<http://www.pos.entomologia.ufv.br/um-tour-pela-historia-do-museu-regional-de-entomologia/>>.

UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. 88ª Semana do Fazendeiro. A Semana do Fazendeiro. Disponível em: <<http://www.semanadofazendeiro.ufv.br/>>.

UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Divisão de Assuntos Culturais. Casa Arthur Bernardes. Disponível em: <<https://www.dti.ufv.br/dac/casa.asp>>.

UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Divisão de Assuntos Culturais. Museu Histórico da UFV. Disponível em: <<https://www.dti.ufv.br/dac/museu.asp>>.

UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. A SEMEC. Disponível em <http://www.semec.ufv.br/?page_id=9>.

UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. Museus e Espaços de Ciência. Disponível em: <http://www.semec.ufv.br/?page_id=15>.

UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. Estatuto da UFV. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/?page_id=151>.

UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. Regimento Geral da UFV. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/?page_id=153>.

UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. Resoluções CONSU. RESOLUÇÃO Nº 7/201. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/11_071.pdf>.

UFV. Website do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=8329>.

UNESCO. Brasília Office. Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais: Paris, 12-14 de novembro de 1970. Brasília: Senado Federal, 1972. BR/1972/ PI/H/1. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001606/160638por.pdf>>.

UNESCO. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. Paris. 2015. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>>.

ANEXOS

ANEXO 1
MEMORIAL DO MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA

Memorial do Museu Regional de Entomologia

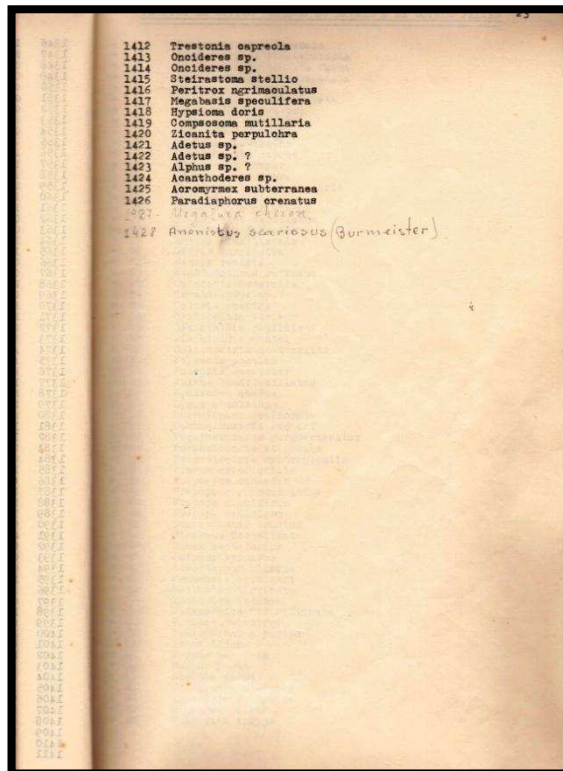
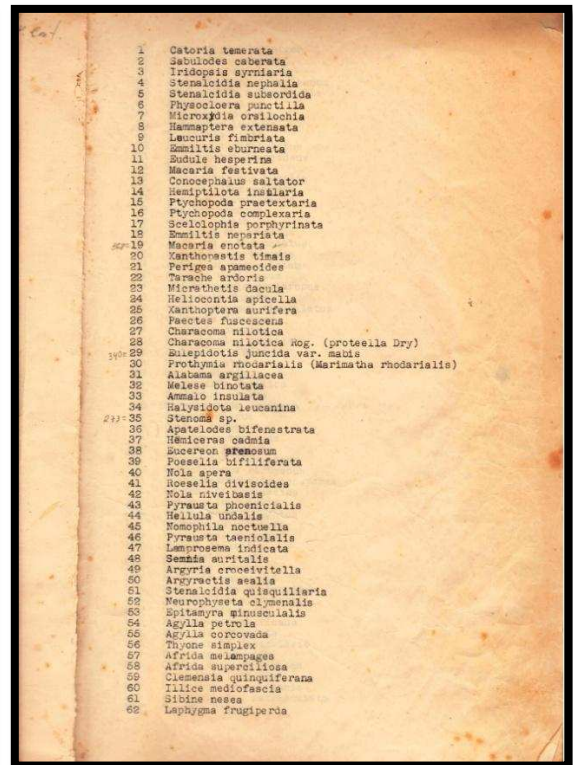
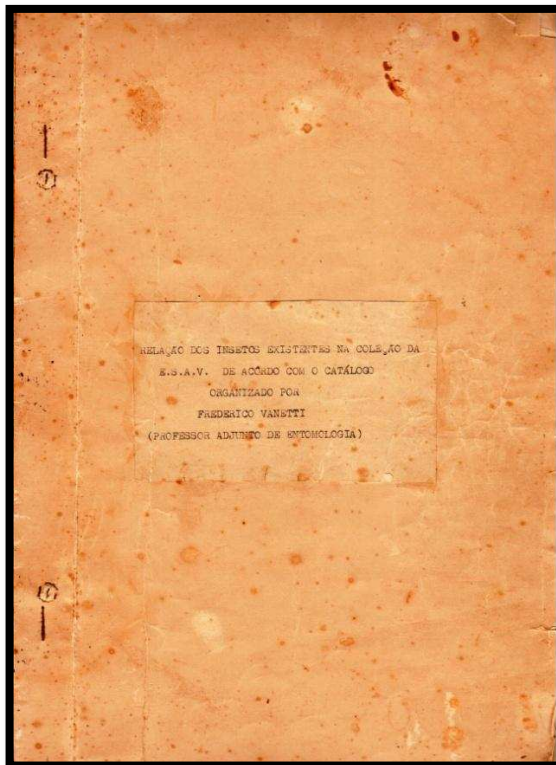
Nesse anexo apresentamos as imagens de algumas fontes encontradas no acervo do Museu e em outros locais, que ajudaram a contar um pouco de sua história.



Figura 63. **Jornal Cidade de Viçosa**. 8 de maio de 1927. A matéria em seu canto direito, intitulada “Escola Superior de Agricultura e Veterinária - Um gesto feliz do seu director”, demonstrava o interesse do Dr. P. H. Rolfs em utilizar a coleção de insetos para levar conhecimento técnico a estudantes de estabelecimentos de ensino da época. Fonte: acervo do Professor Denilson Santos de Azevedo, docente do Departamento de Educação da UFV.



Figura 64. Exposição de insetos no Salão Nobre do Prédio Principal da UFV. Fonte: UFV. LOCUS UFV. Memória Institucional. Acervo Fotográfico do Arquivo Central e Histórico da UFV. Fotos da ESAV. Série Eventos, Eventos Culturais e Projetos. 1932. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8156?show=full>>. Acesso em 06 de agosto de 2017.



Figuras 65, 66, 67. Referem-se à capa, primeira página e última página de um registro que traz a relação dos insetos existentes na coleção entomológica da ESAV de acordo com catálogo organizado pelo Professor Frederico Vanetti. O documento possui 27 páginas em que são listados mais de 1.500 espécimes de insetos. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Recursos Materiais do Museu de Entomologia - DBA

Arctidae	25
<u>Material permanente</u>	50
Lybeziidae	25
1 - Uma sala de aproximadamente 60 m ² , situada no prédio do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, sala nº 211 A.	
Elphidae	30
2 - Condicionador de ar COLDEX modelo 3T VIPDA nº 21454, capacidade nominal 3TR. Patrimônio nº 16434.	
Empyridae	100
3 - Nove armários entomológicos com 46 gavetas cada, com tampa de vidro.	15
Meloidae	15
4 - Um armário laminário com capacidade para 81 gavetas porta-lâminas. Patrimônio nº 16431.	10
Blattellidae	15
5 - Um arquivo FIEL. Patrimônio 08643.	
Beetroyidae	45
6 - Uma estante com 6 prateleiras, fôrmica, para coleção de formas imaturas. Patrimônio nº 08000.	
Stenobothridae	50
7 - Cento e noventa e quatro caixas de madeira para suporte de frascos de vidro para coleção de formas imaturas. <i>segundo modelo da coleção entomológica do Instituto Oswaldo Cruz, R5.</i>	
8 - Um secador de insetos improvisado, tipo estufa .70cmx 70cm x 70cm.	
Alleculidae	60
9 - Um estereoscópio binocular com uma ocular 20x, acompanhado de câmara clara. Patrimônio nº 16440.	
10 - <i>Fichas para o arquivamento de insetos do Museu de Entomologia (anexo)</i>	
11 - COLEÇÃO ENTOMOLÓGICA	20
<u>Abrangência da coleção</u>	<u>Número de exemplares aproximado</u>
Ordem Coleoptera	1000
Famílias:	200
Anthribidae	13
Elateridae	200
Cerambycidae	1169
Lucanidae	17
Passalidae	157
Scarabaeidae	1007

Figura 68. Apresenta a estrutura física e recursos materiais do Museu Regional de Entomologia quando vinculado ao Departamento de Biologia Animal. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Vigosa, 10 de Junho de 1981

Dr. Paulo Sérgio Fiúza Ferreira
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 Edifício Maré
 Rua 3 Norte, 8.507/3
 70.740 - Brasília, DF

Prezado Senhor,

Quero inicialmente agradecer a V.S.^a o interesse em nos participar a criação do Plano Nacional de Zootecnia, cujos objetivos vem de encontro as nossas aspirações, no sentido de aprimorarmos nossas coleções científicas.

Entre as nossas preocupações no que concerne a melhoria, ampliação e dinamização de nossas coleções científicas, estão o Museu de Entomologia e o Museu de Zoologia do Departamento de Biologia Animal.

Historicamente, o Museu de Entomologia do DBA, teve seu início na década de 40 com o arquivamento de informações e coleções de insetos sob os méritos do Prof. Frederico Veneti que nos delegou a responsabilidade de dar continuidade e enriquecer o seu acervo entomológico. Infelizmente o Prof. Veneti veio a falecer em 1969 em plena atividade. Durante o espaço entre seu falecimento até 1979, o Museu sofreu uma apreciável queda em suas atividades, face a uma série de contratempos e dificuldades.

Atualmente, os entomólogos do DBA, cientes da urgente necessidade de um acervo de informações entomológicas, para melhor desenvolverem suas pesquisas básicas e aplicadas, se reuniram e criaram oficialmente o Museu de Entomologia. Foi organizado um regimento (anexo) e realizada uma eleição para a escolha de um Curador e um Secretário.

Inicialmente nos dedicamos a exaustiva tarefa de recuperar e organizar o fichário do arquivo entomológico e os espécimes depositados procurando, dentro do possível, segundo nossos recursos, seguir os moldes dos grandes museus nacionais. Para tanto, a UFV, concedeu ao Curador e ao Secretário, condições para retomar viagens e fim de entrar em contato com entomólogos do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Os pesquisadores consultados foram:

Museu Nacional do Rio de Janeiro
 Dr. José Cândido de Melo Carvalho, Dr.^{as} Iolanda Rocha e Silva,
 Dr. Ademar F. Coimbra Filho, Prof. Argentino Viçegas Fontes,
 Dr. Roger Pierre R. Arié, Dr. Luiz Otero, Prof. Milton Angerini
 e Prof.^a Rita Tibani.

Paraná, Curitiba, Paraná, Museu de Ciências, com o Dr. José Jurberg
 Escola de Engenharia, Rua 47, 81
 Dr. Cícero Augusto de Moraes Percebi
 Museu de Zoologia da UFPA
 Dr. Wilfrado Martins, Dr. Cláudio Costa, Dr. José Henrique Guimarães,
 Dr. Nelson Passos e Dr. Prof. Luiz Roberto Fontes.
 Departamento de Zoologia da UFPA
 Dr. Paulo Jesus Santos Moura, Dr. Alípio Norisana Galvão, Prof.
 Bruce Lewis de Viveiros, Prof. Benedito Batista dos Santos, Dr. Maria
 Veste Etacconi, Professor M. A. Neto, Dr. Vinício Graf e Dr. Cláudio
 J. Bacci.

O incentivo as sugestões e orientações que recebemos dos cientistas foi algo de estimulante e animador, acrescido da disposição dos mesmos em nos prestar ajuda no que for necessário ao bom andamento do Museu.

Foi unânime a opinião de que deveríamos convergir os nossos esforços para a organização de um Museu de Entomologia de âmbito regional, ou seja, abrangendo pela Zona da Mata com condições para abarcar todo o Estado de Minas Gerais.

Desde a oficialização do Museu, temos mantido intercâmbio com especialistas de diversas instituições enviando e recebendo material entomológico para identificação, empréstimos para trabalhos científicos, entre outros.

O Museu de Entomologia, como V.S.^a pode observar através do relatório, em anexo, é ainda bem modesto. Contudo, tendo em vista os objetivos que se propõe, teve um crescimento nos aspectos que se esgotou a maioria dos seus recursos materiais. Neste ritmo crescente, nós nos vimos frente a uma série de dificuldades e por mais esforços que tenhamos demonstrado, nos sentimos tolidos por uma série de obstáculos de ordem financeira.

Ciente da importância do Museu de Entomologia regional como fonte de informações e de trabalhos de pesquisas básicas e aplicadas, sinto-me no papel de curador, na obrigação de manifestar preocupação com o futuro do nosso Museu que começa de forma gratificante. A preocupação se fundamenta nas necessidades premente que ameaça o bom andamento das suas atividades e que consequentemente impedem que os objetivos propostos sejam atingidos.

Uma vez identificado por V.S.^a dos planos do CNPq, ficamos muito agradecidos se pudéssemos contar com a criação de V.S.^a para o Museu, que na situação atual se encontram em ritmo lento. Desta feita, o curador e o secretário se colocam a disposição de V.S.^a quer o encontros para uma audiência em Brasília quer possamos ter a honra de receber a visita de V.S.^a em nossa Universidade.

Existe também, no DBA, um Museu de Zoologia, onde se encontram depositados exemplares de grupos de invertebrados, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, na sua maioria representantes da região de Minas Gerais. O seu curador, Prof. Samuel Lopes Lima, que vem desenvolvendo um trabalho dinâmico para a recuperação do seu antigo acervo, organização e ampliação, se ausentou para cursar o seu doutoramento. O seu substituto, Prof.^a Eliane Menin, recentemente integrada na curadoria do Museu, está ainda por terminar o levantamento do acervo zoológico, seus recursos e necessidades de acordo com os formulários enviados por V.S.^a. Logo que o relatório estiver concluído, enviarei.

Espero que, através das informações solicitadas pelo CNPq/PNE, tenhamos de alguma forma contribuído para o conhecimento de nossas atividades e nossos recursos que objetivam contribuir para as Ciências Zoológicas no Brasil.

Aguardando o pronunciamento de V.S.^a, aproveito a ocasião para expressar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Paulo Sérgio Fiúza Ferreira
 Professor Assistente
 Curador do Museu de Entomologia
 DBA - UFV

Figuras 69, 70, 71. Correspondência do Professor Paulo Sérgio Fiúza Ferreira encaminhada ao CNPq em 10 de junho de 1981. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

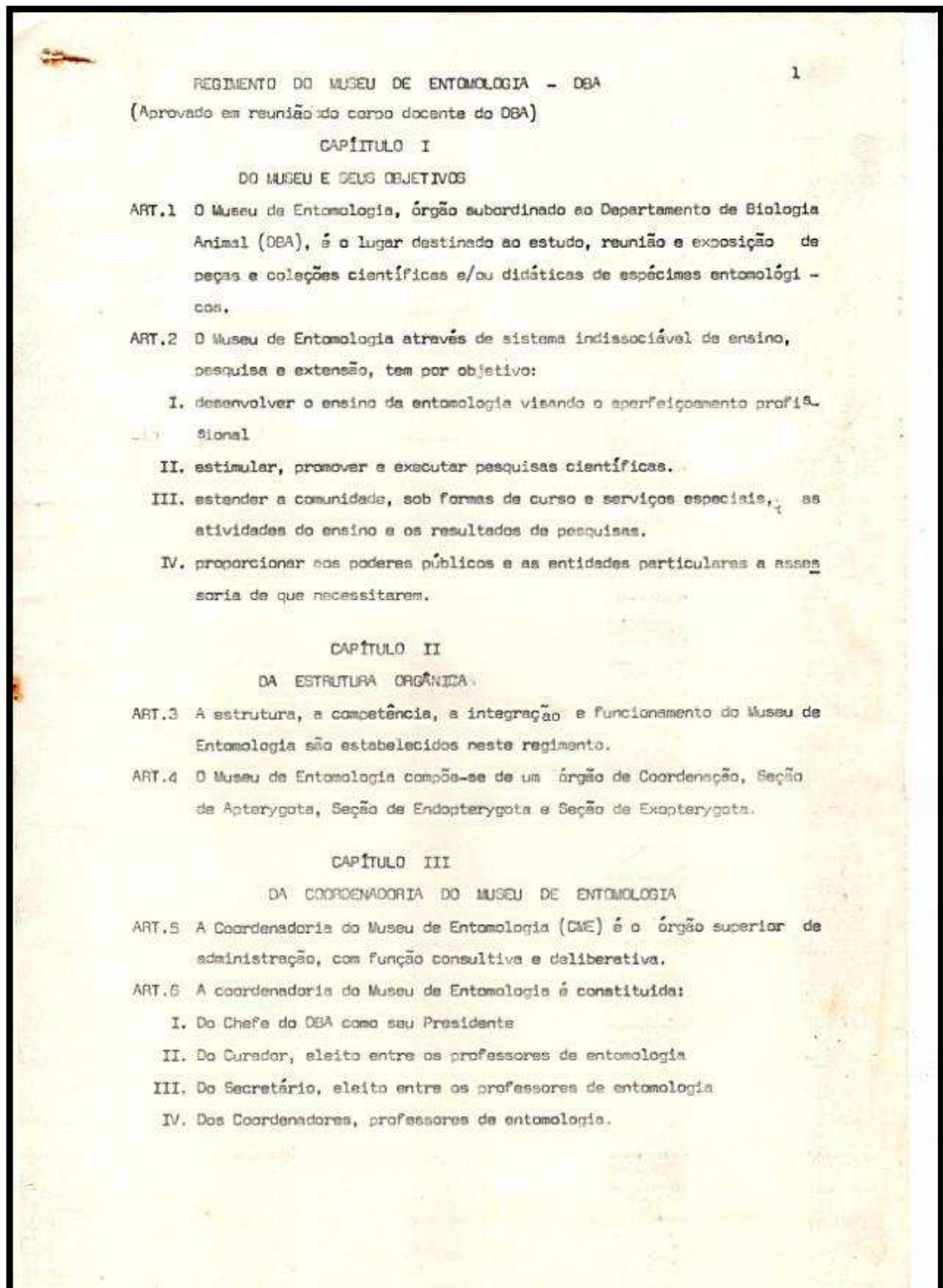


Figura 72. Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal. p. 1. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

- ART.7 O Curador e o Secretário serão eleitos entre os seus pares, com mandato de 2 anos, não podendo ser reeleitos, salvo decisões estabelecidas em reuniões pelos membros que compõem o corpo de docentes da entomologia.
- ART.8 A Coordenadoria do Museu de Entomologia somente funcionará com a presença da maioria (51%) dos seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria dos votos dos presentes.
- ART.9 A Coordenadoria do Museu de Entomologia reunir-se-á mensalmente, exceto em janeiro, fevereiro, julho e dezembro, mediante convocação do Presidente e extraordinariamente, quando convocada pela mesma autoridade ou pelo mínimo de 2/3 dos coordenadores.
- ART.10 Compete a Coordenadoria do Museu de Entomologia:
1. elaborar, aprovar e modificar este regimento, por decisão de pelo menos 2/3 da totalidade de seus membros.
 2. propor a criação de fundos especiais para o Museu de Entomologia.
 3. apreciar e propor a celebração de acordos e convênios de interesse do Museu de Entomologia.
 4. apreciar a aceitação de subvenções, legados e doativos.
 5. opinar sobre o plano de expansão do Museu de Entomologia.
 6. propor ao Chefe do DBA a criação, desmembramento, incorporação ou fusão de seções.
 7. propor a criação de funções, de acordo com as necessidades de serviço.
 8. deliberar sobre questões omissas neste regimento.
- ART.11 Ao Presidente da Coordenadoria do Museu de Entomologia compete:
1. convocar e presidir as reuniões da CME
 2. assinar a correspondência do Museu de Entomologia.
 3. manter preenchidos os cargos do Museu de Entomologia.
- ART.12 Ao Curador do Museu de Entomologia compete:
1. manter contato e desenvolver atividades junto a entidades públicas ou particulares, para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios que beneficiem o Museu de Entomologia.
 2. Coordenador, fiscalizador e superintender as atividades do Museu de Entomologia.

Figura 73. Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal. p. 2. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

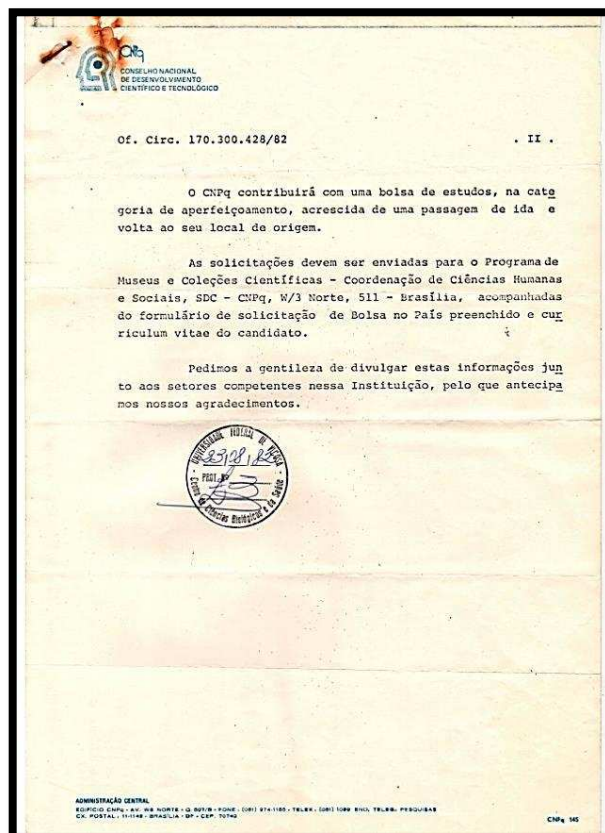
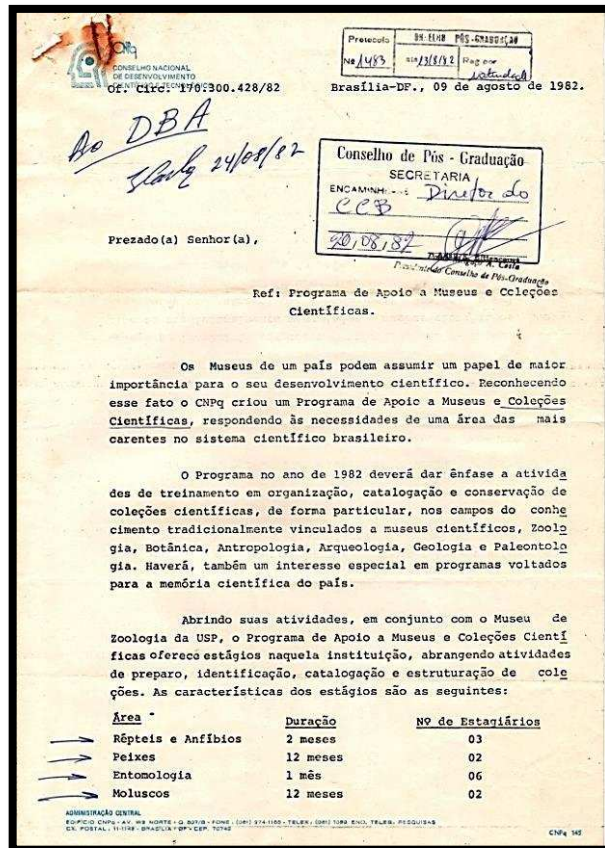
3. promover a organização do plano geral de trabalho e a elaboração orçamentária anual do Museu de Entomologia.
 4. Submeter, anualmente, à apreciação da Coordenadoria do Museu de Entomologia, a prestação de contas e o relatório correspondente ao exercício anterior.
- ART.13 Ao Secretário do Museu de Entomologia compete:
1. colaborar com o Presidente e o Curador na direção das atividades do Museu de Entomologia.
 2. reunir e manter atualizadas as informações sobre o desenvolvimento dos programas do Museu de Entomologia.
 3. secretariar as reuniões mensais da CME.
- ART.14 Aos Coordenadores do Museu de Entomologia compete:
1. desempenhar suas funções de coletar, selecionar, identificar e organizar o seu respectivo taxon.
 2. estudar a abundância, distribuição e dispersão de seu respectivo taxon.
 3. colaborar no levantamento faunístico dos municípios mineiros.
 4. atender as reuniões mensais da CME
 5. trabalhar duas (2) horas semanais, no mínimo, no Museu de Entomologia.
 6. executar, com as devidas adequações, as orientações emanadas da CME.
 7. organizar as coleções, se possível, em "série".
- ART.15 A Seção de Apterygota é constituída pelos Coordenadores das ordens:
1. Collembola
 2. Protura
 3. Thysanura
- ART.16 A Seção de Exopterygota é constituída pelos coordenadores das ordens:
- | | |
|------------------|------------------|
| 1. Ephemeroptera | 9. Dermaptera |
| 2. Plecoptera | 10. Embioptera |
| 3. Ddonata | 11. Corrodentia |
| 4. Orthoptera | 12. Zoroptera |
| 5. Blattaria | 13. Mallophaga |
| 6. Phasmida | 14. Anoplura |
| 7. Homoptera | 15. Thysanoptera |
| 8. Isoptera | 16. Hemiptera |

Figura 74. Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal. p. 3. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

ART.17 A Seção de Endopterygota é constituída pelos coordenadores das ordens:

- | | |
|----------------|------------------|
| 1. Neuroptera | 6. Lepidoptera |
| 2. Megaloptera | 7. Mecoptera |
| 3. Coleoptera | 8. Trichoptera |
| 4. Diptera | 9. Siphonoptera |
| 5. Hymenoptera | 10. Strepsiptera |

Figura 75. Regimento do Museu Regional de Entomologia enquanto vinculado ao Departamento de Biologia Animal. p. 4. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figuras 76 e 77. Ofício 170.300.481/82/CNPq com comunicado às universidades brasileiras sobre o oferecimento de bolsas para treinamento em atividades voltadas a coleções científicas, a fim de promover a organização, catalogação e preservação dessas coleções. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
36570 - VIÇOSA - MG - BRASIL

Viçosa, 25 de outubro de 1982

Ilmo. Sr.
Coordenador do Programa de Apoio
a Museus e Coleções Científicas
SDC - CNPq
BRASÍLIA, DF

Senhor Coordenador,

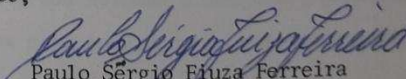
Ciente da Circular 170.300.428/82 enviada por V.S.^a as Instituições Brasileiras, salientando o papel relevante das coleções científicas, a urgente necessidade do seu desenvolvimento e o Programa de Apoio aos Museus e Coleções Científicas através do CNPq, venho encaminhar a V.S.^a solicitação de bolsas a nível de Iniciação Científica para estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa, MG, que estagiam no Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal da referida Instituição.

Os seguintes candidatos a citada bolsa, são:

Marcelo de Araujo Leal Ferreira
Mauro Heji Omori
Og Francisco Fonseca de Souza
Saulo Cunha Gomes

Aproveito a oportunidade para expressar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Paulo Sérgio Fiuza Ferreira

Professor Assistente - UFV
Curador do Museu de Entomologia
DBA/UFV

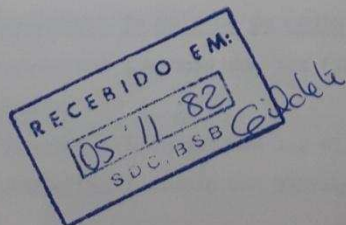


Figura 78. Correspondência do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhada ao CNPq em 25 de outubro de 1982 em resposta ao Ofício 170.300.481/82/CNPq, solicitando bolsas de estágios para o museu. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

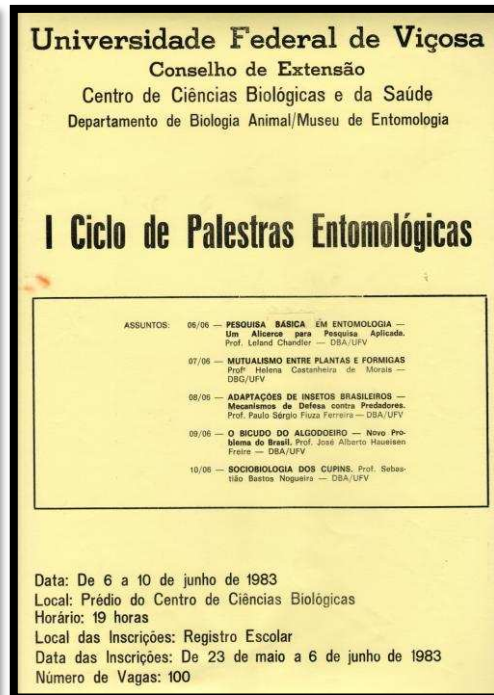
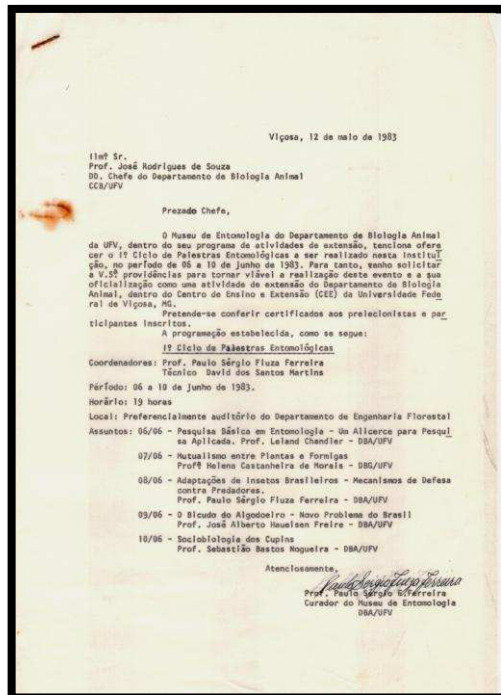


Figura 79. Ofício do Prof. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhado ao Prof. José Rodrigues de Souza, Chefe do Departamento de Biologia Animal, solicitando providências para a viabilização do I Ciclo de palestras entomológicas. Figura 80. Folder de divulgação do “I Ciclo de Palestras Entomológicas”. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figura 81. Jornal UFV Informa, nº 796, de 23 de junho de 1983, trazendo reportagem sobre “I Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

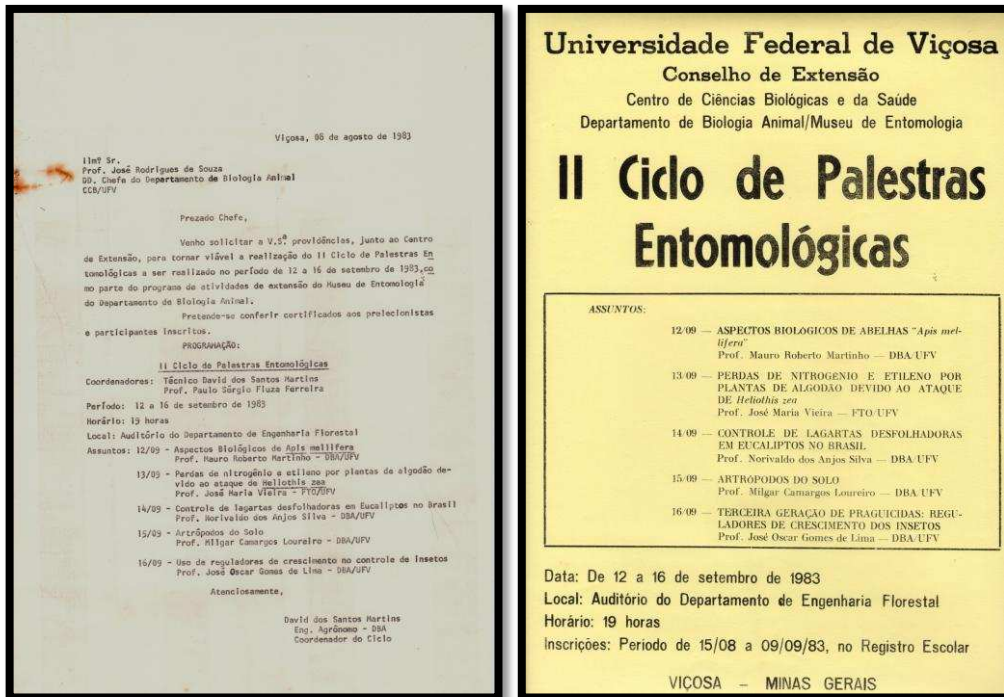


Figura 82. Ofício do Prof. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhado ao Prof. José Rodrigues de Souza, Chefe do Departamento de Biologia Animal, solicitando providências para a viabilização do II Ciclo de palestras entomológicas. Figura 83. Folder de divulgação do "II Ciclo de Palestras Entomológicas". Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figura 84. Jornal UFV Informa, nº 808, de 15 de setembro de 1983, trazendo reportagem sobre "II Ciclo de Palestras Entomológicas" na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Curso sobre Taxonomia Numérica

Os Departamentos de Biologia Vegetal e Biologia Animal (Museu de Entomologia) da Universidade Federal de Viçosa e a Sociedade Botânica do Brasil, Regional de MG, BA e ES, promovem, de 21 a 25 do corrente, o Curso sobre Taxonomia Numérica.

As aulas serão ministradas por Rubens Alves da Cunha, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp (Rio Claro-SP), em 40 horas/aula, abrangendo o seguinte programa: Introdução — histórico e principais linhas de trabalho; e Aspectos Fenéticos — dados experimentais e seu escalona-

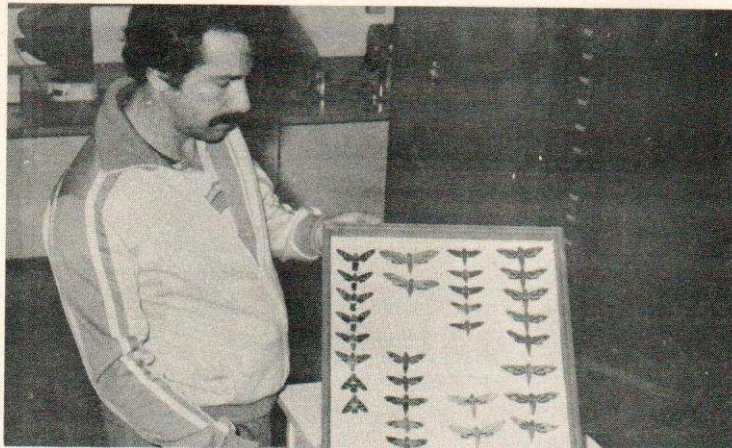
mento, estimativas de semelhança, métodos de agrupamento e ordenação e interpretação de uma análise fenética.

O curso constará de discussões sobre metodologia pela manhã, e utilização de dados, à tarde. Para melhor aproveitamento os participantes devem trazer um conjunto de dados próprios com cerca de 15 unidades taxonômicas, descritas por 30 caracteres, aproximadamente.

As inscrições encontram-se abertas no Departamento de Biologia Vegetal até o próximo dia 11.

Figura 85. Jornal UFV Informa, nº 816, de 10 de novembro de 1983, trazendo reportagem sobre oferecimento de curso sobre taxonomia, promovido pelo Museu de Entomologia em parceria com outros órgãos. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Conheça o Museu de Entomologia da UFV



Possuindo a melhor coleção de insetos do Estado, o Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa vem desenvolvendo várias atividades de apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, além de manter intercâmbio com instituições congêneres no País e no exterior, ao lado do trabalho de manutenção de seu acervo e preparo de novas peças para a coleção. Na foto, o professor Paulo Sérgio Fiúza Ferreira, curador do Museu, exhibe uma coleção de lepidópteros esfingídeos. (Matéria na página 2.)

Figura 86. Jornal UFV Informa, nº 827, de 26 de janeiro de 1984, trazendo reportagem sobre o Museu de Entomologia da UFV, com destaque para as atividades desenvolvidas e importância de seu acervo. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal

Em funcionamento desde 1929, o Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal da Universidade Federal de Viçosa (UFV) vem dando continuidade cada vez mais crescente a suas atividades, ampliando seu acervo, oferecendo subsídios para pesquisas, publicando trabalhos científicos e proporcionando estágios a estudantes da UFV e a profissionais e universitários de outras instituições.

Segundo informações do professor Leland Chandler, em 1929, a convite de Peter H. Rolfs, o entomologista E. J. Hambleton iniciou a montagem do Museu, providenciando os armários da coleção, o apiário e as disciplinas, dando significativa contribuição para o setor. Daí até fins da década de 50, observou-se intensa participação dos pesquisadores B. Thomas Snipes, E. J. Hambleton e Frederico Vanetti, que se preocuparam com a organização, preservação, identificação, arquivamento de dados e informações sobre insetos de Minas Gerais, montando uma coleção principalmente de pragas de plantas cultivadas. Uma lista grande de pessoas constitui o rol dos que, de uma forma ou de outra, prestaram sua contribuição ao crescimento das coleções entomológicas da instituição, com coletas, informações de campo e identificações.

Museu regional

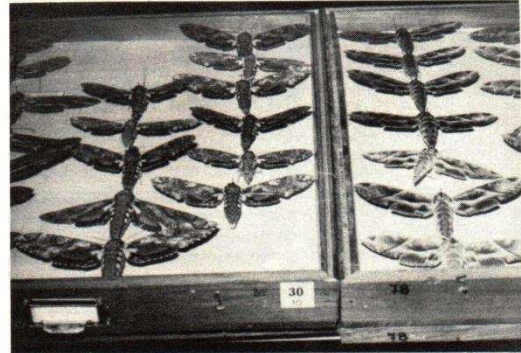
Após contatos com especialistas do setor e intercâmbio com instituições congêneres no País, os responsáveis pelo órgão optaram por direcioná-lo como um Museu Regional de Entomologia, com o objetivo de proporcionar informa-

ções sobre o assunto a toda a comunidade do Estado de Minas Gerais, organizando as coleções dentro dos moldes modernos, estabelecidos pelos museus nacionais e mesmo do exterior. Hoje, a coleção da UFV é considerada a melhor do Estado.

Para a coleta de dados e captura de espécimes são empreendidas excursões periódicas das quais participam professores, técnicos e estagiários.

Empregam-se vários tipos de armadilha, de acordo com os habitats dos insetos e as condições do meio. A equipe do Museu é pioneira na captura de insetos em perfeito estado, utilizando equipamentos desenvolvidos na UFV, de operação simples e eficiente, acrescentando-se o fato de serem construídos com material de baixo custo. As excursões são feitas principalmente na região, buscando a especialização do Museu em um ecossistema definido, com a finalidade de contribuir de maneira mais eficiente em apoio às atividades de Ensino, de Pesquisa e Extensão, desenvolvidas pela UFV.

Após a coleta, o material é triado e passa por diversas operações, o que deixa os insetos prontos para serem estudados. A quase totalidade é conservada a seco, acondicionados em módulos que facilitam sua manipulação; enquanto outros, em razão das necessidades do pesquisador e das características que apresentam, são conservados em meio líquido. Existem três tipos de registro da coleção: um protocolo com indicações gerais, uma ficha com informações completas sobre o inseto e outra a partir de plantas hospedeiras.



Lepidópteros esfingídeos.

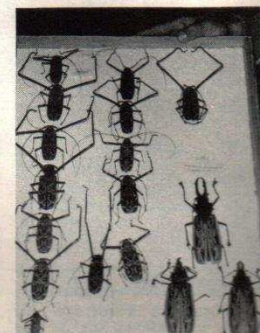
Atividades

As atividades atualmente desenvolvidas pelo Museu de Entomologia são as seguintes: Organização e ampliação do acervo das coleções entomológicas; desenvolvimento de métodos e técnicas para coleta, triagem, montagem e rotulagem; protocolo e arquivamento em fichas de informações de campo; identificação de insetos por meio de chaves sistemáticas, comparação com espécimes depositados na coleção e em museus de outras instituições, além de remessa de exemplares para especialistas de instituições nacionais e estrangeiras; preservação das coleções entomológicas; desenvolvimento de projetos de pesquisas em entomologia básica; treinamento de estagiários em pesquisas de campo e laboratório, bem como participação de projetos de pesquisas, além de reuniões semanais para debates sobre assuntos referentes à sistemática, morfologia e ecologia dos insetos. Fazem parte também de suas promoções a realização de dois ciclos anuais de palestras sobre o assunto, com a participação de especialistas convidados.

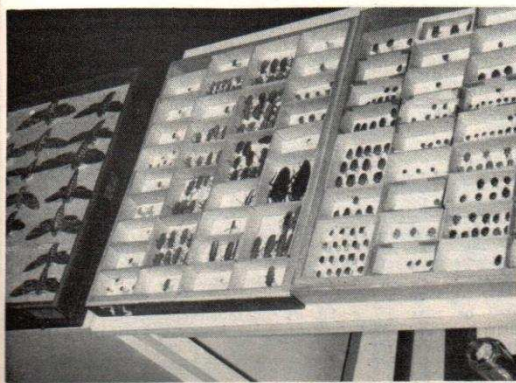
Decorrentes de atividades desenvolvidas junto ao Museu, foram publicados os seguintes trabalhos: "Catálogo das espécies de *Miridae* (Hemiptera) de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil", de Paulo S. F. Ferreira e D. Rossi; "Duas novas espécies do gênero *Polymerus* Hahn, 1831, no Brasil (Hemiptera, *Miridae*, *Mirini*)", de Paulo S. F. Ferreira; "Taxonomia das espécies do gênero *Polymerus* Hahn, 1831 (Hemiptera, *Miridae*), da região cisanatina, América do Sul", de Paulo S. F. Ferreira; "Mirídeos Neotropicais, CCXXIII: descri-

ção de uma espécie nova do gênero *Zelotocoris* Poppius (Hemiptera)", de J. C. M. Carvalho e Paulo S. F. Ferreira; "Contribuição ao método de captura de insetos por meio de armadilha luminosa, para obtenção de exemplares sem danos morfológicos", de Paulo S. F. Ferreira e David S. Martins; "Análise da dipterofauna da Zona da Mata no município de Viçosa, Minas Gerais, Brasil", de Paulo S. F. Ferreira, Cláudio J. B. de Almeida e Og F. F. de Souza; e "Levantamento da entomofauna de mata remanescente da Zona da Mata no município de Viçosa, Minas Gerais", de Paulo S. F. Ferreira e David S. Martins.

A equipe do Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal da UFV é composta pelos professores Paulo Sérgio Fiuza Ferreira (curador), Sebastião Bastos Nogueira (secretário), engenheiro-agrônomo David dos Santos Martins e pelo técnico Jésus Rocha de Oliveira, juntamente com um grupo de estagiários.



Besouros cerambídeos.



Exemplares de percevejos (Hemiptera), besouros (Coleoptera) e mariposas (Lepidoptera).

Figura 87. Jornal UFV Informa, nº 827, de 26 de janeiro de 1984, trazendo reportagem sobre o Museu de Entomologia da UFV, com destaque para as atividades desenvolvidas e importância de seu acervo. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

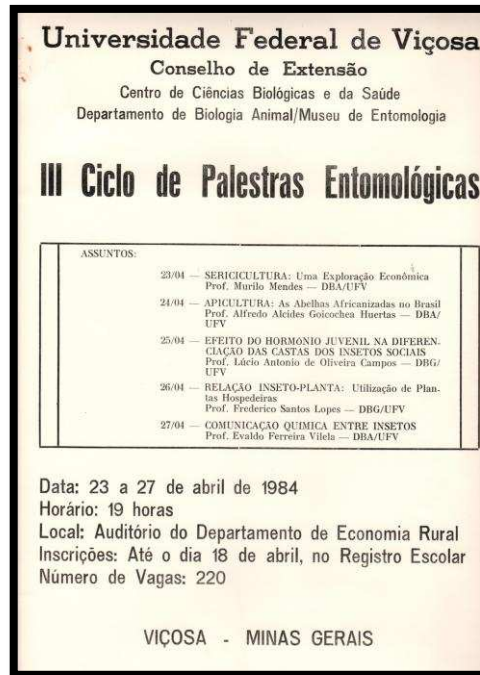


Figura 88. Folder de divulgação do “III Ciclo de Palestras Entomológicas”. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figura 89. Jornal UFV Informa, nº 838, de 12 de abril de 1984, trazendo reportagem sobre “III Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

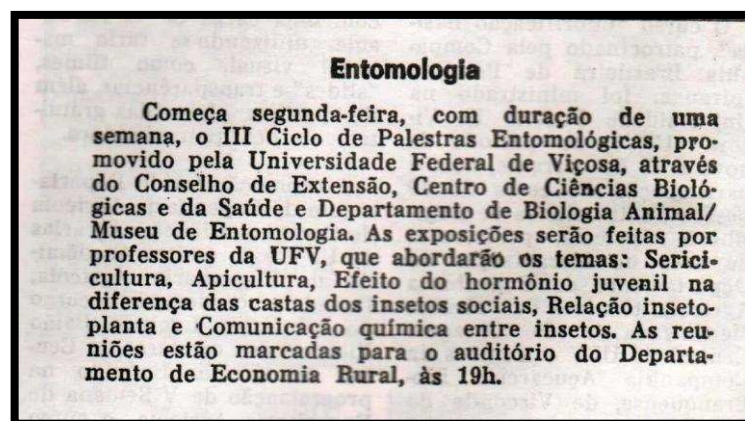
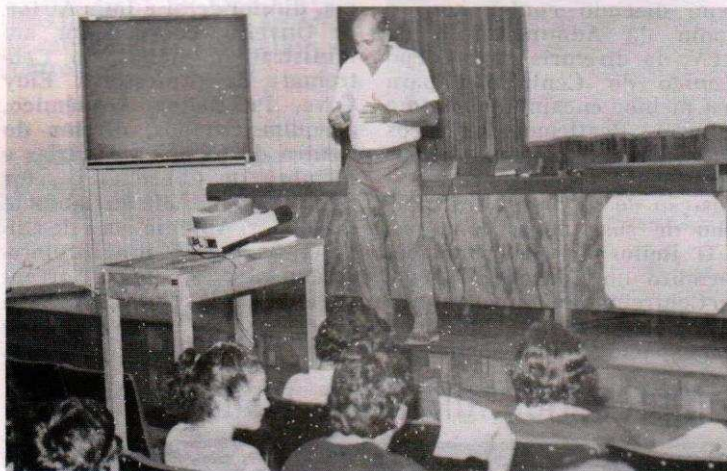


Figura 90. Jornal UFV Informa, nº 839, de 18 de abril de 1984, trazendo reportagem sobre “III Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

III Ciclo de Palestras Entomológicas



Teve início, segunda-feira, no auditório do Departamento de Economia Rural, o III Ciclo de Palestras Entomológicas, promovido pela Universidade Federal de Viçosa, por intermédio do Conselho de Extensão, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e Departamento de Biologia Animal/Museu de Entomologia, para estudantes, técnicos e professores, com palestras diárias, às 19h. A promoção termina amanhã. A primeira conferência ficou a cargo do engenheiro-agrônomo Murilo Mendes (foto), do Departamento de Biologia Animal, que abordou o tema "Sericultura: uma exploração econômica". Seguiram-se as palestras do engenheiro-agrônomo Alfredo Alcides Goicochea Huertas, do Departamento de Biologia Animal, que falou sobre "Apicultura: as abelhas africanizadas no Brasil"; do professor Lúcio Antônio de Oliveira Campos, chefe do Departamento de Biologia Geral, com o tema "Efeito do hormônio juvenil na diferenciação das castas dos insetos sociais"; do professor Frederico Santos Lopes, do Departamento de Biologia Geral, discorrendo sobre "Relação inseto-planta: utilização de plantas hospedeiras". O encerramento do ciclo dar-se-á com a palestra do professor Evaldo Ferreira Vilela, do Departamento de Biologia Animal, que falará sobre "Comunicação química entre insetos".

Figura 91. Jornal UFV Informa, nº 840, de 26 de abril de 1984, trazendo reportagem sobre "III Ciclo de Palestras Entomológicas" na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

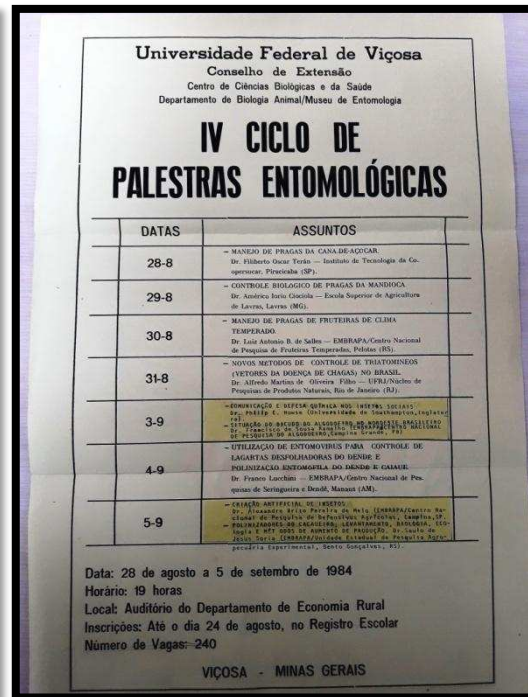
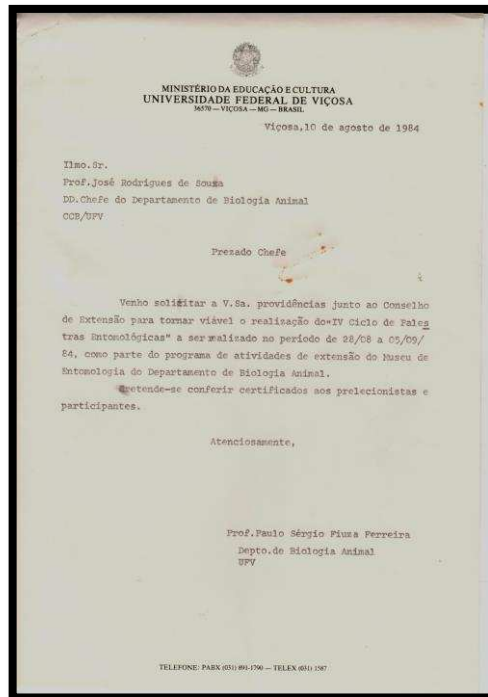


Figura 92. Ofício do Prof. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira encaminhado ao Prof. José Rodrigues de Souza, Chefe do Departamento de Biologia Animal, solicitando providências para a viabilização do IV Ciclo de Palestras Entomológicas. Figura 93. Folder de divulgação do “IV Ciclo de Palestras Entomológicas”. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

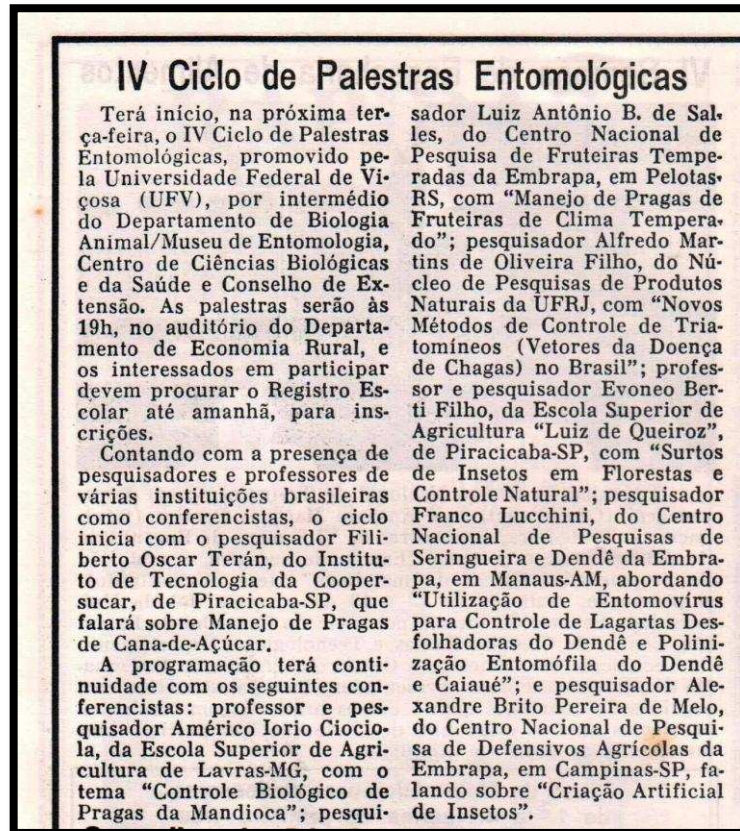


Figura 94. Jornal UFV Informa, nº 857, de 23 de agosto de 1984, trazendo reportagem sobre “IV Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figura 95. Jornal UFV Informa, nº 858, de 30 de agosto de 1984, trazendo reportagem sobre “IV Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figura 96. Jornal UFV Informa, nº 860, de 13 de setembro de 1984, trazendo reportagem sobre “IV Ciclo de Palestras Entomológicas” na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Curso Prático Intensivo de Taxonomia de Insetos Adultos começa segunda-feira

Começa segunda-feira, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), o III Curso Prático Intensivo de Taxonomia de Insetos Adultos, promovido pelo Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal (DBA), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e Centro de Ensino de Extensão. As aulas irão até dia 14 de dezembro, ministradas pelos coordenadores do curso, professor Paulo Sérgio Fiúza Ferreira e engenheiro-agrônomo David dos Santos Martins, ambos do DBA.

Com mais de 100 pedidos de inscrição, provenientes de todo o País, foram preenchidas as 20 vagas por professores, estudantes, técnicos e pesquisadores das Universidades Federais da Bahia, do Rio de Janeiro, de Juiz de Fora, do Maranhão e de Viçosa; da USP/Ribeirão Preto, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (de Piracicaba), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, da Fundação Instituto Osvaldo Cruz, do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura na Bahia, da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), das empresas Mannesmann, Cia. Agro-Florestal Santa Bárbara e Reflorestadora Plantar.

As aulas serão ministradas em forma de preleção e prática, em laboratório e campo, com auxílio de recursos audiovisuais, material óptico, utensílios de laboratório e campo e bibliografia especializada. Serão abordados dois tópicos: As Coleções Entomológicas e Taxonomia de Famílias de Insetos Adultos, com histórico, objetivos, fontes de material entomológico, métodos e técnicas de coleta de insetos etc., abrangendo as ordens dos lepidópteros, homópteros, hemipteros, ortópteros, himenópteros, coleópteros, dípteros, isópteros, odonatos e neurópteros.

Figura 97. Jornal UFV Informa, nº 871, de 29 de novembro de 1984, trazendo reportagem sobre curso prático sobre taxonomia oferecido pelo Museu de Entomologia. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Museu de Entomologia promove Curso Prático sobre Taxonomia de Insetos



O III Curso Prático Intensivo de Taxonomia de Insetos Adultos (foto) teve início dia três, no Departamento de Biologia Animal (DBA) da Universidade Federal de Viçosa, com a participação de 20 alunos, entre professores, pesquisadores, técnicos e estudantes, provenientes de vários Estados brasileiros. As aulas, práticas e teóricas, em laboratório e campo, prosseguem até amanhã. O curso tem a promoção do Museu de Entomologia do DBA, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e Centro de Ensino de Extensão, tendo como coordenadores os professores Paulo Sérgio Fiúza Ferreira e o engenheiro-agrônomo David dos Santos Martins, do DBA. Eminentemente prático, o curso aborda as coleções entomológicas e a taxonomia de famílias de insetos adultos.

Novo Ciclo de Palestras Entomológicas será realizado de 27 a 31 do corrente

No período de 27 a 31 do corrente, será realizado o V Ciclo de Palestras Entomológicas, promovido pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), através do Conselho de Extensão, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e Departamento de Biologia Animal/Museu de Entomologia.

As inscrições estão abertas até amanhã, no Registro Escolar. As palestras serão apresentadas no auditório do Edifício Reinaldo de Jesus Araújo (Departamento de Engenharia Florestal), às 19h.

O programa do V Ciclo de Palestras Entomológicas é o seguinte: dia 27 — "Feromônios: histórico e perspectivas de aplicação no controle de pragas", pela Dra. Terezinha Maria Castro Della Lucia; dia 28 — "O problema dos egrotóxicos no Brasil", pelo engenheiro-agrônomo Salazar Ferreira de Araújo; dia 29 — "Comportamento de moscas-das-frutas", por Suzete Bressan Nascimento, MS; dia 30 — "Situação atual do controle de pragas do alodociro no Norte de Minas Gerais", pelo engenheiro-agrônomo Nívio Pombel Gonçalves; e dia 31 — "Aspectos filossociológicos da cultura do dendê no Território Federal do Amapá", pelo engenheiro florestal José Inácio Lacerda de Moura.

Figura 98. Jornal UFV Informa, nº 873, de 13 de dezembro de 1984, trazendo reportagem sobre curso prático sobre taxonomia oferecido pelo Museu de Entomologia. Figura 99. Jornal UFV Informa, nº 896, de 23 de maio de 1985, trazendo reportagem sobre "V Ciclo de Palestras Entomológicas" na UFV. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

Museu de Entomologia:

Um acervo de 400 mil insetos e muitos problemas



Belíssimas coleções de insetos do Museu servem de referencial para cientistas do mundo inteiro.

O Departamento de Biologia Animal (DBA) da UFV abriga o melhor e mais organizado Museu de Entomologia de cunho regional das universidades brasileiras, com aproximadamente 200 mil exemplares na coleção e outros 200 mil estocados, aguardando condições para integrar o acervo das coleções do museu e identificação. A afirmação é do professor Paulo Sérgio Fiúza Ferreira, da área de Biosistemática da Insetos do DBA, com especialidade em *Hemiptera* (percevejos), e também curador do Museu de Entomologia. Ele revelou que, a despeito de o museu estar registrado juntamente

Estudos

Os estudos têm por base o desenvolvimento de projetos, a maioria deles relacionada com teses de mestrado. Por exemplo, no projeto sobre biodiversidade, a coleta de insetos é feita, atualmente, na Mata da Paraíba, na Mata da Biologia e em outros locais onde ocorre mata natural remanescente e também em agroecossistema florestal no território nacional. O grande volume de informações obtidas a partir desses estudos permite aprofundar ainda mais os levantamentos sobre biodiversidade e sobre impacto ambiental. "Muito ain-

da, no estudo dos insetos no ambiente natural para conhecer as espécies benéficas para futuros trabalhos na área de controle biológico, aspecto sobre o qual pouco se conhece, embora existam milhares de espécies potencialmente aptas para isso, em condições naturais. O Museu, aberto exclusivamente para a pesquisa, tem experimentado um aumento na demanda, tanto local quanto nacional e internacionalmente. O número de teses, por exemplo, vem aumentando, e cada vez mais o Museu é procurado. Cerca de uma centena de trabalhos já foi publicada no Brasil e no exterior, sempre referenciados no Museu de Entomologia do DBA, o que mostra sua importância no contexto científico.

Problemas

Entretanto, nem só de intercâmbio científico vive o Museu. De problemas também. E muitos. Com a demanda cada vez mais crescente de pesquisas e teses, criam-se necessidades, como a informatização do setor. Atualmente, todo o trabalho de classificação é feito em fichas, o que, além de causar demora, exige espaço físico cada vez maior. Com mais de 200 mil exemplares a serem catalogados, faltam armários e alfinetes entomológicos, além de lupas. "O ideal seria termos ao menos um micro para atender às nossas necessidades na informatização de dados. Espero que possamos reverter este quadro em breve", concluiu o professor Fiúza, que conta com o trabalho do engenheiro-agrônomo José Tarcísio Bar-

I Encontro Regional Sudeste de Ciência e Tecnologia de Alimentos

O Programa Nacional de Combate à Fome e à Miséria e a Municipalização da Merenda Escolar são os temas escolhidos para o debate durante o I Encontro Regional Sudeste de Ciência e Tecnologia de Alimentos, a ser realizado de 15 a 19 de novembro na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Juiz de Fora (FFB/UFJF). Paralelamente, será montada a I Expoal - exposição de produtos, equipamentos, livros e serviços.

O evento terá caráter nacional e será uma promoção da FFB/UFJF, da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos, da Prefeitura de Juiz de Fora e da Sociedade de Farmácia e Bioquímica de Juiz de Fora.

O objetivo é promover o intercâmbio, a reciclagem e a busca de alternativas e soluções para os problemas rela-

cionados com a temática do encontro, por intermédio de conferências, palestras, cursos, mesas-redondas, oficinas, grupos de trabalho e sessões de pôsteres.

O encontro é aberto a professores, pesquisadores, empresários, técnicos, estudantes, representantes de organizações não-governamentais, executivos de empresas públicas e particulares, diretores de marketing e produção, dirigentes de pesquisas e desenvolvimento, representantes de agências governamentais, profissionais que atuam na área e demais interessados no setor de alimentos.

Para informações mais complexas sobre o encontro, os interessados devem dirigir-se à Secretaria Executiva - Campus Universitário - Bairro Martelos - 36036-330 Juiz de Fora, MG. Telefax (032)229-3807.

Funcionários da BBT recebem treinamento sobre software

Dando continuidade aos serviços de informatização da Biblioteca Central (BBT) da Universidade Federal de Viçosa, foi realizado, no período de 21 a 24 de setembro, nas dependências da BBT, treinamento sobre Software MICRO/ISIS para os bibliotecários e funcionários daquela unidade e para uma analista de sistema da Central de Processamento de dados (CPD) da UFV.

com o apoio da COOPASUL, que também utilizará o MICRO/ISIS em suas atividades.

Além dos serviços internos da BBT, que deverão ser agilizados com o emprego deste Software, serão colocadas em prática algumas decisões retiradas do "V Encontro de Dirigentes da Área de Ciências Humanas, Letras e Artes das IFES de Minas Gerais", realizado em Uberlândia (MG), nos

com outros museus internacionais e de servir como referencial para material de pesquisa, como teses, as dificuldades não são poucas.

Tendo como principal função a identificação de insetos e a promoção do intercâmbio de material entomológico e informações científicas entre museus e instituições nacionais e estrangeiras, o Museu de Entomologia do DBA contribui, significativamente, para o conhecimento das riquezas naturais, bem como oferece subsídios para diversas áreas do empreendimento humano, como agricultura, saúde, poluição, conservação ambiental etc. Paulo Sérgio Fiúza explica que "o estudo dos insetos é importante para a avaliação dos recursos naturais, e Viçosa tem contribuído - por meio do Museu - para a identificação de novos gêneros e novas espécies. Quando não conseguimos identificar o inseto coletado, trocamos informações com instituições brasileiras. Se mesmo assim persistir o problema, o intercâmbio é feito com museus internacionais. O inverso também acontece com frequência".

da se precisa conhecer sobre o controle biológico de insetos", salientou Paulo Fiúza. Ele também informou que a importância do Museu reside,

em auxiliar Marco Antônio de Castro na organização do Museu e, atualmente, orienta três estagiários de graduação em Agronomia e Biologia.



O professor Fiúza examina uma coleção, devidamente catalogada e classificada.

AVISO

A Universidade Federal de Viçosa não se responsabiliza por quaisquer danos ao patrimônio de particulares dentro do campus, senão quando estiver sob sua guarda específica.

O treinamento foi ministrado pelo funcionário Paulo César dos Santos, da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), o qual está ensinando este mesmo curso em outras IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). O curso contou ainda

com o apoio da COOPASUL, que também utilizará o MICRO/ISIS em suas atividades. Além dos serviços internos da BBT, que deverão ser agilizados com o emprego deste Software, serão colocadas em prática algumas decisões retiradas do "V Encontro de Dirigentes da Área de Ciências Humanas, Letras e Artes das IFES de Minas Gerais", realizado em Uberlândia (MG), nos dias 25 e 26 de março deste ano, para ampliar o intercâmbio de informações entre as bibliotecas envolvidas, o que aumentará o universo de conhecimento e as fontes de consulta da BBT, dando maior apoio às pesquisas realizadas na UFV.

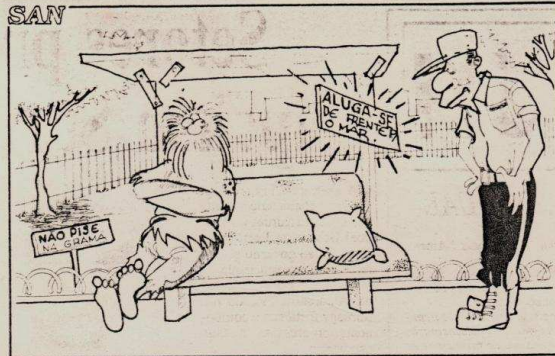
UFV participa do IV Congresso Mineiro de Recursos Humanos

"Qualidade - a essência está no ser humano" foi o tema do IV Congresso Mineiro de Recursos Humanos, realizado de 22 a 24 de setembro, em Belo Horizonte. O evento foi promovido pela Associação Mineira de Recursos Humanos (seccional da ABRH/Nacional), sendo os subtemas abordados por profissionais de destaque do cenário nacional.

micos Rodrigo Gava e Rogério Rezende de Castro, do Curso de Administração. Segundo eles, a temática do Congresso abordou a relevância do ser humano no contexto das organizações e sua contribuição efetiva no processo da Qualidade Total. Foi destacada, com muita ênfase, a necessidade de se criarem condições para a superação do indivíduo no seu processo de desenvolvimento, condição essencial para uma melhor qualidade de vida no trabalho e, conseqüentemente, maior êxito nos resultados organizacionais.

A Universidade Federal de Viçosa esteve representada pelo professor Luciano Zille Pereira, do Departamento de Administração, e pelos acadê-

Figura 100. Jornal da UFV, nº 1.267, de 15 de outubro de 1993, com matéria sobre o Museu de Entomologia. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Museu de Entomologia

Quando se pensa ou se fala em Museu, se tem logo aquela ideia de um local soturno, onde se guardam e se armazenam documentos e objetos antigos, os quais ajudam os estudiosos de história, antropologia, arqueologia e paleontologia principalmente, a decifrar os signos e significados neles contidos, bem como, servem também como mapas, quando se procura a rota dos caminhos percorridos pelo Homem em sua evolução através dos séculos.

Contudo, hoje, o conceito moderno de Museu é outro, e eles não guardam tão somente objetos e documentos, convencionais, pois já há, inclusive, outros tipos de Museu, com características bem peculiar ao material que o forma como o objeto de estudo. Por exemplo, Museus Naturais, Minerais, ou os que são depositário de coleções de

insetos, como o que existe na Universidade Federal de Viçosa-UFV, o Museu de Entomologia.

A identificação de insetos e a promoção de intercâmbio e informações científicas entre instituições nacionais e internacionais é a principal função do Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal daquela universidade, o qual tem a mais completa coleção do Brasil, e é considerado o melhor e mais organizado dos museus brasileiros de cunho regional, sediado numa Universidade.

São 200 mil exemplares de insetos na coleção e outros tantos, aguardando sua vez, para ser incluídos no acervo, após serem identificados. Todo acervo organizado contribui significativamente para o conhecimento das riquezas naturais, bem como oferece subsídios pa-

ra diversas áreas do conhecimento humano, tais como: agricultura, população, saúde e conservação, pois o estudo dos insetos é importante para avaliação dos recursos naturais. As pesquisas no Museu tem como objetivo o desenvolvimento de projetos, sendo a maioria delas relacionadas com teses de mestrado, as quais, o número nesse setor tem aumentado, bem como, o volume de trabalhos científicos publicados no Brasil e no exterior. Interessados em obter informações ou consultar o Museu de Entomologia da UFV, o endereço é: Departamento de Biologia Animal, Campus Universitário 36.570-000, Viçosa, MG, Fone(031) 899-2242, falar com o professor Paulo Sérgio Fiúza Ferreira.

José Lopes Filho
Prof. de Comunicação
na Ufal.

Figura 101. "Jornal de Hoje", nº 89, de Maceió, de 28 de abril de 1994, com matéria sobre o Museu de Entomologia. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figuras 102, 103, 104. Fotos da década de 1980. Estagiários realizando coletas de insetos para o Museu. Em detalhe, alguns tipos de armadilhas para capturar insetos. Na imagem 102, o primeiro à direita é o Prof. Fiuza. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figuras 105, 106, 107, 108, 109, 110. Fotos da década de 1980. Estagiários realizando coletas de insetos para o Museu. Em detalhe, alguns tipos de armadilhas para capturar insetos. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

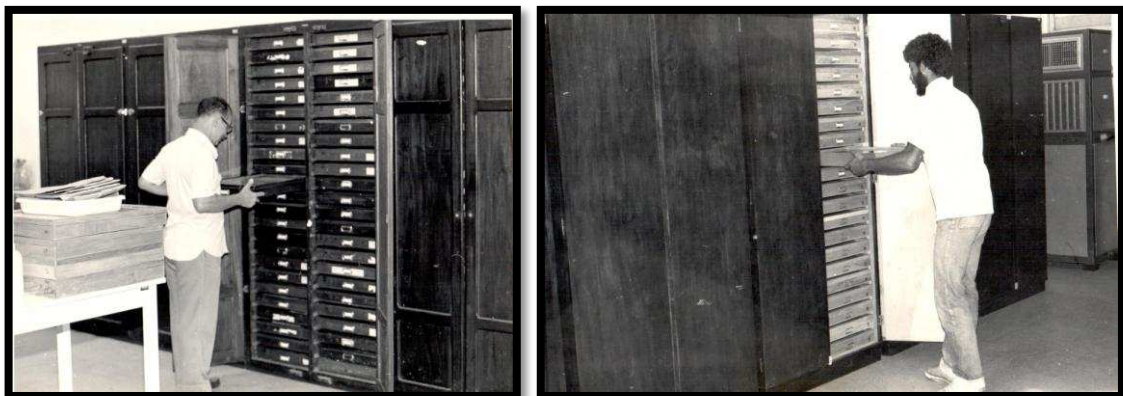
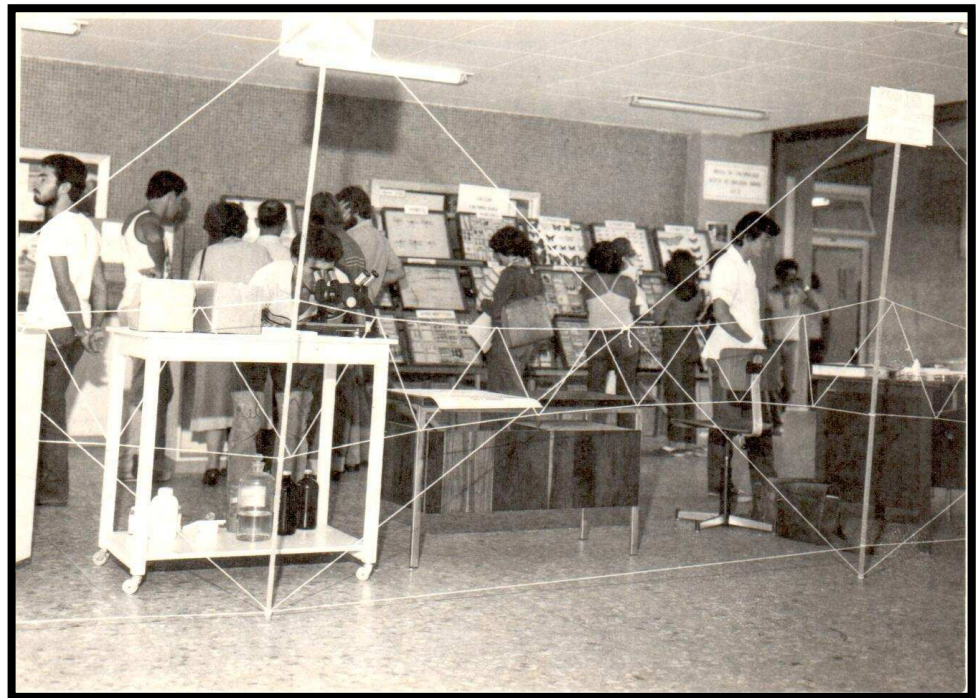


Figura 111. O técnico de laboratório, Sr. Jesus Rocha de Oliveira (1924-2001). Trabalhou na UFV no período de 1981 a 1993, estando vinculado ao DBA. Possuía larga experiência com insetos. Trabalhou com o Prof. Frederico Vaneti na manutenção e ampliação das coleções. Figura 112. Ex-estagiário do Museu. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.



Figuras 113 e 114. Exposição de Insetos do acervo do Museu no *hall* do Prédio da Biologia – Edifício Chotaro Shimoya. 19 de outubro de 1982. Fonte: acervo do Museu Regional de Entomologia.

ANEXO 2
ENTREVISTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização”.

O presente trabalho tem o propósito de realizar uma pesquisa com a finalidade de se discutir os caminhos para a institucionalização de um patrimônio e realizar a proposta dessa ação. O objeto de estudo e de ação/motivação dessa pesquisa será o Museu Regional de Entomologia, vinculado ao Departamento de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa. Apesar de possuir essa denominação/nomenclatura, esse museu não é formalmente uma instituição museal.

O Museu é depositário/guardião de um valioso acervo científico, no campo da entomologia, sendo um instrumento para a preservação, estudo e divulgação de um patrimônio científico que representa um importante testemunho histórico-científico da biodiversidade de ecossistemas naturais de Minas Gerais, e está registrado entre os museus e coleções científicas internacionais pela sigla UFVB.

O motivo que nos leva a estudar tal questão é o fato de que apesar de o Museu Regional de Entomologia ser um instrumento para a preservação, estudo e divulgação de um patrimônio científico, com prestígio internacional, seu reconhecimento é algo restrito, sendo limitado a estudiosos e cientistas da área, não havendo a necessária divulgação e difusão da cultura científica a um grande público. O Museu de Entomologia não é aberto para o público, ou seja, não possui visitação, e para que isso ocorra um agendamento prévio deve ser realizado com a montagem demandada para a exposição. O Museu não possui funcionários nem tão pouco um museólogo e a manutenção e ampliação de seu acervo é realizada por um corpo de estagiários e orientados flutuantes, supervisionados pelo professor e curador Paulo Sérgio Fiuza Ferreira. Sua estrutura é precária frente à importância que lhe é atribuída. O Museu de Entomologia não é um patrimônio institucionalizado e não aparece na lista dos museus reconhecidos e divulgados pela Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC).

Sendo assim essa pesquisa tem o propósito de analisar as funções desempenhadas por esse museu, entender os motivos pelos quais ele não se tornou institucionalizado, discutir os caminhos para institucionalização desse estabelecimento e dessa forma realizar uma proposta dessa ação, de acordo com os conceitos museais.

Para esta pesquisa, adotaremos os seguintes procedimentos:

1. discussão de alguns conceitos referentes à teoria museológica e ao patrimônio, assim como as transformações que abrigaram o universo dos museus e do patrimônio, nos últimos tempos, no Brasil e no mundo. Para isso, serão analisados documentos que trabalham com os já referidos conceitos, através de revisão bibliográfica dos assuntos em questão.
2. coleta e análise de informações a respeito da criação do museu, suas funcionalidades, os trabalhos desenvolvidos, as produções científicas, seu acervo e estrutura física, fotografias, e demais informações e registros que marcaram sua história por meio de levantamento bibliográfico e documental em locais que existam documentos referentes ao museu e que serão escolhidos no decorrer da pesquisa.
3. entrevistas com pessoas que fizeram parte da história e criação do museu e coleta de dados através dessas descrições. Em especial, serão entrevistados: o curador e professor Paulo Sergio Fiuza Ferreira e professores do Departamento de Entomologia e outras pessoas que possam agregar informações importantes para alcançar o objetivo desta pesquisa.
4. visitas a outros museus que passaram pelo processo de institucionalização, especificamente, os museus que estão na lista dos museus reconhecidos e divulgados pela Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC).

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem na utilização do tempo do entrevistado, na possibilidade de constrangimento/desconforto durante a realização da entrevista e na possível exposição da imagem dos entrevistados. No entanto, estes riscos serão reduzidos adotando os seguintes procedimentos:

- a) buscar, antes da entrevista, contato informal com os entrevistados de forma a conhecer os lugares e as pessoas que serão entrevistadas para estabelecer um clima de confiança entre entrevistado e entrevistador;
- b) explicar o conteúdo e objetivo da pesquisa;
- c) esclarecer as questões da entrevista;
- d) comprometer-se em manter sigilo sobre as questões que possam causar constrangimento;
- e) publicar imagens e histórias de vida dos entrevistados somente com a autorização prévia dos mesmos.

A entrevista, com duração prevista de aproximadamente 30 minutos, será gravada e transcrita, mediante autorização prévia do entrevistado, evitando assim perdas de informação e distorções do conteúdo. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 2 (dois) após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos identificados e comprovados decorrentes da pesquisa, o(a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização.

O(a) Sr.(a) tem a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

A partir deste termo, o(a) Sr.(a) autoriza que seu nome seja divulgado como nesse trabalho.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao(à) Sr.(a).

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

JONAS MARÇAL DE QUEIROZ - Departamento de História - Campus UFV - 31 3899-4071/2035 - jonasqueiroz@ufv.br. Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário CEP: 36570-900 Viçosa/MG Telefone: (31)3899-2492 E-mail: www.cep.ufv.br.

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Entrevista 01

Nome: Edwin Ernesto Dominguez Nuñez

Idade: 42 anos

Escolaridade/competências profissionais: Licenciatura em Biologia na Universidade de Panamá, Panamá; Mestrado em Biologia na Universidade de Costa Rica, Costa Rica; Doutorando em Entomologia na Universidade Federal de Viçosa.

1. Por favor, descreva suas competências profissionais:

Trabalhei 10 anos na Coleção de Insetos do Instituto Smithsonian, Panamá. Atualmente sou professor de Biologia na Universidade de Panamá, Panamá. Desenvolvo pesquisas com Taxonomia e história natural de *Cicadellidae* (*Homoptera*).

2. Quais as tarefas realizadas no Museu de Entomologia e início de suas atividades.

Início das atividades: julho de 2017. Descrição das tarefas: identificação de insetos pelos usuários, especialmente os *Homoptera* (*Cicadellidae*); arrumação e identificação da Coleção de *Cicadellidae* do Museu; atendimento dos usuários que precisam de ajuda com a taxonomia de insetos; atendimento aos especialistas que vem para identificar material; atendimento aos visitantes que desejam conhecer o Museu; aulas práticas para estudantes e usuários.

3. Possui formação ou curso de capacitação que contemple a área de museologia? Se sim, por favor, nos diga qual/quais.

Sim, eu trabalhe por 10 anos na Coleção de Insetos do Instituto Smithsonian, Panamá.

4. Você considera o local um museu? Por favor, fale um pouco a respeito.

Eu considero que o local é um museu, mas tem muitos problemas: o chão está estragado, os desumidificadores estão danificados, os moveis com as gavetas dos insetos tem problemas com as portas (não fecham).

5. Pra você, qual a importância do Museu de Entomologia?

O Museu de Entomologia é um lugar muito importante pelos estudos de biodiversidade, porque é onde depositam todos os espécimes das pesquisas. Também é o lugar que tem que visitar os estudantes das escolas e das diferentes universidades que querem conhecer dos insetos para ter uma melhor apreciação da natureza.

6. Você poderia listar as funções/atividades desempenhadas por este museu?

As funções/atividades do museu são:

Receber os espécimes das pesquisas para preservar dentro da coleção; cuidar que os insetos tenham a proteção de naftalina e paraformol; dar apoio aos especialistas que precisam revisar o material; identificar espécimes de pesquisas.

7. Como é feito o processo de identificação e catalogação de insetos.

O processo de identificação começa assim: o taxonomista (entomologista) deve ter experiência na identificação de um grupo de insetos. O melhor é que seja taxonomista trabalhando com um grupo específico de insetos. O próximo passo é contar com chaves de identificação ou artigos de taxonomia do grupo para poder saber se o espécime tem as mesmas características das espécies já descritas. Os insetos são identificados por suas características morfológicas (cor do corpo, forma da cabeça, tórax e abdômen, as veias das asas) ou revisar a genitália interna (observar estruturas). A genitália deve ser preparada colocando em KOH 5% por 24 horas. Quando já completou a identificação deve colocar na gaveta do grupo relacionado ao que pertence, e depois colocar em um armário. A gaveta deve levar um composto especial (naftalina) para repelir as pragas das coleções que comem os insetos mortos. E outro composto (paraformaldeído) para que os fungos não danifiquem o material.

8. Existe algo que você considera que o museu não realiza e gostaria que fosse realizado?

Eu gostaria que o museu participasse de atividades de divulgação: como receber visitantes das escolas, fazer uma feria de insetos, dar palestras sobre diversidade de alguns grupos pouco conhecidos de insetos; desenvolver uma base de dados dos espécimes que tem no museu; ter uma página eletrônica para divulgar a informação dos insetos da região.

Entrevista 02

Nome: Paulo Sérgio Fiuza Ferreira

Idade: 69 anos

Escolaridade/competências profissionais: Graduado em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. Mestre em Ciências Biológicas (Entomologia), em 1978, na Universidade Federal do Paraná e Doutor em Entomologia, em 1993, na Texas A&M University, Estados Unidos. Pós-doutorado no National Museum of Natural History, Smithsonian Institution, em Washington, EUA. Professor da UFV no período de 1973 a 2018.

1) Durante qual período o Senhor desenvolveu a atividade de curadoria frente ao Museu Regional de Entomologia?

Não tenho uma data certa, acredito que por volta de 1975 dei início a reunião do acervo entomológico que se encontrava disperso no Campus da UFV e procedi à recuperação da grande parte dos espécimes que estavam mofados e corroídos. Infelizmente muitos não puderam ser aproveitados, pelo estado de danos ou porque apenas restavam os alfinetes e rótulos sem o exemplar. Esse acervo que correspondia à coleção seca, armazenado em gavetas e móveis entomológicos, foi reunido numa ampla sala do Prédio Chotaro Shimoya (prédio da Biologia), segundo andar e contava com um aparelho desumidificador. Junto com essa coleção existia um arquivo ou fichário com informações dos insetos coletados e armazenados anteriormente. Esse arquivo se encontra no Museu Histórico da UFV. Tive a grande ajuda do Sr. Jesus Rocha, técnico da entomologia (larga experiência com os insetos, discípulo antigo técnico do Prof. Frederico Vaneti), na manutenção e ampliação das coleções. Não tive, na época, nenhum documento que me responsabilizasse da organização do Museu de Entomologia (curadoria), apenas agi como um voluntário entusiasta e que fui correspondido por apoio e incentivo, principalmente dos professores Moacyr Maestri, José Rodrigues de Souza e Sebastião Bastos Nogueira. A partir dessa data inicial até janeiro de 2018 fiquei responsável pela curadoria e dinâmica do Museu que veio a se chamar Museu Regional de Entomologia. Houve um hiato de aproximadamente 7 anos nesse período por ocasião dos meus cursos de especialização (mestrado, especialização em sistemática zoológica, doutorado e pós-doutorado).

2) Por favor, fale sobre a criação do Museu Regional de Entomologia:

a) Como surgiu a ideia e o porquê da criação do Museu de Entomologia?

A ideia surgiu por causa da já existência de uma coleção de insetos, o arquivo de fichas entomológicas e dados de seu histórico incluindo os antigos professores como Diogo Alves de Mello, Edson Jorge Hambleton, Henrique Floriano Galante Sauer, Benjamim Thomaz Snipes e Frederico Vanetti que foram responsáveis pelas primeiras coleções entomológicas na UFV. Nos documentos adendos ao histórico do Museu está a participação de identificações e observações vindos de grandes e renomados cientistas como Cincinnato Rory Gonçalves, José Candido de Melo Carvalho, Ubirajara Ribeiro Martins entre outros. Somado a esses fatos, a minha disposição em organizar o Museu e dar uma dinâmica de atividades para sua manutenção e ampliação, veio da minha formação e convivência com grandes cientistas por ocasião dos meus estágios no Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) (hoje Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro). O desfrute desses estágios foi no período de 1965 a 1973. Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.pos.entomologia.ufv.br/um-tour-pela-historia-do-museu-regional-de-entomologia/>

b) Por que o Senhor considera o local um museu e como surgiu a ideia do nome: Museu Regional de Entomologia?

Sei que existem vários conceitos para museus, mas dado a nossa particularidade mais simples, trata-se de um local adequado com infra-estrutura para manutenção, preservação e ampliação de coleções de insetos com objetivos de pesquisa (coleção científica) e ensino (coleção didática). Na realidade, o Museu atualmente, tem o seu maior acervo no Prédio da Entomologia e permitiu o empréstimo e deslocamento de coleções específicas, no caso, os *Apoidea* e *Vespoidea* para mais próximo aos Professores pesquisadores da UFV no prédio do Apiário, preservadas em lugares adequados, evitando o deslocamento constante de gavetas do Museu com o risco de perdas e danos aos exemplares secos e frágeis. O nome Museu Regional de Entomologia se “oficializou” pelo seu acervo entomológico conter mais de 90% dos seus exemplares provenientes do estado de Minas Gerais.

c) Quando foi sua inauguração?

Até o presente não houve nenhuma iniciativa de inauguração. A dinâmica das atividades relacionadas ao Museu com o depósito de material de teses, dissertações, pesquisas individuais, parcerias interinstitucionais (nacionais e internacionais) com intercâmbio de material entomológico, material proveniente de identificações, planos de manejo ambiental, relatórios de impacto ambiental, entre outras, fez do nosso Museu uma fonte de consultas e de intercâmbio de material e informações. Assim se tornou conhecido entre as coleções entomológicas no mundo e foi denominado com a sigla UFVB. A sigla UFVB foi estabelecida pelo site *Abbreviations for Insect and Spider Collections of the World* by Neal L. Evenhuis – *The Insect and Spider Collections of the World Website* (Neal L. Evenhuis) (<https://web.archive.org/web/20120730225425/http://hbs.bishopmuseum.org/codens/codens-inst.html>).

d) Teve algum documento de criação? Qual?

Desconheço qualquer documento de sua criação.

e) Outras informações que julgar necessárias.

Procurei incluir mais informações no texto das respostas.

3) Enquanto esteve à frente do Museu de Entomologia, quais eram as principais funções/atividades do museu?

Vou apresentar em forma de lista:

- Recuperar material com a limpeza de espécimes e restauração de rótulos;
- Triar, montar e rotular espécimes provenientes de pesquisas de campo e laboratório;
- Organizar os insetos em gavetas e armários entomológicos por Ordem e Famílias de insetos;
- Identificar exemplares do acervo do Museu e daqueles insetos enviados por outras instituições de pesquisas, por meio de: envio de exemplares a especialistas, artigos científicos, chaves de identificação, descrições e revisões taxonômicas, comparação com exemplares de outras coleções científicas, ex.: MNRJ (Museu Nacional do Rio de Janeiro, RJ), FIOCRUZ (Fundação Instituto Oswaldo Cruz, RJ), RNV (Reserva

Natural Vale, Linhares, ES), MZUSP (Museu de Zoologia da USP), UFPR (Universidade Federal do Paraná); empréstimo de exemplares de espécies para comparação provenientes de instituições nacionais e internacionais;

- Organizar e manter “coleções específicas” como aquelas provenientes de teses e dissertações que dizem respeito a um assunto peculiar como ex.: *Heteroptero fauna* de *Solanum lycocarpum*, lobeira; insetos de áreas de planos de manejo e RIMAs (relatório de impacto ambiental), pragas associadas a uma determinada cultura etc;
- Triar, identificar famílias, manter, conservar, ampliar e renovar espécimes das coleções didáticas, suporte essencial as disciplinas práticas oferecidas para pós-graduação em Entomologia (DDE) e Biologia Animal (DBA) com respeito a taxonomia de insetos adultos e insetos imaturos;
- Oferecer infraestrutura e dar suporte técnico para visitantes pesquisadores, técnicos, estagiários bolsistas e voluntários, estagiários de convênios internacionais e pós-graduandos;
- Através do seu acervo didático e arquivos de fotos e data show, o museu deu suporte a vários cursos práticos sobre taxonomia de insetos adultos, taxonomia de insetos aquáticos, organização de coleções científicas na UFV e em outras Instituições nacionais e internacionais. Os cursos em média de 15 dias foram oferecidos a pesquisadores, professores, técnicos e estudantes de pós-graduação provenientes de várias instituições brasileiras e de outros países da América do Sul;
- Desenvolver o marketing do museu através de exposições na UFV e em congressos dando ênfase ao seu acervo como uma coleção regional, MG, organização e objetivos. E também através da organização de “semanas de palestras” sobre entomologia;
- Oferecer empréstimo de exemplares para pesquisadores que desenvolvem projetos de pesquisas e publicações científicas.

4) O Museu de Entomologia já utilizou uma plataforma online que, no momento, está inutilizada. Em notícia divulgada no Portal da UFV, em 07/02/2009, no endereço eletrônico <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=8329> foi informado o lançamento do website do Museu Regional de Entomologia. Para que está plataforma foi criada e porque não está funcionando?

Realmente tratou-se de um esforço hercúleo para se organizar, coletar dados e divulgar o acervo do Museu com o objetivo de levar para a comunidade científica nacional e internacional do que nós temos nas coleções, incluindo informações básicas e fotos de insetos. Mas infelizmente por falta do interesse do corpo docente na participação e continuidade desse *website* e dificuldades de sua manutenção na rede da UFV. Naquela época, o *website* do Museu Regional de Entomologia se tornou inviável pela constante desfiguração de seu programa e pela dificuldade de acerto técnico e escassez de mão de obra para adicionar dados ao programa. Hoje, com o avanço da tecnologia, eu acredito que seria muito mais fácil produzir o *website* do Museu e tornar dinâmico o processo de manutenção e ampliação dos dados do acervo do Museu. Realmente isso é necessário e o mundo inteiro está convergido para o conhecimento e estudos sobre a diversidade de insetos principalmente nos ecossistemas que suportam as maiores biodiversidades do planeta, que é o nosso, se salientando o estado de Minas Gerais. Desta forma encorajo ao próximo curador do Museu em se empenhar na ressurreição para um novo *website* com mais dados e facilidades de ser acessado pela mídia em geral e particularmente para os pesquisadores e estudiosos de várias áreas da ciência Entomologia.

5) Com relação ao acervo:

a) O Museu de Entomologia possui acervo próprio ou em comodato?

O Museu Regional de Entomologia possui apenas acervo próprio.

b) Como era feita a aquisição de acervo?

Através da aquisição de espécimes provenientes de vários recursos, por ex.: projetos de pesquisas individuais com coletas de insetos em campo, patrocínados por fundações e instituições de apoio financeiro as pesquisas por exemplo CNPq e FAPEMIG; coletas voluntárias em campo utilizando armadilhas diversas e recursos manuais; material proveniente de dissertações e teses de mestrado e doutorado que eram armazenados no acervo do Museu, antigamente de forma optativa e mais tarde por obrigação de escolher uma instituição para depósito do material estudado; material entomológico proveniente de análise ecológica rápida (AER) desenvolvidas em variados Planos de Manejo Ambiental e Relatórios

de Impacto Ambiental; permuta de insetos com outras Instituições; doações voluntárias; insetos retidos como “pagamento” de identificações.

c) Como era feito o controle do acervo?

A falta de auxiliar ou um técnico de nível superior para o Museu, não permitiu uma controle do acervo mais apurado como a documentação devida da entrada de material. O material que entrava era então incorporado ao acervo nos armários correspondentes das Ordens e Famílias, e as espécies identificadas, levavam rótulos nas caixas individuais dentro das gavetas. Para a saída já existia uma documentação simples referente a qualificação e a quantificação do material para empréstimo sob a responsabilidade do requerente (se for estudante, do orientador) e de sua instituição de origem.

d) Como era feita a preservação e conservação do acervo?

Os insetos da coleção a seco, uma vez mortos e trazidos do campo eram triados por morfoespécies e espécies, e representantes espécimes eram montados, rotulados e colocados em estufa para secagem. O excesso de exemplares era armazenado em mantas entomológicas, rotuladas, deixadas em estufa para secagem dos insetos. A conservação das mantas eram armazenadas em recipientes (latas antigamente) devidamente lacradas contendo paraformaldeído e ou naftalina. Essas mesmas substâncias eram utilizadas, até hoje, nas gavetas entomológicas para os espécimes montados. Para o material preservado em líquido, o álcool 70% era o mais usado, após procedimentos necessários para conservar insetos pouco esclerosados, ninfas, larvas e lagartas. Hoje se adota separar exemplares frescos representantes de espécies e conservá-los em álcool de 95% até o absoluto, para procedimentos em estudos moleculares.

e) O Museu possuía alguma política de aquisição e descarte de seu acervo?

A aquisição se refere à solicitação de pesquisadores interessados em armazenar seu material no Museu por força da obrigatoriedade. No entanto para recebermos esse material, ele deve estar em boa condição de conservação, devidamente rotulado e identificado. Para descarte de exemplares, só ocorre em indivíduos da Coleção Didática que é intensamente manuseado em

aulas práticas. O material da Coleção Científica, não há descarte de indivíduos, mesmo que estejam danificados.

f) Já foi feito algum inventário?

Já foi feito sim um único inventário, de forma macroscópica, para constar no histórico do Museu e o seu *website*. Atualmente, o Museu necessita urgentemente de um novo inventário detalhado pela grande quantidade de material que deu entrada desde o último senso o que vai ser prioridade para a futura informatização do seu acervo e o seu *website*.

g) Quando foi feita a ultima contagem da coleção? E existe algum documento com esses dados?

A última contagem foi realizada, acredito que tenha sido na década de 1990, não tenho certeza, com o propósito de dar uma idéia do seu acervo para o histórico do Museu e para a sua *website*.

h) Caso o Museu não tenha realizado nenhuma ação de documentação de seu acervo, por favor, justifique.

Uma documentação detalhada do acervo do Museu é apenas aquela que entrou no seu antigo *website* que consta por volta de 3000 espécies identificadas dispostas em arquivo de Excel. Outras informações importantes que se referem ao acervo do Museu são encontradas em diversas teses e dissertações, vários trabalhos publicados em revistas científicas indexadas nacionais e internacionais que se referem ao Museu Regional de Entomologia como fonte de recursos de espécimes ou onde os insetos das pesquisas foram depositados. Novamente, a falta de um técnico exclusivo para o Museu, de preferência de nível superior, é o resultado do atraso da informatização, embora houvesse a participação de estagiários bolsista e voluntários, mas em número insuficiente, ligados a pesquisas específicas que tiravam um tempo pequeno para contribuir no Museu, além de investirem em suas atividades discentes.

6) Para o Senhor, qual a importância do Museu de Entomologia?

As coleções do Museu de Entomologia devem ser vistas como bancos de dados fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. O conhecimento acumulado em uma coleção entomológica sempre traz impactos positivos para ambientalistas, cientistas, zoólogos, entomólogos, pesquisadores nas áreas agrícola, florestal, veterinária, médica, urbana entre outras. A sistematização e informatização dos dados de uma coleção e sua disponibilidade na *website* servem de suporte para muitas pesquisas em desenvolvimento e na fase de consolidação no Brasil e importantes informações para o mundo onde cada vez mais se estreitam os intercâmbios comerciais e científicos entre os países. Possibilita a compreensão de uma infinidade de estudos como a diversidade e riqueza de insetos em ecossistemas e agroecossistemas, a distribuição geográfica das espécies no tempo e espaço; a utilização dos insetos como bioindicadores de impacto ambiental, em projetos agrícolas e conservacionistas; agentes de controle biológico de pragas; a identificação precisa de pragas, vetores, polinizadores, agentes de dispersão e predação de sementes; identificação de insetos para planos de manejo ambiental na criação de áreas de preservação, conservação e educação ambiental.

7) Como o Sr. avalia a relação do museu com o Departamento de Entomologia e outras instâncias da UFV?

O Museu de Entomologia, na verdade, não é uma prioridade, e nem uma relevância para a atual conjuntura de valores ou metas do DDE. Este fato pode se estender para toda a UFV. Isso se deve ao fato do desconhecimento do seu valor, e pouco ou nenhum interesse por parte da maioria dos docentes em questionar e oferecer sugestões e apoio no aprimoramento, informatização, preservação e ampliação do seu acervo. Raramente se viu um docente do DDE ou da UFV visitar o Museu e se interessar em saber sobre os seus objetivos, necessidades e o que ele pode contribuir. Os poucos recursos que ele engloba se deve a projetos de iniciativa do seu Curador, súplicas para confecção de utensílios como, por exemplo, gavetas entomológicas, material para preservação e conservação, alfinetes entomológicos, material de coleta,... tudo depende de um esforço hercúleo para a existência e ampliação do Museu. Em suma, a consciência da importância de um Museu entomológico é fator preponderante para a sua subsistência, enquanto isso não houver, agora me refiro em âmbito nacional, as coleções científicas serão vistas pela sociedade desinformada como apêndices irrelevantes.

8) O Museu de Entomologia mantinha algum contato com outras instituições externas à UFV (outros museus)? Se sim, qual(is) e por qual motivo?

O contato que havia entre o Museu UFVB com Instituições nacionais e internacionais era através de pesquisadores ligados ao Museu que ofereciam facilidades de serviços de curadoria (dados entomológicos, identificações...), visitas, estágios, intercâmbio e empréstimo de material, participação de projetos de pesquisas e extensão (cursos) e doações oficiais de espécimes. Foram muitas as instituições que tiveram contato com o Museu de Entomologia, por exemplo:

Coleções Nacionais: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ (MNRJ), Fundação Instituto Oswaldo Cruz, RJ (FIOCRUZ), Museu de Zoologia da USP (MZUSP), Departamento de Entomologia da ESALQ, Piracicaba, SP, Coleção Entomológica da Reserva Natural Vale, Linhares, ES (RNV), Centro de Identificação de Insetos Fitófagos (CIIF) da Universidade Federal do Paraná, (atualmente extinto), Museu de Entomologia Pe. Jesus Santiago Moure - Universidade Federal do Paraná Curitiba, PR, Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS), Coleção de Insetos via seca do Departamento de Ciências Biológicas da UFES.

Coleções Internacionais: Colômbia: Colección Entomológica Departamento de Ciencias Biológicas (CEBUC), Universidad de Caldas, Manizales, Colección Entomológica Departamento de Agricultura (LEUC), Universidad de Caldas, Manizales, Colección Entomológica, Museo de la Pontificia Universidad Javeriana (MPUJ), Bogotá, Colección Taxonómica Nacional de Insectos Luis María Murillo (CTNI) Corpoica, Mosquera, Facultad de Agronomía (UNAB) and Instituto de Ciencias Naturales (ICN), Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander Von Humboldt (IAvH), Villa de Leyva, Museo Entomológico Francisco Luis Gallego (MEFLG), Universidad Nacional de Colombia, Medellín. Estados Unidos da América do Norte: National Museum of Natural History (USNM), Washington, D.C., USA, Entomological Collection of Texas A&M University, College Station, TX, USA.

9) Existe algo que o Sr. não realizou enquanto esteve à frente da curadoria do Museu de Entomologia e que gostaria que fosse realizado?

Fora os objetivos e metas futuras que já foram apresentados anteriormente, o Museu no seu processo de desenvolvimento e dinâmica, precisaria prioritariamente de: modernização da coleção armazenamento das gavetas entomológicas, identificadas por hierarquia taxonômica em Arquivos deslizantes; informatização do acervo entomológico do UFVB por meio da criação de um Website do Museu UFVB (vide detalhes já fornecidos anteriormente); showroom de Insetos: um local de exposição de insetos para o público em geral, especialmente para estudantes do ensino básico; apresentação de exposições interativas com palestras, materiais educativos (lupas, microscópios, criadouros de insetos...) e virtuais com objetivo de revitalizar o Ensino de Ciências e incentivar novas vocações para a formação de futuros entomologistas; contratação de um Técnico de Nível Superior para auxiliar nos serviços de curadoria, informatização, ampliação, preservação e organização taxonômica do acervo do Museu de Entomologia.

10) O Sr. considera o Museu de Entomologia um museu aberto ao público? Como eram feitas as visitas ao local?

O Museu Regional de Entomologia UFVB nunca foi um setor aberto ao público embora houvesse esforços para torná-lo conhecido pelos docentes, discentes, funcionários da UFV e alunos da comunidade de Viçosa. Esses esforços foram através de esporádicas exposições com amostras do acervo do Museu apresentando mostruários de insetos, instrumentos e fotos de atividades inerentes a dinâmica do Museu. Daí a necessidade de um showroom entomológico permanente para o público. O Museu de Entomologia sempre teve suas portas abertas, oferecendo sua infra-estrutura básica para pesquisadores visitantes de outros departamentos e instituições nacionais e internacionais que aqui vieram com o intento de levantar dados para suas pesquisas. A esses se somam com mais frequência os estudantes dos Cursos de Pós-graduação em Entomologia e em Biologia Animal da UFV e de outras Instituições para o desenvolvimento de suas dissertações e teses de mestrado e doutorado.

11) Sobre recursos humanos e financeiros:

a) Nos fale, por favor, sobre a manutenção do Museu de Entomologia com relação a recursos financeiros, desde sua criação até a sua saída: como eram custeadas as despesas? O museu dispunha de algum orçamento de receita?

O Museu de Entomologia nunca teve um orçamento de receita, desde o tempo em que eu o assumi. A princípio foi doada uma sala com desumidificador no prédio Chotaro Schimoya onde foram reunidos os armários entomológicos e o arquivo de dados em fichas catalogadas. Os recursos maiores foram adquiridos através de projetos aprovados por órgãos financiadores, principalmente o CNPq, com alguma contribuição da FAPEMIG e outros órgãos menores para pequenos projetos e serviços como planos de manejo e relatórios de impacto ambiental. Houve também raras contribuições de taxas de bancada de pós-graduandos de doutorado, alguns recursos, quando havia, do orçamento do Departamento de Biologia Animal (na época) anterior a criação do DDE e do DDE, e do Curso de Pós-Graduação de Entomologia. Doações do próprio bolso e de iniciativa de colegas para confeccionar alguns utensílios e compra de pequenos materiais, foram bem vindas. Na realidade o que movia e sustentava o Museu era a automotivação da Curadoria e dos estudantes de pós-graduação, bolsistas e voluntários estagiários que passaram pelo Museu de Entomologia.

b) Com relação a recursos humanos: o Sr. Poderia descrever quantas pessoas fizeram parte da manutenção do museu no que se refere a mão-de-obra? Quais eram suas funções e quais eram seus níveis/categorias (estudantes, técnicos...)?

Foram muitas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, com maior ou menor tempo de atividades no Museu, deram uma contribuição significativa com respeito a organização, ampliação, manutenção, pesquisas de laboratório e campo, publicações, armazenamento de dados e divulgação. Pode-se dizer que foram expressivos os meus orientados de mestrado e doutorado e estagiários de convênios internacionais (6 meses) e bolsistas de iniciação científica. No entanto quero salientar as pessoas:

- O Prof. Moacyr Maestri (falecido em 2011), respondendo, na época, pela Diretoria do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), o seu papel importante e imprescindível com o apoio para o desenvolvimento inicial do Museu de Entomologia.

- O Sr. Jesus Rocha de Oliveira (falecido em 2001), um excelente técnico de laboratório da UFV e de grande contribuição ao Museu, pelos serviços técnicos cuja experiência veio do seu aprendizado prático em entomologia com o Prof. Frederico Vanetti que infelizmente não teve a satisfação de conhecer e conviver antes do seu falecimento.

- O Dr. David dos Santos Martins, o primeiro técnico de nível superior que prestou relevantes contribuições ao Museu. Foi estagiário-bolsista do Museu de Entomologia do Departamento

de Biologia Animal de 1979 a 1980. Nesse último ano foi contratado pela UFV como Técnico de Nível Superior onde permaneceu até março de 1985.

- Dra. Luci Boa Nova Coelho, 1993 a 1997 durante o seu Mestrado contribuiu significativamente para o Museu de Entomologia com ênfase na organização da família Cicadellidae (Hemiptera).

- A Dra. Lívia Aguiar Coelho, estagiária voluntária do Museu em 2005, permaneceu durante o seu mestrado 2006 a 2008, doutorado 2008 a 2012 e pós-doutorado de 2013 a 2015, totalizando 10 anos de contribuição relevante principalmente na família Miridae (Hemiptera).

- A Dra. Lucimar Gomes Dias, esteve associada ao Museu de Entomologia por ocasião de seu Mestrado e Doutorado de 2005 a 2009, contribuindo principalmente na coleção de Ephemeroptera.

ANEXO 3
FORMULÁRIO PARA REGISTRO DO MUSEU
REGIONAL DE ENTOMOLOGIA

REGISTRO DE MUSEUS⁴¹³

Formulário de Solicitação de Registro⁴¹⁴

SOBRE

1 - *Nome do Museu:

MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA

2 - *Está subordinado a algum Museu Matriz?

[] Sim [X] Não

Museu que tem sob sua subordinação museu filial (dependente de outro quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possui plano museológico autônomo) e seccional (parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal). Filiais ou seccionais em endereços de visitação diferentes deverão responder um questionário para cada unidade, indicando aqui a qual museu mãe está subordinado.

3 - *Nome do Museu Matriz:

[_____]

4 - Site:

WWW.INSECTA.UFV.BR/MUSEU⁴¹⁵

5 – E-mail para divulga o: Insira um email que será exibido publicamente.

MUSEU.ENT@UFV.BR⁴¹⁶

6 – E-mail pessoal para contato: Insira um email que não será exibido publicamente.

DDE@UFV.BR⁴¹⁷

7 - Telefone para divulga o*: Insira um telefone que será exibido publicamente.

+55 31 3899 4011⁴¹⁸

⁴¹³ As perguntas e informes do formulário apresentam-se em fonte *Times New Roman*, tamanho 10, e as respostas apresentam-se em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, caixa alta.

⁴¹⁴ Conforme informamos anteriormente, o Formulário de Solicita o de Registro fica disponível para *download* na página eletrônica da Rede Nacional de Identifica o de Museus. Aqui apresentamos o formulário na íntegra e para melhor diferencia o o seu texto encontra-se com fonte *Times New Roman*, tamanho 10. As respostas estão com fonte *Times New Roman*, tamanho 12, em caixa alta e negrito.

⁴¹⁵ O Museu de Entomologia já utilizou uma plataforma que, no momento, está inutilizada. Em notícia divulgada no Portal da UFV, em 07/02/2009, no endereço eletrônico https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=8329 foi informado o lançamento do *website* do Museu Regional de Entomologia. Na época, o museu ainda era vinculado ao Departamento de Biologia Animal/UFV. A ideia era que as cole es entomológicas ficassem disponíveis para consultas *online*, servindo de suporte para o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, tanto no do país como no mundo. Devido à falta de pessoal (funcionário/estagiário) para manter a plataforma atualizada, a mesma foi desativada. Essa plataforma poderá ser restituída e utilizada novamente para este fim.

⁴¹⁶ A ser criado.

⁴¹⁷ Esse email já existe e   o email da secretaria do Departamento de Entomologia/UFV. Poderá ser utilizado para tal finalidade.

8 - Telefone pessoal para contato: Insira um telefone que não será exibido publicamente.

+55 31 3899 4002⁴¹⁹

9 - Telefone pessoal para contato: Insira um telefone que não será exibido publicamente.

+55 31 3899 4002

10 - Endereço de visitação:

CEP*: **36570 – 900**

Logradouro*:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ENTOMOLOGIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO**

Número: **SEM NÚMERO**

Complemento:

Bairro:

Município*: **VIÇOSA**

UF*: **MINAS GERAIS**

11 - *O endereço de correspondência é o mesmo de visitação?

Sim Não

12 - Informe abaixo o endereço de correspondência:

CEP*: **36570 – 900**

Logradouro*:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ENTOMOLOGIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO**

Número: **SEM NÚMERO**

Complemento:

Bairro:

Município*: **VIÇOSA**

UF*: **MINAS GERAIS**

GESTÃO

13 - *Identifique dentre as opções abaixo aquela que caracteriza o museu:

⁴¹⁸ Atualmente é o telefone do Museu Regional de Entomologia.

⁴¹⁹ Atualmente é o telefone da sala da curadoria do Museu.

Público

13.1 - *Em caso de público, especifique:

Federal Estadual Distrital Municipal

13.2 - Caso o museu seja formado por dois ou mais entes da Federação, especifique quais:

[_____]

13.3 - Em caso de Museu Federal, especifique a vinculação ministerial:

Ministério da Agricultura

Ministério das Cidades

Casa Civil

Ministério Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ministério da Cultura

Ministério da Defesa

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Ministério da Educação

Ministério do Esporte

Ministério da Fazenda

Secretaria de Governo

Ministério de Indústria, Comércio e Serviços

Ministério da Integração Nacional

Ministério da Justiça e Cidadania

Ministério do Meio Ambiente

Ministério de Minas e Energia

Ministério do Planejamento

Ministério das Relações Exteriores

Ministério dos Transportes

Ministério da Saúde

Gabinete de Segurança Institucional

Ministério do Trabalho

Ministério de Transparência, Fiscalização e Controle

Ministério do Turismo

Privado

13.4 - *Em caso de privado, especifique:

Associação Organização Religiosa

Fundação Entidade Sindical

14 - *CNPJ: [__ . ___ . ___ / ___ - __]

Usar o padrão do CNPJ, exemplo: 00.000.000/0000-00

Caso a instituição não possua CNPJ próprio, utilizar o CNPJ da instituição mantenedora.

15 - *Ano de abertura do museu ao público:

Considerar a primeira vez que o museu foi aberto ao público.

1974-1975⁴²⁰

16 - *Especifique o instrumento de criação do museu:

Lei

Nº [_____]

Data: [__/__/_____]

Decreto-lei

Nº [_____]

Data: [__/__/_____]

Decreto

Nº [_____]

Data: [__/__/_____]

Portaria

Nº [_____]

Data: [__/__/_____]

Resolução

⁴²⁰ O Museu Regional de Entomologia não possui atendimento ao público de forma regular, com horários pré-estabelecidos. É possível visitá-lo, porém, para que isso ocorra, um agendamento prévio deve ser realizado para que uma exposição seja montada. De acordo com o professor Paulo Fiuza, o Museu não teve nenhuma data inaugural na sua formação. Ao saber da existência de armários e material entomológico espalhados no *Campus* da UFV, o próprio professor tomou a iniciativa de reuni-los, na década de 70, no Edifício Chotaro Shimoya. Como já dissemos anteriormente, inicialmente, o Museu era vinculado ao Departamento de Biologia Animal, e fisicamente estava instalado na sala 211 desse Edifício. A partir de então tiveram início as atividades do Museu Regional de Entomologia, com ampliação através de projetos, coletas e serviços de estagiários. Isso ocorreu por volta de 1974-75. FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

Nº [_____]

Data: [__/__/_____]

[] Ata de reunião

Nº [_____]

Data: [__/__/_____]

[] Outro

Natureza do documento e número: [_____]

Data: [__/__/_____]

O MUSEU DE ENTOMOLOGIA NÃO POSSUI NENHUM DOCUMENTO DE CRIAÇÃO.

17 - O museu possui algum contrato para sua gestão?

[] Sim Não

17.1 - Em caso positivo especifique a estrutura jurídica da instituição contratada:

[] Associação

[] Fundação

[] Sociedade (incluem-se aqui as sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas)

[] Outra

17.1.1 - *Em caso de “outra”, especifique:

[_____]

17.2 - A contratada possui qualificações?

[] OS

[] OSCIP

[] Outra

[] Não possui qualificações

18 - *Quantas pessoas trabalham no museu (contabilizar terceirizados, estagiários e voluntários)?

ATUALMENTE, O MUSEU CONTA COM 1 (UM) FUNCIONÁRIO REGULAR, QUE É SERVIDOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA E 1 (UM) ESTAGIÁRIO, ESTUDANTE DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENTOMOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (OS ESTAGIÁRIOS DO MUSEU SÃO FLUTUANTES E NORMALMENTE SÃO ESTUDANTES LIGADOS ÀS ÁREAS DE ENTOMOLOGIA, BIOLOGIA E ECOLOGIA). ALÉM DESTES, HÁ UMA FAXINEIRA, QUE NA REALIDADE É A

FAXINEIRA DO DEPARTAMENTO DE ENTOMOLOGIA, AO QUAL ESTE MUSEU ESTÁ VINCULADO.

19 - *O museu possui funcionários terceirizados?

Sim Não

19.1 - *Em caso positivo, especifique quantos: [1]

POSSUI UMA FAXINEIRA TERCEIRIZADA, QUE NA VERDADE, É A FAXINEIRA DO DEPARTAMENTO DE ENTOMOLOGIA, AO QUAL ESTE MUSEU ESTÁ VINCULADO.

20 - *O museu possui voluntários?

Serviço voluntário é uma atividade não remunerada prestada por pessoa física, não gerando vínculo empregatício ou funcional, nem obrigação trabalhista.

Sim Não

21 - *O museu possui estagiários?

Estágio é uma atividade educativa supervisionada, desenvolvida no ambiente de trabalho, que visa à preparação do estudante que esteja frequentando o ensino regular nos níveis em que a prática de estágio se aplique.

Sim Não

22 - *O museu possui Regimento Interno?

Instrumento que regula a estrutura do museu a partir da descrição de suas funções e atividades (Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013).

Sim Não

23 - *O museu possui Plano Museológico?

Planejamento estratégico que define a missão e a função do museu estabelecendo, ordenando e priorizando os objetivos e as ações de cada uma de suas áreas de funcionamento (Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009).

Sim⁴²¹ Não

CARACTERIZAÇÃO

24 - *O Museu é:

Tradicional/Clássico

Museu de Território/Ecomuseu

Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Herbário, Oceanário ou Planetário⁴²²

⁴²¹ Resultado desta dissertação.

⁴²² Observando-se as tipologias de museus apresentadas no Guia dos Museus Brasileiros, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), o Museu de Entomologia pode se enquadrar na seguinte categoria: Museu

25 - *O museu é itinerante?

Sim Não

26 - *O museu é de caráter comunitário?

Museus que têm como principais objetivos a valorização e desenvolvimento das comunidades em que estão inseridos. Caracterizam-se essencialmente pela gestão comunitária e, preferencialmente, pela participação dos integrantes da comunidade em seus trabalhos técnicos. Entende-se aqui por comunidade um grupo que possui características comuns, seja ocupação do mesmo território, mesma crença, ou outras características culturais.

Sim Não

Em caso positivo:

26.1 - *A comunidade realiza atividades museológicas (inventário participativo, museografia etc.)?

Sim Não

27 - *Em relação à temática do museu, classifique a instituição em APENAS UMA opção:

Alguns museus podem ser classificados em mais de uma temática. Para responder essa questão solicitamos que a escolha da resposta seja baseada na forma como a instituição trata o acervo, ou seja, forma como o apresenta ao público.

Artes, Arquitetura e Linguística

Antropologia e Arqueologia

Ciências Exatas, da Terra, Biológicas e da Saúde

História

Educação, Esporte e Lazer

Meios de Comunicação e de Transporte

Produção de Bens e Serviços

Defesa e Segurança Pública

ARTES, ARQUITETURA E LINGUÍSTICA

Incluem-se nesta categoria os museus de artes visuais, artes cênicas, artes decorativas, arquitetura, moda, audiovisual, literatura etc.

ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Antropologia: Ligados ao estudo antropológico e social das diferentes culturas e etnias. Ex.: museus de cultura popular, regional, indígena, afro-brasileira, imigração, folclore, crenças, religiões etc.

de Ciências Naturais e História Natural, destinados à guarda de bens culturais relacionados às Ciências Biológicas como Biologia, Botânica, Genética, Zoologia, Ecologia etc., e às GeoCiências como Geologia, Mineralogia etc. e à Oceanografia. IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Guia dos Museus Brasileiros. *Op. cit.*

Arqueologia: Abrigam bens culturais portadores de valor histórico e artístico, procedentes de escavações, prospecções e achados arqueológicos.

CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA, BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Tratam das Ciências Exatas (Estatística, Física), das Ciências Biológicas (Biologia, Botânica, Genética, Zoologia, Ecologia etc.), Ciências da Terra (Geologia, Mineralogia etc.) e da Saúde (animal e humana). Incluem-se aqui os aquários, oceanários, herbários, jardins botânicos, jardins zoológicos, observatórios e planetários.

HISTÓRIA

Focam em acontecimentos, personalidades ou períodos da História. Estão incluídos nesta categoria os memoriais, museus casas, museus biográficos, museus de imigração, museus de instituições e empresas etc.

EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Museus relacionados à educação, a esportes, museus de escolas, museus do brinquedo, museus lúdicos etc.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DE TRANSPORTE

Abordam os meios de transporte (museus do automóvel, museus ferroviários, museus fluviais etc.) e veículos de comunicação (TV, rádios, jornais, revistas, internet, publicidade etc.).

PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Dedicam-se ao universo da produção agrícola, animal, industrial, museus da moeda e sistemas bancários e museus de serviços urbanos.

DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA

Museus relacionados às forças armadas, bombeiros, museus policiais e penitenciários.

CACTERIZAÇÃO DO MUSEU

ACERVO

28 - *Com relação ao acervo, indique a opção que melhor caracterize a instituição:

Possui SOMENTE acervo próprio

Possui acervo próprio e em comodato

Acervo compartilhado entre órgãos/setores da mesma entidade mantenedora

Possui SOMENTE acervo em comodato/empréstimo

28.1 - O comodato/empréstimo está formalizado por meio de documento legal?

Sim Não

29 - *Classifique as tipologias de acervo existentes no museu:

Possibilidade de seleção múltipla

Antropologia

Etnografia

- Arqueologia
- Artes Visuais
- Ciências Naturais e História Natural
- Ciência e Tecnologia
- História
- Imagem e Som
- Virtual

30 - Indique os instrumentos de documentação de acervo utilizados pelo Museu:

Possibilidade de seleção múltipla

- Livro de registro/tombo/inventário manuscritos
- Listagem digital (Word, Excel...)
- Ficha de catalogação
- Software/sistemas de catalogação informatizado
- Outro(s)

30.1 - Em caso de outro(s), especifique:

ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIMES.

30.2 – Caso o Museu não realize nenhuma ação de documentação de seu acervo, justifique:

31 - *O museu possui política de aquisição de acervo?

Conjunto de regras e diretrizes, formalizadas em documento específico, visando orientar a aquisição de novos bens culturais para o acervo.

- Sim Não

32 - *O museu possui política de descarte de acervo?

Conjunto de regras e diretrizes, formalizadas em documento específico, que visam orientar o descarte definitivo de um objeto do acervo. Essa ação pode ocorrer por diversas formas: através de doação, transferência ou destruição, mantendo-se os registros (atas, fotografias etc.) de todas as decisões e de todos os documentos relacionados com o descarte.

- Sim Não

PÚBLICO, ACESSIBILIDADE E SERVIÇOS

33 - *O museu encontra-se:

- Aberto
- Fechado

33.1 - Em caso de museu fechado, qual a previsão de abertura?

Mês: [_____]

Ano: [_____]

Se o museu estiver fechado, passe para a questão 35

34 - *A entrada ao museu é cobrada?

Caso a Instituição esteja localizada dentro de outra instituição que cobre ingresso, informar esse valor. Exemplo: museus localizados em jardins zoológicos devem informar o valor do ingresso cobrado por esse zoológico.

[] Sim [] Não [] Contribuição voluntária

34.1 - *Em caso positivo, informe o valor cobrado SOMENTE para o público em geral:

R\$ [_____]

34.2 - Observações sobre cobrança de entrada:

Dias em que a entrada é franca, observações sobre a política de gratuidade e de desconto, outras informações referentes ao valor de ingresso no museu.

[_____

_____]

35 - *Dias e horários de abertura ao público:

Usar: 00:00-00:00 ou 00:00-00:00/00:00-00:00 e em caso de necessidade de agendamento, escrever “Mediante agendamento”.

Segunda-feira	Mediante agendamento
Terça-feira	Mediante agendamento
Quarta-feira	Mediante agendamento
Quinta-feira	Mediante agendamento
Sexta-feira	Mediante agendamento
Sábado	-
Domingo	-

35.1 - Observações dias e horários de abertura:

UM AGENDAMENTO PRÉVIO DEVE SER REALIZADO PARA QUE UMA EXPOSIÇÃO SEJA MONTADA.

36 - *O museu possui infraestrutura para atender visitantes que apresentam dificuldade de locomoção?

[] Sim [] Não

36.1 - *Em caso positivo, especifique:

Possibilidade de seleção múltipla

[] Bebedouro adaptado

[] Cadeira de rodas para uso do visitante

[] Circuito de visitação adaptado

- Corrimãos nas escadas e nas rampas
- Elevador adaptado
- Rampa de acesso
- Sanitário adaptado
- Telefone público adaptado
- Vaga de estacionamento exclusiva para deficientes
- Vaga de estacionamento exclusiva para idosos
- Outro(s)

36.2 - Especifique: [_____]

37 - *O museu oferece instalações e serviços destinados às pessoas com deficiências auditivas e/ou visuais?

- Sim Não

37.1 - *Em caso positivo, especifique:

Possibilidade de seleção múltipla

- Guia multimídia (audioguia com monitor)
- Maquetes táteis ou mapas em relevo do museu
- Obras e reproduções táteis
- Piso tátil
- Sinalização em braile
- Tradutor de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras)
- Textos/etiquetas em braile com informações sobre os objetos em exposição
- Outro(s)

Especifique: [_____]

38 - *O museu possui recursos para atendimento de turistas estrangeiros como sinalização, audioguia, folder etc. em outros idiomas?

- Sim Não

Em caso positivo, responder as questões 37.1 a 37.4:

38.1 - *O museu dispõe de sinalização visual em outro(s) idioma(s)?

- Sim Não

38.2 - *O museu oferece material de divulgação impresso em outros idiomas?

Para fins desta pesquisa, considera-se material de divulgação: folder, catálogo, guia etc. Não se enquadram nesta pergunta as publicações de caráter acadêmico.

Sim Não

38.3 - *O museu oferece audioguia em outros idiomas?

Equipamento de áudio com narrações/descrições/explicações sobre a(s) exposição/instituição/atividade(s).

Sim Não

38.4 - *O museu dispõe de guia/monitor/mediador/orientador/educador que fala outro idioma?

Sim Não

39 - Assinale as instalações básicas e serviços oferecidos pelo museu:

Bebedouro

Estacionamento

Guarda-volumes

Livraria

Loja

Restaurante e/ou lanchonete

Sanitário

Teatro/Auditório

39.1 - Capacidade do teatro/auditório: [_____] (assentos)

40 - *O museu possui arquivo histórico (arquivos/coleções adquiridas)?

Arquivo composto por documentos cujo interesse administrativo duradouro ou seu valor histórico justifica uma conservação ilimitada; geralmente é posto à disposição da pesquisa histórica.

Sim Não

40.1 - *O arquivo histórico está aberto para consulta de usuários externos?

Sim Não

41 - *O museu possui biblioteca?

Sim Não

41.1 - *O acervo bibliográfico está aberto para consulta de usuários externos?

Sim Não

42 - *O museu possui equipe PRÓPRIA para desenvolvimento e realização de ações educativas e culturais?

Sim Não

43 - *O museu promove visitas com guia/mediador/monitor/educador/orientador?

Sim Não

43.1 - *Em caso positivo, especifique:

SOMENTE mediante agendamento

Sem necessidade de agendamento

44 - *O museu realiza atividades educativas e culturais para públicos específicos?

Sim Não

QUANDO SOLICITADO.

44.1 - *Em caso positivo, especifique:

Escolha a(s) que mais se adequem

Estudantes de ensino fundamental

Estudantes de ensino médio

Estudantes universitários

Professores

Terceira idade

Pessoas com deficiência

Indígenas, quilombolas ou outras comunidades tradicionais

Turistas nacionais

Turistas estrangeiros

Pessoas em situação de vulnerabilidade social

Outro

44.2 - *Especifique:

ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

ADESÃO AO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS - SBM

45 - *O museu manifesta interesse em tornar-se membro do Sistema Brasileiro de Museus?

De acordo com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, a adesão ao SBM dependerá de seu prévio Registro. Uma vez registrado o museu que manifestar interesse em participar do SBM terá adesão automática.

Sim Não

Eu, _____, portador do RG _____, expedido em _____, pelo órgão _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e

domiciliado em _____, no município de _____, estado de _____, declaro para fins da Política Nacional de Museus que sou responsável legal pelo Museu _____, situado à _____, no município de _____, no estado de _____, e que tenho ciência do Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e de seu respectivo Decreto regulamentador, nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, e das demais normas federais referentes à Legislação Museológica.

Por ser verdade as informações prestadas, solicito o Registro do referido Museu e comprometo-me a manter as informações desta instiuição requerente, atualizadas junto à entidade registradora de origem.

(Assinatura do solicitante)

(Nome completo do solicitante)

Local _____ - _____, _____ de _____, de 201_

ANEXO 4
PLANO MUSEOLÓGICO DO
MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA

PLANO MUSEOLÓGICO

2018

FERRAMENTA DE GESTÃO PARA OS MUSEUS

**MUSEU
REGIONAL DE
ENTOMOLOGIA**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	04
2. INTRODUÇÃO	05
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA	06
3.1. Breve histórico do Museu Regional de Entomologia – da sua criação, na década de 1970, até janeiro de 2018.....	06
3.2. Descrição e atuação do Museu Regional de Entomologia.....	09
3.2.1. Localização e espaço físico.....	09
3.2.2. Acervo do Museu Regional de Entomologia – coleção entomológica.....	12
3.2.3. Funções, atividades e trabalhos desenvolvidos.....	18
3.2.4. Recursos humanos e financeiros.....	21
3.2.5. Divulgação e transmissão do seu patrimônio.....	22
3.3. Planejamento Conceitual – conceito de museu; missão, visão e valores do Museu Regional de Entomologia.....	23
3.3.1. Algumas referências teóricas.....	23
3.3.2. Missão.....	24
3.3.3. Visão.....	25
3.3.4. Valores.....	25
3.3.5. Diagnóstico: Análise do Ambiente Interno e Externo - Análise SWOT.....	25
3.3.6. Objetivos Estratégicos.....	27
3.3.7. Objetivos Específicos.....	27
4. PROGRAMAS E PROJETOS	28
4.1. Programa institucional.....	28
4.1.1. Regimento Interno.....	28
4.1.2. Documento de criação.....	28
4.1.3. Projetos.....	28
4.2. Programa de Gestão de Pessoas.....	29
4.2.1. Projetos.....	30

4.3. Programa de acervos.....	30
4.3.1. Histórico dos acervos.....	30
4.3.2. Subprograma de aquisição e preservação do Acervo.....	31
4.3.3. Projetos.....	32
4.4. Programa de exposições (educativo e cultural).....	34
4.4.1. Projetos.....	35
4.5. Programa de pesquisa.....	35
4.5.1. Projetos.....	36
4.6. Programa arquitetônico-urbanístico.....	37
4.6.1. Projetos.....	39
4.7. Programa de segurança.....	40
4.7.1. Projetos.....	41
4.8. Programa de financiamento e fomento.....	41
4.8.1. Projetos.....	42
4.9. Programa de comunicação.....	42
4.9.1. Projetos.....	44
4.10. Programa sócio-ambiental.....	45
4.10.1. Projetos.....	46
5. DEMAIS INFORMAÇÕES.....	46
5.1. Histórico dos Acervos do Museu Regional de Entomologia.....	46
5.2. Projetos de Pesquisa.....	47
5.3. Disciplinas ministradas com material didático do Museu Regional de Entomologia.....	49
5.4. Eventos de Extensão do Museu Regional de Entomologia.....	49

5.5. Projeto de Exposição de Insetos no saguão do Prédio do Departamento de Entomologia.....	50
5.6. Projeto de inclusão social através do desenvolvimento de tecnologias assistidas voltadas para pessoas com necessidades especiais em espaços científicos: taxonomia, organização e informatização de coleções científicas entomológicas.....	51
6. BIBLIOGRAFIA CITADA.....	57

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano Museológico é fruto da dissertação de mestrado intitulada “Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa: uma proposta de institucionalização”. Essa pesquisa teve como objeto de estudo o Museu Regional de Entomologia, localizado no prédio do Departamento de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa, tendo como objetivo a realização de um estudo dos aspectos funcionais e operacionais deste espaço, apontamento suas faltas e levantando seus pontos importantes de atuação, a fim de propor uma ação de institucionalização desse estabelecimento, melhorando seu desempenho e tornando-o de fato uma instituição museal.

O Plano Museológico é um instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade, sendo um documento formal e indispensável para a gestão museal, pois fortalece o museu, identificando a sua missão básica e função específica, e o lugar ocupado por esta instituição no momento atual e para onde a mesma deve caminhar. Essas ações ajudam a instituição no alcance de uma melhor atuação frente à sociedade, utilizando todo o seu potencial para realizar seu trabalho e alcançar seus objetivos de forma mais eficaz.

2. INTRODUÇÃO

Uma breve apresentação sobre o panorama museológico brasileiro atual

A revitalização dos museus brasileiros e do patrimônio histórico do país tornou-se uma das metas do Governo Federal, a partir dos anos 2000. Vários investimentos tiveram como alvos a preservação de acervos e prédios tombados e o estímulo à apropriação destes pela sociedade, e a construção democrática de uma política nacional voltada ao setor museológico brasileiro. Após debate com a comunidade museológica, o Ministério da Cultura lançou em maio de 2003, a Política Nacional de Museus (PNM).⁴²³

Como consequência dessa política setorial, sistemas e órgãos de gestão de patrimônios culturais musealizados foram criados e legislação concernente ao setor foi aperfeiçoada. Em 2006, foi criado o Cadastro Nacional de Museus (CNM),⁴²⁴ importante ferramenta para o alcance das metas do Plano Nacional de Cultura. Em 14 de janeiro de 2009, através da Lei Nº 11.904,⁴²⁵ foi criada a primeira legislação específica para o setor, com dispositivos que orientam a organização do setor museal brasileiro e a proteção do patrimônio cultural musealizado ou passível de musealização. Em 20 de janeiro do mesmo ano, através da Lei Federal nº 11.906,⁴²⁶ foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), que sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

Dentre as várias competências do IBRAM, como a regulamentação, o apoio e a fiscalização do setor museológico, está também a de elaborar, divulgar e manter atualizado material com recomendações técnicas que promovam a preservação, conservação, divulgação dos bens culturais musealizados e declarados de interesse público, para melhorar qualidade do funcionamento dos museus e o atendimento às necessidades de visitantes e usuários.

⁴²³ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em 26 de março de 2018.

⁴²⁴ BRASIL. IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em 26 de março de 2018.

⁴²⁵ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm>. Acesso em 26 de março de 2018.

⁴²⁶ BRASIL. LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm>. Acesso em 26 de março de 2018.

A criação do IBRAM e o estabelecimento do Estatuto dos Museus têm como objetivo o fortalecimento do setor museal brasileiro, possibilitando a institucionalização dos museus através de ações que dão suporte e informações sobre o setor para a definição de recursos e de pessoal, aplicação de técnicas museológicas e preservação e recuperação de bens culturais musealizados.

A partir de janeiro de 2017, todos os museus brasileiros podem e devem solicitar o seu registro e se institucionalizarem junto ao IBRAM. O artigo 45, incisos VI e VII, presentes no Decreto nº 8.124/2013,⁴²⁷ de 17 de outubro de 2013, prevê penalidade para o museu que deixar de deixar de proceder ao seu registro em órgão competente e elaborar seu Plano Museológico.⁴²⁸

O Plano Museológico é uma ferramenta de orientação indispensável para a gestão de museus. Trata-se de um documento orientador no sentido de estabelecer a visão, a direção e os caminhos que um museu deverá percorrer para alcançar um adequado desenvolvimento de todas as suas atividades, estruturando seu trabalho interno e melhorando sua atuação frente à sociedade.

Este documento deve ser elaborado com base em legislação, tendo como referência a Lei 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus. E mais importante que elaborá-lo é colocá-lo em prática, pois é a partir do seu estabelecimento que o museu começará a refletir sobre os processos que os levará a mudanças positivas.

Na busca de realizarmos uma ação de institucionalização do Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa, apresentamos uma proposta de Plano Museológico, elaborado com metas, estratégias e objetivos para o funcionamento adequado deste museu, em consonância com as diretrizes e leis museológicas vigentes.

⁴²⁷ BRASIL. **DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei Nº 11. 906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm>. Acesso 16 de março de 2018.

⁴²⁸ *Ibid.*

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUSEU REGIONAL DE ENTOMOLOGIA

3.1. Breve histórico do Museu Regional de Entomologia – da sua criação, na década de 1970, até janeiro de 2018.

O interesse pelas coleções entomológicas, na Universidade Federal de Viçosa, teve início por volta de 1927, juntamente com a criação da universidade, que na época funcionava como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), e o oferecimento de uma disciplina de Entomologia.

A ESAV caracterizava-se como uma instituição essencialmente agrícola. Por ser uma Escola com foco no ensino prático e teórico da Agricultura e Veterinária e o estudo experimental nessa área, podemos inferir que o Prof. Peter Henry Rolfs, grande pioneiro na estruturação da ESAV, deu o primeiro passo na formação de uma coleção de insetos para ser usada como instrumento científico-pedagógico, coleção essa que hoje faz parte do acervo do Museu Regional de Entomologia. Uma coleção entomológica é uma importante ferramenta para a identificação de pragas agrícolas, sendo fundamental para o controle eficiente de doenças agrárias.

Em 1929, o Professor P. H. Rolfs visitou os Estados Unidos para recrutar especialistas em várias áreas da agricultura, inclusive na área de Entomologia, para fazer parte do corpo docente da ESAV. O entomologista, Dr. Edson Jorge Hambleton, graduado pela Universidade de Ohio, EUA, e mestre e Ph.D. pela Universidade de Cornell, aceitou o convite e chegando em Viçosa deu início às suas atividades. Foi lotado na Seção de Entomologia, trabalhando na organização das coleções entomológicas, providenciando os armários para armazenamento do acervo, na formação do apiário e na coordenação de disciplinas. Dr. Hambleton era especialista em aracnídeos e trabalhos práticos no controle de insetos.⁴²⁹

Até o final da década de 1950, ocorreu uma intensa participação de pesquisadores na organização, preservação, identificação, arquivamento de dados e informações sobre os insetos de Minas Gerais e região, montando-se uma coleção de pragas, principalmente de

⁴²⁹ Essas descrições foram retiradas de fonte encontrada nos documentos do Museu Regional de Entomologia. Esse material refere-se a um curso intitulado “O Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal”, oferecido em maio de 1984, pelo Prof. Paulo Sergio Fiuza Ferreira, criador e curador do museu (até janeiro de 2018), na IX Semana de Biologia. FERREIRA, P. S. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. O Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal. 1984. 13 p.

plantas cultivadas. Dentre esses pesquisadores, merecem destaque: Dr. Diego Alves de Mello (professor de Entomologia no período de 1926 a 1929), Dr. Edson Jorge Hambleton (professor de Entomologia no período de 1929 a 1934), Henrique Floriano Galante Sauer, Benjamim Thomaz Snipes (professor de Entomologia no período de 1937 a 1940) e Frederico Vanetti (professor de Entomologia no período de 1939 a 1964). Além desses, inúmeros pesquisadores contribuíram para o crescimento da coleção entomológica através de coletas, informações de campo e identificações.

A partir da década de 1970, o horizonte de pesquisas se ampliou e vários projetos de pesquisas financiados por diferentes órgãos governamentais deram suporte a estudos sobre biodiversidade e análises entomofaunísticas em ecossistemas naturais e planos de manejo ambiental, culminando em importantes relatórios, publicações e comunicações científicas e farto material entomológico.⁴³⁰ O resultado foi a recuperação, organização e preservação dessas coleções entomológicas, dentro dos moldes internacionais, sob curadoria do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira,⁴³¹ tornando-se assim, o Museu Regional de Entomologia.

Inicialmente, o Museu Regional de Entomologia era vinculado ao Departamento de Biologia Animal, e fisicamente estava instalado na sala 211 do Edifício Chotaro Shimoya, no *campus* da UFV.

Desde sua concepção como museu, as atividades do Museu de Entomologia tiveram como foco principal a pesquisa científica e o suporte ao estudo de pesquisadores e estudantes da área. Almejava-se que o museu se tornasse uma referência regional, começando pela Zona da Mata e podendo alcançar todo o Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, devido ao fato de seu acervo entomológico conter mais de 90% dos seus exemplares provenientes do estado de Minas Gerais, o nome Museu Regional de Entomologia tornou-se oficial.

O Museu Regional de Entomologia possui um Regimento, no entanto este foi elaborado quando a instituição ainda era vinculada ao Departamento de Biologia Animal,

⁴³⁰ FERREIRA, P.S.F.; D.S. MARTINS & N. HÜBNER. 1986. Levantamento, flutuação e análise da entomofaunística em mata remanescente da Zona da Mata, Viçosa, Minas Gerais. I. Sphingidae: Lepidoptera. **Revista Ceres** 33: 516-527.

⁴³¹ O Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira, popularmente conhecido como Professor Fiuza, formou-se em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. Tornou-se Mestre em Ciências Biológicas (Entomologia), em 1978, na Universidade Federal do Paraná e Doutor em Entomologia, em 1993, na Texas A&M University, Estados Unidos. Realizou o Pós-doutorado no National Museum of Natural History, Smithsonian Institution, em Washington, EUA. Foi professor da Universidade Federal de Viçosa no período de 1973 a 2018, com lotação inicial no Departamento de Biologia Animal e posteriormente, no Departamento de Entomologia, no qual desenvolveu pesquisas na área de Entomologia com estudos em taxonomia, biodiversidade e análise entomofaunística, principalmente na Ordem *Hemiptera*, Subordem *Heteroptera*, com ênfase na Família *Miridae*. BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Plataforma *Lattes*. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781187Z5>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

tendo sido aprovado em reunião do corpo docente do DBA. O documento não possui data e é o único Regimento que o Museu possui até o momento, não tendo ocorrido nenhuma atualização ou modificação após sua aprovação, mesmo após mudança do Museu Regional de Entomologia para o Departamento de Entomologia.

O Regimento especifica a destinação do Museu: “estudo, reunião e exposição de peças e coleções científicas e/ou didáticas de espécimes entomológicos” com foco no ensino, pesquisa e extensão, com os objetivos de desenvolver o ensino e promover a pesquisa científica, estendendo à comunidade essas atividades, através de cursos e serviços especiais.

O Museu Regional de Entomologia, desde sua concepção, sempre participou de vários eventos voltados à capacitação educacional e científica, na área de taxonomia, de universitários, técnicos, professores e pesquisadores, através de cursos e palestras. Vários documentos foram encontrados em arquivo do museu, apresentando cursos e ciclos de palestras entomológicas, promovidas pelo Museu com vistas a subsidiar o ensino e a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, como biologia, ecologia e agrícola, promovendo assim extensão universitária. Além de palestras, o Museu também promovia cursos de capacitação na área de taxonomia.

Em 1984, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Entomologia e o curso de Mestrado, o acervo entomológico do Museu começou a aumentar significadamente através de exemplares provenientes de projetos de pesquisa e dissertações do curso. Posteriormente, em 1996, foi criado o curso de Doutorado, dando continuidade à manutenção e ao aumento da coleção.

A organização da coleção e a criação do museu, através do trabalho do Prof. Paulo Sergio Fiuza Ferreira, e todas as suas atividades, tiveram como foco a formação de um centro regional de entomologia que servisse de base para a identificação de insetos, fomentasse a pesquisa em diversas áreas da ecologia, biologia, agropecuária, saúde, e conservação ambiental e promovesse o conhecimento da entomofauna mineira, principalmente na Zona da Mata, resultando num aumento do acervo de sua coleção.

Além da pesquisa, o Museu sempre se mostrou inclinado ao desenvolvimento e à promoção de um ensino mais técnico, através do treinamento de universitários, técnicos e profissionais na área de sistemática e curadoria para organização, catalogação e conservação de coleções científicas entomológicas, através de estágios e cursos.

3.2. Descrição e atuação do Museu Regional de Entomologia

3.2.1. Localização e espaço físico

O Museu Regional de Entomologia é um museu, assim nomeado e classificado, possuindo em seu acervo coleções entomológicas. De acordo com suas características, ele pode ser classificado como um museu de história natural e ciências naturais, destinado à exibição de temas relacionados com uma ou várias disciplinas como a biologia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia e ecologia.

Sua coleção é formada por milhares de exemplares de diferentes ordens de insetos, representantes de diversos ecossistemas, constituindo o maior acervo entomológico regional do Estado de Minas Gerais.

Os exemplares de sua coleção provêm de projetos de pesquisa e de dissertações e teses dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Entomologia.

Atualmente o museu está sem um gestor, pois em janeiro de 2018 o professor Paulo Sergio Fiuza Ferreira, que era seu curador, aposentou-se.

O Museu Regional de Entomologia está localizado no primeiro andar do Prédio do Departamento de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa.



Figura 1. Fachada do Departamento de Entomologia. Campus Universitário. Universidade Federal de Viçosa. Fonte: UFV. Departamento de Entomologia. Disponível em: <<http://www.entomologia.ufv.br/>>. Acesso em 04 de outubro de 2017.

Fisicamente, o Museu funciona em um espaço formado por cinco salas: sala de entrada, com um pequeno almoxarifado, sala do curador, que era ocupada pelo Prof. Fiuza, uma sala intermediária, e a sala onde está instalada a coleção entomológica.

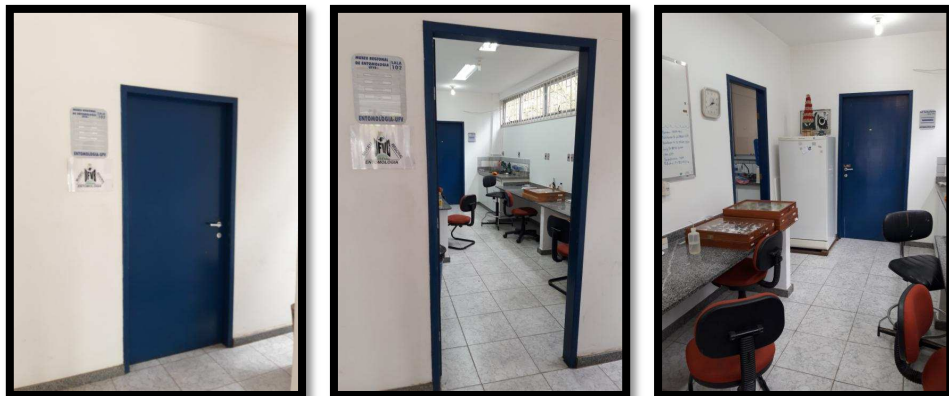


Figura 2. Porta de entrada do Museu. Figuras 3 e 4. Sala de entrada com as bancadas de trabalho para a identificação e catalogação de insetos. Na porta azul fechada à frente (figura 4) está a sala da curadoria.



Figura 5. Imagem do Almojarifado. Figura 6. Imagem da sala intermediária que dá acesso à sala principal onde está armazenado o acervo. No detalhe uma placa informando “Coleção Entomológica”. Figuras 7 e 8. Imagens da sala principal com os armários que guardam a coleção entomológica.

A sala principal da área total do museu armazena as coleções entomológicas. A guarda do acervo é feita em armários com gavetas entomológicas bem vedadas que possuem uma tampa de vidro. Dentro de cada gaveta estão acondicionados os exemplares de insetos secos, presos por alfinetes especiais e organizados segundo hierarquia taxonômica, com as respectivas ordens e famílias. Ao todo são 26 armários e além destes, a sala ainda abriga

materiais diversos e dois desumidificadores, importantes para a conservação da coleção, mas que atualmente não funcionam. Há problemas estruturais na sala, como pisos quebrados, falta de manutenção, armários danificados e gavetas entomológicas que precisam ser substituídas.

Através de observação percebemos que a infraestrutura do Museu é bem precária frente a um material tão rico como o que possui: um patrimônio histórico-científico da biodiversidade de ecossistemas naturais de Minas Gerais. Efetivamente, o espaço ocupado pelo Museu não reúne as condições adequadas para o acondicionamento e preservação das coleções. Identificamos problemas estruturais na sala, como pisos quebrados, falta de manutenção etc. Além disso, verificamos o acúmulo de material que não faz parte do acervo, o que pode causar uma certa poluição visual. No caso dos desumidificadores, equipamentos fundamentais no controle das condições ambientais do espaço, estão com problema. Quanto ao mobiliário, observamos que, muitos armários estão danificados e há necessidade de substituição de algumas gavetas entomológicas.

Além de identificarmos a necessidade de melhoria do Museu quanto à manutenção e organização dessa coleção biológica, perspectiva-se também melhorá-lo para torná-lo um espaço com condições de visitação. Da forma como se apresenta, o Museu Regional de Entomologia funciona sobretudo como um depósito e/ou sala de estudos e pesquisa. No contexto espacial atual é inapropriada a visita à coleção.

Falta para o Museu Regional de Entomologia um espaço destinado a exposições. Hoje, o espaço físico total do Museu conta com 5 salas, dentre elas a sala que guarda o acervo: um espaço de Reserva Técnica.

Para que um museu desempenhe suas funções básicas, definidas na sua missão, é necessário que o órgão administrativo responsável por esse espaço endosse condições básicas de infraestrutura, com instalações e meio ambiente adequados. Espera-se que um museu, e o seu acervo, seja um local de acesso a todos, com disponibilidade de visitação. Mais que isso, é necessário assegurar a saúde, segurança e acessibilidade dos seus visitantes além das pessoas que trabalham nele.⁴³²

⁴³² LEWIS, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

3.2.2. Acervo do Museu Regional de Entomologia – coleção entomológica

O Museu Regional de Entomologia é depositário/guardião de uma coleção biológica, um valioso acervo científico no campo da entomologia, reunindo uma das maiores coleções entomológicas do Estado de Minas Gerais. Com milhares de exemplares, o acervo entomológico possui em sua maioria insetos de importância econômica agrícola, constituindo um patrimônio científico de valor inestimável.

As coleções biológicas, entre elas a entomológica, perpetuam a história da biodiversidade e se mantidas de maneira adequada, podem durar por centenas de anos. A diversidade biológica é um tema de grande importância na manutenção da vida e fundamental para atender diversas necessidades básicas do homem.

Dentro dessa biodiversidade ganham destaque os insetos, que estão presentes em praticamente todos os ambientes do planeta, sendo o grupo dominante de organismos na Terra, tanto em termos de diversidade taxonômica quanto de função ecológica, com destacado papel desempenhado nos diversos ecossistemas, como a polinização e o controle biológico. “Dentre todos os grupos animais os insetos são o com maior número de indivíduos e espécies. Do total de 1,5 milhão de espécies de animais descritas em todo o Mundo, 865 mil são insetos”.⁴³³

Os insetos são organismos que influenciam e afetam outras espécies (inclusive humanos) e parâmetros ecológicos, de várias maneiras. “A capacidade de responder rapidamente às mudanças ambientais faz dos insetos úteis bioindicadores e potenciais reguladores das condições do ecossistema”.⁴³⁴

As coleções biológicas são centros depositários de material biológico que abrigam exemplares de espécimes, devidamente conservados, organizados, estudados e com todas as informações referentes aos indivíduos e às populações de cada espécie, com finalidade de uso diversa.⁴³⁵

Essas informações podem ser utilizadas em diversos campos da ciência, como: biogeografia, biologia pesqueira, conservação e manejo de recursos naturais, bioquímica, biotecnologia, ecologia, evolução, genética, medicina, toxicologia, mudanças climáticas

⁴³³ MARINONI, L. et al. Coleções entomológicas brasileiras: estado da arte e perspectivas para dez anos. Documento de trabalho. Projeto Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de Informações sobre Biodiversidade, 1-28. 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10448/000569256.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

⁴³⁴ *Ibid.*

⁴³⁵ *Ibid.*

globais, legislação, entre outras. Como resultado desse uso, tem-se o retorno em benefícios à sociedade, tanto em curto, médio ou longo prazo.⁴³⁶

As informações biológicas, quando associados a dados climáticos, meteorológicos, geográficos, entre outros, são essenciais para a compreensão da vida no planeta no passado e no presente, e para se prever, hipoteticamente, aquilo que possa ocorrer no futuro. É um importante banco de dados para o entendimento das mudanças na biodiversidade e seus impactos na sociedade, reflexo da ação dos sistemas naturais ou das intervenções humanas sobre o meio ambiente, desempenhando um relevante papel na saúde pública, agropecuária e outros setores econômicos.⁴³⁷

Especificamente, as coleções entomológicas são instrumentos fundamentais nos seguintes processos:⁴³⁸

- identificação de espécies;
- registros sobre extinção e alterações de distribuição de espécies;
- análise e monitoramento a longo prazo de mudanças ambientais;
- descoberta de novos recursos biológicos;
- assistência ao Estado na tomada de decisões e formulações de políticas conservacionistas e de manejo de recursos naturais sustentáveis;
- acesso ao conhecimento sistemático para a resolução de problemas;
- suporte científico, ajudando no entendimento dos processos de especiação, extinção e adaptação ocorridas no meio ambiente;
- fundamentam o testemunho da fauna de áreas protegidas, de áreas impactadas ou mesmo em via de desaparecimento sendo base para pesquisas em diversidade biológica.

As coleções podem ser classificadas de acordo com a finalidade a que se destinam. Há coleções didáticas, especiais, de identificação, regionais, e de pesquisa.

As coleções didáticas servem como um depósito final dos materiais destinados ao ensino, em aulas para discentes, e treinamentos em taxonomia, voltados para técnicos que

⁴³⁶ PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil. **Revista da SBEnBio**, n.9, p. 4437-4448, 2016. p. 4438. Disponível em: <<http://www.sbenbio.org.br/wordpress/wp-content/uploads/renbio-9/pdfs/2216.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

⁴³⁷ KURY, A. B. et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006. v. 1. 324 p. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/referata/arq/12_candinha/11194.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2018.

⁴³⁸ PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil *Op. cit.*

atuarão na catalogação de insetos e organização de coleções científicas. Essas coleções passam por processo de renovação constante, pois devido ao manuseio frequente seus exemplares sofrem maior risco de destruição.⁴³⁹

Coleções especiais são aquelas que reúnem material destinado a fundamentar estudos específicos. Como exemplo, dentre várias, tem-se coleções de interesse econômico, que abarcam aspectos médico-sanitários, agropecuários, alimentares, florestais etc, e coleções para levantamentos faunísticos.⁴⁴⁰

As coleções de identificação servem como um centro de apoio à rotina de identificação de material zoológico para os mais variados fins, pertencendo a instituições que realizam esse tipo de prestação de serviço. “O material contido nas coleções de identificação serve para comparações com o material que se deseja identificar”.⁴⁴¹

Coleções regionais reúnem espécimes de determinada região geográfica. São muito importantes, pois conseguem reunir quase que integralmente todos os exemplares representantes da fauna local, permitindo um estudo aprimorado da distribuição faunística, tanto em nível regional quanto nacional e até continental. Devido à sua importância esse tipo de coleção deve receber especial atenção em centros de ensino zoológico, como escolas superiores e técnicas, institutos e entidades de pesquisa. No entanto, na maioria dessas instituições falta interesse, apoio e recursos para a manutenção e organização de boas coleções.⁴⁴²

As coleções de pesquisa, como o próprio nome diz, possuem finalidades de estudo e pesquisa e conservam um vultoso e diverso material entomológico, sendo encontradas em instituições públicas, como museus e universidades, apresentando exemplares coletados há mais de um século. Tais coleções são consideradas patrimônio nacional e internacional, e constituem ferramenta imprescindível para a pesquisa em diversos níveis e assuntos relacionados à biodiversidade.⁴⁴³

As coleções entomológicas, assim como quaisquer coleções biológicas, são consideradas um rico patrimônio científico e possuem um valor inestimável, onde cada

⁴³⁹ PAPAVERO, N. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1994. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/34414472/papavero-n-1994-fundamentos-praticos-de-taxonomia-biologica>>. Acesso em 28 de abril de 2018.

⁴⁴⁰ *Ibid.*

⁴⁴¹ *Ibid.*

⁴⁴² *Ibid.*

⁴⁴³ *Ibid.*

exemplar é único e insubstituível, devendo a guarda dessas coleções constituir-se na principal tarefa das instituições detentoras desses acervos e dos órgãos mantenedores.⁴⁴⁴

Elas compõem um banco de dados importante para o estudo de formas de conservação do meio ambiente e o uso sustentável de seus componentes e são ferramentas essenciais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, visto que os materiais biológicos estão presentes em diversos segmentos da economia, como nas áreas de saúde, agropecuária, meio ambiente e indústria. Estes processos trazem benefícios à sociedade, mesmo que de forma indireta.

Além disso, há coleções que cumprem as funções anteriores e ainda são abertas e disponíveis à comunidade para visitação e conhecimento. Nesse caso, elas também podem ser utilizadas como estratégia para se alcançar uma educação ambiental e uma alfabetização científica.

Distintos documentos atribuem diferentes números da quantidade de exemplares de insetos existentes no Museu de Entomologia. Atualmente, estima-se que o acervo do museu possua mais de 100 mil exemplares, sendo necessários sua recontagem e registro. Um único inventário foi realizado, de forma macroscópica, nos anos 90, com o propósito de se ter uma ideia da quantidade de exemplares presentes no acervo, para o histórico do museu e para o seu *website*.

O Museu de Entomologia já utilizou uma plataforma online⁴⁴⁵ que, no momento, está inutilizada. Essa plataforma foi criada com o intuito de se manter um banco de dados online para consultas à coleção, com informações básicas e fotos de insetos. Porém, o *website* foi desativado pela dificuldade de manutenção.

Em razão da construção do *website* foi realizada somente uma vez uma tentativa de se documentar de forma detalhada a coleção entomológica. Tarefa essa que não foi finalizada, pois somente parte do acervo foi registrada. Outras informações sobre o acervo do museu estão presentes em dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Entomologia e publicações científicas.

⁴⁴⁴ KURY, A. B. et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. *Op. cit.*

⁴⁴⁵ Em notícia divulgada no Portal da UFV, em 07/02/2009, foi informado o lançamento do *website* do Museu Regional de Entomologia. UFV. Website do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=8329>. Acesso em 23 de abril de 2018.

Mesmo assim, a contagem macro da coleção mostrou a diversidade desse acervo, onde foram catalogados 4267 espécies, 2043 gêneros pertencentes a sete ordens e 144 famílias de insetos.⁴⁴⁶

Um museu obtém seu acervo por meio de doações, compra, troca, e quaisquer outros meios diversos em que o objeto é transferido para esse local. O Museu de Entomologia possui apenas acervo próprio e seus exemplares são provenientes de diferentes fontes como:⁴⁴⁷

- projetos de pesquisas individuais com coletas de insetos em campo, patrocinados por fundações e instituições de apoio financeiro às pesquisas;
- dissertações e teses, de mestrado e doutorado, do Programa de Pós-graduação em Entomologia, armazenados no acervo do museu;
- coletas voluntárias em campo;
- material entomológico proveniente de análise ecológica rápida (AER) desenvolvidas em variados Planos de Manejo Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental;
- permuta de insetos com outras instituições;
- doações;
- insetos retidos (devido ao não pagamento de identificações).

Devido à falta de pessoal especializado, o Museu de Entomologia nunca teve um controle e registro da entrada de material e armazenamento. No entanto, havia certo controle no empréstimo de exemplares e um protocolo de saída.

Após a aquisição de exemplares para o acervo, a identificação e a catalogação dos insetos, para que se tornem parte da coleção, é realizada por algum especialista, no caso taxonomista ou entomologista. No caso do Museu de Entomologia, esse processo sempre foi realizado por estudantes e estagiários, sob supervisão do Prof. Paulo Sergio Fiuza Ferreira.

A seguir apresentamos alguns registros da coleção entomológica do Museu de Entomologia:

⁴⁴⁶ UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <<http://www.pos.entomologia.ufv.br/um-tour-pela-historia-do-museu-regional-de-entomologia/>>. Acesso em 05 de maio de 2018.

⁴⁴⁷ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. Viçosa, dezembro de 2017.



Figuras 9 a 14. Algumas amostras do acervo entomológico do Museu.

3.2.3. Funções, atividades e trabalhos desenvolvidos

O Museu Regional de Entomologia, desde sua concepção, trabalha num sistema indissociável de pesquisa, ensino e extensão, desempenhando atividades que são norteadas por três princípios: o suporte às pesquisas, através de identificações, empréstimos e consultas a seu acervo; o suporte ao ensino, através do uso de suas coleções didáticas em disciplinas do

curso de Pós-Graduação em Entomologia e outros da UFV; e a realização de extensão universitária, com o oferecimento de cursos de extensão para treinamento em taxonomia, oferecidos em âmbito nacional e internacional.

Em acordo com esses princípios, o museu desempenha as seguintes funções/atividades:⁴⁴⁸

Aquisição e conservação de uma coleção biológica:

Uma das principais atividades de todo museu é a guarda de um patrimônio cultural, natural ou científico, de um povo, região ou nação, tendo no mínimo a responsabilidade de realizar essa função.⁴⁴⁹

O Museu de Entomologia é guardião de uma coleção entomológica representativa da biodiversidade dos diferentes ecossistemas do estado de Minas Gerais, sendo referência para identificação de insetos de importância econômica, agrícola e ambiental.

Nesse contexto, o Museu de Entomologia adquire exemplares e amplia sua coleção através das seguintes atividades:

- tria, monta e rotula espécimes provenientes de pesquisas de campo e laboratório;
- recupera material com a limpeza de espécimes e restauração de rótulos;
- organiza os insetos em gavetas e armários entomológicos por Ordem e Famílias de insetos;
- identifica exemplares do acervo do museu além de insetos enviados por outras instituições de pesquisas, por meio de envio de exemplares a especialistas, consultas a artigos científicos (que tenham chaves de identificação, descrições e revisões taxonômicas), e comparação com exemplares de outras coleções científicas, como as do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Fundação Instituto Oswaldo Cruz, RJ, Reserva Natural Vale, Linhares, ES, Museu de Zoologia da USP, Universidade Federal do Paraná, dentre outras;
- organiza e mantém “coleções específicas” que são aquelas provenientes de teses e dissertações que têm como tema assuntos muito peculiares, como por exemplo, relatório de impacto ambiental e pragas associadas a uma determinada cultura;

⁴⁴⁸ FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. *Op. cit.*

⁴⁴⁹ EDSON, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

- tria, identifica famílias, mantem, conservar, amplia e renova espécimes das coleções didáticas utilizadas nas disciplinas práticas dos cursos de Pós-Graduação em Entomologia e outros da UFV.

Suporte à pesquisa:

Uma das funções de um museu científico é a realização de investigação científica. No entanto, existem alguns museus, especificamente os de história natural e ciências naturais, que não realizam a investigação, mas funcionam como um “banco de dados”. Possuem a guarda e conservação de uma coleção científica, mas a investigação é realizada pela instância a qual este museu está inserido, como uma universidade, por exemplo.

Esse é o caso do Museu de Entomologia. Por conter uma importante coleção biológica de insetos representativos de um ecossistema regional, este museu atua como um centro de investigação científica e referência na identificação desses espécimes, dando suporte a pesquisas que têm como base o desenvolvimento científico e tecnológico.

No entanto, essa investigação não é realizada pelo museu. O trabalho é feito por especialistas (pesquisadores, sendo eles docentes ou discentes), em colaboração com a universidade. Além disso, existe a investigação externa, quando pesquisadores externos à instituição (como graduandos, mestrandos, doutorandos, docentes) solicitam acesso ao acervo para estudo e pesquisa.

Através de identificações, empréstimos e consultas, o museu, por meio de seu acervo, subsidia projetos de pesquisas nas áreas aplicadas e básicas como de taxonomia e sistemática de insetos, realizando a identificação precisa de pragas, vetores, polinizadores, agentes de dispersão e predação de sementes; identificação de insetos para planos de manejo ambiental na criação de áreas de preservação, conservação e educação ambiental.

A coleção serve como um importante banco de dados para pesquisas relacionadas aos seguintes temas: ecossistema, agroecossistema, distribuição geográfica das espécies no tempo e espaço, impacto ambiental (em que insetos são utilizados como bioindicadores), projetos agrícolas e conservacionistas, agentes de controle biológico de pragas etc.

Ainda neste contexto, o Museu de Entomologia disponibiliza material entomológico para desenvolvimento de dissertações e teses de mestrado e doutorado, tanto no país quanto no exterior, através de empréstimos e permuta de informações; e oferece infraestrutura e

suporte técnico a visitantes pesquisadores, técnicos, estagiários bolsistas e voluntários, estagiários de convênios internacionais e pós-graduandos.

Apoio ao Ensino:

O Museu de Entomologia é um museu de ciências criado e inserido em um contexto universitário. Dentre os vários possíveis papéis desempenhados por esse tipo de instituição está o de apoio a disciplinas científicas de base, nesse caso taxonomia e sistemática de insetos.

As coleções didáticas do acervo entomológico dão apoio ao Programa de Pós-Graduação em Entomologia, viabilizando as disciplinas e os projetos de pesquisa dos cursos de Mestrado e Doutorado em Entomologia, além de outros cursos da UFV.

Extensão universitária:

O Museu de Entomologia, através de seu acervo didático e arquivos de fotos, oferece cursos práticos sobre taxonomia de insetos adultos, taxonomia de insetos aquáticos, organização de coleções científicas, tanto na UFV como em outras instituições nacionais e internacionais. Esses cursos, que têm em média 15 dias de duração, são oferecidos a pesquisadores, professores, técnicos e estudantes de pós-graduação que lidam com Entomologia básica e aplicada.

Além disso, o museu oferece serviços de curadoria a professores, técnicos, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação da UFV e de outras instituições do Brasil e do exterior e para o público em geral.

3.2.4. Recursos humanos e financeiros

As pessoas que mantêm um museu, sejam elas remuneradas ou voluntárias, são peças fundamentais para a existência da instituição. Apesar de o acervo ser importante, sem o recurso humano que faz a curadoria e a conservação da coleção, está poderá se acabar.⁴⁵⁰

O Museu de Entomologia não possui funcionários especializados, nem tão pouco um museólogo responsável, e a manutenção e ampliação de seu acervo sempre foi e é realizada

⁴⁵⁰ BOYLAN, P. J. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. *Op. cit.*

por um corpo de estagiários e orientados flutuantes. Até janeiro de 2018 essa atividade era supervisionada pelo professor e curador Fiuza.

Atualmente, duas pessoas trabalham na organização e conservação da coleção: um servidor da UFV e um doutorando do Programa de Pós-Graduação em Entomologia.

Com relação a recursos financeiros, o Museu de Entomologia nunca teve um orçamento de receita. Os recursos utilizados pelo museu foram adquiridos por meio de projetos aprovados em órgãos financiadores, como CNPq, serviços prestados pelo museu como planos de manejo e relatórios de impacto ambiental, e cursos oferecidos. Outras vezes ocorreram doações, por parte de professores da UFV.

3.2.5. Divulgação e transmissão do seu patrimônio

O museu deve ser um espaço social destinado ao serviço público e educacional. Na sociedade contemporânea, o ensino-aprendizagem deixa de ser algo exclusivo do ambiente escolar e passa a abranger outros espaços de reflexões de âmbito social e político, como os museus.

As instituições museológicas têm a possibilidade de gerar processos educativos, ajudando na formação de indivíduos e os capacitando para participar criticamente na sociedade que os cerca e transformá-la.

Nesse sentido, esses espaços devem ser abertos e atrair a comunidade do seu entorno. “A interação com a comunidade e a promoção do seu patrimônio fazem parte do papel educativo dos museus”.⁴⁵¹

O Museu Regional de Entomologia, mesmo tendo um acervo tão rico e vasto e com grande potencial educacional, não possui um programa de visitação e nunca foi um setor aberto ao público, embora tenha havido alguns esforços para torná-lo conhecido entre os docentes, discentes, funcionários da UFV e alunos da comunidade viçosense.

A instituição museal, sendo parte de um sistema educacional informal, vem acrescentar valores especiais à escola formal, oferecendo diferentes modos de ensino-aprendizagem, entretenimento e discussão.

Especificamente, os museus de ciências, além de cumprirem um papel investigativo com foco na pesquisa, devem disponibilizar seus conhecimentos científicos à sociedade, independente de classe social ou faixa etária, para ajudar na formação de indivíduos críticos,

⁴⁵¹ LEWIS, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. *Op. cit.* p. 12.

participativos e capazes de compreender e tomar decisões sobre acontecimentos da realidade que os cerca.

Conforme já dissemos, a estrutura física atual do museu não possui uma sala de exposição. Para que uma visita ocorra, como a que foi relatada, é necessário um agendamento prévio, a fim de se realizar uma montagem demandada para a exposição.

3.3. Planejamento Conceitual – conceito de museu; missão, visão e valores do Museu Regional de Entomologia

3.3.1. Algumas referências teóricas

Historicamente, a concepção de museu está ligada a mostruários, gabinetes de curiosidades, coleções, depósito de objetos e guarda de memória. Na era moderna, o museu passa a agregar novas atividades, e o simples colecionismo transforma-se em ações e práticas de conservação, registro e classificação de objetos.

De acordo com o Conselho Internacional dos Museus (ICOM),⁴⁵² que é o órgão responsável pela formação dos conceitos museológicos, o museu

é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite.⁴⁵³

No Brasil, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, considera que são museus as instituições

sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.⁴⁵⁴

⁴⁵² Criado em 1946, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) é uma organização internacional que representa museus e profissionais dos museus, assessorando-os na missão de preservar, conservar e compartilhar o patrimônio cultural. O ICOM é governado de forma inclusiva e hierárquica, a nível internacional, reunindo mais de 37 mil membros, e é composto por Comitês Nacionais, que representam 141 países e territórios, e Comitês Internacionais, que reúnem especialistas em especialidades de museus em todo o mundo. Seu Secretariado está situado na Casa da UNESCO, Paris, França. ICOM. A Organização. Disponível em: <<http://icom.museum/the-organisation/>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

⁴⁵³ ICOM. Museum Definition. Tradução da autora. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>>. Acesso em 29 de maio de 2016.

⁴⁵⁴ BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. *Op. cit.*

O museu é um lugar de salvaguarda e estudo de determinada especificidade de uma região, seja ela natural, cultural ou social, configurando-se como um “espaço institucionalizado de memória, o qual se inter-relaciona com o indivíduo e a sociedade por meio do processamento e exposição dos bens culturais concretos e simbólicos...”⁴⁵⁵ Esses bens e objetos, protegidos e guardados, são frutos da humanidade e do seu meio, e nesse sentido podem ser definidos como um patrimônio cultural.

Para ser uma instituição museal é necessário que esse órgão atenda aos termos presentes nesses conceitos, isto é, seja uma instituição permanente, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, com visita regular, que adquira, conserva, estuda, expõe e transmite o seu patrimônio, que é um patrimônio da humanidade, com objetivo educacional e de lazer, promovendo a preservação de uma memória cultural, histórica e científica.

Além de serem núcleos importantes para a institucionalização de ações de manutenção de um acervo natural e científico, promovendo a preservação de uma memória cultural, histórica e científica, os museus de ciências têm um importante papel social, pois realizam a investigação e difusão da cultura científica, popularizando a ciência. A ênfase na divulgação científica e o uso de estratégias expositivas possibilitam uma maior participação do público nas atividades operadas no interior das exposições, conscientizando a população sobre a importância da preservação do meio ambiente e do meio em que vivem.⁴⁵⁶

Os museus de ciência, focados na questão educacional e social, devem ser locais auxiliares na formação de indivíduos autônomos, participativos e críticos. Desse modo, tal forma de educação possibilita ao indivíduo a compreensão do universo sociocultural em que está inserido.

3.3.2. Missão

O Museu Regional de Entomologia tem como missão realizar estudos e pesquisas entomofaunísticas, preservar e guardar uma coleção científica entomológica, colaborar para a preservação e conservação da biodiversidade, e contribuir para a sociedade, sendo uma

⁴⁵⁵ LOUREIRO, J. M. M. (2003). Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, 32.1: 88-95. p. 88. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15976.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

⁴⁵⁶ SOUZA, D. M. V. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 155-168, 2009.

instituição que disponibiliza conhecimentos científicos à humanidade para que esta tome posse do mesmo.

3.3.3. Visão

Ser uma instituição de referência nacional na preservação, estudo e guarda de uma coleção biológica, atendendo tanto a comunidade acadêmica quanto o cidadão comum, permitindo à população um maior acesso à ciência e sendo um órgão difusor de uma cultura científica.

3.3.4. Valores

- Ética em todas as dimensões e ações institucionais
- Responsabilidade na gestão de seu patrimônio
- Diálogo e construção coletiva de suas atividades
- Compromisso com a dimensão social do Museu
- Respeito nas relações interpessoais, profissionais e institucionais.

3.3.5. Diagnóstico: Análise do Ambiente Interno e Externo - Análise SWOT

Para realizar o diagnóstico, comumente utiliza-se o método *SWOT*, que em inglês faz referência às palavras *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities*, *Threats*. Traduzindo para o português, essas palavras significam: pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Na terminologia da análise *SWOT*, os pontos fortes e fracos referem-se ao ambiente interno da instituição, enquanto as oportunidades e ameaças referem-se às suas questões externas, aquilo que a aguarda no mundo exterior⁴⁵⁷.

⁴⁵⁷ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>>. Acesso em 27 de março de 2018.

Análise SWOT – Museu Regional de Entomologia

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Contém uma importante e abrangente coleção biológica de insetos representativos de um ecossistema regional. • Atua como um centro de investigação científica e referência na identificação de insetos, dando suporte a pesquisas que têm como base o desenvolvimento científico e tecnológico. • Possui parcerias com instituições nacionais e internacionais de pesquisa. • Possui acervo próprio e seus exemplares são provenientes de diferentes fontes. • É um museu acessível a diferentes públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possui infraestrutura precária e enfrenta dificuldades para a conservação do acervo. • Espaço físico limitado. • Não possui orçamento de receita e funcionários regulares. • No momento está sem curadoria. • Não possui documento de criação e seu Regimento Interno está desatualizado. • Não possui Organograma. • Não possui um inventário oficial. • Possui pouco suporte da estância ao qual está vinculado (Departamento de Entomologia) e consequentemente da autarquia ao qual está vinculado (UFV), faltando colaboração desses órgãos com o museu. • Não possui sala de exposição e consequentemente não está disponível para visitas regulares.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • É um museu científico e está inserido em uma universidade – uma instituição científica. • Esta universidade possui um circuito de museus. • Dispõe de oportunidade de ampla divulgação do espaço. • Política Nacional de Museus. • Possibilidade de cooperação técnica com outras instituições de pesquisa. • Crescente reconhecimento da função investigativa dos museus e ferramenta de difusão cultural científica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças no cenário político e redução dos recursos do Governo Federal. • Cortes orçamentários na universidade. • Não possui personalidade jurídica própria. • Os recursos disponíveis para suas atividades são insuficientes.

3.3.6. Objetivos Estratégicos

O Museu Regional de Entomologia tem por objetivos a pesquisa e o estudo entomofaunístico, a manutenção de uma coleção científica entomológica, a preservação e a conservação de espécimes de insetos, e a investigação e difusão científica.

3.3.7. Objetivos Específicos

- ✓ Alinhar suas ações e reestruturar suas atividades de forma a se adequar a proposta desse Plano Museológico;
- ✓ Se institucionalizar e se registrar junto ao IBRAM, podendo ter a possibilidade de participação em projetos de financiamento de órgãos externos;
- ✓ Realizar de forma qualitativa os projetos e programas institucionais;
- ✓ Manter a integridade do acervo, valorizando um patrimônio histórico-científico da biodiversidade de ecossistemas naturais de Minas Gerais;
- ✓ Desenvolver ações educativas no âmbito da cultura científica;
- ✓ Desenvolver amplo acesso ao museu, realizando exposições, cursos, palestras, dando visibilidade às atividades por ele desenvolvidas e viabilizando o acesso da população à cultura e à educação;
- ✓ Contribuir para a formação de público de museus;
- ✓ Propiciar o intercâmbio entre diferentes profissionais e áreas do conhecimento: pesquisadores, estudantes, escolas, instituições museológicas, instituições de pesquisa, e outros agentes, das áreas biológicas e humanas;
- ✓ Propor, desenvolver e executar programas e ações que promovam a inclusão social, trazendo para o museu grupos sociais diversificados, incluindo aqueles em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- ✓ Manter atualizada a relação do acervo entomológico;
- ✓ Assegurar a manutenção da estrutura física e de seus equipamentos;
- ✓ Estabelecer parcerias para aquisição de recursos que promovam a ampliação e conservação de seu patrimônio museológico;

- ✓ Integrar e participar da lista dos museus que compõem o Circuito de Museus em Viçosa-MG - divulgados pela Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC).

4. PROGRAMAS E PROJETOS

4.1. Programa institucional

“...abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes”.⁴⁵⁸

4.1.1. Regimento Interno

O Regimento Interno é um instrumento fundamental para a organização institucional e para melhorar o desempenho das funções do museu. Apesar de o Museu de Entomologia possuir um Regimento Interno, este está desatualizado, pois foi elaborado em um período em que o museu estava vinculado a outro departamento. Assim, é importante a elaboração de novo documento que definirá sua vinculação, sua missão, as competências, objetivos e estrutura orgânica da instituição.

4.1.2. Documento de criação

Para o processo de registro do museu junto ao IBRAM e para tornar-se membro do Sistema Brasileiro de Museus, um dos documentos necessários é o documento formal de criação do órgão: lei, decreto-lei, decreto, portaria, resolução, ata de reunião, ou algum outro formal.

O Museu de Entomologia não possui esse documento, sendo necessária sua adequação.

4.1.3. Projetos

⁴⁵⁸ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Elaboração de novo Regimento Interno.
2. Elaboração de documento de criação.
3. Criação da estrutura organizacional do museu e elaboração de seu organograma.

4.2. Programa de Gestão de Pessoas

“...abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação”.⁴⁵⁹

Desde sua criação, o Museu de Entomologia não dispõe de um quadro adequado de profissionais para a plena execução de suas atividades. E no momento atual encontra-se sem um gestor, pois está sem curadoria, em virtude da aposentadoria do Professor Paulo Sérgio Fiuza Ferreira em janeiro de 2018. A manutenção e ampliação de seu acervo sempre foram realizadas por um corpo de estagiários e orientados flutuantes, supervisionadas pelo professor e curador Fiuza.

QUADRO ATUAL

Curador	Sem curadoria
Funcionário efetivo	1 servidor da UFV, lotado no Departamento de Entomologia
Estagiário	1 doutorando do Programa de Pós-graduação em Entomologia
Terceirizado	1 faxineira do Departamento de Entomologia

⁴⁵⁹ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

Com quadro de pessoas apresentado o museu só consegue realizar as atividades de catalogação e guarda de espécimes na coleção, além de manutenção atual. Não sendo possíveis outras atividades, como exposições e disponibilidade de visitação.

4.2.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Estabelecimento de um novo curador.
2. Contratação de funcionário efetivo para o museu:
 - Preferencialmente um técnico de nível médio ou superior, que tenha experiência em museologia – solicitação junto à universidade de uma vaga para servidor que seja lotado no museu.
3. Estabelecimento de parceria com a UFV para a realização de estágios curriculares e bolsas de estágio.

4.3. Programa de acervos

“...abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica”.⁴⁶⁰

4.3.1. Histórico dos acervos

O Museu Regional de Entomologia possui em seu acervo coleções entomológicas. De acordo com suas características, ele pode ser classificado como um museu de história natural e ciências naturais, destinado à exibição de temas relacionados com uma ou várias disciplinas como a biologia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia e ecologia.

Além de ser um patrimônio histórico-científico da biodiversidade de ecossistemas naturais de Minas Gerais, seu acervo possui um caráter histórico-institucional, pois sua coleção começou a ser formada juntamente com a criação da UFV, havendo documentos que

⁴⁶⁰ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

apontem sua existência desde a década de 20. Desde então, vários personagens contribuíram para o crescimento da coleção entomológica, através de coletas, informações de campo e identificações.

A partir da década de 70, o professor Paulo Sergio Fiuza Ferreira deu início à reunião do acervo entomológico que se encontrava disperso no *campus* da UFV realizando a recuperação, organização e preservação dessas coleções, dentro dos moldes internacionais, e criando o Museu Regional de Entomologia. Nessa época, o museu era vinculado ao Departamento de Biologia Animal, e fisicamente estava instalado na sala 211 do Edifício Chotaro Shimoya, no *campus* da UFV. Em 2011, o DBA foi desmembrado dando origem a dois departamentos: o Departamento de Biologia Animal e o Departamento de Entomologia, ao qual ficou vinculado o Museu de Entomologia.

4.3.2. Subprograma de aquisição e preservação do Acervo

Os museus carregam os princípios básicos e a responsabilidade de adquirir, preservar e promover o seu acervo que constitui um patrimônio público, pois seus objetos são frutos do meio ambiente e da ação humana sobre ele.

A reunião de coleções é uma das funções primárias de todo museu, sendo as peças constituintes de seu acervo os ativos mais importantes da instituição. Assim como a gestão museal é de vital importância para o desenvolvimento e organização de cada museu, a gestão do acervo é vital para a organização, preservação e desenvolvimento da coleção que o museu abriga.⁴⁶¹

O Museu Regional de Entomologia é depositário/guardião de uma coleção biológica, reunindo uma das maiores coleções entomológicas do Estado de Minas Gerais. Com milhares de exemplares, o acervo entomológico possui em sua maioria insetos de importância econômica agrícola. As coleções biológicas, entre elas a entomológica, perpetuam a história da biodiversidade e se mantidas de maneira adequada, podem durar por centenas de anos.

O museu possui apenas acervo próprio e seus exemplares são provenientes de diferentes fontes como: projetos de pesquisas; dissertações e teses, de mestrado e doutorado, do Programa de Pós-graduação em Entomologia, armazenados no acervo do museu; coletas voluntárias em campo; material entomológico proveniente de análise ecológica rápida (AER) desenvolvidas em variados Planos de Manejo Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental;

⁴⁶¹ LADKIN, N. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. *Op. cit.*

permuta de insetos com outras instituições; doações; e insetos retidos (devido ao não pagamento de identificações).

Após a aquisição de exemplares para o acervo, a identificação e a catalogação dos insetos, para que se tornem parte da coleção, é realizada por algum especialista, no caso taxonomista ou entomologista.

Atualmente, estima-se que o acervo do museu possua mais de 100 mil exemplares, sendo necessários sua recontagem e registro. Mesmo assim, a contagem macro da coleção mostrou a diversidade desse acervo, onde foram catalogados 4267 espécies, 2043 gêneros pertencentes a sete ordens e 144 famílias de insetos. A falta de funcionários regulares e pessoal especializado não permite um controle rigoroso do acervo do museu, com devido registro da entrada de material e armazenamento.

4.3.3. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Organização e atualização do arquivo documental do Museu de Entomologia:
 - Memorial do Museu Regional de Entomologia - organização do arquivo documental e divulgação da história do museu;
 - Histórico dos acervos do Museu Regional de Entomologia – organização do arquivo documental e divulgação da história de cada coleção do museu;
 - Registro fotográfico do acervo museológico e sua disponibilização;
 - Organização dos materiais de empréstimo, de doação e de pesquisas, e das teses e dissertações depositadas no acervo do museu;
 - Organização dos documentos da origem de identificação de exemplares do acervo entomológico;
 - Organização dos registros de visitas, estágios e consultas ao acervo científico do museu.

2. Organização e ampliação da coleção científica:
 - Atualização e hierarquização taxonômica do acervo nos armários e gavetas entomológicos;

- Realização de um inventário e atualização dos números de exemplares do museu;
- Triagem, montagem, rotulagem de espécimes de material preservado em mantas entomológicas e coletados em campo;
- Identificação da miscelânea e alocação do material no acervo do museu;
- Triagem e identificação de famílias para envio de material a taxonomistas;
- Identificação por comparação com exemplares de coleções de museus nacionais;
- Estabelecimento de códigos para registros de exemplares do acervo (ou "vouchers");
- Ampliação das coleções: aumentar o número de armários entomológicos para abrigar insetos provenientes de trabalhos de pesquisas, teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Entomologia e inventários ecológicos;
- Organização de coleções especiais de referência como insetos florestais, de importância agrícola e médico-veterinária. Montar uma coleção de referência para a criação de um Centro Nacional de Identificação de Heteroptera de Importância Agrícola.

3. Organização da Coleção Didática:

- Disponibilização de um local adequado dentro do museu para a organização, ampliação, identificação e preservação de material entomológico a ser utilizado em Cursos de Extensão, a nível nacional e internacional, aulas práticas de disciplinas dos Cursos de Pós-Graduação de Entomologia e demais, e treinamento de estagiários e técnicos.

4. Preservação do acervo das Coleções Científica e Didática:

- Manutenção constante de substâncias repelentes e antifúngicas (paraformaldeído, naftalina, cânfora...) nas gavetas entomológicas;
- Conserto e manutenção dos desumidificadores do museu.

4.4. Programa de exposições (educativo e cultural)

“...abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração e os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições”.⁴⁶²

Os museus têm o importante papel de ser um órgão comunicador de patrimônios culturais e naturais, sendo um espaço social destinado ao serviço público e educacional. As interações com a comunidade e a promoção do seu patrimônio fazem parte da função educativa dos museus. Na sociedade contemporânea, o ensino-aprendizagem deixa de ser algo exclusivo do ambiente escolar e passa a abranger outros espaços de reflexões de âmbito social e político, como os museus. Sua missão institucional e os seus objetivos devem ser explicitados para o público por meio de suas exposições. É por meio delas que se dá o principal vínculo do público com a instituição. Nesse sentido, esses espaços devem ser abertos e atrair a comunidade do seu entorno.⁴⁶³

Os museus científicos são órgãos promotores da cultura científica devendo eleger essa finalidade como um dos seus objetivos principais. A difusão da cultura científica está em permitir à população um maior acesso à ciência através de suas exposições, mostrando como ela é feita e que não é algo distante. A promoção da cultura científica acontece quando o visitante deixa de ser mero observador daquilo que está sendo exposto e passa a entender como aquilo foi exposto, o “por que” e “para que”. Nesse momento, ele deixa de ver somente o resultado de todo o processo e passa a perceber como a ciência é feita.

O Museu de Entomologia, mesmo tendo um acervo tão rico e vasto e com grande potencial educacional, não possui sala de exposição e um programa de visitação, e nunca foi um setor aberto ao público, embora tenha havido alguns esforços para torná-lo conhecido entre os docentes, discentes, funcionários da UFV e alunos da comunidade viçosense.

As exposições museológicas são classificadas segundo diferentes critérios. Para o Museu de Entomologia consideraremos a execução de dois tipos de exposição:⁴⁶⁴

⁴⁶² BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

⁴⁶³ LEWIS, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** *Op. cit.*

⁴⁶⁴ HERREMAN, Y. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** *Op. cit.*

- Exposições temporárias - apresentadas ao público por períodos determinados, podendo ter recortes do seu acervo e possibilidade de parcerias externas;
- Exposições de longa duração – que estão diretamente relacionadas ao tempo de permanência para visitação pública.

4.4.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Exposição de longa duração:

Organização de uma exposição intitulada “Memorial do Museu Regional de Entomologia” no *hall* do Departamento de Entomologia com fontes encontradas em seu acervo documental que ajudam a contar um pouco de sua história.

2. Exposições temporárias:

Organizações esporádicas de exposições interativas no *hall* do Departamento de Entomologia, com exibição de diferentes coleções de seu acervo e variados temas em entomologia, como forma de complementação educacional e formação de valores em educação ambiental, voltadas a distintos públicos: estudantes em idade pré-escolar, níveis fundamental, médio e universitário.

4.5. Programa de pesquisa

“...abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros”.⁴⁶⁵

Uma das funções de um museu científico é a realização de investigação científica. No entanto, existem alguns museus, especificamente os de história natural e ciências naturais, que não realizam a investigação, mas funcionam como um “banco de dados”. Possuem a guarda e

⁴⁶⁵ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

conservação de uma coleção científica, mas a investigação é realizada pela instância a qual este museu está inserido, como uma universidade, por exemplo.

Esse é o caso do Museu de Entomologia. Por conter uma importante coleção biológica de insetos representativos de um ecossistema regional, este museu atua como um centro de investigação científica e referência na identificação desses espécimes, dando suporte a pesquisas que têm como base o desenvolvimento científico e tecnológico.

No entanto, essa investigação não é realizada pelo museu. O trabalho é feito por especialistas (pesquisadores, sendo eles docentes ou discentes), em colaboração com a universidade. Além disso, existe a investigação externa, quando pesquisadores externos à instituição (como graduandos, mestrandos, doutorandos, docentes) solicitam acesso ao acervo para estudo e pesquisa.

Através de identificações, empréstimos e consultas, o museu, por meio de seu acervo, subsidia projetos de pesquisas nas áreas aplicadas e básicas como de taxonomia e sistemática de insetos, realizando a identificação precisa de pragas, vetores, polinizadores, agentes de dispersão e predação de sementes; identificação de insetos para planos de manejo ambiental na criação de áreas de preservação, conservação e educação ambiental.

A coleção serve como um importante banco de dados para pesquisas relacionadas aos seguintes temas: ecossistema, agroecossistema, distribuição geográfica das espécies no tempo e espaço, impacto ambiental (em que insetos são utilizados como bioindicadores), projetos agrícolas e conservacionistas, agentes de controle biológico de pragas etc.

Ainda neste contexto, o Museu de Entomologia disponibiliza material entomológico para desenvolvimento de dissertações e teses de mestrado e doutorado, tanto no país quanto no exterior, através de empréstimos e permuta de informações; e oferece infraestrutura e suporte técnico a visitantes pesquisadores, técnicos, estagiários bolsistas e voluntários, estagiários de convênios internacionais e pós-graduandos.

4.5.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Sistema de Identificação:

- Viabilizar a identificação de insetos solicitados por pesquisadores, técnicos, professores, pós-graduandos e outros setores que se fizerem necessários;
- Estabelecer convênios bilaterais com taxonomistas de Instituições Nacionais (MNRJ, FIOCRUZ, UFPR, FZBRS, MZUSP e outros) e Internacionais (Smithsonian National Museum of Natural History (NMNH), Washington, D.C., USA; American Museum of Natural History (AMNH), New York, USA, e outros);
- Organização de coleções sinóticas especiais de insetos de importância econômica primária para auxiliar na identificação de espécies de praga agrícola e vetores de patógenos à espécie humana para serviços alfandegários, quarentenários e pesquisas no Estado de Minas Gerais.

2. Informatização do Museu de Entomologia

- Organização do *website* do museu, no intuito de se manter um banco de dados online para consultas à coleção, com informações gerais como ordens, famílias e espécies, número de exemplares, localidades coletadas, plantas hospedeiras, presas, titulação dos espécimes (holotipo, paratipo, comparado com o tipo etc) e fotos dos insetos a serem disponibilizadas à classe científica e ao público interessado no acervo do museu.

4.6. Programa arquitetônico-urbanístico

...abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência.⁴⁶⁶

O Museu Regional de Entomologia está localizado no primeiro andar do Prédio da Unidade de Entomologia Agroecológica do Departamento de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa.

⁴⁶⁶ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

Fisicamente, o museu funciona em um espaço formado por cinco salas: sala de entrada, com um pequeno almoxarifado, sala do curador, uma sala intermediária, e a sala onde fica a coleção entomológica.

A seguir, apresentamos desenho de uma planta baixa, e numeramos as salas para melhor identificação do objeto de estudo.



Planta baixa com representação do Museu de Entomologia. Elaborado pela autora.

Na sala 1, que é a sala de entrada, existem, além de outros materiais, duas bancadas para a realização de identificação e organização dos exemplares que fazem parte do acervo. A sala 2 é um pequeno almoxarifado para a guarda de materiais diversos. A sala 3 é a sala da curadoria. A sala 4, que é uma sala intermediária, existe uma outra bancada de trabalho e uma pequena cozinha para uso dos estagiários, estudantes e professores. Esta sala dá acesso à sala maior do espaço do museu, onde estão os armários que guardam as coleções.

A sala 5 é a principal do espaço total do museu e armazena as coleções entomológicas – sala de reserva técnica. A guarda do acervo é feita em armários com gavetas entomológicas bem vedadas que possuem uma tampa de vidro. Dentro de cada gaveta estão abrigados os exemplares de insetos secos, presos por alfinetes especiais e organizados segundo hierarquia

taxonômica, com as respectivas ordens e famílias. Ao todo são 26 armários. Além dos armários, a sala 5 abriga materiais diversos e dois desumidificadores, que atualmente não funcionam.

Através de observação percebemos que a infraestrutura do museu é bem precária frente a um material tão rico como o que possui: um patrimônio histórico-científico da biodiversidade de ecossistemas naturais de Minas Gerais. Efetivamente, o espaço ocupado pelo museu não reúne as condições adequadas para o acondicionamento e preservação das coleções. Identificamos problemas estruturais na sala, como pisos quebrados, falta de manutenção etc. Além disso, verificamos o acúmulo de material que não faz parte do acervo, o que pode causar uma certa poluição visual. No caso dos desumidificadores, equipamentos fundamentais no controle das condições ambientais do espaço, estão com problema. Quanto ao mobiliário, observamos que, muitos armários estão danificados e há necessidade de substituição de algumas gavetas entomológicas.

Além de identificarmos a necessidade de melhoria do museu quanto à manutenção e organização dessa coleção biológica, perspectiva-se também melhorá-lo para torná-lo um espaço com condições de visitação. Da forma como se apresenta, o Museu Regional de Entomologia funciona sobretudo como um depósito e/ou sala de estudos e pesquisa. No contexto espacial atual é inapropriada a visita à coleção.

4.6.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Espaços internos do Museu de Entomologia:

- Realização de diagnóstico e execução das adequações estruturais necessárias às salas internas do museu - solicitação junto à UFV de diagnóstico a ser realizado por arquiteto;
- Adequação e manutenção da sala de reserva técnica;
- Manutenção e conserto de materiais necessários à preservação do acervo – armários, gavetas entomológicas e desumidificadores.

2. Espaço externo do Museu de Entomologia:

- Estabelecimento de um espaço de exposição: utilização do hall do Departamento de Entomologia;
- Instalação de uma placa de sinalização do Museu Regional de Entomologia na fachada do Departamento de Entomologia.

4.7. Programa de segurança

“...abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência.”⁴⁶⁷

Diferentes níveis de segurança precisam ser refletidos dentro de instituições museológicas, tendo em vista a preocupação com a preservação de seu acervo e segurança física dos trabalhadores e visitantes. Portanto, faz-se necessário a formulação de medidas preventivas em caso de emergências, de acordo com as necessidades e possibilidades da instituição.

A implantação de um protocolo de medidas preventivas trata-se de uma nova metodologia a ser estudada, que busca investigar, detectar e bloquear possíveis riscos na instituição: furto e vandalismo; curtos circuitos e incêndios; vazamentos; pragas; poluentes; temperatura incorreta e umidade incorreta.⁴⁶⁸

O Museu de Entomologia possui alguns problemas de adequação como infraestrutura inadequada, que coloca em risco o acervo e as pessoas que nele trabalham, e ausência de um plano de segurança e de emergência.

Além de realizar adequações e manutenções no espaço para a garantia da proteção física e patrimonial do museu, torna-se necessária a elaboração de um projeto de segurança que contemple a aquisição de equipamentos de segurança, entre outros.

⁴⁶⁷ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

⁴⁶⁸ BRASIL; MinC; IBRAM. 2013. Cartilha 2013. Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/cartilha_PGRPMB_web.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2018.

4.7.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Elaboração de um plano de proteção física e patrimonial;
2. Realização de manutenções periódicas no espaço físico do museu.

4.8. Programa de financiamento e fomento

“...abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos”.⁴⁶⁹

Com relação a recursos financeiros, o Museu de Entomologia nunca teve um orçamento de receita. Os recursos utilizados pelo museu foram adquiridos por meio de projetos aprovados em órgãos financiadores, como CNPq, serviços prestados pelo museu como planos de manejo e relatórios de impacto ambiental, e cursos oferecidos. Outras vezes ocorreram doações, por parte de professores da UFV.

Ao implementar o Plano Museológico e realizar o seu Registro junto ao IBRAM, o Museu de Entomologia poderá participar de projetos de financiamento de órgãos externos, realizado por meio de três alternativas principais:

4. apoio direto realizado pelo Ministério da Cultura e suas vinculadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) - o Ibram periodicamente publica Editais para fomento ao setor museológico;
5. por meio de Emendas Parlamentares ao próprio Orçamento - as emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União são discutidas geralmente entre 31 de agosto e 22 de dezembro de cada ano, quando o Congresso Nacional analisa a proposta orçamentária para o ano seguinte. Caso o parlamentar consiga incluir o projeto no orçamento, e havendo disponibilidade financeira, poderá ocorrer uma Transferência Voluntária da União com a celebração de um convênio ou instrumento congênere entre o beneficiário da emenda e o Ibram;

⁴⁶⁹ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

6. por meio de Renúncia Fiscal por meio da Lei 8.313/91 - consiste na apresentação de projetos a patrocinadores que poderão deduzir os recursos efetivamente aplicados do seu Imposto de Renda.⁴⁷⁰

4.8.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõe-se o seguinte Projeto:

1. Captação de recursos através de leis de incentivo à cultura por meio de projetos de financiamento de órgãos externos, além de recursos de editais diversos que contemple a área.

4.9. Programa de comunicação

“...abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional”.⁴⁷¹

Em decorrência da criação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), em 2006, foram mapeadas mais de 3500 instituições museológicas no Brasil. O resultado desse mapeamento promoveu o lançamento de publicações importantes como o **Guia dos Museus Brasileiros e Museus em Números**, ambos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC) e disponíveis na página eletrônica do IBRAM.⁴⁷²

O **Guia dos Museus Brasileiros**, o mais atual e completo guia já produzido na área no Brasil, foi lançado em 18 de maio de 2011 (Dia Internacional dos Museus) e distribuído aos museus que integram sua publicação, com o propósito de facilitar o acesso do público aos acervos brasileiros e promover a difusão de informações sobre o setor museal no país. A publicação traz informações de 3.118 museus, incluindo 23 museus virtuais, já mapeados em território nacional, como: ano de criação, situação atual, endereço, horário de funcionamento,

⁴⁷⁰ IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Fomento e Financiamento. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>. Acesso em 06 de março de 2018.

⁴⁷¹ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op. cit.*

⁴⁷² BRASIL. IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

tipologia de acervo, acessibilidade, infraestrutura para recebimento de turistas estrangeiros e natureza administrativa. Todos os dados foram organizados de modo a facilitar a consulta pelo usuário. Os museus estão divididos por região, estado e município.

O guia **Museus em Números foi lançado** em 2011, em dois volumes, e apresenta um panorama estatístico nacional e internacional do setor museal e textos analíticos sobre a situação dos museus nas unidades federativas. Os dados são referentes a 1,5 mil instituições museológicas brasileiras que responderam ao questionário do Cadastro Nacional de Museus (CNM) – cadastradas entre as mais de três mil instituições mapeadas em todo o país à época do levantamento de dados para a pesquisa (setembro 2010).⁴⁷³

Na Universidade Federal de Viçosa existe a Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC), órgão (vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) responsável pela consolidação dos interesses dos museus e espaços de ciências na universidade, estruturando ações conjuntas que promovam a visibilidade dessas instituições e o convívio e interação com a sociedade promovendo a construção de conhecimento daqueles que o visitam.

Estes espaços desenvolvem e realizam exposições permanentes e itinerantes, oficinas, minicursos e eventos culturais e de divulgação e popularização da ciência. São espaços abertos à visitação pública, proporcionando à comunidade o contato com várias temáticas e tipos de acervos. Todos estão integrados na Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV (SEMEC) que consolida os interesses dos espaços e estrutura ações em conjunto. Através da SEMEC, os espaços compõem o Circuito de Museus que busca a interação e a popularização da cultura, arte, conhecimento e ciência junto à comunidade de Viçosa e região.⁴⁷⁴

A UFV conta com doze museus e espaços de ciência: a Casa Arthur Bernardes, o Herbário VIC, o Horto Botânico, a Mata da Biologia, a Mata do Paraíso, o Museu da Comunicação, o Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef, o Museu de Zoologia João Moojen, o Museu Histórico da UFV, o Parque Interativo de Botânica, a Pinacoteca da UFV e a Sala Mendeleev. Destes, cinco aparecem na lista do **Guia dos Museus Brasileiros**. São eles: Museu Histórico da UFV, Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef, Casa Arthur Bernardes, Pinacoteca da UFV e Museu de Zoologia João Moojen. Curiosamente estão presentes no **Guia dos Museus Brasileiros** duas instituições museológicas que não fazem parte da SEMEC: o Parque da Ciência de Viçosa e o Museu da Anatomia Animal Comparada.

⁴⁷³ BRASIL. IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Museus do Brasil. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil/>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

⁴⁷⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da UFV. Disponível em: <http://www.semec.ufv.br/?page_id=9>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

O Museu de Entomologia não aparece na lista do **Guia dos Museus Brasileiros** e também na lista dos museus e espaços de ciência da UFV que integram a SEMEC, não dispondo de um programa dedicado à sua divulgação.

Apesar de já ter sido objeto de reportagens de jornais, locais e nacionais, seu conhecimento por parte da população é bem restrito, inclusive dentro da comunidade universitária, sendo sua difusão bastante limitada. O Museu de Entomologia já utilizou uma plataforma online⁴⁷⁵ que, no momento, está inutilizada. Essa plataforma foi criada com o intuito de se manter um banco de dados online para consultas à coleção, com informações básicas e fotos de insetos. Porém, o *website* foi desativado pela dificuldade de manutenção.

4.9.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Solicitar o seu Registro e institucionalizar junto ao IBRAM para fazer parte da lista do **Guia dos Museus Brasileiros**;
2. Fazer parte da lista dos museus e espaços de ciência da UFV que integram a SEMEC;
3. Realização de estudos de marketing e público;
4. Reativação do site do museu;
5. Publicação de um catálogo de exposição;
6. Elaboração de um programa anual de eventos, cursos, oficinas e palestras e divulgação dessas atividades;
7. Ampliação da divulgação por meio de mídia online (e-mails, redes sociais);
8. Criação de uma identidade visual do Museu de Entomologia;
9. Criação de produtos para venda com a imagem do Museu de Entomologia.

⁴⁷⁵ Em notícia divulgada no Portal da UFV, em 07/02/2009, foi informado o lançamento do *website* do Museu Regional de Entomologia. UFV. Website do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=8329>. Acesso em 23 de abril de 2018.

4.10. Programa sócio-ambiental

“...abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental”.⁴⁷⁶

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.⁴⁷⁷

Os museus científicos, especialmente os de história natural, jardins botânicos e zoológicos, e aquários, são órgãos importantes para realização desses processos, pois possuem a oportunidade de incorporarem em suas atividades e exposições temáticas a difusão de conceitos relativos à preservação da biodiversidade e conservação das espécies para o equilíbrio ambiental mundial.

Muito se diz sobre as mudanças climáticas e da importância de se proteger o meio ambiente. No entanto, na maioria das vezes as pessoas não têm real conhecimento e entendimento da importância e do “porque” de se proteger a natureza.

Os museus de ciências são espaços em que o visitante tem a oportunidade de experimentar e vivenciar o contato com o meio ambiente de um modo em geral. Dessa experiência resulta um processo de alfabetização científica, que é quando uma pessoa consegue compreender, tirar conclusões e tomar decisões sobre o mundo natural e as mudanças nele provocadas pela atividade humana, através do conhecimento científico.⁴⁷⁸

Essa experiência prática pode desencadear sentimentos positivos de apreciação, identificação e vontade de conservação, aumentando a sensibilidade do público para os diversos problemas ambientais. Todo esse processo pode fomentar uma participação cívica e o exercício da cidadania.

⁴⁷⁶ BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. *Op.cit.*

⁴⁷⁷ BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

⁴⁷⁸ GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007. Pág. 404. Disponível em <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART10_Vol6_N2.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2018.

4.10.1. Projetos

Para o cumprimento do Programa citado propõem-se os seguintes Projetos:

1. Criação e execução de um projeto voltado à educação ambiental - realizar uma maior articulação entre o museu, a comunidade universitária e o público não-acadêmico, através de exposições temáticas que demonstrem de forma estratégica a importância da manutenção e conservação da diversidade biológica.

5. DEMAIS INFORMAÇÕES

A seguir apresentamos demais informações fornecidas pelo Professor Paulo Sergio Fiuza Ferreira, além de dois projetos idealizados pelo mesmo – um projeto de exposição e um de inclusão social.

5.1. Histórico dos Acervos do Museu Regional de Entomologia

A coleção de *Heteroptera Miridae* teve seu acervo ampliado principalmente através de exemplares coletados oriundos de pesquisas desenvolvidas pelos especialistas Dr. José Candido M. Carvalho (falecido) e Dr. Paulo Sérgio Fiuza Ferreira em Minas Gerais. Outras inclusões se devem pela doação de material proveniente de solicitações de identificação feitas por diversas instituições nacionais e estrangeiras.

A coleção de *Heteroptera Pentatomidae* se formou com ênfase em material de pesquisa nos levantamentos e análises entomofaunísticas em Minas Gerais, principalmente nos refúgios florísticos do município de Viçosa e arredores. Teve a grande contribuição da Dra. Jocelia Grazia na identificação dos exemplares.

Os *Heteroptera Reduviidae* foram identificados pelo Dr. Maldonado Capriles (falecido). Contou também com material doado pela Fundação Oswaldo Cruz, RJ referente aos Triatominae.

A coleção de *Auchenorrhyncha Cicadellidae* foi formada pela Dra. Luci Boa Nova Coelho por ocasião de seu mestrado e doutorado na UFV. A maioria dos exemplares proveio de coleta com armadilha luminosa na Reserva Natural da Mata do Paraíso, município de Viçosa, MG.

A coleção de *Coleoptera Cerambycidae* teve a sua organização atualizada pela participação da MS Sandra Inés Enríquez Morillo que a ampliou com seu trabalho de tese sobre os cerambicídeos da Mata do Paraíso, Viçosa, MG. Teve como orientadores o Dr. Miguel Monné e Dra. Marcela Monné. O acervo teve no seu início a contribuição do Dr. Ubirajara Martins na identificação dos espécimes.

A coleção de *Coleoptera Scarabaeidae* teve contribuição do Dr. Fernando Vaz de Mello na identificação de seus exemplares.

A coleção de *Hymenoptera Formicidae* teve a sua organização e ampliação pelo Dr. Ivan Cardoso que desenvolveu seu mestrado e doutorado na UFV com exemplares de Minas Gerais. Contou também com a identificação de exemplares pelo Dr. Jacques Hubert Charles Delabie.

A coleção de *Hymenoptera Apoidea* teve a colaboração de vários pesquisadores sob a supervisão e organização do Dr. Lucio de Oliveira Campos.

A coleção de *Lepidoptera Sphingidae* foi formada principalmente através de estudos de levantamento entomofaunístico na Mata do Paraíso, município de Viçosa, MG. Contou com a identificação do Dr. Olaf Mielke e Dra. Mirna Casagrande. Outras famílias de *Lepidoptera* foram identificadas por comparação com exemplares depositados nas coleções entomológicas da Fundação Oswaldo Cruz, RJ, Museu Nacional do Rio de Janeiro e Reserva Vale, Linhares, ES.

A coleção de *Isoptera* conta com cerca de 1000 amostras identificadas em nível de espécie por taxonomistas renomados do Brasil e do Exterior. Há outras 2000 identificadas em nível de gênero, ainda em processo de identificação completa. A coleção engloba amostras da Amazônia Central, Cerrado e Mata Atlântica. O Laboratório de Termitologia abriga a coleção de *Isoptera* e as pesquisas ali conduzidas contribuem para o incremento do acervo.

5.2. Projetos de Pesquisa

Apresentamos a seguir Projetos de Pesquisas Registrados na Universidade Federal de Viçosa e que mais contribuiram para ampliação do acervo entomológico do Museu Regional de Entomologia.

Projeto	Título
00000041032	Ecologia e sistemática dos Hemiptera Miridae do município de Viçosa, MG.
00000042660	Análise da dipterofauna do município de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. I. Calliphoridae. Muscidae. Anthomyiidae e Fanniidae.
20403349560	Biodiversidade de Dictyopharidae (Hemiptera: Auchenorrhyncha: Fulgoroidea) do Estado de Minas Gerais, Brasil
20403352340	Taxonomia e distribuição geográfica de Leptohiphidae (Insecta: Ephemeroptera) no sudeste do Brasil.
20403353404	Descrição dos estágios semaforantes, análise morfométrica e distribuição geográfica de Platyscytus decempunctatus (Carvalho, 1945) (Heteroptera: Miridae) em Solanum cernuum (Solanaceae).
20403354302	Biodiversidade e análise faunística de Cerambycidae (Insecta: Coleoptera) em reserva de Mata Atlântica, Viçosa, Minas Gerais.
20403453573	Taxonomia, morfologia e distribuição geográfica de Dictyopharidae do Brasil (Hemiptera: Auchenorrhyncha: Fulgoromorpha).
20403652161	Distribuição geográfica das espécies de mirídeos no Estado de Minas Gerais, Brasil (Heteroptera: Miridae).
20403752339	Taxonomia e distribuição geográfica das "escamas" em Coffea arabica no Brasil (Hemiptera: Sternorrhyncha).
20431345572	Análise faunística de Cicadellidae (Insecta, Homoptera) em área remanescente de floresta tropical no município de Viçosa, MG.
20431645814	Estudo populacional do gênero Campsurus Eaton. 1868 (Ephemeroptera: Polymitarcyidae) em área remanescente de floresta tropical no município de Viçosa, MG.
20431748205	Estudo dos percevejos Miridae e das cigarrinhas Cicadellidae, pragas de culturas agrícolas do Estado de Minas Gerais.
20503349772	Influência de fatores climáticos na atividade de vôo nupcial do Formicidae (Hymenoptera) em floresta tropical no município de Viçosa, MG.
20531345035	Estudo da biodiversidade da Heteropterofauna em área de reserva natural remanescente de floresta tropical no município de Viçosa, MG.

20531645351	Análise faunística de Lepidoptera Arctiidae em área de reserva natural remanescente de floresta tropical no município de Viçosa, MG.
20531645353	Estudo da biodiversidade de Lepidoptera Geometridae em área de floresta tropical no município de Viçosa, MG.

5.3. Disciplinas ministradas com material didático do Museu Regional de Entomologia

- BAN 361(Taxonomia e Sistemática dos Insetos);
- BAN 661(Taxonomia e Sistemática dos Insetos);
- BAN 665 (Teoria da Sistemática Entomológica);
- BAN 666 (Taxonomia Prática dos Insetos);
- BAN 765 (Taxonomia de Insetos Imaturos);
- BAN 796 (Problemas Especiais).

5.4. Eventos de Extensão do Museu Regional De Entomologia

- IV Curso Prático de Taxonomia de Insetos Adultos. 2005.
- II Curso Prático de Taxonomia de Insetos Aquáticos. 2005.
- 1º Simpósio de Entomologia UFV. O Papel da Taxonomia na Sociedade. 2004.
- VII Semana de Biologia.Exposição do Museu de Entomologia do DBA- UFV. 1982.
- Curso Prático de Biosistemática de Insetos Aquáticos. 1997.
- Curso Prático e Intensivo de Taxonomia de Insetos Adultos. 1984.
- Organização de uma Coleção Entomológica Científica. 1984.
- Organização de uma coleção científica entomológica. 1983.
- Curso prático e intensivo de Taxonomia de Insetos. 1983.
- Curso Intensivo sobre Estudos Práticos de Sistemática de Insetos. 1982.
- Coleções Entomológicas: organização, técnicas de coleta e preservação de insetos. 1982.
- Estudo prático de Entomologia. 1979.

5.5. Projeto de Exposição de Insetos no saguão do Prédio do Departamento de Entomologia

Idealizador: Prof. Paulo Sérgio Fiúza Ferreira

Objetivos: Introduzir os estudantes ao mundo dos insetos para desmistificar os conceitos de que se tratam de criaturas indesejáveis, nocivas e perigosas. Desta forma, abrindo novos horizontes com os esclarecimentos sobre o que são os insetos, ressaltando a importância dos insetos no equilíbrio, manutenção e avaliação do meio ambiente. Através da exposição de temas permitirá que o público desfrute uma maior intimidade com os insetos, adquirindo conhecimentos científicos sobre a sua real história natural e suas relações com o ser humano. Trata-se de uma exposição de forma criativa, recreativa e didática com atividades interativas que reforçam o conhecimento, despertam a curiosidade investigativa e novas vocações para pesquisas na área da Entomologia.

Temas:

Como reconhecer um inseto

- Divisão do Corpo
- Morfologia Externa - aparelho bucal, antenas, asas, perna;
- Morfologia Interna - sistema digestivo, sistema nervoso, sistema respiratório, sistema circulatório.
- O Crescimento dos Insetos: Metamorfose e jovens - lagartas (borboletas, besouros), ninfas (percevejos, cigarras), náíades (odonatos e efêmeras).

Taxonomia dos insetos

As Ordens (painel interativo de erros e acertos)

Diversidade dos insetos

Tamanhos, formas exóticas e colorações.

História natural

- Origem dos Insetos: 300 milhões de anos (fosseis: sedimentos e âmbar);

- Insetos sociais (vespas, abelhas, cupins e formigas) – Formigueiro artificial;
- Comunicação entre os insetos: sons de cigarras, grilos, esperanças, gafanhotos, paquinhas; cheiro (feromônios);
- Defesa dos insetos: mimetismo, coloração vistosa (aposemática), pêlos urticantes, ferrão, besouro bombardeiro.

O papel dos insetos na natureza

- Polinização; ciclagem de elementos químicos na Natureza (Fragmenta matéria orgânica); Controle Biológico Natural; Fonte Alimentar (animais silvestres).

Os insetos nossos amigos

- Agricultura: polinização, controle biológico;
- Alimentação, Vestuário, Cosmético e Farmacêutico: Mel de abelhas, Própolis, Geléia Real, Enlatados e Iguarias, Peçonha de abelhas, Seda (bicho-da-seda);
- Insetos Detetives: Entomologia Forense;
- Cobaias na Pesquisa científica: genética, planos de manejo e preservação e do meio ambiente, indicadores de condições ambientais;
- Fontes de Inspiração: arte, pintura, escultura, cinema, jóias.

Os insetos “do mal”

O inseto não nasce praga! O status vem das relações com o ser humano.

- Pragas Agrícolas;
- Pragas na Pecuária;
- Pragas na Saúde Pública;
- Pragas no Patrimônio Humano.

A visita à Exposição de Insetos virá acompanhada de uma Cartilha com informações mais detalhadas sobre os painéis expositivos.

5.6. Projeto de inclusão social através do desenvolvimento de tecnologias assistidas voltadas para pessoas com necessidades especiais em espaços científicos: taxonomia, organização e informatização de coleções científicas entomológicas.

Idealizador: Prof. Paulo Sérgio Fiúza Ferreira

Resumo: a taxonomia de insetos tem sido cada vez mais solicitada em diferentes campos dos recursos humanos devido a expansão das tradicionais e de novas áreas da economia humana. Os insetos, 80% dos seres vivos do planeta, têm um papel “social” relevante nas relações com os seres humanos. A sobrevivência dos ecossistemas no planeta depende primordialmente do conhecimento taxonômico dos organismos que os compõem para se obter informações biológicas tais como suas inter-relações e o papel que desempenham na dinâmica dos ecossistemas. Infelizmente a escassez de estudiosos em taxonomia faz com que a biodiversidade esteja muito aquém de ser conhecida. Isto leva a condutas inapropriadas com a natureza com a exploração indevida e predatória dos nossos recursos naturais. Muitos programas nacionais e internacionais financiados por órgãos de incentivos a pesquisa no que tange a biodiversidade e outras áreas biológicas acabam sem resultados plausíveis pela falta de recursos humanos de apoio a taxonomia. No Brasil, o reconhecimento desta deficiência levou em 2006 o Ministério da Ciência e Tecnologia através da Secretaria de políticas e programas de pesquisa e desenvolvimento com a ação conjunta MCT/CNPq/CAPES, a estabelecer o Programa de Taxonomia. Apesar deste esforço, ainda se reconhece a necessidade premente e ações mais enérgicas para tornar mais eficaz as contribuições taxonômicas.

Introdução

A entomologia taxonômica tem sido cada vez mais solicitada em diferentes campos dos recursos humanos como agricultura, pecuária, medicina, veterinária e meio ambiente. Isso se deve a expansão das tradicionais e de novas áreas da economia humana. Os insetos que representam aproximadamente 80% dos seres vivos no planeta tomam um papel “social” relevante e positivo na maioria de suas ações.

A sobrevivência e dinâmica de um ecossistema natural e agro-ecossistema depende primeiramente do conhecimento taxonômico dos organismos que compõem suas

comunidades para em seguida conhecer suas inter-relações e o papel que exercem na manutenção dos ecossistemas. Sabe-se que o ser humano é estritamente dependente dos recursos naturais para sua sobrevivência. Todo esforço hoje em dia para se preservar a natureza e expandir a economia mundial será em vão se não se conhecer a biodiversidade dos ecossistemas.

Infelizmente, o insignificante número de estudiosos em taxonomia faz com que a biodiversidade de nosso planeta esteja muito aquém de ser conhecida. Este fato negativo leva ao estabelecimento de normas de condutas com a natureza inapropriadas e nocivas que conduzem ao risco da degradação e extinção acelerada dos nossos recursos naturais.

O Ano Internacional da Biodiversidade 2010, convenção sobre a biodiversidade, fala sobre a união dos governantes dos povos para melhorar a qualidade de vida, ampliar a economia para zerar a fome (Convenção sobre a Diversidade Biológica, 2009). No entanto não deram a devida ênfase para se ajustar os incentivos financeiros ao alicerce primordial de qualquer pesquisa que é o conhecimento dos seres ou a ciência da taxonomia. É por isso que muitos dos programas financiados por órgãos de incentivos a pesquisa no que tange a biodiversidade e outras áreas biológicas acabam sem respostas plausíveis pela falta de profissionais ou recursos humanos de apoio à taxonomia.

No Brasil, o reconhecimento desta deficiência levou em 2006 o Ministério da Ciência e Tecnologia através da Secretaria de políticas e programas de pesquisa e desenvolvimento com a ação conjunta MCT/CNPq/CAPES, a estabelecer o Programa de Taxonomia (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006). Apesar deste esforço, ainda se reconhece a necessidade premente e ações mais enérgicas para tornar mais eficaz as contribuições taxonômicas.

Em face desta demanda é que o presente projeto visa incentivar a formação de mão de obra especializada para o manuseio, ampliação, organização, curadoria e informatização de coleções científicas entomológicas. Como consequência, os incentivos e as experiências adquiridas poderão recrutar talentos para a formação de novos taxonomistas na área da Entomologia. Assim suprir a necessidade premente da maioria, senão de todas as instituições de pesquisas no país que possuem coleções científicas entomológicas. Muitas delas, principalmente as de abrangência nacional, possuem grandes quantidades de exemplares estocados com constante entrada de novos espécimes e novas informações que precisam urgentemente de ser incorporados ao acervo das coleções e disponibilizados nos programas de

informatização para a criação, precisão e evolução de novas pesquisas e aquelas em andamento nas diversas áreas de estudos dos insetos.

Objetivos Gerais

Inclusão social através de oportunidades para as pessoas com necessidades especiais de se interagirem com o meio científico, recebendo treinamentos específicos para participarem de atividades em estudos entomológicos com intuito de gerar informações e disponibilizá-las para toda a comunidade científica nacional ou internacional. Nesta linha de propósitos, visa-se também ampliar o corpo de entomologistas em taxonomia no Brasil através da formação de novos pesquisadores no âmbito das pessoas com necessidades assistidas.

Objetivos Específicos

- Desenvolver e implantar tecnologias assistidas voltadas para pessoas com necessidades especiais em espaços científico-culturais;
- Oferecer treinamentos específicos para participarem das atividades de organização e informatização de coleções científicas, estudos taxonômicos e gerar informações científicas para as diversas áreas da Entomologia;
- Descobrir novos talentos e vocações entre pessoas com necessidades especiais para se tornarem futuros profissionais no campo da Entomologia taxonômica.

Material e Métodos

Local de Trabalho: o trabalho terá o apoio, espaço e infraestrutura do Museu Regional de Entomologia, subordinado ao Departamento de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa, MG.

Informatização do Acervo do Museu

O trabalho para o treinamento de informatização de coleção científica se iniciará pelo acervo do Museu Regional de Entomologia visando a implementação de um sistema integrado ao Catálogo Taxonômico da Fauna Brasileira

(<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/geral/AreaTrabalhoUC/AreaTrabalhoUC.do>). O museu terá também um programa para implantação de seu próprio *website* disponibilizado ao público.

Ampliação e Organização do acervo entomológico do Museu

Utilização de métodos e técnicas de montagem de insetos: Insetos à seco: montagem direta em alfinetes entomológicos, montagem dupla e distensores de *Lepidoptera*. Preservação de insetos em meio líquido e montagem de lâminas de microscópio permanentes de insetos. Métodos e técnicas de clarificação de asas de lepidópteros para estudos taxonômicos. Métodos e técnicas de rotulagem, de armazenamento e embalagem de insetos para intercâmbio utilizando os serviços de correio. Triagem de exemplares das miscelâneas e organização do material nas gavetas dos armários entomológicos.

Identificação de Insetos

O treinamento se baseará no reconhecimento das principais famílias das ordens de insetos através do estudo taxonômico das famílias utilizando exemplares das coleções didáticas, chaves taxonômicas e literatura pertinente. À proporção que o material for sendo triado e organizado em categorias taxonômicas, as espécies serão identificadas com auxílio de especialistas e comparações com espécimes depositados nos museus: Museu Nacional do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MNRJ), Fundação Instituto Oswaldo Cruz, RJ (FIOCRUZ), Reserva Natural Vale, Linhares, ES (RNV) e Museu Regional de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa, MG (UFVB).

Resultados esperados

- Formar profissionais competentes entre pessoas com necessidades especiais para a importante tarefa de curadoria de coleções científicas entomológicas no país;
- Ampliar os recursos humanos para a importante e escassa área da Entomologia taxonômica;
- Ampliar o acervo das coleções do Museu;

- Contribuir para a implementação do Sistema Integrado de Informação sobre Biodiversidade do Estado de Minas Gerais;
- Contribuir para a ampliação do conhecimento de táxons sem especialistas e acrescentar novas informações para o Catálogo Taxonômico da Fauna Brasileira;
- Oferecer facilidades de identificação, dados taxonômicos e biológicos para pesquisadores, estagiários, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação relacionados à área da Entomologia.

Com os resultados obtidos no projeto estão previstos como impactos:

Impacto Científico:

- Formação de profissionais técnicos e graduados para o desenvolvimento de estudos taxonômicos e informatização de dados sobre a biodiversidade neotropical, associados às coleções entomológicas;
- Despertar o apoio logístico e financeiro de órgãos governamentais para que os resultados gerados pelo projeto possibilitem novas propostas de inclusão social no âmbito das Instituições de Pesquisas e Universidades nacionais;
- Oferecer maior número e precisão de identificações de insetos para projetos de pesquisas nas áreas aplicadas e básicas;
- Fornecer melhor infra-estrutura para abrigar coleções especiais de referências.
- Manter e desenvolve coleções representativas da biodiversidade de diferentes ecossistemas do país, principalmente do estado de Minas Gerais;
- Disponibilizar material entomológico para o desenvolvimento de teses de Mestrado e Doutorado, tanto no país quanto no exterior;
- Oferecer estágios e cursos intensivos em taxonomia de insetos para aperfeiçoamento e treinamento de pesquisadores, professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação;
- Disponibilizar maiores e mais acuradas informações entomológicas através do Sistema Integrado de Informação sobre Biodiversidade do Estado de Minas Gerais.

Impactos Social e Econômico:

- Abertura de novos campos de trabalhos com a inclusão social de pessoas com necessidades especiais dentro de áreas carentes de recursos humanos;

- Oferecer oportunidades para se descobrir novos talentos entre pessoas com necessidades especiais no campo da Entomologia taxonômica, diminuindo a grande carência de profissionais nesta área;
- Contribuição significativa de pessoal treinado e novos profissionais da entomologia aos projetos de reconhecimento de insetos vetores e outros de impacto positivo e negativo à sociedade.

Impacto Ambiental:

- Os resultados do projeto irão contribuir na formação de diretrizes e estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade;
- A ampliação e organização das coleções entomológicas e da informatização do seu acervo servirão como subsídios de identificação e dados específicos para estudos entomofaunísticos na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Avaliação Ecológica Rápida (AER) que se operam em planos de manejo de áreas de preservação e relatórios de impacto ambiental (RIMA). Assim irão contribuir conjuntamente com outros grupos temáticos para as tomadas de decisões quanto à preservação, conservação e classificação de áreas das reservas naturais.

Mecanismos de transferência de resultados

Os resultados da ampliação da coleção científica do museu UFVB abrirão novos caminhos, disponibilizando informações e facilidades para a produção de trabalhos científicos taxonômicos, sistemáticos, biológicos, ecológicos, aplicados a agricultura, impacto e conservação de ecossistemas naturais. Os meios disponíveis para a disponibilização dos resultados estarão organizados no acervo do museu, na criação do seu website e na ampliação de dados do Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil e publicações científicas em livros e periódicos indexados.

6. BIBLIOGRAFIA CITADA

BOYLAN, P. J. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

BRASIL. CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Plataforma *Lattes*. Paulo Sergio Fiuza Ferreira. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781187Z5>>.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm>.

BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm>.

BRASIL. LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111906.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>.

BRASIL; MinC; IBRAM. 2013. Cartilha 2013. Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/cartilha_PGRPMB_web.pdf>.

EDSON, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

FERREIRA, P. S. F. Entrevista concedida à autora. Viçosa, dezembro de 2017.

FERREIRA, P. S. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. IX SEMANA DE BIOLOGIA. O Museu de Entomologia do Departamento de Biologia Animal. 1984. 13 p.

FERREIRA, P.S.F.; D.S. MARTINS & N. HÜBNER. 1986. Levantamento, flutuação e análise da entomofaunística em mata remanescente da Zona da Mata, Viçosa, Minas Gerais. I. Sphingidae: Lepidoptera. **Revista Ceres** 33: 516-527.

GRUZMAN, Carla et al. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007. Disponível em <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART10_Vol6_N2.pdf>.

HERREMAN, Y. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Fomento e Financiamento. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Instituto Brasileiro de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Museus do Brasil. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil/>>.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>>.

ICOM. A Organização. Disponível em: <<http://icom.museum/the-organisation/>>.

ICOM. Museum Definition. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>>.

KURY, A. B. et al. Diretrizes e Estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006. v. 1. 324 p. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/referata/arq/12_candinha/11194.pdf>.

LADKIN, N. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

LEWIS, G. In: ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. Paris, Maison de L'UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>.

LOUREIRO, J. M. M. (2003). Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, 32.1: 88-95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15976.pdf>>.

MARINONI, L. et al. Coleções entomológicas brasileiras: estado da arte e perspectivas para dez anos. Documento de trabalho. Projeto Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de Informações sobre Biodiversidade, 1-28. 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10448/000569256.pdf>>.

PAPAVERO, N. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1994. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/34414472/papavero-n-1994-fundamentos-praticos-de-taxonomia-biologica>>.

PEREIRA, A. C. O uso de coleções entomológicas como ferramenta de ensino na educação básica no Brasil. **Revista da SBEnBio**, n.9, p. 4437-4448, 2016. Pág. 4438. Disponível em: <<http://www.sbenbio.org.br/wordpress/wp-content/uploads/renbio-9/pdfs/2216.pdf>>.

SOUZA, D. M. V. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 155-168, 2009.

UFV. Departamento de Entomologia. Disponível em: <<http://www.entomologia.ufv.br/>>.

UFV. Programa de Pós-Graduação em Entomologia. Um tour pela história do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <<http://www.pos.entomologia.ufv.br/um-tour-pela-historia-do-museu-regional-de-entomologia/>>.

UFV. Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da Ufv. Disponível em: <http://www.semec.ufv.br/?page_id=9>.

UFV. Website do Museu Regional de Entomologia. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=8329>.